

BIBLOS

Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

6 ARQUÉTIPO

NÚMERO 6, 2020
3.ª SÉRIE

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

(Página deixada propositadamente em branco)

BIBLOS

Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

NÚMERO 6, 2020
3.^a SÉRIE

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

DIRETOR

Rui Gama | diretor.letras@fl.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

DIREÇÃO EXECUTIVA

COORDENADORA:

Rita Marnoto | rmarnoto@fl.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

ADJUNTOS:

Isabel Mota | ifmota@fl.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

João Luís Fernandes | jfernandes@fl.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Beatriz Marques | bbeatrizmarques@ci.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

SECRETÁRIA:

Carla Rosa | gapci@fl.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

CONSELHO CIENTÍFICO

Abel Barros Baptista | abelbb2@gmail.com

Universidade Nova de Lisboa

Agustín Serrano de Haro | agustin.serrano@cchs.csic.es

Universidade Complutense de Madrid

Albano Figueiredo | afigueiredo@fl.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Ana Gabriela Macedo | gabrielam@ilch.uminho.pt

Universidade do Minho

António Manuel Martins | amm.fluc@gmail.com

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

António Martins da Silva | ams@ci.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

António Sousa Ribeiro | asr@ces.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Ataliba Teixeira de Castilho | ataliba@uol.com.br

Universidade de São Paulo

Carlos Reis | c.a.reis@mail.telepac.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Christian Möckel | MoeckelC@philosophie.hu-berlin.de

Universidade Humboldt de Berlim

Diederik Meijer | d.j.w.meijer@arch.leidenuniv.nl

Universidade de Leiden

Domingo González Lopo | domingoluis.gonzalez@usc.es

Universidade de Santiago de Compostela

Elias Sanz Casado | elias@bib.uc3m.es

Universidade Carlos III de Madrid

Étienne Nel | etienne.nel@otago.ac.nz

Universidade de Otago

Fátima Velez de Castro | velezcastro@fl.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Fernanda Delgado Cravidão | cravidao@fl.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Fernando José de Almeida Catroga | fcatroga@hotmail.com

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Francisco Javier Pizarro Gómez | jpizarro@unex.es

Universidade de Extremadura, Cáceres

Francisco Oliveira | foliveir@fl.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Gilles Gauthier | gilles.gauthier@com.ulaval.ca

Universidade do Québec, Montréal

Gustavo Cardoso | gustavo.leitao.cardoso@gmail.com

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa –

Instituto Universitário de Lisboa

Isabel Vargues | ivargues@fl.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

João Lima de Sant'Anna Neto | jlsn57@uol.com.br

Universidade Estadual Paulista

Jordi Tresseras | gestiocultural@ub.edu

Universidade de Barcelona

Jorge de Alarcão | jorge.alarco@gmail.com

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

José Antonio Frías | frias@usal.es

Universidade de Salamanca

José Augusto Cardoso Bernardes | augusto@ci.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

José Augusto Guimarães | guima@marilia.unesp.br

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Lucinda Fonseca | fonseca-maria@campus.ul.pt

Universidade de Lisboa

Lúcio Sobral da Cunha | luciogeo@ci.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Luísa Trindade | trindade.luisa@gmail.com

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Marc Lits | marc.lits@uclouvain.be

Universidade Católica de Louvain

Márcio Moraes Valença | marciovalenca10@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Maria del Carmen Paredes | paredes@usal.es

Universidade de Salamanca

Maria Helena da Cruz Coelho | coelho@fluc@gmail.com

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Miguel Bandeira | bandeira@ics.uminho.pt

Universidade do Minho

Pavel Szobi | pavel.szobi@vse.cz

Universidade de Economia de Praga

Pedro Aullón de Haro | p.aullondeharo@gmail.com

Universidade de Alicante

Peter Andersen | peter.andersen@uib.no

Universidade de Bergen

Roberto Gigliucci | roberto.gigliucci@uniroma1.it

Universidade de Roma, La Sapienza

Rui Pedro Julião | rpj@fch.unl.pt

Universidade Nova de Lisboa

Soterraña Aguirre Rincón | sore.aguirre@gmail.com

Universidade de Valladolid

Teresa Seruya | t.seruya@letras.ulisboa.pt

Universidade de Lisboa

Thomas Earle | thomas.earle@mod-langs.ox.ac.uk

St. Peter's College, Oxford

Viriato Soromenho Marques | viriatosmarques@netcabo.pt

Universidade de Lisboa

Vitor Oliveira Jorge | vojorge@clix.pt

Universidade do Porto

REVISÃO DE INGLÊS

Rosa Bandeirinha, Samuel Alexandre

REVISÃO DE PROVAS

Carla Rosa

BIBLOS

Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

6 ARQUÉTIPO

NÚMERO 6, 2020
3.^a SÉRIE

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra
Rua da Ilha, 1 - 3000-214 Coimbra
Email: imprensa@uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

DESIGN

Carlos Costa

ISSN

0870-4112

ISBN Digital

2183-7139

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-6

DEPÓSITO LEGAL

1401/82

PERIODICIDADE Anual • TIRAGEM 100 ex.

Biblos. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra* está indexada
no European Reference Index for the Humanities (ERIH Plus), SCOPUS,
WEB of SCIENCE, Directory of Open Access Journals (DOAJ), Dialnet e ANVUR

[HTTPS://IMPACTUM.UC.PT/EN/CONTENT/REVISTA?TID=28707&ID=28707](https://impactum.uc.pt/en/content/revista?TID=28707&ID=28707)

[HTTP://WWW.UC.PT/FLUC/INVESTIGACAO/BIBLOS](http://www.uc.pt/fluc/investigacao/biblos)

© SETEMBRO, 2020

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

PROPRIEDADE • CONTACTOS • SEDE DE REDAÇÃO

Biblos. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*

Gabinete de Apoio a Projetos e Centros de Investigação. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Largo da Porta Férrea • 3004-530 Coimbra (Portugal)

Telef. 239 859984 • gapci@fl.uc.pt

SUMÁRIO

Arquétipo	9
A pluralidade da “Terra Bíblica”: construção e reconstrução de um arquétipo	13
<i>Sofia Cardetas Beato</i>	
Quilombos no Brasil, uma condição geopolítica de confinamento e resistência aos arquétipos territoriais dominantes: o caso de Helvécia no Extremo Sul da Bahia	29
<i>Sebastião Pinheiro Gonçalves de Cerqueira-Neto</i>	
A entidade sobrenatural da água	55
<i>José d’Encarnação</i>	
A forma cancionero petrarquiana como arquétipo	71
<i>Rita Marnoto</i>	
La transmisión textual de la traducción castellana medieval del <i>Decameron</i> : consideraciones sobre el arquétipo, el antígrafo y el modelo subyacente	93
<i>David González Ramírez</i>	
Visão social e humana da ciência da informação: compreender o passado para construir o futuro	119
<i>Maria Beatriz Moscoso Marques, Liliana Isabel Esteves Gomes</i>	
Los recursos del entorno socio-cultural y la utilización del presente en las aulas de Historia de España	147
<i>Nicolás Martínez-Valcárcel, Ramón García-Marín, Martha Ortega-Roldán</i>	
Arquétipos e paisagens. Simulacros e anatópias geográficas nos territórios contemporâneos de consumo, lazer e turismo	169
<i>João Luís Fernandes</i>	

Cruzamentos

Perfeição 195

Ana Marques Gastão

Entrevista

Arquétipo: a utopia como horizonte 201

Guilherme d'Oliveira Martins

Recensões

Marco Santagata. Boccaccio. Fragilità di un genio 215

Rita Marnoto

Movilidad, interacciones y espacios de oportunidad entre Castilla y Portugal
en la Edad Moderna 219

Anxo Anxo Rodríguez Lemos

Simone Guidi. L'angelo e la macchina. Sulla genesi della *res cogitans* cartesiana 225

Emanuele Landi

Adília Alarcão. De Paço a Museu. Um edifício singular 229

José d'Encarnação

Playing the field. Video games and American studies. 235

Despoina Nikolaos Feleki

Próximo número

Dissidências. 243

6

ARQUÉTIPO

(Página deixada propositadamente em branco)

ARQUÉTIPO

Este 6.º número da 3.ª série de *Biblos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra* apresenta um conjunto de contributos dedicado ao tema do arquétipo. Ideia e/ou imagem simbólica de um modelo (gr. *typos*) primordial (gr. *arke*), o arquétipo infiltra tão profundamente a história da humanidade, numa translação entre tempos, lugares e culturas, que condensa um dos esteios que mais firmemente sustém a relação do ser humano com o mundo. Se, por um lado, pode ser alvo das interrogações que se colocam a qualquer categoria universal, por outro lado, potencia conceptualizações e práticas que favorecem uma dinâmica integradora e aberta à transformação. Nessa medida, a articulação entre o *typos* e as suas realizações contempla um leque de declinações dotado de uma extraordinária riqueza.

Na secção inicial de Artigos, são tratados temas que vão da antropologia cultural, da história das religiões ou da geo-antropologia, até à crítica textual, à ciência da informação, à didática, à geografia da paisagem ou à anatópia. Ao contributo criativo de Ana Marques Gastão, na secção Cruzamentos, segue-se a Entrevista de Guilherme d'Oliveira Martins, "Arquétipo: a utopia como horizonte", conduzida por Ana Teresa Peixinho.

Abre o volume o artigo que é dedicado ao arquétipo da Terra Bíblica por Sofia Cardetas Beato, no quadro do universo da história das religiões e sob o ponto de vista teórico-teológico. Canaã, Fenícia e Filisteia e Terra de Israel são os lugares destacados, no seio de um agregado conceptual que abrange vários espaços de diferenciação e de interação. A partir de textos bíblicos e extrabíblicos, a investigadora indaga valências de ordem social, política, geográfica e religiosa que convocam diversas culturas. O arquétipo que lhes está subjacente compreende, pois, uma dinâmica integradora de lugares e memórias, caracterizando espaços nem sempre convergentes com a actual geografia política.

Por sua vez, o conceito de arquétipo convoca um padrão geo-antropológico que Sebastião Pinheiro Gonçalves de Cerqueira-Neto considera imposto à comunidade não homogénea de Helvécia, o distrito, situado no extremo sul da Bahia, cujas populações são maioritariamente descendentes de quilombos. O estudioso

do Instituto Federal da Bahia apresenta as transformações em ato nessa localidade, para problematizar a cultura quilombola e, concomitantemente, os termos em que é exercido o poder político-administrativo, económico e de pertença. Por essa via, mostra como o contraponto entre rural e urbano, entre descendente de quilombola e de colonizador ou entre visões diferenciadas da comunidade de Helvécia deixa hiatos, camuflados por um relacionamento multipolar infiltrado pelo capitalismo internacional.

As águas, as suas virtudes sobrenaturais, os seus benefícios salutíferos e o seu culto são a matéria sobre a qual se detém José d'Encarnação, tomando por referência a noção de arquétipo como manifestação do inconsciente coletivo, na senda de Carl Gustav Jung. O diálogo estabelecido entre arqueologia, epigrafia, etimologia, geografia e história das religiões serve de guia a um percurso que leva por destacados lugares da Península Ibérica, e ainda por alguns outros que se estendem para além dela, ancestralmente ligados às águas.

No âmbito da crítica textual, a noção de arquétipo é uma pedra basilar. A ordenação da forma cancionero petrarquiana é seguidamente estudada por Rita Marnoto, em função do conceito ecdótico de arquétipo, considerado na sua historicidade. O modo segundo o qual, ao longo dos séculos, a disposição sequencial das composições que constituem o Cancioneiro foi sendo concebida, bem como as questões de hierarquização, colocadas pelos testemunhos em causa, são pois explorados na sua correlação. Daí resulta que o tratamento da matéria requer a exposição do arquétipo a uma temporalidade que era já reconhecida pelos humanistas.

Nesse mesmo quadro metodológico, David González Ramírez analisa as questões colocadas pela identificação do arquétipo das primeiras traduções, para espanhol-castelhano, do *Decameron*, de Giovanni Boccaccio, lançando as bases da sua edição. Sendo as duas mais antigas versões conhecidas anónimas e parciais, há a considerar, por um lado, o original italiano que lhes serviu de texto de partida e, por outro lado, o *stemma* que lhes é relativo. Nesse sentido, o estudioso da Universidade de Jaén lança o plano de uma edição crítica que tomará como texto-base a impressão sevillhana de 1496, a colacionar com a tradução manuscrita da Biblioteca do Escorial, e tomando como referência o manuscrito P do *Decameron*.

A exploração da noção de arquétipo, no campo disciplinar da ciência da informação, é desenvolvida por Maria Beatriz Moscoso Marques e Liliana Esteves

Gomes a partir de um amplo horizonte, dimensionado em termos epistemológicos, históricos e sociais. A análise do diálogo, estabelecido ao longo dos tempos, entre a ciência da informação e áreas disciplinares como a arquivística, a biblioteconomia, a museologia e a documentação, ilustra um percurso que fundamenta e esclarece o seu estatuto transdisciplinar. Acompanha a passagem de um paradigma custodial e pré-científico, vinculado à conservação material, a um novo paradigma pós-custodial e científico, mais apostado nos conteúdos. As autoras do artigo mostram bem as potencialidades que na atualidade se oferecem à ciência da informação, como espaço de simbiose entre essas duas vertentes, privilegiando a esfera pública.

O envolvimento, na didática da disciplina de História de Espanha, de arquétipos temáticos e disciplinares, é confrontado pelo grupo de investigadores, formado por Nicolás Martínez-Valcárcel, Ramón García-Marín e Martha Ortega-Roldán, com a evolução metodológica mais recentemente verificada em Espanha. A investigação, levada a cabo acerca da utilização de factos do presente e da respetiva adequação ao ensino da História de Espanha, baseou-se na experiência didática realizada em 23 escolas do nível secundário. Permitiu apurar quais os períodos do passado que, ao serem lecionados, congregaram um maior número de remissões para a contemporaneidade, quais os temas do presente contemplados e a que materiais mediadores se fez recurso.

Completa a secção de Artigos o estudo que João Luís Fernandes dedica à replicação, para fins turísticos, de arquétipos de paisagens e de lugares de lazer. A análise incide sobre múltiplas situações, que convocam paisagens, climas e enquadramentos sociais e antropológicos muito diversos. Paralelamente, são aprofundados os desafios inerentes às deslocalizações de índole uniformizadora e globalizante, manejados por este tipo de anatópias. Ao questionamento da relação entre original e replicação, realidade e fantasia, lonjura e proximidade, acrescenta-se a problematização da relação entre mundo global e espaço confinado.

Completam o número uma secção de resenhas, bem como o convite à participação no próximo volume de *Biblos*, dedicado ao tema Dissidências.

Rita Marnoto

Coordenadora da Direção Executiva

(Página deixada propositadamente em branco)

A PLURALIDADE DA “TERRA BÍBLICA”: CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE UM ARQUÉTIPO

*The plurality of the “Biblical Land”:
development and redevelopment
of an archetype*

SOFIA CARDETAS BEATO

scbeato@hotmail.com

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8502-919X>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-6_1

Texto recebido em / Text submitted on: 30/09/2019

Texto aprovado em / Text approved on: 13/02/2020

Biblos. Número 6, 2020 • 3.^a Série

pp. 13-27

RESUMO.

O universo religioso cria diversas espacialidades. Por conseguinte, religião e espaço são duas entidades intrinsecamente ligadas. O judaísmo construiu, na sua génese, uma espacialidade que perdurou no tempo e, por extensão, no cristianismo. Pela circulação e pela interação culturais, nasceram vários espaços na sua órbita, os quais constituiriam a realidade geográfica “Terra Bíblica”. Esta — o nosso objeto de estudo — constitui um espaço homogêneo para os estudiosos da Ciência da Religião: um sistema de referência ou modelo que é capaz de assumir o geral/particular, o centrado/acentrado, o universal/singular. Colmatando o desencontro de informações terminológicas e de datação existentes entre alguns estudos, asseguramos, tendo presente sincronia e diacronia e as fontes bíblicas e extra-bíblicas, a visibilidade deste arquétipo.

Palavras-chave: Bíblia; Espaço; Temporalidades; Memória; Culturas.

ABSTRACT.

The religious “universe” creates spatialities. Therefore, religion and space are two intrinsically related entities. In its genesis, Judaism built a spatiality that has lasted through time and, by extension, through Christianity. As a result of cultural circulation and interaction, several territories emerged around its orbit, which would later become the “Biblical Land”. Such land is our object of study and a homogeneous space for Religion Studies: a system of reference or model capable of assuming the general/particular, centred/uncentred, and universal/singular. We ensure the visibility of this archetype by taking into account synchrony and diachrony, as well as biblical and extra-biblical sources, thus filling the mismatch of terminological and chronological information between some studies.

Keywords: Bible; Space; Temporalities; Memory; Cultures.

Dado que os movimentos sociais são geradores/construtores de espaço, no qual está o espaço religioso, a sua construção implica múltiplas faces, entre as quais os sítios e as circunstâncias, tão importantes para a historicidade das religiões. O conceito “Terra Bíblica”, ilusoriamente singular, envolve uma larga variedade de espaços “de diferenciação” (Petitot, 1987: 73) não independentes, graças à circulação e interação culturais, pelo que pressupõem um imperativo — a comparação¹.

São eles: Canaã/ Terra de Canaã; Fenícia, Síria-Fenícia da época selêucida e Cele-Síria; Filisteia/ Terra dos Filisteus, Síria-Palestina e Palestina; Israel; Terra Santa e Terra Prometida². Ao serem situados no tempo, comportam diferentes tipos de análise, visto que são oriundos de textos bíblicos, extrabíblicos³, emergiram em contextos díspares e, posteriormente, foram adaptados para um novo uso. A pluralidade de tempos implica “cortes na homogeneidade do espaço” (Catroga, 2015: 23).

Cada um quer significar uma realidade precisa: ao nível social, político, geográfico e religioso⁴. Mostram-se, “por um lado, inteiramente centrais dentro do edifício da história literária bíblica e [...] na função de expressarem vivamente as encruzilhadas de ligação entre este mundo da Bíblia e as realidades históricas que a rodeavam” (Ramos, 1996-1997: 187)⁵. Alguns são memórias desta Terra, outros estão na génese do conflito⁶ que perdurou ao longo de séculos, o qual não

¹ Para Claude Calame, ela “n’est ni phénoménologique, ni même contrastive, mais propement anthropologique” (Calame, 2012: 43).

² Mapas significativos do território que estudamos encontram-se em Curtis, 2007 e Pritchard, 2006.

³ Chwartz atribui o mérito da interdisciplinaridade dos estudos bíblicos, precisamente, às descobertas das variadas fontes do Próximo Oriente Antigo a partir do século XIX (Chwartz, 2014: 12). Vejam-se os seus demais capítulos sobre o assunto.

⁴ O último, embora de grande interesse, acrescentado ao estudo dos primeiros, tornaria este artigo demasiado extenso, devido ao facto de os materiais disponíveis se apresentarem tão numerosos, como dispersos.

⁵ Apesar de não se referir a estes, a sua expressão sinaliza a importância para o estudo da Bíblia, para a compreensão da cultura bíblica e da Antiguidade, clarificada adiante.

⁶ Não significando, necessariamente, violência, o conflito está associado a ela na maior parte dos casos (Pires, 2018: 265-286).

se dissocia de uma memória de um sujeito que evoca paixões, emoções e afetos, visto ser uma operação de resgate⁷.

Não se tratando, portanto, de uma sinalização de territórios, analisaremos a realidade “Terra Bíblica”, dando a essa análise um enfoque teórico-teológico, sem o qual permaneceriam os equívocos que se foram associando às identidades geográficas⁸.

A TERRA DE PROMESSAS – CANAÃ

À pergunta “Canaã: realidade geográfica ou teológica?” (Alves, 2011: 74), de Olivier Artus, respondemos de forma copulativa, no sentido em que vários textos bíblicos recorrem à geografia como lugar teológico.

A primeira referência escrita conhecida de Canaã é de cerca de 1800 a.C. Localizada num texto oriundo de Mari (Tell Hariri, Síria), escreve-se que os homens de Canaã estão em *Rashisum* e as tropas de Mari encontram-se próximas para lhes fazerem frente, aludindo à existência dos cananeus⁹. Noutra carta de Mari, do século XVIII a.C., mencionam-se os *kinahnu* (cananeus) e os *hapirus* (hebreus).

É a partir das tabuinhas de Nuzi (Yorghana Tepe, Iraque), notável achado de textos dos séculos XV e XIV a.C., que se começa a relacionar Canaã com o significado “lã púrpura” (*kinahhi*), um dos mais famosos produtos de Canaã, logo, *mat kinahhi*, “terra de lã púrpura”. Terra de Canaã foi, assim, um termo que passou do produto transacionado para, supomos que mais tarde, designar o nome da terra de onde provinha e, conseqüentemente, o nome daqueles que o comercializavam (cananeus). O mesmo processo vai suceder com o termo grego *phoenike*, púrpura, de onde deriva o nome de Fenícia.

Para o estudo da Terra Bíblica, uma das melhores fontes com referências aos meados do II milénio a.C. é o conjunto das cartas de Tell el-Amarna, cor-

⁷ Sobre o imaginário da memória, veja-se o guia de Catroga (Catroga, 2015).

⁸ “[...] l’histoire est faite de contradictions, de conflits, et qu’il en sera ainsi jusqu’à la fin des temps”, afirmou René Rémond (in Delumeau, 1996: 285).

⁹ Os textos não bíblicos foram consultados em *Israel e Judá: textos do antigo Oriente Médio*, 1985.

respondência trocada entre os governadores da província do norte do império egípcio, ou *Retenu*, e o faraó Amenófis IV. Permitem-nos concluir que Canaã é uma realidade geopolítica já existente no Bronze Médio (2200-1600 a.C.) e toda a região constituiu uma realidade singular para a hegemonia egípcia de então. As tribos israelitas referiram-se aos habitantes do país em Js 5, 1, Js 11, 3 e Nm 13, 29¹⁰ como cananeus: “Quando todos os reis dos amorreus, a ocidente do Jordão, e todos os reis dos cananeus, para os lados do mar, souberam que o SENHOR [i.e., YHWH¹¹] havia secado as águas do Jordão [...]” (Js 5, 1); bem como à terra de Canaã em Nm 34, 3-12, com uma pormenorizada descrição do país com fronteiras, certamente aquelas que ao tempo de David vêm a ser consideradas a extensão máxima do território do reino:

Tereis, pelo lado do sul, o deserto de Cin, ao alcance de Edom; esta fronteira do sul começará para vós na extremidade oriental do Mar Salgado. Depois, a fronteira irá para o lado do sul pela subida de Acrabim, passará por Cin e chegará ao sul de Cadés-Barnea; depois passará por Haçar-Adar e atravessará Asmon. De Asmon, a fronteira desviar-se-á para a torrente do Egito e terminará no mar. A vossa fronteira ocidental será o Grande Mar; este será para vós a fronteira ocidental. Esta será a vossa fronteira do norte: do Grande Mar a demarcareis até ao monte Hor; do monte Hor a demarcareis até à entrada de Hamat e o seu limite será o confim de Cedad. A fronteira atingirá Zifron e o seu limite será em Haçar-Enan. Esta será a vossa fronteira do norte. Demarcareis a vossa fronteira oriental desde Haçar-Enan até Chafam. Descerá de Chafam até Ribla, a oriente de Ain

¹⁰ Para as citações bíblicas, fazemos uso de *Bíblia Sagrada. Tradução interconfessional* (2003), embora para a leitura e, conseqüentemente, a comparação, tenha sido mais útil a edição de *A Bíblia de Jerusalém* (1985), no sentido em que é mais facilmente legível e os livros bíblicos estão externamente assinalados.

¹¹ ‘SENHOR’ (nesta e nas seguintes citações bíblicas a apresentar) corresponde à tradução feita a partir da palavra hebraica *adonai*. Os massoretas atribuíram a יהוה a leitura *adonai*. Dever-se-ia, em rigor, recorrer à transcrição YHWH (יהוה), o tetragrama, dado que se trata de um *qerê* perpétuo (ver Penkower, 2004). Estas e as próximas palavras hebraicas foram consultadas em *The complete Jewish Bible with Rashi commentary*, em linha, e em Green, 2005.

e, continuando a descer, seguirá a margem oriental do Mar de Quinéret. Descerá, enfim, ao longo do Jordão, terminando no Mar Salgado. Este será o vosso país com suas fronteiras. (Nm 34,3-12).

Js 15, 1-4, Ez 47, 15-20, Ez 48, 1. 28 corroboram as fronteiras do Livro dos Números mas já sem referir “país de Canaã”, prova de que os territórios das tribos foram incorporando diversos grupos e populações que aí viviam, assimiladas pouco a pouco, mormente no período de formação da monarquia. A estela de Idrimi, rei de Alalakh (Nchana, norte da Síria), de cerca de 1500 a.C., menciona-nos, para além dos hebreus, que o país de Canaã se estendia até ao norte de Biblos.

Em diversos outros textos bíblicos, “cananeus” parece querer indicar nobres e comerciantes que habitavam uma determinada zona — em Is 23, 8, Os 12, 8, Sf 1, 11. Não se concebe que os trazidos da Síria por Amenófis II fossem de grandes posses. A atividade comercial é muito evidenciada, nomeadamente a púrpura comercializada. Em Jb 40, 30 e Pr 31, 24, apercebemo-nos de que o comércio ficara em grande parte nas mãos dos cananeus durante a monarquia hebraica.

Com o Egito, “toda a região de Canaã mantém solidariedades tão intensas que, no cap. 10 do Génesis, Egito e Canaã são mesmo declarados irmãos, ambos filhos do epónimo dos habitantes do nordeste africano, Cam” (Ramos, 1996-1997: 155), implicando a supremacia histórica do Egito, enquanto irmão mais velho: “Filhos de Cam: Cuch, Mesraim[Egito], Fut, Canaã” (Gn 10, 6). O povo cananeu foi empurrado para sul depois de 2000 a.C., por invasão de hurritas e hicsos. Depois da conquista egípcia no século xv a.C., os cananeus viram as ocupações hebraica, filisteia e aramaica. Durante o Bronze Médio cananaico, Biblos, Ugarit e Meguido foram as três principais cidades de Canaã e, durante o Bronze Recente (1550-1200 a.C.), a proeminência coube a Ugarit, Biblos e Tiro. Os fenícios serão os mais diretos continuadores da cultura cananaica do Bronze Recente¹².

¹² Ramos (1991) vê a influência da cultura cananaica sobre a Fenícia. Mário Liverani (in Ramos, 1991: 58) considera “cananaico” e “fenício” nomes de uma quase mesma realidade e, séculos mais tarde, não deixaram de se intitular cananeus; também o artigo de Pérez Largacha (Pérez Largacha, 2003: 27-49) parte dessa inter-relação cultural, política e ideológica.

Deste modo, Canaã tem uma ligação direta com a hegemonia egípcia, a mais durável sobre o território, bem como com os textos bíblicos, entre os quais os mencionados, onde encontramos as suas fronteiras largamente pormenorizadas. A partir de Canaã, ao que virtualmente chamamos entre o rio Eufrates e o Egito, se forma a Casa de Israel, com as doze tribos genesíacas. O desprezo hebraico pela cultura e pela religião cananaicas reflete-se, por exemplo, em Gn 9, 26, querendo-se aí representar os cananeus como um povo submisso.

PELA ORLA COSTEIRA CANANAICA – FENÍCIA E FILISTEIA

As notáveis diferenças entre a faixa costeira fenícia e a faixa costeira filisteia (palestinense) foram decisivas na história e cultura das duas regiões: a Fenícia, que teve que se abrir ao Mediterrâneo devido à sua barreira montanhosa acidentada a leste, possuía diversos portos naturais, o mesmo não acontecendo com a Filisteia.

Tendo em conta que a época histórica que mais marcou a metade norte da costa mediterrânica oriental foi a protagonizada pelos fenícios, acabou-se por convencioná-la como Fenícia. Apesar das conquistas de Alexandre tornarem as cidades daquela centros de difusão do helenismo no Médio Oriente, a época fenícia mais representativa e constituinte situa-se entre o II e o I milénio a.C. A ocupação romana, iniciada em 63 a.C., “não significou uma mudança maior quanto aos fatores culturais. A situação cultural continua a ser a de uma cada vez maior difusão de helenismo por toda a orla do Mediterrâneo oriental” (Ramos, 1996-1997: 187).

A emigração dos fenícios terá ocorrido em tempos pré-históricos, pelo sul ou pelo oeste, ocupando a faixa costeira da Síria e Líbano modernos, de Jebel Akra ao Monte Carmelo e à encosta oeste das montanhas, não se estendendo para o interior. Entre a queda de Creta, cerca de 1500 a.C., e o poderio marítimo grego, os fenícios exerceram o monopólio da navegação no Mediterrâneo e são conhecidos os seus múltiplos fenómenos de expansão. Antes da época considerada clássica do I milénio a.C., Biblos e Ugarit destacam-se na manutenção do modelo fenício. Entre os séculos IX e VI a.C., destacaram-se Tiro e Sídón. Com a divisão do império de Alexandre, a região passou a fazer parte do império de Seleuco e, depois da batalha de Bâniás, em 200 a.C., os selêucidas dominaram também a zona sul, uni-

ficando o território numa província — a Síria-Fenícia, posteriormente denominada Cele-Síria¹³ (“Síria oca [côncava]”, pelo seu vale entre os montes do Líbano e do Antilíbano, presentemente Beq’a) e Fenícia.

Entre 1200 e 750 a.C., foram estreitas as relações culturais e políticas do povo israelita com os fenícios. A sua arte e arquitetura, de que é exemplo 1 Rs 5, 18-25, forneceram projetos e artesãos para construções, como o templo de Salomão. No primeiro século d.C., cristãos de Jerusalém anunciaram o Evangelho na Fenícia, cujas cidades-Estado haviam sido incorporadas no império romano por Pompeu, em 64 a.C., seguindo-se a conquista romana de Jerusalém e do território da Judeia.

Com Adriano, estabeleceu-se uma outra realidade político-administrativa: a província romana da Síria-Palestina. A palavra *Palaistine*, um aproveitamento da palavra *pelishtim* (filisteus), já havia sido utilizada por Heródoto no século v¹⁴ a.C. nas suas *Historiai*, para os habitantes da costa entre o Carmelo e Gaza:

[E]les [os medos] marcharam contra o Egito: e quando estavam na parte da Síria chamada Palestina, Psammetichus, o rei do Egito, encontrou-os e persuadiu-os com presentes e orações [...] (Hdt, 1. 105)

Os fenícios e os sírios da Palestina reconhecem por si mesmos que aprenderam o costume [circuncisão] dos egípcios [...] (Hdt, 2. 104)

Quanto aos pilares que Sesostris, rei do Egito, montou nos países, [...] eu mesmo os vi na parte palestina da Síria [...] (Hdt, 2. 106)

A quinta província [do império de Dario] era o país (exceto a parte pertencente aos árabes [...]) entre Posideion, uma cidade fundada na fronteira cilícia e síria por Amphilocho, filho de Amphiarau, e o Egito; [...] nesta província estava toda a Phoenice, a parte da Síria chamada Palestina e Chipre. (Hdt, 3. 91)

¹³ Unicamente no dicionário de Elliger; et al. (1989: 73) encontramos a sua entrada, embora em Mackenzie (1983: 685) encontremos na de “Palestina” a referência à “Celessíria”.

¹⁴ Trata-se desta palavra e não *palestinoi* (filisteus), referida em Elliger; et al. (1989: 271).

[...] este promontório corre ao lado do nosso mar pelo caminho da Palestina Síria e do Egito, que é no final dele; Neste promontório existem apenas três nações. (Hdt, 4. 39)

Primeiro, os fenícios; eles, com os sírios da Palestina, mobilizaram trezentos. (Hdt, 7. 89)

Nela incorporando todo o território a sul da Síria, esta província romana inclui o território da atual Cisjordânia, uma unidade entre duas partes que, na realidade, constituíam entidades geopolíticas diferentes; uma delas sempre fora importante como ponto de passagem, logo, objeto de controlo por parte dos diversos impérios. A partir daqui, e mais concretamente depois da segunda revolta judaica, o nome de Palestina impôs-se e passou a representar para a Igreja Antiga, como hoje, genericamente a Terra Prometida (entre o Líbano e o Sinai, entre o Mediterrâneo e o deserto sírio-arábico), a designação comum da geografia bíblica.

Também as monografias, os atlas e os dicionários optam constantemente por utilizar a palavra “Palestina” para uma explicação da Filisteia, quando não estamos a falar da mesma realidade histórica. Um dos chamados Povos do Mar, o dos filisteus, de origem egeu-asiática (Dias, 1991: 145-153), fixou-se na planície costeira do Médio Oriente mediante, segundo parece, acordo com os egípcios no início do período do Ferro (XIII - XII a.C.), depois de invadirem o Egito e serem expulsos, conforme documentam os relevos do templo de Medinet Habu. Nele se localiza, igualmente, a primeira inscrição relativa à pentápole filisteia (presente em Js 13, 3 e 1 Sam 6, 17), do reinado de Ramsés III. A liga de cidades era constituída por Ashdod, Ascalon, Gaza, Gat e Ekron. O termo “Filisteia” tem aqui a sua origem, vindo depois a alargar-se a toda a região sul de Canaã.

Todas as grandes batalhas entre as tribos israelitas e os filisteus¹⁵, nos primórdios da sedentarização, ocorreram nesta região, pois, mais do que qualquer outro grupo, os filisteus conseguiram aqui uma hegemonia entre 1150 e 1000 a.C., ou seja, até ao início da monarquia davídica. Nas sociedades, como na religião,

¹⁵ São-nos descritas nos capítulos “A fundação do reino e do exército regular”, “A Monarquia Unida”, “Os Primórdios de Israel” (Gichon; Herzog, 2008: 91-151), com referências às fontes utilizadas.

que lhe pertence, há sempre o problema da tutela do espaço e da legitimidade. Como possíveis introdutores do ferro na região, no século XII a.C., os filisteus eram superiores em armas e organização militar, o que justifica a sua superioridade face aos hebreus na época dos Juízes (1200-1030 a.C.). Coube a David conter os filisteus, os “incircuncisos” de Jz 14, 3 e Jz 15, 18, no seu território original (até aí os filisteus ocupavam toda a zona costeira e as tribos israelitas apenas a montanha central — a estrada da montanha de Gn 12, 8-9), mantendo-se as cidades filisteias independentes até à expansão assíria do século VIII a.C. Em Ez 13, 17, a “estrada” que ligava o Egito à Terra Prometida é chamada “estrada da terra dos filisteus”, sendo defendida pelos egípcios com os Muros do Príncipe. O espaço da Filisteia era e continuou, portanto, a ser a zona costeira que servia de corredor de passagem e que atraiu ao longo dos séculos vários grupos para aí se fixarem, pois é rica e fértil, situada no coração do Crescente Fértil — um paraíso estratégico para quem o pudesse controlar.

Perante o que constitui o mundo bíblico, José Augusto Ramos destaca “o mundo de toda a região da Síria-Palestina”, a ele ligado “de forma mais direta” (Ramos, 1996-1997: 155).

TERRA DE ISRAEL, UMA TERRA APARTADA POR YHWH

A “geografia simbólica” (Alves, 2011: 12) é um dos vetores escolhidos pelos autores bíblicos para transmitir uma mensagem teológica, isto é, trata-se de uma geografia como lugar teológico. Apoia-se, contudo, em todas as outras dimensões da geografia, entre elas a geografia física, a qual permite compreender o quadro em que os autores bíblicos situam a sua narração. A caminhada do deserto em demanda de uma terra, conhecida e apresentada como a Terra Prometida aos antepassados do povo eleito, está entre o paradigma natural das tribos, o da vida nómada: “O SENHOR mostrou-lhe toda a terra, desde Guilead até Dan, todo o Neftali, o território de Efraim e de Manassés, todo o território de Judá até ao mar ocidental, o Négueb, o Quicar, no vale de Jericó, cidade das Palmeiras, até Soar” (Dt 34, 1-4).

As categorias mítico-teológicas que ligam a Terra Prometida ao Egito exprimem uma profundidade de relações, para além de uma afirmação de liberdade que

se enraíza no êxodo¹⁶. “Há uma longa história comum entre os dois povos, que a lenda não leva em conta” (Briquel-Chatonnet, 2006: 193)¹⁷. A narrativa bíblica procura combinar a entrega da terra por parte de YHWH com a conquista, face à presença de tribos cananaicas e filisteias. Apercebemo-nos da existência de três zonas demarcadas que a constituem. Trata-se de uma terra santa (*qôdes̄*) ou santificada, isto é, apartada pela entidade divina e, assim, inviolável, íntegra: a zona costeira, *Shefelah*, do mar ocidental com as suas colinas; a montanha central das tribos da Casa de José e do território de Judá; e o vale do Jordão.

Temos diversas tradições sobre a conquista, particularmente presentes nos livros de Josué e dos Juízes. Segundo Js 10, 11, no primeiro impacto dos hebreus com a terra, temos duas grandes batalhas de duas coligações de cidades cananaicas: a sul-centro, contra a coligação que era chefiada pelo rei de Jerusalém (Js 10); e a norte, contra o grupo que era comandado pelo rei de Hazor (Js 11). É na sequência destas vitórias que se diz que “Josué conquistou, assim, toda a terra: a montanha, todo o Négueb, todo o território de Góchen, a planície, a Arabá, o planalto de Israel e suas planícies (...)” (Js 11, 16). É interessante verificar, no Livro dos Juízes, que não existia nenhum vínculo político, comercial ou social entre os diversos grupos, tratando-se, pelo contrário, de grupos étnicos bem diferentes, com guerras umas vezes a sul, sob a pressão dos egípcios, e outras a norte, perante a ameaça dos povos vindos sobretudo da Mesopotâmia — babilónicos, hurritas, sírios —, diferentemente da conquista rápida referida no Livro de Josué. Neste quadro histórico das origens, não há qualquer indício de festas comuns, de santuários ou de uma administração central.

Há certamente tribos ou grupos de tribos que sempre habitaram a zona, mesmo sendo nómadas e vindo a fixar-se mais tarde, como a de Judá. Outras

¹⁶ Apesar disso, veja-se que “um grupo de pessoas que se chamavam a si mesmas Hebreus talvez tenha tentado fugir, de forma bastante organizada — mas um grupo pequeno, algumas famílias, e não seiscentos mil homens e suas famílias: este número constituiria quase toda a população do Delta!” (Briquel-Chatonnet, 2006: 196).

¹⁷ “Também se deve insistir no facto de as relações dos Hebreus (e, depois, os Judeus) com o Egipto não se limitarem ao ‘antes de Moisés’ e não se terem extinguido de repente, como deixa entender o relato do Êxodo” (Briquel-Chatonnet, 2006: 193). Sobre esta problemática, veja-se Briquel-Chatonnet, 2006: 189-213.

tribos, mesmo descendo ao Egito, podem ter sido expulsas (Ex 12, 39) num período anterior ao do grupo “de Moisés”, tendo encontrado o seu espaço de sedentarização na zona costeira, a norte. Outro grupo, com as tribos da Casa de José-Efraim, entrou a partir da Transjordânia, das montanhas de Moab, e ocupou a região central.

O peso e importância de Judá, bem como a predominância que sempre teve no conjunto do povo, tanto no tempo do reino de David e Salomão como, mais tarde, no período da monarquia dividida, mostram que foi sempre um caso singular, tendo assumido uma forte centralidade. Zacarias alude a Judá como uma porção que “o SENHOR possuirá [...] na Terra Santa” (Zc 2, 16). Podemos dizer que na origem da unidade do povo de Israel, nome coletivo das doze tribos e que responde à tentativa de apresentar realidades histórico-sociológicas sob um esquema genealógico, estão pressupostos dois núcleos tribais, com as suas próprias tradições: a Casa de Israel, a norte, e a Casa de Judá, a sul.

Israel é o nome que mais ocorre na Bíblia. Representa, no entanto, quatro realidades diferentes: Jacob, o Reino do Norte, o Povo dos hebreus e a Terra. Este último, Terra de Israel, é herdado de um grupo cujas tradições patriarcais o unem ao patriarca Jacob. As tradições de Jacob-Israel ficaram ligadas às tribos do centro e norte do território, aquelas que tiveram mais predominância no pequeno êxodo e que se fixaram na região da Samaria. Trata-se de uma origem que as vinculava a uma génese libertadora de um “caos”, comum nas antigas civilizações. O nome assentava inicialmente nas tribos da montanha efraimita (Samaria e Baixa Galileia), incluindo Benjamim. Para tal aponta o grupo da estela de Merneptah (1220 a.C.), com a primeira menção conhecida a Israel-Canaã. A designação estendeu-se paulatinamente à Transjordânia e às tribos da Baixa Galileia, mas não a Judá.

A união *pessoal* dos reinos de Israel e de Judá sob David não alterou as coisas: nunca se falou no século x a.C. em *todo* o Israel como *reino* de Israel e, desfeita a união, os reinos de Israel e Judá viveram do mesmo modo. Com a morte de Salomão, o Reino do Norte tomou o nome de Reino de Israel, passando a designar o conjunto do território que era ocupado pelas dez tribos que se separaram de Judá. Reconhecendo o Deuteronomio, em 622 a.C., e adotando o nome de Israel

também para Judá¹⁸, Josias deu um impulso prático a esta evolução, numa época em que a tomada da Samaria já tinha sucedido há um século e havia desaparecido aquela realidade geopolítica.

NOTA FINAL

Apercebemo-nos de como o universo político-religioso está relacionado com o *constructo* do espaço, arrastando ideias, imagens e valores, denominados por Fernando Catroga “lugares de memória” (Catroga, 2015: 23), construtores de um arquétipo. O arquétipo estudado é caracterizado por uma dinâmica integradora: a Terra Bíblica abarca, no seu enraizamento histórico, a antiga Canaã. O sistema de relações/fidelidades/vínculos que a partir dela se criaram potencializou conceptualizações: passou a ser uma Terra Prometida; mais tarde, a Palestina dos romanos... a identificação desta com a Terra Bíblica tem muito que ver, não com o império romano que a demarcou territorialmente e que lhe deu nome, mas com a religião que, a partir deste território, se difundiu: o cristianismo. Os cristãos, nos seus diversos locais, viram a Palestina de Jesus como a sua Terra Bíblica. Assistimos, ainda hoje, à sua dificuldade em chamar Israel ao território político que em tão pouco tempo absorveu a duradoura Palestina.

Neste estudo, os espaços “de diferenciação” (Petitot, 1987: 12) enumerados e historizados são de uma importância fundamental, pois só pela sua identificação se obtém um “global singular”¹⁹ que expressa um universo mental no seio do espectro de observação alargado da História das Religiões.

¹⁸ Recuperado em 1948 para designar o Estado de Israel.

¹⁹ Segundo Jean Petitot, este é um espaço homogéneo “não-marcado” (Petitot, 1987: 73). A leitura de Dias (1993) é vantajosa para mais referências de fontes relativamente às designações estudadas.

BIBLIOGRAFIA

- A Bíblia de Jerusalém* (1985). São Paulo: Edições Paulinas.
- Alves, Herculano (2011) (Coord.). *História e geografia do povo bíblico*. Fátima: Difusora Bíblica.
- Bíblia Sagrada. Tradução Interconfessional* (2003). Lisboa: Difusora Bíblica.
- Born, Adrianus van den (1985) (Red.). *Dicionário enciclopédico da Bíblia*. Trad. Frederico Stein. Petrópolis: Vozes.
- Briquel-Chatonnet, Françoise (2006) (Org.). *A Bíblia*. Trad. Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70.
- Calame, Claude (2012). Comparatisme en histoire anthropologique des religions et regard transversal: le triangle comparative. In Claude Calame; Bruce Lincoln (Eds.), *Comparer en histoire des religions antiques: controverses et propositions* (189-213). Liège: Presses Universitaires de Liège.
- Catroga, Fernando (2015). *Memória, história e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Chwartz, Suzana (2014). *Via Maris: textos e contexto da Bíblia Hebraica*. São Paulo: Humanitas.
- Curtis, Adrian (2007) (Ed.). *Oxford Bible Atlas*. Oxford: Oxford University Press.
- Delumeau, Jean (1996). Verité historique et vérité de foi. Ce que la foi apporte à l'historien. In Jean Delumeau (Dir.), *L'historien et la foi* (279-297). S. l.: Fayard.
- Dias, Geraldo Coelho (1991). Os “Povos do Mar” e a “Idade Obscura” no Médio Oriente antigo. *CADMO*, 1, 145-153.
- Dias, José Amadeu Coelho (1993). *Hebreus e Filisteus na Terra de Canaã: Nos pródomos da questão palestina*. Tese de Doutoramento, FLUP.
- Elliger, K.; Obermayer, H.; Speidel, K.; et al. (1989). *Dicionário bíblico*. Trad. António Vieira. Porto, Lisboa: Editorial Perpétuo Socorro e Difusora Bíblica.
- Gichon, Mordechai; Herzog, Chaim (2008). *As batalhas da Bíblia. Uma história militar do Antigo Israel*. Trad. Miguel Mata. Porto: Fronteira do Caos Editores.
- Grabner-Haider, Anton (1975). *Vocabulario práctico de la Biblia*. Barcelona: Herder.
- Green, Jay Patrick (2005) (Ed.). *The interlinear Bible*. Massachusetts: Hendrickson Publishers Inc.
- Israel e Judá. Textos do antigo Oriente Médio* (1985). São Paulo: Edições Paulinas.
- Mckenzie, Jonh L. (1999). *Dicionário bíblico*. S. trad. São Paulo: Paulus.
- Penkower, Jordan (2004). The development of the Masoretic Bible. In Adele Berlin; et. al. (Eds.), *The Jewish Study Bible* (2077-2084). Oxford: Oxford University Press.
- Pérez Largacha, Antonio (2003). El Mediterráneo Oriental ante la llegada de los Pueblos del Mar. *Gérion*, 1, 27-49.

- Petitot, Jean (1987). Sistemas de referência. In Jean Petitot (Coord.), *Enciclopédia Einaudi. Local/Global*, Vol. 4. (11-17, 72-73). Trad. Fernando Gil. S. l.: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Pires, Nuno Lemos (2018). O fator religioso nos conflitos. *Revista de História das Ideias*, 36, 2, 265-286.
- Pritchard, James B. (1996) (Dir.). *Atlas bíblico*. Trad. Fernando Melro. S. l.: Zairol.
- Ramos, José Augusto (1996-1997). A Bíblia e o seu mundo. *Revista da Faculdade de Letras*, 21-22 (5), 155-196.
- ____ (1991). Ugarit, Fenícia e Canaã: questões de metodologia e delimitação historiográfica. *CADMO*, 1, 45-63.
- Rosenberg, Rabbi A. (s. d.) (Ed.). *The complete Jewish Bible with Rashi Commentary*. New York. Consultado a 09-01-2019, https://www.chabad.org/library/bible_cdo/aid/8165

(Página deixada propositadamente em branco)

QUILOMBOS NO BRASIL, UMA
CONDIÇÃO GEOPOLÍTICA
DE CONFINAMENTO E
RESISTÊNCIA AOS ARQUÉTIPOS
TERRITORIAIS DOMINANTES:
O CASO DE HELVÉCIA NO
EXTREMO SUL DA BAHIA

*Quilombos in Brazil, a geopolitical
condition of confinement and resistance to
dominant territorial archetypes: the case of
Helvécia in the Far South of Bahia*

SEBASTIÃO PINHEIRO GONÇALVES DE CERQUEIRA-NETO

cerqueiraneto.mg@gmail.com

Instituto Federal da Bahia

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7358-8958>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-6_2

Texto recebido em / Text submitted on: 09/12/2019

Texto aprovado em / Text approved on: 19/02/2020

Biblos. Número 6, 2020 • 3.^a Série

pp. 29-54

RESUMO.

Este artigo é o resultado de uma pesquisa desenvolvida na Comunidade Negra de Helvécia, um distrito do município de Nova Viçosa, estado da Bahia, e teve como objetivo principal relatar e analisar tensões que ocorrem no território desta comunidade quilombola, onde o convívio entre os descendentes de escravizados e os descendentes dos colonizadores se apresenta como diplomática, mas que não se desprende de algumas amarras do passado. Enquanto uma pesquisa geo-antropológica, a análise não foca apenas nas relações entre os membros da comunidade, mas também com a transformação do território. A originalidade de pesquisa está no fato de que ela expõe a dificuldade interna da comunidade se sentir ou não pertencente a um quilombola.

Palavras-chaves: Helvécia; Quilombola; Território; Identidade; Geo-antropologia.

ABSTRACT.

This article is the result of a research developed in the black community of Helvécia, a district in the municipality of Nova Viçosa, Bahia State. Its main objective was to report and analyse tensions felt in the territory of this Quilombola community, where the interaction between descendants of slaves and descendants of colonizers presents itself as diplomatic, but has yet to loosen a few chains of the past. As a geoanthropological research, the analysis focuses both on the relationships between community members and on the transformation of the territory. The originality of this research is rooted in its exposure of the internal struggle of the community to belong to a Quilombola.

Keywords: Helvécia; Quilombola; Territory; Identity; Geoanthropology.

INTRODUÇÃO

A formação do Estado brasileiro e a preponderância de um modelo territorial urbano-industrial de identidade nacional constitui, de certo modo, a imposição de um padrão territorial e de um arquétipo geográfico que, pontualmente, vai sendo contrariado por realidades muito específicas. Pela sua origem, pela composição étnica e cultural e pela trajetória que apresentam, os quilombos são realidades geográficas não hegemônicas, territórios de exceção que, não sendo totalmente isolados do seu entorno, lhe conferem diversidade, imprimem outro ritmo e acrescentam heterogeneidade.

Helvécia é um distrito do município de Nova Viçosa, localizado no Extremo Sul da Bahia (Fig. 1), tem aproximadamente entre 4 500 a 5 000 habitantes, onde 80% são negros, descendentes de escravizados. Este dado demográfico foi um fator preponderante para que o distrito fosse reconhecido, ainda que não formalmente pelo governo brasileiro, como um território remanescente de quilombo. A motivação por essa pesquisa sobre Helvécia se encontra na complexidade, quanto ao sentimento dos seus moradores, de pertencer ou não a uma comunidade quilombola; no seu arranjo espacial semelhante a pequenas cidades; no tratamento que os poderes públicos dão ao território; nas ações dos grandes empreendimentos dentro do território de Helvécia. Todos estes fatores ajudam a compreender como o Brasil trata suas áreas de quilombolas.

Este artigo é uma colaboração a partir do olhar da geografia para compreender o dinamismo e as transformações de um território que, ainda no século XXI, tem no seu cotidiano tensões entre descendentes de colonizadores e escravizados, mormente, quando a dicotomia entre ser ou não quilombo é posta em discussão. A história de Helvécia é repleta de contradições e mantida, basicamente, através da oralidade, repassada dos mais velhos para os mais novos, negros e não-negros, e interpretada por pesquisadores. Este artigo é norteado pelo encontro entre a geografia e a antropologia e tem como escopo central colaborar com uma lei-

* Este texto é um recorte de uma pesquisa de Pós-Doutorado que foi desenvolvida entre 2012-2013 no Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia sob a supervisão da Profa. Dra. Cíntia Beatriz Müller.

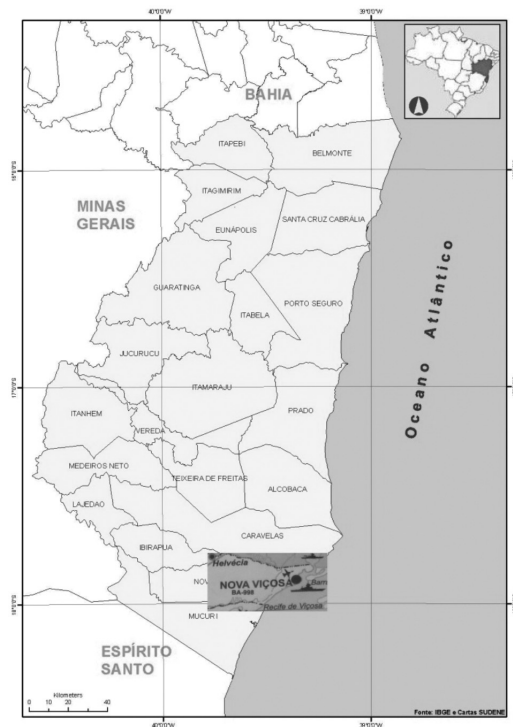


Fig. 1 – Mapa da Região do Extremo Sul da Bahia, com destaque para o município de Nova Viçosa, onde se localiza Helvécia. Elaboração de Cerqueira-Neto, 2013.

tura sobre um território cujo futuro é incerto tanto numa caracterização cultural quanto político-administrativa.

GEOGRAFIA E ANTROPOLOGIA: BASES TEÓRICAS PARA INTERPRETAR O TERRITÓRIO

A ponte acadêmica construída neste artigo entre a geografia e a antropologia pode ser identificada através dos teóricos que compõem o seu arcabouço. A relação

entre as duas ciências é antiga e esta proximidade é vista, por exemplo, na obra de Ratzel, *Antropogeografia* (1882) e nos estudos de Kant, que lecionou geografia física na Universidade de Königsberg em 1770. Este último é citado por Ericksen e Nielsen pelo grande feito em

Demonstrar que pensamento e experiência estavam relacionados dinamicamente e que a aquisição do conhecimento é um processo criativo. [...] Nós coletamos amostras, modelamos e interpretamos a realidade à medida que prosseguimos; Kant foi o primeiro a reconhecer explicitamente esse processo. (Ericksen; Nielsen, 2010: 24)

A presença de Ratzel, Kant e Humboldt neste texto não significa compartilhar totalmente com suas ideias, principalmente, aquelas relativas ao determinismo ambiental. A inserção desses pesquisadores nas análises foi fundamental para compreender alguns aspectos cujos a geografia não conseguiria responder somente através de suas técnicas ou dos seus procedimentos metodológicos. Outra linha tênue entre a geografia e a antropologia pode ser constatada em trabalhos científicos que objetivam estudar e defender causas que envolvam grupos sociais invisibilizados, sobretudo, pelo poder público. Para Durham (1986: 18), “a antropologia sempre demonstrou especial interesse pelas minorias despossuídas e dominadas de todos os tipos [...] em detrimento do estudo dos grupos ou classes politicamente dominantes e atuantes”. Inúmeras são as obras de geógrafos que abordam em seus estudos as particularidades de comunidades minoritárias que estão em movimento ou fixadas em um dado espaço do território brasileiro.

São pesquisas que apresentam uma metodologia de trabalho que se afina com o que preconizava Franz Boas, ex-estudante de geografia, aficcionado pelo trabalho de campo. De acordo com Ericksen e Nielsen (2010: 52), para Boas “a principal tarefa do antropólogo consistia em coletar e sistematizar dados detalhados sobre culturas particulares. Só então seria possível dedicar-se a generalizações teóricas”. Na Geografia, na maioria das pesquisas, o trabalho de campo é indispensável. Para Milton Santos (1991), muitas das nossas pesquisas geográficas, herdadas dos países desenvolvidos, se tornam medíocres, pois desprezam ou negligenciam o trabalho de campo. Essa crítica realizada pelo Prof. Milton San-

tos é justificada, principalmente, quando uma pesquisa tem por objetivo compreender a dinâmica de um dado território. Por outro lado, com a inserção da tecnologia nas ciências houve a possibilidade de realizar pesquisas baseadas, por exemplo, em imagens de satélites, informações em sites, canais de informações em diferentes mídias.

A despeito da discussão teórica, esta se deu em torno da categoria de território, tendo em vista que a sua dinâmica é o cerne deste artigo. Não existe uma definição universal que explique o significado de território e de lugar. Por isso a opção por não adotar um único conceito que nortearia as análises, justamente por compreender que os conceitos apresentados neste artigo podem ser utilizados num dado momento de reflexão. No que se refere ao território de Helvécia foi feita uma compilação de conceitos onde há a presença, nomeadamente, de geógrafos e antropólogos. Começando pela geografia humana, Maria Geralda Almeida (2005: 104) irá dizer que o “território tornou-se um termo bastante banalizado, sendo empregado, às vezes, por pura comodidade de linguagem, com o sentido de espaço ou de região”, o que concordo plenamente. Mônica Machado (1997: 20) entende que a polissemia existente no conceito de território “é fruto da própria dificuldade de conceituação que os termos apresentam, não apenas no âmbito da ciência geográfica, mas também em outros domínios de saber”. Talvez, por isso explique um pouco da banalização do termo ao qual se refere Almeida (2005).

Para os geógrafos Silva e Silva (2003), o território é como se fosse uma “organização social”, por apresentar na sua essência elementos culturais que contribuem para a identificação do mesmo. Esta definição nos parece ser global e, portanto, pode ser aplicada também no caso de Helvécia. Os antropólogos Gupta e Ferguson fazem a seguinte análise:

O território físico, durante tanto tempo a única grade sobre a qual a diferença cultural podia ser desenhada, precisa ser substituída por grades múltiplas que nos permitam ver que conexão e contiguidade – de modo geral, a representação de território – variam consideravelmente graças a fatores como classe, gênero, raça e sexualidade, e estão disponíveis de forma diferenciada aos que se encontram em locais diferentes do campo do poder. (Gupta; Ferguson, 2000: 47)

Por esse viés, o território físico pode ser entendido como um enorme recorte disposto em camadas sociais e culturais, sobrepostas ao longo do tempo, onde as ciências humanas procuram através de suas investigações empregar diferentes vertentes teóricas para cada novo agente transformador que surge no território.

Para entender o conceito de lugar, o aporte teórico foi através do filósofo e sociólogo Henri Lefebvre (1999), que chamará a rua de lugar, um lugar de encontros, da prática teatral, da mistura, do comércio, enfim das relações. Para Yi-Fu Tuan (1983), um humanista da geografia, o lugar é um mundo de significado organizado. Neste pensamento Tuan não tem a intenção de fazer uma analogia entre o local e o global, mas dar ao lugar o adjetivo de mundo, uma abstração impossível de ser mensurada.

Segundo o sociólogo espanhol Manuel Castells,

Lugares não são necessariamente comunidades, embora possam contribuir para sua formação. Todavia, a vida dos habitantes é marcada por suas características, portanto são, na verdade, lugares bons ou ruins dependendo do julgamento de valor do que seja uma vida boa. (Castells, 2003: 515)

A definição de Castells nos mostra que nem sempre uma comunidade está num lugar, e que o lugar depende da percepção de quem o analisa. Para o Antropólogo Osmundo Pinho, “o sentido de lugar funciona como um mapa para a experiência das identidades [...]. Identidades que se materializam transitória e fugazmente em torno de narrativas ou práticas de singularização” (Pinho, 1999: 10), o que corrobora com a ideia de que esses conceitos são utilizados de acordo com a formação e a compreensão que o pesquisador tem do espaço.

Estas reflexões sobre território e lugar apresentam uma imbricação entre elas. A diferenciação pode aparecer num critério ou noutro, mas na essência são semelhantes. A falta de um conceito universal para cada uma dessas categorias e/ou escalas, dependendo da percepção de cada autor, está aberta a possibilidade de inúmeras interpretações. Portanto, ainda que alguns conceitos de território e de lugar se encontrem através de variáveis ou até mesmo se fundem, é possível estabelecer uma diferença entre eles, uma diferença que pode estar entre uma relação de poder (território) e o sentimento de pertencimento (lugar). É nesta perspectiva

dialética que o território e o lugar serão pensados dentro da atual dinâmica de Helvécia.

Os procedimentos metodológicos aplicados em Helvécia consistiram em conversas estabelecidas com os moradores e a produção de um registro fotográfico bem como leituras, resultados de pesquisas, monografias, dissertações de mestrado e artigos que tiveram como tema a comunidade de Helvécia. Essas produções possuem muita riqueza de detalhes sobre a trajetória histórica de Helvécia e foram valiosas para compreender certas transformações no território.

MODIFICAÇÕES NO TERRITÓRIO: “COMO UMA PEQUENA CIDADE”

Qualquer pessoa que desconhece a história de Helvécia ao chegar em seu território vai pensar que está numa daquelas pequeninas cidades brasileiras. Modificações na lei quanto a localização geográfica do seu território, passando de um município para outro; mudanças culturais, que vão desde o vestir ao falar; a chegada de novos tipos de comércio; e introdução do eucalipto na sua paisagem, mostram que Helvécia está longe de ser um território isolado.

De acordo com relatos dos moradores, Helvécia foi fundada em 1847, mas, alguns historiadores afirmam que desde 1818 havia atividades econômicas em seu território, como por exemplo, o extrativismo vegetal e o plantio de café¹. Fato que pode ser constatado na obra de Albuquerque (2006: 47) que relata ter havido em Helvécia um período onde era comum encontrar “máquinas de serrar madeira e beneficiar café movidas pela força hidráulica de uma represa”, e que essa infraestrutura era composta também pela força braçal dos escravizados. Em Helvécia a presença de colonos suíços e franceses mostra o quão grande foi a influência europeia junto ao poder central brasileiro, sobretudo, em doações de terras. Daí a discussão mais adiante neste artigo no que se refere a Helvécia ser ou não ser um remanescente de quilombo. Certamente que a posição geográfica de Helvécia,

¹ As informações orais foram colocadas neste artigo acreditando na boa fé de moradores. Essas informações foram relevantes devido a falta de documentação física.

tendo o Rio Peruípe como principal canal de saída e chegada de pessoas e mercadorias, contribuiu substancialmente para que ela se tornasse um centro político e comercial da época.

E o negro no contexto da história de Helvécia? Os escravizados “eram vendidos às fazendas, onde derramavam seu suor para regar os pés de café dos barões açoitados com chibatadas e tratos violentos” (Constantino; Krull; Santos, 2006: 17). Estes relatos demonstram que a relação entre brancos e negros em Helvécia seguiu os mesmos modelos perversos administrativos e políticos no Brasil durante e pós-período escravagista. Certamente que o poderio econômico, político e religioso vai conduzir o arranjo espacial do distrito, separando centro de periferia, como descreve Santana:

A configuração da geografia em Helvécia pouco a pouco fora sendo ressignificada. A Avenida principal recebe em suas extremidades a Igreja de Nossa Senhora da Piedade, sentido leste e a Estação da estrada de ferro Bahia — Minas e, em suas laterais, os detentores do poder: econômico, cultural e eclesial. As ramificações em direção à periferia são compostas pelos menos privilegiados socialmente. O centro é assumido pelos Metzker, Krygsman [...] e os Constantinos. Os primeiros descendendo dos europeus e o segundo dos africanos, trabalhadores — mão de obra escrava nas grandes plantações de café. (Santana, 2008: 54-55)

O período da escravidão também foi altamente produtivo economicamente, com uma efervescência comercial, com grande fluxo de mercadorias e pessoas que saíam e entravam em Helvécia. Dois fatos podem explicar esse *boom* econômico, o trabalho escravo, pois não havia gastos com mão de obra, dessa forma o lucro dos comerciantes era enorme. O outro fato foi a Estrada de Ferro Bahia e Minas, que partia do município de Araçuaí (MG) e tinha como ponto final Ponta de Areia em Caravelas (BA).

Nesta época, Helvécia “era o centro de exportação de café no Brasil e os navios do exterior, principalmente da França, entravam até o Porto de São José do Peruípe, e de lá saíam carregados de café” (Constantino; Krull; Santos, 2006: 19). No entanto, quando acontece a abolição, Helvécia cairia em total decadência econômica: “com isso, muitos colonizadores suíço-alemães retornaram para seus

países de origem e os menos afortunados emigram para as cidades da Bahia e do Rio de Janeiro” (Santana, 2008: 54). Muitos dos símbolos, tanto materiais como imateriais, do auge econômico do distrito desapareceram, estão depreciados pelo tempo ou receberam outra funcionalidade, como é o caso da antiga Estação Ferroviária da Baiminas² (Fig. 2) que se tornou um museu.



Fig. 2 – Antiga Estação Ferroviária da Baiminas. Fotografia de Cerqueira-Neto, 2014.

O eucalipto (Fig. 3) substituiu a Mata Atlântica com um grande apelo na geração de emprego e renda. É apoiado por governos de todas as esferas, municipal, estadual e federal.



Fig. 3 – Eucaliptal, Helvécia. Fotografia de Cerqueira-Neto, 2014.

² Baiminas, é uma junção entre os nomes dos dois Estados por onde passava a antiga ferrovia, Bahia e Minas Gerais.

Na arquitetura as casas de adobe estão sendo substituídas por casas e prédios comerciais com dois pavimentos (Figs. 4, 5). E para atender a linguagem da globalização, o estrangeirismo está presente nas paredes dos restaurantes (Fig. 6).



Fig. 4, Fig. 5 – Casas de Helvécia. Fotografias de Cerqueira-Neto, 2014.



Fig. 6 – Parede de restaurante, Helvécia. Fotografia de Cerqueira-Neto, 2014.

Essas novas formas na arquitetura, a introdução de outra língua ou a diversidade corporal de seus habitantes mostram que Helvécia está numa transição urbana, que parece ser irreversível, e que dá um novo arranjo espacial ao território, apresentando uma dinâmica semelhante as pequenas cidades brasileiras.

Quanto a haver uma existência de uma sobreposição entre distrito, enquanto uma unidade político-administrativa, e comunidade quilombola, enquanto sentimento de pertencimento, será difícil dissociar o distrito da comunidade e vice-versa, uma vez que o espaço físico é o mesmo onde se dão as relações entre quem se considera pertencente à comunidade quilombola, e aqueles que não se sentem pertencer a comunidade negra.

HELVÉCIA: ANTAGONISMOS INTERNOS

Como a fonte material é escassa, os moradores se configuraram como fontes, oferecendo informações, inclusive, dentro de uma dialética que explicita algumas tensões no território. Para este artigo foram selecionadas duas falas de dois professores que vivem e atuam no território de Helvécia que se disponibilizaram para apresentar, numa conversa informal, suas percepções sobre o território. Os dois com histórias e contextos familiares totalmente antagônicos.

E1: “Helvécia é um quilombo urbano”

Sobre o reconhecimento como quilombola:

O reconhecimento foi rápido, levou aproximadamente dois meses. A elite de Helvécia não desejava o reconhecimento, porque de certa forma o reconhecimento quebra o monopólio da elite. Um abaixo-assinado para dizer não ao reconhecimento foi coordenado pela elite. E o discurso da elite contaminou a população.

Percebe-se através dessa fala que há uma elite em Helvécia, que, segundo a pessoa entrevistada, seria formada pelos que dominam o comércio e a educação.

Parece que a política local, através do representante na câmara municipal, também tem um peso nesse jogo, pois, segundo essa pessoa “o único vereador que

atualmente representa o distrito, no início não aceitou o reconhecimento, talvez por sua orientação religiosa ser evangélica”. Na última eleição local, Helvécia apresentou seis candidatos à vereança. O número de candidatos à vereança pode ser mais um indício de que há uma fragmentação social e racial no distrito, visto que o atual vereador, é evangélico e branco. Este cenário político não causaria nenhum estranhamento caso não estivéssemos descrevendo e interpretando a dinâmica de uma comunidade composta por 90% de negros, reconhecida como quilombola e com raízes religiosas de matrizes africanas.

Quanto à configuração espacial de Helvécia, por ter características encontradas em pequenas cidades, a resposta é: “Helvécia é um quilombo urbano, que está isolada e esquecida pelo poder público”. Este assunto é encerrado com um desabafo: “o processo de aceitação não é fácil, mesmo pela comunidade, pois, o negro recebe carga de informação negativa e acaba negando suas origens, sua cultura”. O que corrobora com um cenário de tensão explicitado no início deste texto.

E2: “Helvécia não é um quilombola”

Sobre a questão quilombola: “não é uma colônia quilombola, pois foi colonizada por suíços, alemães e italianos. Os negros em Helvécia vieram da África para trabalhar, especialmente de Angola”. Como a definição mais disseminada, inclusive nas escolas, é aquela que caracteriza o quilombo como um lugar ermo, isolado, onde os negros se refugiavam, e como Helvécia não teve esta dinâmica, então, a pessoa entrevistada, se ampara nesse conceito para não considerar Helvécia como um remanescente de quilombo.

A despeito do reconhecimento? “A comunidade se revoltou com a formação da associação quilombola. Esse reconhecimento foi conseguido através de um grupo fechado contando com o apoio de um deputado”. Sem entrar no mérito de que esta fala é verdadeira, Müller apresenta a seguinte questão:

Via de regra, a participação dos quilombolas é mediada por documentos, certidões de identificação, relatórios histórico-antropológicos, os documentos que o próprio grupo entender importantes. A possibilidade de efetivamente participar do processo, um mecanismo específico de participação para que sejam porta-vozes de sua própria palavra, de fato, não existe. (Müller, 2006: 91)

Em Helvécia a participação em busca do reconhecimento do território como remanescente quilombola foi deficitária se levarmos em conta o quantitativo de pessoas engajadas no desejo do reconhecimento, como relata Santana:

Pouca ou indiferente era a participação da comunidade nas reuniões promovidas pelo grupo de mulheres; os participantes são praticamente as mesmas pessoas que no futuro viriam a formatar a Associação Quilombola de Helvécia: 10 participantes, dentre eles 7 mulheres e 3 homens. [...] Ausente e indiferente às discussões — ou como afirmam as mulheres do grupo inicial, “sem dar créditos ao movimento” —, a comunidade de Helvécia se assusta com a revelação do Diário Oficial da União: Helvécia havia se tornado um quilombo. Abaixo-assinados, ameaças veladas de morte, “esbofeteamento” em uma dos membros da AQH e muitas outras intrigas marcaram o início do reconhecimento. (Santana, 2008: 20)

O relato da pesquisa de Santana (2008) nos leva a perceber o quanto foi laboriosa a tarefa de implantar o reconhecimento em Helvécia, e isso contribui para explicar o atual cenário onde os acirramentos sobre a identidade do distrito são visíveis entre seus moradores. Esse cenário de tensão corrobora para que a sociedade brasileira compreenda que um território de quilombola seja visto apenas com um único padrão espacial, ou seja, uma terra habitada apenas por negros.

CONCEITOS SOBRE QUILOMBO: CONHECER PARA DIALOGAR MELHOR

É possível perceber claramente que as falas dos dois entrevistados explicitam de forma contundente as razões pelas quais estão em lados opostos da questão quilombola dentro de Helvécia. Faço aqui um exercício de colocar, metaforicamente, os dois lados sentados na mesma mesa para dialogarem sobre o ponto mais nevrálgico, que supera todas as outras discussões periféricas, que é a dualidade de identidade que existe no território de Helvécia, no que se refere à condição de Helvécia ser um remanescente de quilombo.

Vejamos, então, esta contradição entre seus atores: “Helvécia é um quilombo urbano” *versus* “Não é uma colônia quilombola, pois foi colonizada por suíços, alemães e italianos”. A primeira argumentação é construída devido ao grau de envolvimento que a pessoa tem com a causa quilombola, por isso tem um acesso maior sobre as modificações e variações dos conceitos sobre o tema. A segunda argumentação está amparada num conceito reducionista que, entretanto, ainda permeia o imaginário da maior parte da população brasileira.

Para compreender a complexidade dos discursos antagônicos “postos à mesa”, é importante apresentar algumas das transformações que aconteceram tanto na definição legal, como nas interpretações de alguns teóricos sobre o tema, ainda que sejam discutidos amiúde pela academia. Mas, sobretudo, pelo caráter pedagógico que deve ser intrínseco a qualquer pesquisa que deseje ser acessível à sociedade, principalmente, por aquela que serviu como tema.

A primeira definição de quilombo foi do Conselho Ultramarino de 1740, “segundo o qual, quilombo era toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (Moura in Carril, 2006: 165). Se esta compreensão, configurada por valores coloniais, ainda norteara a demarcação de área de quilombo, provavelmente, muitos dos núcleos quilombolas do Brasil não existiriam. De acordo com Pinho,

O quilombo de Palmares, e a forma genérica “quilombo”, tem sido, por exemplo, ressignificado fortemente a partir da reorganização do movimento negro nos anos 70. O quilombo passa a representar um modelo alternativo de organização da sociedade que desafiou os poderes coloniais e reinventou um mundo africano — no caso de Palmares, banto — baseado no trabalho livre, na propriedade comum da terra, em valores tradicionais holísticos, etc. (Pinho, 2007: 88)

O decreto de n.º 4887/03, sancionado pelo Presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva, diz que as comunidades quilombolas são grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas e com ancestralidade negra relacionada com a resistência à

opressão histórica sofrida. Colocando o território de Helvécia dentro dessa definição, podemos detectar que há na ancestralidade negra uma vida de opressão e uma trajetória histórica própria.

Sobre quilombo rural, Amorim e Germani dizem que:

O conceito Comunidades Negras Rurais Quilombolas incorpora as chamadas terras de preto, terras de santo, mucambos ou quilombos. São comunidades formadas predominantemente por negros e ocupam terras na área rural. São os laços de consangüinidade e de familiaridade que permitem a utilização de áreas de forma individual e coletiva. (Amorim; Germani, 2005: 797)

Na percepção de Carril,

A identificação de quilombos no meio rural do Brasil contemporâneo fez rever a conceituação tradicional como fuga e resistência escravista, porque as pesquisas trouxeram à luz que a formação desses agrupamentos ocorreu também por outras vias como doações de terras, por abandono dos escravos pelos senhores. (Carril, 2006: 165)

Ao analisar tanto o decreto 4887/03, quanto o pensamento de Pinho e de Carril, chega-se à conclusão de que, não é em que espaço (se urbano ou rural) ou em que dimensão territorial, que se classifica ou não uma comunidade remanescente de quilombolas, mas na história de resistência de um grupo de negros que luta pela conservação de suas tradições, dos seus hábitos, adquiridos no passado ou até mesmo os que estão sendo construídos na modernidade.

Se esses conceitos apresentados são de amplo conhecimento dos pesquisadores, são também na mesma proporção desconhecidos de grande parte dos moradores de Helvécia. Certamente que a falta de acesso a este tipo de informação não vai explicar o antagonismo sobre sua condição de remanescente de quilombola. Todavia, o não conhecimento dessas informações colabora com um panorama de *apartheid* interno, alimentado por agentes exógenos, e ao mesmo tempo corrobora a perpetuação de um padrão discriminatório sobre o significado de um quilombola.

HELVÉCIA VISTA DO LADO DE LÁ

“Ser vista do lado de lá” é informação que buscamos, principalmente, em Nova Viçosa junto a pessoas que não vivem em Helvécia, tais como políticos, comerciantes e a população que mora na sede do município. Percebe-se que as opiniões, em sua maioria, são politicamente corretas, porém, demonstram uma falta de conhecimento ou uma superficialidade no que tange a importância histórica de Helvécia. É um tipo de comportamento que contribui para manter o arquétipo que a sociedade tem sobre um quilombola. Nesse contexto também foram pesquisados sites da Prefeitura Municipal de Nova Viçosa e das empresas ligadas ao eucalipto, panfletos de divulgação do município e o site da EMBASA.

Num site³ que divulga ações da Secretaria de Turismo do Município de Nova Viçosa, portanto, repercute um pensamento oficial, foram encontradas frases que indicam uma preocupação do governo local com a proteção do território de Helvécia, uma exaltação ao passado do território. Entretanto, cabem algumas considerações baseadas no trabalho de campo: 1) No trabalho de campo não se constatou nenhum programa organizado pela Secretaria de Turismo objetivando proteger o patrimônio, seja ele material ou imaterial; 2) O povoado não foi transformado numa Colônia Nagô, mesmo porque isso não poderia acontecer por imposição, é algo que é nato da localidade; 3) Percebe-se que o município sede não sabe como tratar Helvécia, haja vista a quantidade de classificações num texto tão pequeno: povoado, distrito, Colônia Nagô, remanescentes do período escravo.

Uma outra questão que apareceu, foi como a Empresa Baiana de Água e Saneamento S.A. – EMBASA (Fig. 7) se refere a Helvécia no seu Relatório Anual para Informação ao Consumidor – RAIC do ano de 2011, classificando a comunidade como um município.

³ www.novavicosabr.com.br (consultado a 17-01-2013). Este site ainda existe, porém, as informações criticadas neste artigo não aparecem mais. Inclusive nem o território de Helvécia é citado como atrativo turístico, apenas uma antiga estação ferroviária restaurada.

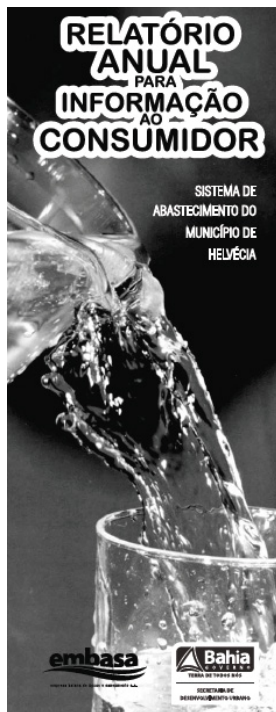


Fig. 7 – Anuário da EMBASA do ano de 2011.

Portanto, para a EMBASA, que é uma estatal, o morador de Helvécia é um consumidor como qualquer outro em qualquer parte da Bahia. O relatório da EMBASA, impresso e divulgado no ano de 2011, nos permite pensar que a empresa de água do Estado da Bahia não reconhece a comunidade como quilombola. Contudo, Helvécia teve o seu reconhecimento no ano de 2005. Esse equívoco por parte da estatal do Governo da Bahia é altamente contraproducente em todo o processo pela busca da identidade desse território, sobretudo, num Estado que foi o pioneiro em elaborar um mapa estadual de territórios de identidade.

O outro agente que parece não entender a importância de Helvécia enquanto um lugar de sobrevivência de uma cultura é o eucalipto. Entre tantas reportagens

sobre a relação do eucalipto com Helvécia foram separados trechos de um comunicado da Assessoria de Comunicação da Fíbria, uma das maiores empresas no ramo da celulose.

O primeiro trecho do comunicado começa pela exaltação dos números, do quanto de investimento será injetado em Helvécia e nos seus arredores, objetivando fortalecer a ideia de desenvolvimento.

A Fíbria lançou nessa sexta-feira, 17 de setembro, a pedra fundamental da sua Unidade de Produção de Mudas (UPM), localizada em Helvécia, distrito do município de Nova Viçosa-Ba. O investimento previsto é da ordem de R\$ 30 milhões e a UPM terá capacidade para produzir 30 milhões de mudas clonais de eucalipto por ano.

Neste trecho seguinte do comunicado aparece a sedução dos números da geração de empregos, onde um dos requisitos é ser morador de Helvécia e outros distritos próximos. Esta é uma forma de “afago” que o capital faz para os moradores, dando a eles uma sensação de privilegiados.

Na fase de operação, vai gerar cerca de 250 empregos.

Mais de 700 pessoas foram beneficiadas pelos cursos em quatro comunidades dos municípios de Nova Viçosa e Caravelas, ganhando qualificação para o mercado de trabalho. Para participar dos cursos, era pré-requisito morar em Helvécia, Juerana, Nova Esperança ou Cândido Marino, garantindo a prioridade para moradores da região, “Em breve, muitos destes profissionais deverão ser relacionados para atuar na construção da Unidade de Produção de Mudas”, observou o especialista em Viveiro da Fíbria, Valeriano Cancela da Conceição.

Por fim, neste último trecho, a teoria de espaço vital de Ratzel, onde o espaço é fundamental para conquista e manutenção do poder no território, aparece aqui utilizada pelo capital na declaração do diretor-presidente da Fíbria:

O diretor-presidente da Fíbria, Carlos Aguiar, destacou que a UPM de Helvécia marca a retomada dos investimentos da empresa em novos projetos e confirma a importância estratégica do sul da Bahia para os negócios da companhia.

A UPM de Helvécia vai atender, preferencialmente, as demandas da empresa para a renovação dos plantios localizados na Bahia, onde a Fibria possui 173 mil hectares de áreas distribuídas nos municípios de Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda.

Por: Ascom Fibria

Aparentemente a relação do eucalipto com Helvécia se mostra de maneira dúbia, uma relação conturbada onde o eucalipto parece sedutor e ao mesmo tempo nocivo. Oferece cursos de capacitação, apoia os festejos do distrito, mas, também é tido como responsável pela diminuição da pequena agricultura. Para alguns moradores de Helvécia o reconhecimento como quilombola também teve o objetivo de frear a expansão do eucalipto no distrito. Este segmento econômico se mostra com tamanha força dentro do distrito que às vezes tem-se a impressão de que ele sobrepõe a questão maior da comunidade. De acordo com Gomes,

Os defensores da eucaliptocultura afirmaram que o processo de aquisição das terras no distrito de Helvécia pelas empresas de eucalipto se deu dentro das normas do mercado capitalista, expressas nas leis de apropriação de terras no Brasil, na qual os interessados na compra das pequenas propriedades fizeram ofertas e os donos das mesmas aceitaram vendê-las. (Gomes, 2009: 6)

A justificativa daqueles que defendem o eucalipto, sem qualquer restrição, é uma postura simplista e covarde perante uma comunidade carente de ações públicas e economicamente humilde no seu modo de viver. Aliás, o temor da expansão do eucalipto está presente como uma das justificativas para que Helvécia tenha requerido o reconhecimento de comunidade quilombola. Há um estudo de Santana relatando que

A partir dessas reuniões e conversas informais, o grupo de mulheres, à revelia da maioria da comunidade, que até então não estava inserida nas discussões e tão pouco desejava tal acontecimento, formalizou o pedido de reconhecimento de Helvécia como comunidade quilombola em 23 de

outubro de 2004. A fim de oficializar o pedido, o grupo coletou assinaturas de cinco antigos moradores de Helvécia — não eram necessárias as assinaturas de uma maioria da comunidade — e anexaram a um texto que descreve algumas situações consideradas relevantes para um pedido de reconhecimento de terras de remanescente quilombola: presença das manifestações culturais e religiosas em Helvécia e que denotam uma ancestralidade africana; forma de organização e uso da terra; além disso, o texto ressaltava a necessidade de tal empreendimento em função das ameaças e dificuldades de locomoção provocadas pelas cercanias policiais a serviço das empresas de agronegócio de celulose. (Santana, 2008: 19)

Percebe-se que as empresas ligadas ao eucalipto são motivos de grande preocupação, sendo utilizadas como mais um vetor para justificar e reforçar a necessidade de que Helvécia fosse tida como uma comunidade quilombola reconhecida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A união entre geografia e antropologia nesse artigo procurou trazer uma contribuição para a análise da transformação territorial que acontece em Helvécia, transformações que irão continuar acontecendo tendo em vista que este território está localizado geograficamente no entrono de grandes projetos econômicos. A geografia sem abandonar o território físico, que é o palco dessas transformações; e a antropologia com sua capacidade teórica em estudar a questão quilombola, propiciando a convivência do pesquisador com os moradores. Por mais que houvesse uma preocupação com a multidisciplinaridade, esta pesquisa não abarca e não encerra todas as possibilidades de estudos sobre Helvécia. Ao contrário, que ela possa se tornar mais uma abertura para a entrada de outras proposições de pesquisas em Helvécia.

Há um hiato nos estudos sobre Helvécia, que deve ser preenchido por um estudo de caráter eminentemente antropológico, pois se para se tornar um remanescente quilombola houve um apoio técnico de um antropólogo. Por outro lado, esse reconhecimento parece não ter conseguido traduzir ou negligenciou a bipolaridade cultural que se encontra em seu território. Penso que caberia à antropologia preencher esta lacuna.

Helvécia pode ser analisada pelo menos a partir de três variáveis: 1) como território político-administrativamente dentro do município de Nova Viçosa, com sua demarcação geográfica; 2) economicamente temos dentro do território de Helvécia, o território do eucalipto, controlado pelas grandes empresas, que tem seus braços nas terceirizadas e em outros parceiros; 3) o território elaborado pelo sentimento de pertencimento, entre a dualidade de ser ou não uma comunidade quilombola.

Nessas três proposições o território se traduz em poder: na primeira, o poder político que o município de Nova Viçosa tem sobre a área territorial do distrito; na segunda o território cooptado pelo principal vetor econômico da região; e na terceira, o poder daqueles que veem Helvécia como território dos negros, e daqueles que não aceitam essa definição, seja ela acadêmica ou por reconhecimento legal. Tendo como escopo principal a discussão da relação entre território e identidade na comunidade negra de Helvécia, daqui em diante a análise dedicar-se-á à terceira proposição.

A dicotomia em Helvécia não aparece apenas na abstração do sentimento de pertencimento, ela também é vista no concreto, se revelando no seu arranjo territorial. No centro do distrito o urbano é representado pela arquitetura que trocou o adobe pela alvenaria; a infraestrutura conta com fornecimento de água e energia elétrica; há também serviços (posto de saúde, padaria, açougue, pousadas, restaurantes e bares), encontrados em qualquer cidadezinha do país. Helvécia possui entre 4 500 a 5 000 habitantes, uma população maior que a do município de Catolândia, BA, com 2 609 moradores de acordo com o censo de 2010. E o rural é representado pelas propriedades que circundam o núcleo urbano distrito; e a própria condição político-administrativa perante o município sede. Santana reafirma esta dualidade do território de Helvécia demonstrando que

Centro e periferia continuam acentuando as diferença em Helvécia, mesmo com a denominação “Quilombo”, espaço de caráter coletivo-comunitário. As estatísticas do Censo 2000 apresentam Helvécia com uma população de 3 349 habitantes. Do total, 1 746 pertenciam ao sexo masculino, uma soma equivalente a 52,1% enquanto que 1 603 integravam a população feminina, perfazendo 47,9% da população total. (Santana, 2008: 55)

Este cenário de dualidade territorial faz de Helvécia uma singularidade dentro do rol de comunidades quilombolas existentes no Brasil. É preciso um estudo antropológico mais aprofundado em Helvécia que objetive colaborar com uma classificação ou definição sobre Helvécia. Dessa forma, este artigo conclui preliminarmente que Helvécia não se configura como um quilombo urbano, visto que não está inserida dentro de uma cidade; também não seria totalmente rural, no sentido primitivo, visto que o seu território apresenta alguns símbolos de uma urbanização.

Ao não concluir uma classificação sobre o território de Helvécia, não se pretendeu desqualificá-la ou mesmo questionar a sua condição de comunidade quilombola, mas, colocar em evidência esta dualidade do território. Outrossim, este texto expõe uma limitação teórico-metodológico, sobretudo, dentro a ciência antropológica. Por outro lado, não pretende encerrar as discussões sobre o território, assim, os hiatos deixados aqui podem ser frutos para futuras pesquisas sobre Helvécia.

No que se refere à questão do sentimento de pertencimento, a percepção que tenho sobre Helvécia é a de que uma parte da comunidade se sente e vive como remanescente quilombola e uma outra parte sente e vive Helvécia também com suas referências como descendente de colonizador. Mas, tanto um lado como o outro vive Helvécia como o seu lugar de referência histórica e familiar. Apenas os dois lados não se encontram, mesmo que a história do distrito tenha sido construída pelos dois lados simultaneamente.

No trabalho de campo foi possível perceber que existe uma divisão de opinião sobre estar ou não numa comunidade quilombola e as visões antagônicas são expostas não somente numa posição negro contra branco, pois há também posturas contrárias entre os negros sobre sua condição de viver num remanescente quilombola. Há ainda aqueles que ignoram esse cenário, geralmente entre os jovens do distrito, a quem essa questão parece não interessar, o que poderá comprometer a preservação histórica do lugar através dos seus atores principais, seus moradores.

Contudo, a construção desse panorama, cheio de contradições, não deve ser imputada somente ao processo de reconhecimento de Helvécia como um remanescente quilombola, tendo em vista que a história do distrito revela que desde a sua formação, por volta de 1847, sempre foi um território onde a submissão for-

çada, amparada oficialmente, do negro ao branco, foi o norteamento das relações entre seus moradores.

Os antagonismos que caracterizam o debate sobre o tema central desse artigo se traduz num reflexo da existência de uma identidade quilombola que está em construção em contraposição de uma parte da comunidade que se recusa a estabelecer este debate. Também pode ser interpretado como uma transição para que uma identidade quilombola seja suprimida ou mesmo eliminada. Logo, não há como negar a existência de uma fragmentação étnica e cultural interna, que está alimentada vorazmente por interesses externos, que tentam cooptar alguns líderes do distrito.

Quanto ao futuro de Helvécia, política e administrativamente continuará sendo um distrito, pois ainda não tem força política como também não apresenta aspectos técnicos para se tornar um município. Entretanto, a emancipação é um assunto presente entre seus moradores. Enquanto remanescente quilombola, será vivido apenas por aqueles que têm esse sentimento. Em geral grande parte da comunidade de Helvécia se mostra preocupada com questões que aparecem em qualquer dinâmica urbana, tais como a prostituição, drogas, falta de uma agência bancária, pavimentação das ruas, etc.

Na época em que Helvécia pertencia a Colônia Leopoldina não havia espaços para uma discussão livre sobre quais caminhos a comunidade poderia tomar como forma de garantir sua sobrevivência cultural e econômica. O cenário de imposição da vontade e dos ideais dos europeus eram a única via possível naquele tempo no território. Nos dias atuais, há possibilidades de diálogos que podem ser mediados pela academia, com uma presença mais constante junto à comunidade e não apenas utilizando Helvécia como objeto de estudos teóricos. A possibilidade da implantação de um Colégio Universitário, chancelado pela Universidade Federal do Sul da Bahia, dentro do distrito, poderá representar a construção de uma ponte entre os discursos antagônicos sobre o significado de Helvécia.

É cristalino que a comunidade de Helvécia tem muito a resolver sobre suas questões internas. E a contradição sobre o sentimento de pertencimento talvez seja a mais latente e urgente, pois há resquícios de intolerância e preconceito pairando pela comunidade. Tem-se a impressão que o distrito vive o seu cotidiano dentro de um grande acordo que não é oficial, mas, estabelecido através da convivência

quase que pacífica e respeitosa dentro da sua secular história dialética. Antes era bipolar, nos dias atuais se tornou multipolar porque envolve outros elementos da modernidade, como os agentes do capital internacional.

BIBLIOGRAFIA

- Albuquerque, Jean (2006). *Retrato histórico de Nova Viçosa, Bahia*. Nova Viçosa: BA.
- Almeida, Maria Geralda (2005). Fronteiras, territórios e territorialidades. *Revista da ANPEGE*, 2, 102-114.
- Assessoria de Comunicação da Fíbria. Consultado a 17-03-2014, <http://www.novavicosa.ba.gov.br/modules/news/article.php?storyid=189>
- Carril, Lourdes de Fátima B. (2006). Quilombo, território e geografia. *Revista Agrária*. 3, 156-171 [USP].
- Castells, Manuel (1983). *A questão urbana*. Trad. Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Constantino, Cíntia H.; Krull, Jane S.; Santos, Maria Aparecida dos (2006). *O impacto da monocultura do eucalipto nos aspectos culturais na comunidade de Helvécia*. Teixeira de Freitas (BA): Faculdade de Teixeira de Freitas.
- Durham, Eunice R. (1986). A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In Ruth C. L. Cardoso (Org.), *A aventura antropológica. Teoria e pesquisa* (17-38). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gomes, Liliane M. F. C. (2009). Helvécia. Arranjos cotidianos dos homens e mulheres no convívio com a eucaliptocultura. In *Anais do XXV Simpósio Nacional de História*. Fortaleza: ANPUH [CD].
- Gupta, Akhil; Ferguson, James (2000). Mais além da cultura: espaço, identidade e política da diferença. In Antônio A. Arantes (Org.), *O espaço da diferença* (30-47). Campinas, SP: Papirus.
- Lefebvre, Henri (1999). *A revolução urbana*. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- Machado, Mônica S. (1997). Geografia e epistemologia: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade. *GEO UERJ*, 1, 17-32.
- Müller, Cíntia Beatriz (2006). *Comunidades remanescentes de quilombolas de Morro Alto. Uma análise etnográfica dos campos de disputa em torno da construção do significado da identidade jurídico-política de "remanescentes de quilombolas"*. Tese de doutorado, PPGAS/UFRGS, Porto Alegre.

- Pinho, Osmundo de Araújo (1998-1999). Espaço, poder e relações raciais: o caso do centro histórico de Salvador. *Revista Afro-Ásia*, 21-22, 257-274 [Salvador, UFBA].
- Santana, Gean Paulo Gonçalves (2008). *Entre o dito e o não dito. Conflitos e tensões na “refundação” territorial quilombola. Uma análise a partir da Comunidade de Helvécia, extremo sul da Bahia*. Dissertação de Mestrado em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador.
- Santos, Milton (1991). *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*. 3ª. ed. São Paulo: Hucitec.
- Secretaria de Turismo do Município de Nova Viçosa*. Consultado a 17-01-2013, www.novaviciosa.br
- Silva, Sylvio C. B. M.; Silva, Barbara-Christine N. (2003). *Estudos sobre globalização, território e Bahia*. Salvador: UFBA.
- Tuan, Yi-Fu (1983). *Espaço e lugar. A perspectiva da experiência*. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel.

A ENTIDADE SOBRENATURAL DA ÁGUA

Water as a supernatural entity

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

jde@fl.uc.pt

*Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9090-557X>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-6_3

Texto recebido em / Text submitted on: 06/12/2019

Texto aprovado em / Text approved on: 13/02/2020

Biblos. Número 6, 2020 • 3.^a Série

pp. 55-69

RESUMO.

Num momento crucial da Humanidade, em que a necessidade de preservar a água potável se tornou fundamental para a continuação da vida sobre a Terra, recorda-se neste ensaio como, ao longo dos tempos e, de modo especial, na época romana, aos mananciais e aos rios se atribuíam virtudes sobrenaturais. Alude-se também à actividade dos vedores (*aquileges*).

Palavras-chave: *Fons; Fontana; Nympha; Aquilex*; Culto das águas.

ABSTRACT.

At a crucial time for humankind, when the preservation of potable water is one of the most important problems across all the regions of the world, this essay reminds us how in Roman times the fountains and rivers were involved in a sacred veil. The *aquileges*, Roman water-diviners, had the technical knowledge while also being inspired by the gods.

Keywords: *Fons; Fontana; Nympha; Aquilex*; the cult of water.

Desde há séculos que se tornou comum o uso da expressão “o culto das águas” para identificar a atitude duma comunidade para com os elementos naturais susceptíveis de as fornecer: os rios, os mananciais e o próprio mar.

Também desde há muito que os investigadores — da História, da Etnologia e Etnografia, da Geografia... — se debruçam sobre essas manifestações, inserindo-as habitualmente nesse halo de religiosidade, uma vez que à primordial existência da água, imprescindível à vida, se atribuiu permanente númen divino.

Nada de novo, porém, se poderá esperar desta mui singela reflexão, em jeito de ensaio, tanto mais que — como o demonstra rápido relancear pela bibliografia existente, de que se referirão apenas alguns textos, quiçá não os mais significativos — estamos perante tema deveras aliciante.

1. OS RIOS

Quando, mesmo longe do tempo já, vemos a fotografia do rio Ebro, na sua enchente de 4 de Abril de 2007, algo há, de certeza, a mexer no nosso íntimo. Ao lado, imponentes, as torres da catedral-basílica de Nossa Senhora do Pilar nada temem, apesar de, no fundo, se verificar que pouco falta para as águas lamacentas atingirem o tabuleiro da vetusta ponte de pedra de Zaragoza.

Estremeceu a população. Muitos não terão hesitado em entrar na catedral, para acenderem uma vela à Senhora. O sacristão, solícito, passará pouco depois para a levar consigo, juntamente com as outras, meio consumidas que estejam, para darem lugar a mais. O voto, porém, fora cumprido. E terão recordado à Virgem que há muito lhe colocaram a imagem, também sobre um pilar, mesmo diante da fenda rochosa, em Fontibre, nas Astúrias, donde, em borbotões, o Ebro se solta. A Santa santifica as águas; protegerá as terras e as gentes que o rio encontrará no percurso.

Não é o mais comprido da Hispânia, que o Tejo nesse aspecto o suplanta, mas os seus 930 km são... uma vida. São... vidas. O próprio rio, assim, terá personalidade própria, divina quiçá. Como divindade o representarão, aliás, os Romanos, na estátua que, em jeito de personagem, lhe erigiram e de que ainda se pode admirar um fragmento em Tarragona, com a inscrição FLVMEN HIBERVS (HEpOL 9787). Aliás, um altar, hoje no Museu de Estrasburgo (Hatt, 1970: 319-

321, figs. 9, 10), foi dedicado por *Oppius Severus, legatus Augusti, Rheno Patri*, “ao Pai Reno”, e da decoração que ostenta se deduz que a divindade foi honrada com uma *suovetaurilia* (sacrifício de um porco, uma ovelha e um touro). Também o rio Reno se divinizou, portanto.

Diz-se que o nome “hiberus” poderá, até, ser um derivado de palavra indo-europeia significando “rio”; como se o Ebro fosse “o rio” por excelência. E de tal modo a importância do Ebro entrou no inconsciente colectivo — a formar um arquétipo? — que do seu nome fizeram derivar o etnónimo Iberos, a expandir-se depois por toda a península que Ibérica passou a chamar-se.

A força telúrica das águas correntes — que sempre benfazeja se quer — detinha, pensou-se desde sempre (ousar-se-ia dizer), a virtude emanada da divindade suprema. Corrente — a lembrar ao Homem, como, um dia, o imperador Marco Aurélio escreveu, que “O tempo é como um rio que os acontecimentos formassem, um rio torrentoso. Mal uma coisa se anuncia, ei-la que já lá vai: no seu lugar já está outra em jeito de abalada” (*Pensamentos*, IV, 43). Corrente, porque purifica. E de imediato se recorda o Ganges e as cerimónias rituais hindus; o Jordão, onde Cristo se quis fazer baptizar (Mc 1, 7-11).

Quando os Romanos chegaram ao estuário do Tejo — rio a que chamarão de *aurifer*, dada a abundância de pepitas facilmente achadas no seu leito a montante — houve, naturalmente, quem se decidisse por uma vida urbana, na administração e no comércio; outros, no entanto, preferiram demandar os arredores mais propícios às tarefas agrícolas. Assim terá feito Tito Curiácio Rufino e sua família. Chegou ao lugar hoje chamado Freiria e apercebeu-se da pujança do seu ribeiro de águas cristalinas. Os terrenos derredor ofereciam-se aptos e, por isso, optou por ficar. Não sem, antes, solicitar o apoio divino. Aos raros habitantes indígenas terá perguntado. Sim, responderam, *Triborunnis* é a nossa divindade protectora. Se esse não foi o nome, foi assim que *Rufinus* entendeu (Encarnação, 1985). Chamou o canteiro e encomendou o altar, que, de livre vontade, lhe dedicaria. Um desafio, portanto, para o epigrafista de hoje: *Triborunnis*? Que etimologia lhe poderemos atribuir? Parte-se do princípio que o teónimo ressuma um significado concreto, assim se raciocinaria então, como na actualidade. Dar o nome adequado às características protectoras. Que motivara, de modo especial, a vontade de ficar? O fértil caudal do ribeiro. Dir-se-á que por esse motivo se

deixaram influenciar os linguistas; o certo é que, com base em radicais análogos, de âmbito indo-europeu, se apontou como explicação verosímil a possibilidade de o teónimo *Triborunnis* — forma paralela a *Trebaruna* e *Trebaronna*, teónimos também documentados na Lusitânia romana — ter derivado de *treb-*, a que se atribui o sentido de “casa”, e *run-*, tema detectável em vocábulos de origem indo-europeia também ligados à água corrente, de que o potamónimo *Aronne*, rio da Gália, poderia ser paralelo. “Casa da água” afigurava-se, pois, deveras aliciente como explicação para nome estranho ao vocabulário latino.

A água corrente, detentora de poder divino.

2. AS FONTES TERMAIS

Segundo a opinião corrente, citada por todos quantos ao tema alguma vez se dedicaram (Jacobi, 2013, 2017), Carl Gustav Jung definiu arquétipo como uma estrutura universal derivada do inconsciente dos povos, estrutura que, pouco a pouco, se foi consolidando e dela são manifestações os mitos, as narrativas ancestrais a perdurar geração após geração. Na verdade, ao falar da psicologia do inconsciente, o arquétipo assume, para Jung, papel primordial, como manifestação do inconsciente colectivo, algo que a todos nos transcende e nos envolve (Jung, 1978: 102-125).

Que dizer, por conseguinte, da ideia de serem emanção divina as características específicas duma nascente, nomeadamente se a água brotar aí a temperatura fora do habitual? Que força senão essa leva os humanos a acorrer ali, na esperança — amiúde bem fundamentada — de que detêm singulares qualidades terapêuticas? Ocorrer-se-nos-á de imediato, por exemplo, a atitude dos felizes visitantes do criptopórtico romano de Lisboa, que se munem de garrações para trazerem lá de baixo uma água que se reputa salutífera? Não se dizia, de resto, ter-se encontrado ali um altar ao deus romano Esculápio, o protector da Medicina?

Perde-se na noite dos tempos o mais antigo testemunho do uso da expressão “o culto das águas”. É hoje comumente aceite, sem restrições. Prestaram culto à água todos os povos de que há memória. E, nesse âmbito, lugar de relevo mereceram sempre as fontes termais, atendendo às qualidades salutíferas desde cedo nelas identificadas.

São, por tal motivo, inúmeros os testemunhos deixados pelos Romanos em todo o Império, quer porque os vestígios arqueológicos documentam a sua utilização, quer porque as epígrafes subsistentes atestam a gratidão de quantos às termas acorreram e encontraram alívio para os seus males.

Um dos locais mais conhecidos no Ocidente será, sem dúvida, Bath, na Inglaterra, que mui orgulhosamente se intitula *City of Bath World Heritage Site*, justíssima classificação atendendo ao bom estado de conservação dos banhos romanos e ao facto de o seu uso perdurar até aos nossos dias. Desde 1897 que estão abertos ao público e receberam em 2018-2019 (até Setembro) 1 202 491 visitantes, como o seu responsável, Tony Crouch, teve ocasião de indicar (2020). Visitantes e utentes, esclareça-se.

E, já agora, um outro sítio notável, este na Sardenha: Fondorgianus, nome que poderá ter derivado de *Forum Traiani*, ainda que se saiba ter o sítio ocupação romana antes do imperador Trajano. O estabelecimento termal romano conserva-se praticamente intacto, a população usufrui da água que brota a 55-56° C; de resto, os próprios romanos juntavam as águas do aqueduto com as da nascente, para que não fossem tão quentes; o município teve o cuidado de a canalizar para diversos chafarizes, onde sai a cerca de 48° C e os habitantes usam-na sobretudo para lavar roupa e louça, como desinfectante. Era à divindade Bes (de que se encontraram duas estátuas) que se atribuíam as propriedades curativas das águas e também ali se encontrou um espaço consagrado às ninfas (Zucca, 1986). Tal como em Bath, a visita a Fondorgianus obriga-nos, necessariamente, a recuar milénios.

Da antiga Dácia (actual Roménia), poder-se-ão citar as fontes termais de Geoagiu, a romana *Germisara*, topónimo que se supõe derivado de dois radicais: *germi*, com o significado de ‘quente’, e *sara*, que seria ‘queda de água’. Daí se conhece quase uma dezena de inscrições romanas dedicadas às Ninfas das águas, a que se atribui um carácter sagrado, susceptível de trazer saúde e bem-estar. Numa, datada do ano 186, o porta-estandarte (*aquilifer*) e questor Públio Élio Marcelino agradece às Ninfas Santíssimas ter escapado à morte: “mortis periculo liberatus” (EDCS — 26600831). Noutra, dada como identificada num templo, Marco Lucílio Luciliano, augustal da colónia, consagra uma epígrafe *Nymphis Salutiferis pro salute sua et L(ucii) Antisti(i) Onesimi aug(ustalis) col(oniae)*, “às

Ninfas Salutíferas, pela sua saúde e pela de Lúcio Antístio Onésimo, augustal da colónia” (EDCS — 26600832). Também Marco Aurélio Mossiano, soldado da XIII Legião Gémina, aí fez um voto *Nymphis sanctissimis*, “às Ninfas santíssimas” (EDCS — 03700704).

A tal sortilégio não escapou a cidade de Roma. Poder-se-ia começar por referir a crença salutífera da moeda que, de costas, se lança à Fontana di Trevi; reflexo é, sem dúvida, desse intemporal acreditar na força que das fontes poderia emanar; mas, na actualidade, está o gesto desprovido de significado transcendente. Entre muitas outras possíveis anote-se, a título de testemunho, a dedicatória que o liberto imperial *Chryseros* faz ao Génio do Númen de uma Fonte (EDCS — 17200117). Aqui, o carácter sobrenatural da Fonte sai reforçado pelo facto de ao próprio númen (poder espiritual) se atribuir um espírito protector, o Génio.

Fontes termais não escasseiam por toda a Península Ibérica (Díez de Velasco, 1985, 1998, 2002, 2010). Antes pelo contrário. E muitas estiveram já em uso no tempo dos Romanos (Pérex Agorreta; Miro i Alaix, 2017). Refram-se duas das epígrafes que nos chegaram, a testemunhar esse culto:

— Na antiga *Nescania* (região de Málaga), Lúcio Postúmio Satulo ofereceu, por voto, um altar *Fonti Divino*, “à Fonte Divina” (HEpOL 3088);

— em Arganda del Rey, uma localidade da Comunidade de Madrid, achou-se a epígrafe oferecida às Ninfas por *Rufinus* (HEpOL 8896).

Do território actualmente português é conhecido o grande interesse que o termalismo vem despertando, sobretudo a partir do século XIX, embora se saiba, por exemplo, que el-rei D. José I frequentou as termas do Estoril (onde a água nasce também a mais de 40°C) para alívio dos seus problemas de gota. Há mesmo notícias — ainda que vagas — de que ali se teria achado uma inscrição romana; nunca, porém, se identificou.

Notável é o monumento de Braga chamado Fonte do Ídolo (Elena, 2008). A água sai duma fenda da rocha, onde foi esculpida a imagem do que se tem considerado o númen protector do manancial. É estranha a sua designação, pré-romana: os especialistas hesitam em interpretá-la como nome único, *Tongoena-biacus*, ou como composto de *Tongus* e *Nabiacus*, tendo em conta que também aí se encontrou um ex-voto à divindade *Nabia*, relacionável com a força divina atribuída à nascente.

As termas de Caldas de Vizela também os Romanos as utilizaram. A divindade chamava-se *Bormanicus*, a quem se dedicaram as duas epígrafes de reconhecimento até hoje aí encontradas (Encarnação, 2011: 167-171). Usando do mesmo critério atrás apontado para *Triborunnis*, os linguistas viram no teónimo o radical *Borm-* ou *Borv-* existente em línguas antigas derivadas directamente do indo-europeu, com o sentido de “quente”, adjectivo que bem se enquadra na temperatura da nascente. Numa das epígrafes — cite-se como curiosidade — o dedicante *Caius Pompeius Meidugenus* manifesta tanto empenho em que o seu testemunho perdure séculos afora que mandou gravar, no final, benévolo e aliciante pedido: *Quisquis · honorem · agitas · ita · te · tua gloria · servet praecipias puero · ne linat · hunc lapidem* — frase latina que poderia traduzir-se assim:

“Tu, quem quer que sejas, que anseias por honras, que deste modo te sirva para tua glória que ordenes ao escravo que não suje esta lápide”.

Forma eloquente de cativar e de incitar à preservação do património (diríamos nós, usando terminologia actual).

Em S. Pedro do Sul (porventura *Aquae Sulis*, em tempo de Romanos), uma família romana logrou servir-se de bom estratagema para perpetuar a sua memória. Deve ter solicitado autorização às entidades locais para mandar fazer uma inscrição à divindade que superintendia na nascente. Sem problemas — ter-lhe-ão respondido, que é uma forma de se honrar quem tanto bem nos faz. A inscrição foi feita a Mercúrio, mas a divindade foi associada ao poder político — é “Mercúrio dos Augustos” — e deram-lhe o epíteto de *Aguaecus*, “da água”, sintoma de que, antes dos Romanos, já a força do manancial era venerada. De resto, singular é essa forma de identificação da divindade, uma vez que, duma só penada (passe a expressão), se unem dois panteões, o romano e o indígena, não se esquecendo quanto, nesse tempo, o poder religioso estava de mão dada com o poder político (Encarnação, 2018: 49).

Das termas de Monte Real só dispomos, por enquanto, de um testemunho romano: o pequeno altar, a ser colocado junto à nascente, que *Frontonius Avitus A(nimo) L(ibens) P(osuit)*. Só que há aqui um pormenor não despreciando: a divindade vem mencionada em sigla (F.), porque facilmente se deduziria estar a oferta consagrada à Fonte, a Fontano ou a Fontana. Qualquer das designações serviria (Encarnação, 2017).

Não se conhece exactamente o local donde proveio a inscrição em que Avito roga às Ninfas que intercedam pela saúde de sua mulher (IRCP 569). As informações colhidas apontam, todavia, para a possibilidade de as Ninfas citadas constituírem a encarnação divina das águas que brotavam (e brotam) em Cabeço de Vide. E não será de somenos sublinhar como o devoto suplicou, de modo particular, pela saúde da mulher. É que *salus* não é apenas a saúde física em sentido restrito; é, também, a saúde mental, a serenidade, a boa disposição, o bem-estar.

Em Bencatel, próximo de Vila Viçosa, se terá encontrado uma inscrição, hoje de paradeiro desconhecido, segundo a qual Álbia Pacina roga a Fontano e a Fontana pela saúde de Álbio Fausto (IRCP 438). Não se sabe qual o seu contexto original.

O pequeno altar identificado nas Caldas de Monchique prima pela sobriedade: *Aquis sacris Patulus t(estamento?) p(atris?) v(otum) s(olvit)* — “Por testamento do pai, Patulo pagou a promessa às Águas Sagradas”. Um testemunho: as águas são sagradas (Andreu Pintado, 2017; Fernandes, 2002).

3. A ÁGUA NA AGRICULTURA

Problema duma pungente actualidade, bem no sabemos, e que o não seria menos no tempo dos Romanos.

Já vimos a importância de *Triborunnis*, divindade indígena perpetuada em tempo de Romanos. Suspeita-se da importância que ressalta do teor das epígrafes.

Mais não será do que a manifestação de uma devoção familiar a árula que se encontrou no pequeno átrio da Casa dos Repuxos, em Conímbriga, dedicada *L. Aquitibu(s)*; pelo contexto, o desdobramento do L em *Laribus* não sofre contestação. O rumor dos repuxos do magnífico peristilo convidaria à serenidade e, por isso, o reconhecimento aos númenes do lar mais aconchegaria a família. Identifica-se o dedicante apenas pelo seu *cognomen*, *Rufus*, indicando em sigla (C.) a sua *gens*, decerto bem conhecida (Ribeiro, 2002).

Em Ervedal (Avis), Trepto, que se identifica como escravo de Gaio Apuleio Silão, manda esculpir um pequeno altar a *Fontan-, ob aquas inventas*. É propositado o facto de não se ter gravado na pedra a terminação do teónimo: pode ser *Fontano* ou *Fontanae* (Encarnação, 2010: 142-144). Verificámos que, na árula de

Monte Real, o dedicante optara pela sigla e cada qual que interpretasse como quisesse; vimos que, em Bencatel, a dedicatória é feita *Fontano et Fontanae*; a razão é simples: os deuses não têm género e tanto podem entender-se num como noutro.

No entanto, o que mais suscita interesse na árula de Ervedal é a razão da acção de graças: Trepto encontrou água. Seria, porventura, um vedor cuja intervenção o senhor solicitara, uma vez que tão precisadas estavam de água as suas propriedades e gados. E, obtido o êxito, tanto o escravo como o senhor se mostraram reconhecidos; daí também o facto de, na epígrafe, o senhor vir identificado por extenso, o que não é costume. Trepto sente-se honrado por ter este senhor e o *dominus* honrado por ter um *servus* eficaz na descoberta de mananciais.

Não são muitas as referências conhecidas a vedores na Antiguidade Romana. São designados *aquileges* (*aquilex*, no singular).

Que se saiba, são duas as inscrições que os mencionam:

— Uma, de Boñar (León), lê-se na parede rochosa da montanha Salona, sobre uma nascente termal e é Alexis, um liberto, *aquilegus* de profissão, que a consagra à Fonte (HEpOL 8520);

— noutra, da região de Navarra, é o *aquilegus Quintus Licinius Fuscus* que homenageia as Ninfas (HEpOL 19160).

Santiago Montero (1990-1991) reabilitou uma terceira, tida como achada no termo de Nápoles, mas que se perdeu: referiria que o *aquilegus* M(arcus) A(u-relius?) Vestinus recuperou, a expensas suas, um *lympheum* e uma fonte. Curioso, o termo *lympheum*, aparentado com ninfeu, lugar das ninfas, não se esquecendo também que *Lumpha* era deusa das águas.

Para além destes testemunhos epigráficos, encontram-se referências a *aquileges* nas fontes escritas antigas.

Assim, lê-se numa das cartas de Plínio ao imperador Trajano: *Sed in primis necessarium est mitti a te vel aquilegem vel architectum an rursus eveniat quod accidit* — “Mas, em primeiro lugar, é necessário que seja por ti enviado ou um vedor ou um arquitecto para que não volte a acontecer o que aconteceu”. Um problema de engenharia hidráulica num aqueduto da Bitínia... (Díez de Velasco, 2013).

“Sudorem aquileges vocant”, escreveu Séneca, uma frase que tem sido interpretada no sentido de se ver em *sudor* um vocábulo técnico (como se o próprio solo suasse): “os vedores chamam suor”. Contudo, a frase completa de Séneca é:

“Sudorem aquileges vocant quia guttae quaedam vel pressura loci eliduntur vel aestu evocantur”, ‘porque essas gotas ou o jorro do lugar são compelidas a sair como que puxadas pelo calor ardente’. Tradução não literal, esta, mas que pode incitar a pensar que há condições atmosféricas mais favoráveis que outras para os vedores detectarem filões subterrâneos. De resto — e Santiago Montero (1990-1991) não deixa de, mui a propósito, o assinalar — o *aquilex* movimentava-se claramente entre dois pólos: o conhecimento técnico e as crenças religiosas. Poderia invocar os espíritos divinos, “por se atribuírem às divindades e génios locais a abundância e perenidade das águas, assim como a sua protecção e tutela”, mas teria uma concepção racional da Natureza, sabia ler o terreno, observar a humidade da terra (o tal “suor”...), as características da vegetação.

Por curiosidade, refram-se mais algumas passagens dos textos clássicos alusivas à actividade dos *aquileges*:

— Tertuliano, na obra *Adversus Marcionem* (3, 5), afirma, a propósito do que Deus proporcionou ao homem: “Quia nec statim aquilicem et agricolam se deus repromisit, dicens: ‘Ponam flumina in regione sitiendi et in solitudine cedrum et buxum’”. Que é como quem garante: Deus não prometeu nem um vedor nem um agricultor, dizendo: “Porei rios em região sequiosa, cedro e buxo na solidão”.

— No *Thesaurus Linguae Latinae*, s. v. “aquilex”, cita-se Tarruntenus (*Digesta* 50, 6, 7), onde se declara “inter immunes militaribus muneribus gravioribus gladiatores aquilices tubarii”; isto é, também os vedores, como os gladiadores e os trombeteiros, estavam isentos das tarefas militares mais pesadas. E, de seguida, referindo as *Variae Epistulae* de Cassiodoro (3, 53, 1), dá-se conta da vinda a Roma de um vedor africano: “aquilegum Romam venisse de partibus Africanis”.

O médico Herófilo de Alexandria tem uma passagem numa das suas obras que vale a pena recordar (Staden, 1989: 415). Alguém, ao que parece, padecendo de hidropisia, terá solicitado a intervenção de um curandeiro que do mal o libertou, disso se tendo vangloriado. Ora, Herófilo não esteve com meias medidas e mangou: “E ufanas-te por ele te ter tirado água da barriga? Eu acho que, nessa circunstância, mais útil teria sido para ti um vedor etrusco” — “Quod ille e ventre aquam mittit, et hoc te iactas? At hoc pacto utilior te Tuscus aquilex”.

A relevância atribuída aos vedores a complementar o que se disse acerca da importância dada à água na Antiguidade.

4. CONCLUSÃO

Esse carácter divino da água será, naturalmente, combatido pelo Cristianismo nascente (Díez de Velasco, 2016).

Ainda que possam matizar-se em pormenores as informações veiculadas, nos seus livros, pelo Professor Blázquez Martínez acerca do culto às águas e às fontes (Blázquez, 1977: 307-331; 1983: 293-295; 2002), registre-se que anota estar “muy extendido en Hispania, como se deduce de la frecuencia com que ese culto es aludido en la obra de san Martín Dumiense y en los concílios visigodos”. Cita a admoestação contida no capítulo XVI do *De Correctione Rusticorum*: “Que não se acendam velas nas penedias, junto às árvores, nas fontes ou nas encruzilhadas [...] e que não se atire pão para as fontes”. A explicação do santo é muito clara: muitos desses demónios, que foram expulsos do céu, são os que ora dominam o mar, as fontes e os bosques. E são os que desconhecem Deus que lhes prestam culto e lhes oferecem sacrifícios como se deuses fossem. Ao do mar chamam Neptuno; aos dos rios, lâmias; aos das fontes, ninfas... (*De Correctione Rusticorum*, cap. VIII).

Sintomático, pois, o discurso, porque não apenas corrobora a informação de um culto pré-existente, como acaba por, indirectamente, reconhecer que há no íntimo (digamos assim) de fontes, de rios e, até, do próprio mar um poder, uma natureza que parece ir para além do que é no concreto, mesmo que sejam, como quer S. Martinho de Dume, demónios expulsos do Paraíso.

Nossa mentalidade racionalista, predominantemente voltada para o que é visível, não diviniza a água; certo é, porém, que — quer ‘santificando’ as nascentes, quer organizando procissões chamadas “rogações” a pedir chuva — a própria Igreja Católica envolve as fontes num manto a que a religiosidade não é alheia. Tendo esse sentimento de transcendência nascido no fundo dos tempos e estando bem patente no nosso quotidiano, pode “o culto” da Água assumir, na verdade, a categoria de arquétipo.

BIBLIOGRAFIA

- Andreu Pintado, Javier (2017). La sacralización del agua en Lusitania: balance historiográfico, propuesta de actualización y caracterización básica. In Trinidad Nogales (Ed.), *Lusitania Romana. Del pasado al presente de la investigación. IX Mesa Redonda Internacional de Lusitania* (293-312). Mérida: Museu Nacional de Arte Romano.
- Blázquez, José María (1977). *Imagen y mito. Estudios sobre religiones mediterraneas e ibéricas*. Madrid: Ediciones Cristiandad.
- ____ (1983). *Primitivas religiones ibéricas. II. Religiones prerromanas*. Madrid: Ediciones Cristiandad.
- ____ (2002). Cultos e devoções de cariz aquático no Ocidente em contextos paleohispânicos. In J. Cardim Ribeiro (Coord.), *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa* (21-24). Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- Crouch, Tony (2020). Roman Bath: An international visitor destination. In José d'Encarnação (Edit.), *Villae Romanas – Investigação e Inovação*. Cascais: Câmara Municipal, 2020, 74-83.
- Diez de Velasco, Francisco (1985). Balnearios y dioses de las aguas termales en Galicia romana. *Archivo Español de Arqueología*, 58, 69-98.
- ____ (1998). *Termalismo y religión. La sacralización del agua termal en la Península Ibérica y el norte de África en el mundo antiguo*. Madrid: Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense.
- ____ (2002). O Balneário de Baños de Montemayor. Inscrições votivas. In J. Cardim Ribeiro (Coord.), *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa* (141-144). Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- ____ (2010). La naturaleza entre la concreción y la abstracción: el imaginario de las divinidades termales en la Península Ibérica antigua. In Santiago Montero; M. C. Cardete (Eds.), *Naturaleza y religión en el mundo clásico. Usos y abusos del medio natural* (151-164). Madrid: Signifer Libros.
- Diez de Velasco, Francisco (2013). Ingeniería hidráulica y religión en el Imperio Romano: Trajano y la construcción de canales. In Alicia Cámara Muñoz; Bernardo Revuelta Pol (Eds.), *Ingeniería Romana. Que la Majestad de Tu Imperio Cuente con el Adecuado Prestigio de Edificios Públicos (Vitruvio)* (47-64). Madrid: Fundación Juanelo Turriano.
- ____ (2016). Los lugares de culto pagano de las aguas y su pervivencia en el cristianismo: el caso del termalismo en la Península Ibérica. In José Ángel García de Cortázar; Ramón Teja (Coords.), *Los monasterios medievales en sus emplazamientos. Lugares de memoria de lo sagrado* (41-63). Madrid: Fundación Santa María la Real, Centro de Estudios del Románico.

- EDCS = Epigraphik Daten-bank Claus/Slaby. Consultado a 09-09-2019, <http://www.manfredclaus.de/gb/>
- Elena, Ana Garrido; Mar, Ricardo; Martins, Manuela (2008). A Fonte do Ídolo. *Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas*, 4.
- Encarnação, José d' (1985). Ara votiva a Triborunnis. *Ficheiro Epigráfico*, 14, inscrição n.º 59.
- ____ (2010). *Epigrafia. As pedras que falam*. 2.ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- ____ (2011). Viver, filosofar... viver! In M. J. García Blanco; et al. (Eds.), Ἀντίδορον, *Homenaje a Juan José Moralejo* (165-174). Santiago de Compostela: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Santiago. Consultado a 09-09-2019, <http://hdl.handle.net/10316/16438>
- ____ (2017). As termas de Monte Real e a divindade romana aí venerada. *Cadernos de Estudos Leirienses*, 14, 51-63. Consultado a 09-09-2019, <http://hdl.handle.net/10316/44866>
- ____ (2018). 28 anos de estudos sobre religião na Lusitânia romana. In T. Nogales Basarrate (Ed.), *Lusitania Romana: del pasado al presente de la investigación* (47-58). Mérida: Museo Nacional de Arte Romano. Consultado a 09-09-2019 <http://hdl.handle.net/10316/81039>
- Fernandes, Luís (2002). As águas e o factor religioso na província romana da Lusitânia. In J. Cardim Ribeiro (Coord.), *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa* (131-140). Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- Hatt, Jean-Jacques (1970). Circonscriptions d'Alsace. *Gallia*, 28-2, 317-342.
- HEpOL = Consultado a 09-09-2019, <http://eda-bea.es/>
- IRCP = Encarnação, José d' (2013). *Inscrições romanas do Conventus Pacensis. Subsídios para o estudo da romanização*. 2.ª ed. Coimbra: Instituto de Arqueologia [1.ª ed. 1984]. Consultado a 09-09-2019, <http://hdl.handle.net/10316/578>
- Jacobi, Jolande (2013). *A psicologia de C. G. Jung. Uma introdução às obras completas*. Pról. C. G. Jung. Trad. Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes.
- ____ (2017). *Complexo, arquétipo e símbolo na psicologia de C. G. Jung*. Pref. C. G. Jung. Trad. Milton Camargo Mota. Petrópolis: Vozes.
- Jung, Carl Gustav (1978). *Psicologia do inconsciente*. Trad. Maria Luíza Appy. Petrópolis: Vozes.
- Marco Aurélio (1971). *Pensamentos*. Trad. João Maia. Lisboa: Verbo.
- Montero, Santiago (1990-1991). Conocimiento técnico y creencias religiosas de una profesión: los *aquileges*. *Faventia*, 12-13, 247-252.
- Peréx Agorreta, María Jesús; Miró i Alaix, Carme (2017) (Eds.). *Ubi Aquae ibi Salus. Aguas minero-medicinales, termas curativas y culto a las aguas en la Península Ibérica (desde la Protohistoria a la Tardoantigüedad)*. Madrid: UNED.

- Ribeiro, Ana (2002). Manifestações particulares de devoção: as árulas de *Conimbriga*. In J. Cardim Ribeiro (Coord.), *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa* (193-199). Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- Staden, Heinrich von (1989) (Ed.). *Herophilus. The art of medicine in Early Alexandria*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Zucca, Raimondo (1986). *Fordongianus*. Sassari: Carlo Delfino.

[texto escrito no antigo acordo]

(Página deixada propositadamente em branco)

A FORMA CANCIONEIRO PETRARQUIANA COMO ARQUÉTIPO

Petrarca's songbook form as an archetype

RITA MARNOTO

rmarnoto@fl.uc.pt

*Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Centre International d'Études Portugaises de Genève*

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0319-4026>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-6_4

Texto recebido em / Text submitted on: 30/09/2019

Texto aprovado em / Text approved on: 18/03/2020

Biblos. Número 6, 2020 • 3.^a Série

pp. 71-92

RESUMO.

Este artigo retoma o conceito ecdótico de arquétipo para explorar a sua aplicação à ordenação da forma cancionero petrarquiana. Depois de uma reflexão acerca do conceito de arquétipo, incide-se sobre alguns momentos particularmente significativos de um percurso historicamente estruturado. Nesse âmbito, consideram-se o comentário de Luigi Marsili, as primeiras impressões do Cancioneiro e a aldina de 1501, bem como o comentário de Francesco Vellutello. Passa-se então a assinalar o impacto da re-descoberta, na Biblioteca Vaticana, em 1886, do manuscrito Vat. Lat. 3195, códice no qual Francesco Petrarca trabalhou nos últimos anos da sua vida. Tendo em linha de conta pesquisas mais recentes acerca do modo como a ordenação do Cancioneiro estaria a ser ideada pelo poeta, são tiradas conclusões relativas à temporalidade do conceito de arquétipo, na sua aplicação à forma cancionero petrarquiana.

Palavras-chave: Arquétipo ecdótico; Forma cancionero; Francesco Petrarca; Manuscrito Vat. Lat. 3195; Petrarquismo.

ABSTRACT.

This article reverts to the ecdotic concept of the archetype and explores its application to the ordering of Petrarca's songbook form. Following a reflection on the concept of archetype, our focus shifts to some particularly significant moments of a historically structured path. To this effect, we will consider the following: Luigi Marsili's commentary, the first Canzonere prints, the 1501 Aldine edition, and Francesco Vellutello's commentary. The impact of the Vat. Lat. 3195 manuscript's rediscovery in the Vatican Library in 1886, the codex in which Francesco Petrarca worked in the last years of his life, is then highlighted. Taking into account more recent research on how the ordering of the Canzonere would be conceived by the poet, we draw conclusions regarding the temporality of the archetype concept in its application to Petrarca's songbook form.

Keywords: Ecdotic archetype; Songbook form; Francesco Petrarca; Manuscript Vat. Lat. 3195; Petrarchism.

1. A forma como Francesco Petrarca concebeu a ordenação das suas rimas tem por correlato o modo como, ao longo do tempo, essa construção foi sendo entendida por copistas, editores, imitadores, estudiosos ou simples leitores do poeta. Nesse âmbito, questões de ordem histórica e de ordem pragmática estabelecem com o plano ecdótico um diálogo denso, inscrito numa evolução secular. O seu fulcro voltaia em torno do actual manuscrito 3195 da Biblioteca Vaticana, no qual o poeta trabalhou nos últimos anos da sua vida, e cujo rasto se perdeu na dobra-gem para o século XVII. Voltou a ser localizado em 1886, na referida biblioteca¹.

A matéria tem por fulcro, pois, um dado ecdótico. A *varia lectio* de apó-grafos do Cancioneiro, que a partir de 1470 começou a ser avolumada por um potentíssimo filão editorial, serpenteou a identificação de um referente, situado a montante, até uma fase cronológica avançada no tempo. É nesse ponto que coloco o conceito de arquétipo. Neste artigo recorrerei aos métodos da ecdótica, da história da literatura e da história das formas literárias.

2. O conceito de arquétipo entra no léxico da filologia oitocentista na segunda metade da centúria, num clima bem marcado pela voga positivista. Karl Lachmann é reconhecido como o estudioso que o lançou, num momento culminante do seu percurso intelectual, com a edição de Lucrécio editada em 1850. O crítico ger-

¹ Num campo cuja bibliografia é extraordinária, em termos qualitativos e quantitativos (“Non credo che esista manoscritto tanto documentato e studiato come il ms. Vat. lat. 3195”, escreve Zamponi à cabeça do seu fundamental ensaio de 2004; in Petrarca, 2004: 13), apresentarei referências essenciais com remissão para os respectivos aparatos e bibliografia. Assinalaram quase simultaneamente a existência do manuscrito 3195, na Biblioteca Vaticana, Arthur Pakscher (1886) e Pierre de Nolhac (1886). Quanto ao códice, valha por todos o reenvio para a sua reprodução facsimilada, bem como para os estudos que a acompanham (Petrarca, 2004). A configuração e a sequência das nove “formas” do Cancioneiro, conforme estabelecidas por Wilkins (2012) em meados do século passado, foram mais recentemente sujeitas a profunda revisão (Barollini; Storey, 2007), o que levou ao reconhecimento de quatro estádios textuais: 1. Chigi, Correggio ou “raccolta antica” (recolha dedicada a Azzo da Correggio); 2. Malatesta (recolha enviada e dedicada a Pandolfo Malatesta a 4 de Janeiro de 1373; vd. *infra*, 3.); 3. Pré-Vaticana (que actualmente está a ser alvo de decisivas investigações; vd. *infra*, 5.); 4. Vaticana (representada pelo manuscrito Vat. Lat. 3195, em que as mãos de Giovanni Malpaghini, discípulo e amanuense de Petrarca, e do próprio poeta se alternam — e que este reviu).

mânico tinha encontrado na biblioteca de Leiden dois manuscritos do *De rerum natura*, derivados de uma fonte comum, que designou como arquétipo². Assim sendo, segundo Lachmann o arquétipo remete para um manuscrito perdido, cuja fisionomia é recuperável através da colação da tradição textual remanescente que dele decorre, organizada num *stemma codicum*.

O uso do conceito encontra-se porém vinculado a uma variedade e até a uma variabilidade de acepções que têm vindo a suscitar um profícuo debate. Por um lado, o arquétipo pode remeter para manuscritos que existem ou existiram. Por outro lado, pode basear-se nos manuscritos efectivamente existentes. Assim se distinguem duas esferas conceptuais, cujas linhas de força Paolo Trovato sintetiza nos seguintes termos:

[T]he *history of the tradition*, with its unattainable real trees, that is, the often very rich ensemble of all mss. that historically existed, including those that disappeared without leaving traces, and *textual criticism*, with its very tangible although perfectible *stemmata codicum*, based on few mss. that have come down to us. (Trovato, 2017: 65)

Recordem-se brevemente Alfredo Stussi³, que identifica arquétipo com cópia perdida, reificando a metodologia que o permite identificar e reconstruir formalmente através do erro comum, D'arco Silvio Avalle⁴, que conjuga as duas

² “Ante hos mille annos in quadam regni Francici parte unum supererat Lucretiani carminis exemplar antiquum, e quo cetera, quorum post illa tempora memoria fuit, deducta sunt [...]. id exemplar ceterorum ARCHETYPON (ita appellare soleo) [...]” (Lachmann, 1850: 1). O *stemma codicum* de Lachmann continuava a ser acolhido pela edição de Cambridge em 1975 (Lucrécio, 1975); vd. Lucrécio, 2008.

³ “Si chiama a r c h e t i p o la copia non conservata, guastata da almeno un errore di tipo congiuntivo, alla quale risale tutta la tradizione; di solito lo si designa o con x [...], o con ω e a partire da esso (o, in sua assenza, dall'originale) si contano le diramazioni dello stemma.” (Stussi, 1994: 128).

⁴ “[C]i si serve del termine archetipo per indicare qualsiasi codice, ricostruito o esistente, cui faccia capo tutta la tradizione manoscritta di un'opera.” (Avalle, 1978: 88).

linhas, uma histórica, outra textual, e Barbara Spaggiari e Maurizio Perugi⁵, que o situam entre original e tradição, explanando as dinâmicas de transmissão que são próprias de cada época num alargamento ao impresso, em correlação com as diversas formas de produção e circulação do escrito.

Na verdade, já os humanistas tinham um profundo sentido da historicidade do texto, que bem se espelha na noção ágil e abrangente de arquétipo que detinham, a qual afunda as suas raízes no labor de arqueologia filológica que levaram a cabo, renovando profundamente a percepção da temporalidade do escrito. Um novo entendimento da linha do tempo permitia a esses eruditos distinguir e situar estratificações, sedimentos e texturas, com uma clarividência que, perspectivada à distância do tempo, tantas vezes surpreende pelo seu rigor. A esse propósito, sublinhe-se que a ordenação dos fragmentos das décadas de Tito Lívio, conforme continua a ser considerada na actualidade, foi a estabelecida por Petrarca, nos primórdios do século xiv (Billanovich, 1984).

Os humanistas utilizavam correntemente o conceito de *archetypum*, atribuindo-lhe uma pluralidade de sentidos. Podiam-lhe dar o valor de original ou de autógrafo, porém numa acepção larga e estruturada, erigindo-se a própria exposição à temporalidade em fundamento de uma certa diversidade de valências. Além de o aplicarem a uma obra na sua forma definitiva, ou que o autor considerava em condições de ser divulgada, usavam-no igualmente com referência às fases precedentes desse estágio, como o explica a voz autorizada de Silvia Rizzo:

[S]ono indicati con *archetypum* oltre che l'esemplare definitivo di un'opera scritto su pergamena e destinato ad essere capostipite della divulgazione e 'Normal-Exemplar', anche i primi abbozzi, le minute, la *scheda* (cioè [...] la redazione pressoché definitiva dell'opera, ma ancora su carte sciolte) e infine anche scritti non destinati alla pubblicazione, come appunti o note di collazione. La nozione comune è quella di una stretta connessione coll'au-

⁵ “O arquétipo, que se grafa com a letra grega omega ω no *stemma codicum*, representa um manuscrito perdido, intermédio entre o original e a tradição que se conserva, do qual derivam todas as cópias que ainda temos.” (Spaggiari; Perugi, 2004: 36); vd. Contini, 1992; e mais recentemente Inglese, 2016.

tore, tanto que talvolta *archetypum* ha addirittura il valore di ‘autografo’. Inoltre la voce presenta ancora altri significati: la nozione di ‘originale’ può obliterarsi mentre diviene dominante quella di ‘capostipite’ della tradizione e *archetypum* può assumere un significato tecnico-filologico assai vicino a quello odierno. Infine il termine assume qualche volta il valore di ‘minuta’ nonché quello di ‘antigrafo’, modello da cui una copia è stata trascritta. (Rizzo, 1973: 308)

Todos estes sentidos estariam bem presentes na mente daquele que escreveu: “Ego [...] velut in confinio duorum populorum constitutus ac simul ante retroque prospiciens” (Petrarca, 2014: 1. 19) — e, a partir daí, no horizonte de copistas, impressores e editores que nos séculos que se seguiram à sua morte se interrogaram acerca do *archetypum* da ordenação do seu Cancioneiro.

3. Petrarca atribuía um lugar primordial à sua obra latina, mesmo assim colocando em grande plano tratados e diálogos. Por sua vez, as referências que foi fazendo à sua obra em língua vulgar, além de fugazes, envolvem-na não raro num halo de casualidade e mesmo de imprevisibilidade que viria a ter um considerável impacto sobre os seus leitores.

Salvaguardando o facto de a epístola *Posteritati* ter ficado inacabada, nela não fica contida qualquer referência à poesia em língua vulgar do autobiografado. Para encontrar alusões mais directas às rimas, há que conceder particular atenção a duas epístolas latinas de Petrarca, a epístola de abertura dos *Rerum familiarium libri*, na qual dedica a compilação “Ad Socratem suum”, ou seja, a Ludwig van Kempen, também conhecido como Ludovico Santo di Beringen, e a *Senilis* 13. 11, dirigida a Pandolfo Malatesta.

A epístola inicial dos *Rerum familiarium libri* é afinada por aquele contraponto, que aliás plasma toda a compilação, entre, por um lado, plano pessoal e biográfico e, por outro lado, um âmbito mais lato, de incidência cívica, religiosa e ética. Ao dirigir-se a Ludwig van Kempen, cantor da capela do cardeal Giovanni Colonna em Avinhão, Petrarca, que por ele nutria forte admiração e amizade, alarga-se por considerações que, ao mesmo tempo que firmam o projecto epistolar

ciceroniano e senequiano que está a construir, se fazem ocasião para um balanço acerca da sua própria obra.

A elaboração do texto tem vindo a ser datada de 1350 (Rossi in *Fam.*: 1. XI-XIII⁶), um momento que marca um ponto de viragem no percurso intelectual petrarquiano. A empresa de revivificação da áurea romana, encabeçada pelo tribuno Cola di Rienzo, ao qual dera o seu apoio, falhara, e entretanto as suas relações com a família Colonna tinham-se deteriorado. As epidemias que a partir de 1348 varreram várias zonas da Península Italiana e dos Alpes tinham-no privado de amigos dilectos e, mais ou menos ficcionalmente, de Laura⁷. Depois de um vaivém transalpino, em 1353 deixa definitivamente Vacluse, passando a viver sob a protecção de vários senhores da Itália setentrional. A montante de todas estas vicissitudes, situa-se uma re-descoberta fulgurante para o universo humanista, realizada em 1345 na biblioteca do Capítulo de Verona: as epístolas de Cícero, localizadas por Petrarca, que as transcreveu pelo seu próprio punho (Feo, 2006).

Desta feita, a epístola inicial das *Familiares* apresenta-se como uma espécie de introdução à recolha na qual os reflexos desse ponto de viragem sustêm também um repensamento do *iter* do escritor.

Depois de recordar a dolorosa morte dos amigos, Petrarca passa de imediato a descrever o estado em que se encontram os manuscritos da sua obra, dando conta “Ad Socratem suum” do que deles planeia fazer, na nova etapa do seu percurso intelectual que está em vias de se iniciar. A ideia geral que transmite é de sobeja desordem: “sparsa quidem et neglecta”, “squalentes arculas, et scripturas carie semesas pulverulentus” (*Fam.* 1. 1. 3). Naquele caos, alguns escritos perderam mesmo a cor, não tanto materialmente, como por neles não

⁶ Todas as referências aos *Familiarium rerum libri*, dadas de forma abreviada, remetem para Petrarca, 1968.

⁷ A carta, e com ela a recolha epistolar, inicia-se com uma série de dolentes interrogações retóricas: “Quid vero nunc agimus, frater? Ecce, iam fere omnia tentavimus, et nusquam requies. Quando illam expectamus? ubi eam querimus? Tempora, ut aiunt, inter digitos effluerunt; spes nostre veteres cum amicis sepulte sunt. Millesimus trecentismus quadragesimus octavus annus est, qui nos solos atque inopes fecit” (*Fam.* 1. 1. 1-2). Ugo Dotti (in Petrarca, 2002: *ad loc.*) lê sob estas palavras os nomes de Franceschino degli Albizzi, Giovanni Colonna, Paganino da Bizzozzero, Mainardo Accursio e Sennuccio del Bene.

se reconhecer. Uns guardá-los-á, outros oferecê-los-á a amigos, outros ainda lançá-los-á às chamas — “Vulcano corrigendas tradidi” (*Fam.* 1. 1. 9), escreve expressivamente.

Esse forte ímpeto de reorganização e revisão levou-o pois a gizar um quadro de repartição retórica das suas obras que quase se afigura como um pequeno cânone. O fotograma, além de se mostrar verdadeiramente precioso para a compreensão da relação que Petrarca com elas mantinha, veio a assumir um papel mediador essencial, pelas repercussões sobre o horizonte de recepção dos seus admiradores e dos seus leitores.

O cânone organiza-se por níveis, em consonância com aqueles princípios que, bem presentes nos esquemas da retórica, foram soberbamente ilustrados por Simone Martini na iluminura que ornamenta um dos códices da biblioteca de Petrarca que o escritor mais amava, o designado *Virgilio Ambrosiano* (Feo, 2003: 496-499, 516). O lugar dos “maiora opera” é ocupado pelos tratados e pelos diálogos em latim (*Fam.* 1. 1. 7). Num ponto intermédio, situa epístolas latinas em prosa e epístolas métricas, que são textos soltos, cuja composição se lhe afigura mais circunstancial (*Fam.* 1. 1. 12-19). Num nível mais modesto, coloca a sua poesia em língua vulgar, ou seja, o Cancioneiro e os *Triumph*i. São rimas que agradam ao ouvido do “vulgus”, e cujas normas compositivas diferencia sem reboço: “pars autem, mulcendis vulgi auribus intenta, suis et ipsa legibus utebatur” (*Fam.* 1. 1. 6). Não dá mostras de lhes dispensar grande atenção, designando-as recorrentemente, na sua obra, como *nugae* (Santagata, 2011: 47-52).

Sob esta ficção, desprendem-se do *studium* do humanista valências simbólicas e ficcionais de ordem ética, literária e pessoal, dotadas de uma subtileza tão refinada como deslumbrante. Quando Petrarca designa os seus poemas como *nugae*, estará a compor um cânone de valores ou a reutilizar o termo a que Horácio e Catulo recorriam quando se referiam à sua poesia elegíaca? Os fragmentos que se propõe entregar a Vulcano, a Ludwig van Kempen ou a Barbatto da Sulmona, destinatário das epístolas métricas, integrarão um projecto de exemplaridade estóica, pessoal ou ficcional?

Avançando no tempo, não é de ordem muito diversa o teor da epístola que envia a Pandolfo Malatesta, acompanhando uma cópia das “[n]ugellas meas vulgares”:

Sunt apud me huius generis vulgarium adhuc multa in vetustissimis cedulis, et sic senio exesis ut vix legi queant. E quibus, si quando unus aut alter dies otiosus affulserit, nunc unum nunc aliud elicere soleo pro quodam quasi diverticulo laborum, sed perraro; ideoque mandaveram quod utriusque partis in fine bona spatia linquerentur, ut, si quando tale aliquid accidisset, esset ibi locus horum capax; sed male michi in hoc ut in multis obtemperatum est. Si quid tamen occurreret, mittam tibi seorsum nichilominus in papiro. (Petrarca in Feo, 2003: 45)

Neste passo da *Senilis* 13. 11, ficam contidas informações essenciais acerca do método de trabalho do poeta. Mais de duas décadas volvidas sobre a epístola a Ludwig van Kempen, regressa à imagem das fichas dispersas e puídas onde há muito registara poemas em vulgar. Só quando tem algum tempo de recreação pega nelas para se distrair do verdadeiro trabalho, mesmo assim raramente. A provisoriedade da compilação que envia a Pandolfo Malatesta é acentuada pela ideia de que ainda há composições a acrescentar, as quais depois enviará ao seu correspondente.

Descontinuidade, intermitência, contingência, marginalidade das suas *nugae*: foram estas as imagens que de imediato se fixaram na mente de admiradores e leitores de Francesco Petrarca. O facto de os textos em que se refere à elaboração e à organização do Cancioneiro se encontrarem vinculados a um género dotado de fortes implicações pragmáticas, o género epistolar, mais acentuou o efeito de realidade da imagem desorgânica que dele transmitiu. Apesar de, para os humanistas, a noção de arquétipo ser dotada de uma amplitude que abrangia quer esboços, minutas e fichas, quer estádios suficientemente estruturados para merecerem divulgação, a forma como o poeta apresentou o seu laboratório de poesia em língua vulgar aos seus correspondentes veio posteriormente a corroborar, aos olhos dos seus admiradores, a ideia de uma ausência de propósitos autorais para a ordenação das composições do Cancioneiro.

4. O lugar destacado que Petrarca atribuía aos seus escritos em latim encontrava-se em plena sintonia com o horizonte de recepção dos discípulos e dos leitores que lhe foram contemporâneos. O “primeiro moderno”, nas palavras de Ernest

Renan, foi fator basilar desse mesmo horizonte e essa primazia viu-se depois reificada pelos humanistas do século xv (Dionisotti, 1974).

Com extraordinária agudeza, anteviu o lugar que a sua obra iria ocupar na nova época. Nunca um autor literário assim se preocupara com a organização material dos seus manuscritos e da sua biblioteca, projectando o futuro. Quando a 19 de Julho de 1374 os seus olhos se cerraram, os armários do *studium* de Arquà encontravam-se cuidadosamente preparados para acolherem os discípulos e admiradores que sobre eles de imediato se precipitaram, iniciando o trabalho de transcrição (Billanovich; Pellegrin in Billanovich, 1996: 557-579; Feo, 1979).

Era um manancial de cartapácios, de estádios redaccionais e de esboços. A incompletude tinha uma pegada forte, devida quer ao perfeccionismo de Petrarca, que revia constantemente os seus escritos, na mira de responder a exigências sempre mais apuradas, quer a uma visão de mundo fortemente sensível à fragmentação e à luta pela recomposição, à maneira de Séneca e dos estóicos. Contudo, o modo como se processou o trabalho de cópia nem sempre ficou documentado, em particular no que toca à poesia em língua vulgar.

A primazia coube à cópia da sua obra latina, a qual transmitia, como se viu, aquela ideia de casualidade e mesmo de confusão relativamente às rimas em vulgar. A transcrição de vários estádios redaccionais do Cancioneiro, bem como de fragmentos ou esboços que se acumulavam no *studium* de Arquà, ocorreu ao ritmo das circunstâncias, cruzando-se com redacções e cópias que circulavam já em vida do poeta. A complexa cadeia de transmissão de apócrifos assim gerada em muito contribuiu, pois, para a diluição da noção de arquétipo. Esse estado de coisas teve particulares repercussões sobre a ordenação dos poemas do Cancioneiro. Se, ao nível microtextual, as variantes redaccionais eram susceptíveis de confronto comparativo, ao nível macrotextual a questão da ordenação, que requeria uma visão de conjunto, tendia a ser subalternizada.

Daí resultou a liberdade com que cada amanuense, comentador, editor ou, mais tarde, impressor do Cancioneiro ora seguiu a ordenação transmitida pelo(s) testemunho(s) a que tinha acesso, ora construiu uma outra, *ex novo*, ora combinou as duas modalidades.

O primeiro exemplo que chamo à colação é a compilação, com comentário de algumas composições, do monge de Santo Agostinho Luigi Marsili

Strozzi, nascido em data próxima de 1342 e falecido em 1394 (Belloni, 1992: 1-57). A colectânea encontra-se ubicada no tempo de Petrarca. Marsili privou com o poeta e dele recebeu provas de profunda amizade⁸, tendo depois reunido em torno de si, no convento de Santo Spirito, um círculo de estudiosos de renome, que foi um dos mais dinâmicos focos de difusão do humanismo florentino. Essa proximidade confere, por si, um significado muito particular à forma como ordenou a compilação. Possíveis acrescentos ulteriormente verificados, confluentes no Laurenziano Strozzi 178, que remonta ao século xv e foi estudado por Belloni, reflectem a vivacidade do seu lastro histórico até meados da centúria.

O códice não se limita a reunir poemas em língua vulgar de Petrarca, alguns deles colhidos nas rimas dispersas, acrescentando composições de Antonio Pucci, de Antonio da Ferrara, aliás correspondente poético de Petrarca, e de Domenico di Giovanni, “il Burchiello”, para além de um punhado de outros textos. O compilador procede com uma desenvoltura tal que não se coíbe de recortar níveis retóricos nem sempre homólogos.

As duas primeiras composições do Cancioneiro que nele figuram são as canções *O aspetata in cielo, beata et bella* (28) e *Italia mia, ben ch’el parlar mio sia indarno* (128), ambas objecto de comentário. Reflectem bem o roteiro do Humanismo cívico florentino, que aclamava Petrarca como símbolo da *libertas*. Iniciam um primeiro bloco onde são compulsadas canções e sextinas. Num segundo bloco são reunidos sonetos, por uma ordem que se aproxima da alfabética. Este tipo de ordenação por formas métricas é característico das recolhas poéticas italianas anteriores a Petrarca, o qual se afastara porém desse modelo (Santagata, 2011).

A organização em dois blocos segue, pois, critérios basicamente formais. Mesmo assim, a ordenação interna processou-se com uma autonomia tal que, na primeira secção, é dada primazia às duas canções que são comentadas, ao passo

⁸ Para o ilustrar, bastará lembrar que Marsili foi o discípulo em cujas mãos Petrarca depositou, nos derradeiros tempos da sua vida, um livro fundamental para toda a história do Humanismo cristão, as *Confissões* de Santo Agostinho. *Vade mecum* do *iter* petrarquiano, já tinha sido oferecido ao poeta por um outro monge agostinho, Dionigi da Borgo San Sepolcro. Também Marsili presenteou Petrarca com um objecto que deslumbrou a sua curiosidade de humanista, uma moeda antiga, como para todo o sempre ficou registado no seu códice de Suetónio (Billanovich, 1996: 262-294).

que, na segunda secção, a ordem é alfabética. Por conseguinte, se esta ordenação se deve a Marsili, como tudo leva a crer, nem mesmo alguém tão próximo do *studium* de Petrarca e que tanto reverenciava o poeta parece contemplar a existência de uma ordenação autoral.

Chegada a idade dos incunábulos, o Petrarca em língua vulgar e o seu comentário continuavam a não gozar do coturno e da dedicação merecida pelo Petrarca latino⁹. Por sua vez, as compilações da sua obra dadas à estampa pelos prelos privilegiaram, até meados do século XVI, a sua produção latina. Na edição impressa na cidade de Basileia em 1496 por Johan Amerbach e preparada por um grupo de humanistas alemães, apenas é contemplada uma parte dos seus escritos em latim¹⁰. É mais completa a edição veneziana de 1501, “*impensis domini Andree Torresani de Asula per Simonem de Luere*”, dela não diferindo muito a que, dois anos volvidos, sai na mesma cidade “*per Simonem Papiensem dictum Bivilaquam*”.

Será necessário esperar pelo ano de 1554 para que o Petrarca latino e o Petrarca vulgar sejam colocados par a par no *in folio* em quatro tomos dos *Opera omnia*, preparado por Johannes Basilius Herold e impresso em Basileia “*per Henricum Petri*”. O seu herdeiro, Sebastian, deles fez uma outra edição em 1581.

Quanto às edições do Cancioneiro batidas na era dos incunábulos, cujo número não é indiferente (Ley; Mundt-Espín; Krauss, 2002), a sua preparação mostra-se bastante elementar. Acompanhadas ou não pelos *Triumphs*, não transpõe das suas páginas uma particular atenção à ordenação dos poemas. Esse alheamento encontra-se em perfeita sintonia com o teor do comentário que teve maior circulação antes de 1500 e que aglomera intervenções despretensiosas de

⁹ O próprio Cristoforo Landino só se abalançou ao comentário da *Commedia* depois de ter abraçado Virgílio. Aliás, tal como Petrarca traduzira para latim a última novela do *Decamerone*, *Griselda*, com propósitos de elevar o seu valor, assim Coluccio Salutati traduziu algumas composições do Cancioneiro com intuíto semelhantes (Bausi, 2008).

¹⁰ Ao que se juntam o *Supplementum in librum de viris illustribus*, de Lombardo della Seta, e o *Libellus Augustalis*, de Benvenuto Rambaldi da Imola, que continuarão a marcar presença em sucessivas edições petrarquianas.

Francesco Filelfo, Antonio da Tempo, Girolamo Squarciafico Alessandrino e por vezes de outras mãos¹¹.

A *princeps* de 1470¹², impressa em Veneza por Vindelinus de Spira, tem por marco inicial o soneto *Voi chascoltate inrime sparse ilsono* e termina com a canção *Vergine bella che di sol vestita*. A bipartição não é assinalada e a canção *Io vo pensando e nel penser massale* (264) é a penúltima composição inserida no Cancioneiro. A ordenação dos primeiros sonetos (1, 3, 2), juntamente com algumas outras sequências (4-79, 81-82, 83-120-*Donna mivenne spesso ne lamente*¹³-123-242, 266-336) reenviam para o estádio Malatesta. Esta ordenação é seguida por grande parte das edições que sairão até ao final da centúria.

Por sua vez, na edição de Bartholomaeus de Valdezoccho e Martinus des Septem Arboribus, impressa em Pádua em 1472, a ordenação das composições segue uma outra sequência (1-3, 8-19, 4, 5, etc.), mas os marcos da bipartição encontram-se já presentes: *Voi chascoltate inrime sparse il suono* e *Arbor victoriosa triumphale* para a primeira parte; *I vo pensando e nel pèser malasse* e *Vergine bella che di sol vestita* para a segunda parte. Depois do último verso de *Arbor victoriosa triumphale* regista-se a inscrição, evidenciada pela *romana quadrata*: FINIT VITA AMORIS. Logo de seguida, antes do primeiro verso de *I vo pensando e nel pèser malasse* o mesmo tipo grafa: INCIPIT DE MORTE AMORIS.

Tem-se vindo a admitir que os editores de Pádua tenham tido acesso ao Vat. Lat. 3195 para a preparação do texto¹⁴, o que, a confirmar-se, evidencia a desenvoltura com que optaram por seguir uma ordem própria. Os espaços em branco que ficam entre algumas composições parecem denunciar mesmo um sentido de

¹¹ Pela primeira vez impresso em 1475 e com várias outras impressões (vd. Ley; Mundt-Espín; Krauss, 2002, *ad. loc.*). Lê-se no comentário ao “Sonetto quinquagesimo”, *Padre del ciel doppo iperduti giorni*: “Questo tale sonetto volle essere nel secondo libro: ma nissuno ordine ne servatu”.

¹² Ley; Mundt-Espín; Krauss (2002: 1-2) registam uma edição adéspotica com a indicação “vor 1470?”.

¹³ Sobre *Donna mi venne spesso ne la mente*, vd. Pacca; Paolino, 2000: 729-732.

¹⁴ Salvatore e Vecchi Galli (2018) consideram quase certo que já Bartolomeo Sanvito, em finais do século xv, teve acesso ao manuscrito Vat. Lat. 3195 para a elaboração daquele que é o actual manuscrito 924 da Biblioteca Casatanatense.

incompletude, quiçá resultado da consulta de outra fonte ou da interpretação de quanto Petrarca deixara escrito na *Senilis* 13. 11 acerca dos espaços que recomendara aos seus copistas deixassem. Mesmo assim, numa época em que os impressores facilmente se apoderavam do conteúdo de obras que circulavam no mercado livreiro, essa edição de 1472 não foi muito seguida.

Um novo capítulo da ordenação do Cancioneiro, na sua divulgação através dos prelos, inicia-se em 1501 com a edição preparada por Pietro Bembo e impressa na oficina veneziana de Aldo Manuzio. O prestígio do seu impressor e do editor do seu texto a bom título garantiu o renome que a sua configuração logo adquiriu.

A edição preparada por Pietro Bembo reitera a divisão do Cancioneiro em duas partes, com as composições que as demarcam (1-263, 264-366). Uma epígrafe, também em *romana quadrata*, assinala o início da primeira e da segunda partes: SONETTI ET CANZONI DI MESSER FRANCESCO PETRARCHA IN VITA DI MADONNA LAURA / SONETTI ET CANZONI DI MESSER FRANCESCO PETRARCHA IN MORTE DI MADONNA LAURA. A ordenação dos poemas é a mesma do Vat. Lat. 3195 do número 1 ao 336, ao que se seguem: 350, 355, 337-349, 356-365, 351-352, 354, 353, 366.

No elegante cólofon em pirâmide invertida que remata a impressão, é com orgulho que Aldo regista: “Impresso in Vinegia nelle case d’Aldo Romano, nel anno MDI del mese di Luglio et tolto con sommissima diligenza dallo scritto di mano medesima del Poeta, havuto da M. Piero Bembo”. Apesar de as fontes manejadas por Bembo para o Cancioneiro serem genericamente conhecidas, há zonas de sombra que ainda hoje continuam a ser dificilmente perscrutáveis.

O actual manuscrito da Biblioteca Vaticana 3197 conserva o autógrafo que Pietro Bembo preparou para Aldo, não se tendo este directamente servido de um original de Petrarca. Para aprestar o antígrafo, Bembo recorreu a vários códices, tendo refeito o seu texto no que toca a alguns fenómenos de língua, como o mostra Carlo Pulsoni (2016). Duas das fontes de que se serviu poderiam ser os manuscritos designados como *Obiciano* e *Thusco*, ao que outros haverá a acrescentar, afins ao Casanatense 924 e ao Laurenziano Strozzi 178. Não restam dúvidas de que só quando o seu trabalho de preparação textual se encontrava num momento avançado teve acesso ao Vat. Lat. 3195. Esse ponto de viragem é assinalado pela

composição 337. A partir de então, passou a tomar este códice como fonte, tendo igualmente revisto o texto já transcrito.

A revisão transacta teve as suas repercussões no próprio *corpus*, pois *Donna mi vene spesso nella mente* foi rasurada e substituída pela composição 122, ao passo que outras composições foram transcritas em folhas intercaladas, em conformidade com o Vat. Lat. 3195. Contudo, é precisamente a partir da composição 337 que a ordenação das composições se afasta da do manuscrito Vat. Lat. 3195. Na verdade, Bembo seguiu a ordem por que tinham sido materialmente dispostas neste manuscrito, ignorando as indicações, registadas à margem pelo punho do próprio Petrarca, para alteração do lugar que ocupavam.

Um dos mais altos espíritos do Renascimento italiano, Pietro Bembo, que foi igualmente um dos seus mais eruditos filólogos, não renunciou, também ele, à sua cota parte de livre iniciativa. O Vat. Lat. 3195, referência essencial para a revisão do texto que entregou a Aldo, não lhe mereceu a mesma atenção no que toca à ordenação das composições. A ideia de um arquétipo susceptível de reger a ordenação do Cancioneiro não era dada por descontada, nem mesmo quando tinha sob os seus olhos um códice parcialmente autógrafo e todo ele revisto por Petrarca.

As opções textuais de Pietro Bembo não tardaram a suscitar polémica, tendo levado o próprio Aldo a introduzir uma modificação no citado colofon e a acrescentar uma postilha aos exemplares do Petrarca de 1501, ainda não saídos da sua oficina (Belloni, 1992: 58-119). As objecções concentraram-se, porém, sobre opções textuais, sem incidirem sobre a ordenação.

Foi necessário esperar pelo ano de 1525 para que a ordenação do Cancioneiro de Petrarca fosse trazida para a ordem do dia. A colocar a questão foi Alessandro Vellutello, autor do comentário que o século xvi mais apreciou, com as suas cerca de trinta edições. Não faltam, em Portugal, sinais da sua difusão. Os cónegos de Santa Cruz de Coimbra dele guardavam pelo menos dois exemplares na sua biblioteca e o Colégio de São Pedro tinha um outro¹⁵. Por sua vez, os sone-

¹⁵ Respectivamente: *Il Petrarca con l'espositione d'Alessandro Vellutello di nuovo ristampato con le figure a i Trionfi, con le apostille, e con piu cose utili aggiunte*. Venetia, appresso Vincenzo

tos dos *Poemas lusitanos*, de António Ferreira, seguem a ordenação tripartida nele adoptada (Marnoto, 2015: 347-393).

Com o comentário de Vellutello, a eminente autoridade de Pietro Bembo, secretário dos breves de Leão X durante quase oito anos, que havia de ser feito cardeal por Paulo III em 1539, viu a sua edição ser atacada num flanco que jamais fora indagado. Aliás, 1525, ano da primeira edição do comentário, foi também a data em que saiu a obra que o consagrou como sumidade da questão da língua, precisamente pelo conhecimento que tinha acumulado acerca de Petrarca e do Cancioneiro — as *Prose*.

As hostilidades abrem-se com o “Trattato de l’ordine de’ sonetti et canzoni del Petrarca mutato” que acompanha o comentário, equacionando o assunto de modo expedito. Não incorporando a edição de 1501 uma ordenação satisfatória, Vellutello conclui que Bembo não teve acesso ao original. Por um lado defende que o Cancioneiro não tinha uma ordem, à semelhança dos epigramas de Marcial e das elegias de Ovídio, por outro lado considera que algumas composições se encontram ligadas entre si:

Ma se io per evidentissime ragioni proverò in esso ordine non essere ordine alcuno, ragionevolmente mi si concederà non esser vero che Aldo dell’originale del poeta habbia questa opera cavata, perché quando di sua mano originale alcuno se ne trovasse, non è da dubbitare che egli lo havrebbe col suo debito ordine lassato. Et quantumque l’opera non sia continuata come la *Eneide* di Virgilio o la *Commedia* di Dante perché alcuno ordine gli abbia ad esser necessario, ma ogni sonetto e canzone havere il suo proprio soggetto in sé, come de gli epigrammi di Martiale e delle elegie d’Ovidio veggiamo, nondimeno son pur alcuni sonetti che hanno dependentia l’uno da l’altro. (in Belloni, 1992: 89-90)

Valgrisi, 1560; *Il Petrarca* con l’espositione di M. Alessandro Velutello. Di nuovo ristampato con le figure a i Trionfi, con le apostille, e con piu cose utili aggiunte. Venetia, apresso Nicolo Bevilacqua, 1568; *Il Petrarca* con l’espositione d’Alessandro Vellutello, di novo ristampato, con più cose utili in varii luoghi aggiunte. Venetia, al segno della Speranza, 1550 [sem frontispício], conservados na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

A ordenação inscrita por Alessandro Vellutello no Cancioneiro de Petrarca levou-o a fazer pelo menos duas viagens à Provença e a colher testemunhos de várias ordens, de modo a construir uma biografia espaço-temporal de Laura e de Petrarca. A partir dela, susteve a sua hermenêutica ordenadora do Cancioneiro: romanesca, sentimental e odepórica. Foi potenciada pelo mapa da região de Vaucluse que a acompanha e que serviu de guia a ilustres visitantes.

Para reforçar a sua convicção de que Bembo não tinha tido acesso ao autógrafo de Petrarca, Vellutello chama à colação, no “Tratatto de l’ordine”, uma conversa com o próprio editor do Cancioneiro de 1501:

Ma perché messer Pietro Bembo, col quale sopra di tal cosa ho alcuna volta parlato dice non dall’originale del poeta (come Aldo vuole), ma d’alcuni antichi testi, e spetialmente i sonetti et canzoni da uno il quale noi habbiamo veduto, e anchora hoggi è in Padova appresso Messer Danielle da Santa Sophia, havere questa opera cavata, e anchora per haverne veduto alcuni altri similmente antichi, e nondimeno in molte cose differenti secondo che è piaciuto a gli scrittori, se non dell’ordine, il quale di tutti è uno medesimo, noi tegniamo per cosa certa che dal poeta non ne sia stato lassato originale ordinato, ma su diversi separati fogli, e che poi l’ordine che parve di darli a colui che fu il primo a raccogliarla e metterla insieme, tutti gli altri habbiano seguitato, e di questo ne fa fede quello che il poeta medesimo scrive in una sua epistola *ad Socratem suum*. (in Belloni, 1992: 92-93)

Facto é que Bembo nunca se preocupou em desmentir estas afirmações de Vellutello, ou por se ter distanciado do Cancioneiro, apesar de 1525 ser o ano das *Prose*, ou por ter dúvidas acerca da autenticidade do “Danielle da Santa Sophia”, ou seja, o actual Vat. Lat. 3195.

Por seu lado, Vellutello é peremptório ao afirmar que Petrarca não dera uma forma ordenada às composições do seu Cancioneiro. Na base desta convicção encontra-se a citada epístola inicial dos *Rerum familiarium libri*. A ideia não era nova e o próprio Bembo dera diminuta atenção ao assunto. A novidade reside no

facto de Alessandro Vellutello se ter colocado a questão da ordenação, de a ter problematizado e de lhe ter dado uma resposta.

Na ausência de uma sequência autoral, o comentador constrói-a a partir da sua óptica pessoal. Não se baseia numa reconstrução textual, mas numa reconstrução biográfica. Apesar de a cultura literária de Vellutello ter os seus limites, não deixa de considerar as opções tomadas por anteriores editores do Cancioneiro. Ao concentrar-se num dos seus baluartes, Pietro Bembo, desmonta o seu trabalho com argumentos que poderiam ser facilmente entendidos pelos leitores que visava.

Vellutello não se colocou sequer a hipótese de remontar aos estratos altos do *stemma*, pois em seu entender Petrarca nunca tinha ordenado as suas rimas e um arquétipo não existia. Diferentemente, percorreu a história. Viajou pela Provença, romanceou o amor de Petrarca e Laura e contou os anos dos aniversários desse amor, numa espécie de *mouvance*.

5. Não subsistem hoje dúvidas de que o “Danielle da Santa Sophia” a que Vellutello se refere é o actual Vat. Lat. 3195. O códice, no qual Giovanni Malpighini trabalhou entre 1366 e 1367, fora posteriormente acrescentado, revisto e rasurado por Petrarca. Depois da morte do poeta, manteve-se nas mãos de sua filha Francesca e de seu marido, Francesco da Brossano, tendo sido herdado por seu filho Gerardo. Morto Gerardo, a sua viúva, Tommasa Savonarola, contraiu um segundo matrimónio com Daniele di Santasofia. Terá sido um membro desta mesma família de Pádua a disponibilizá-lo a Bembo, que acabou por o adquirir em 1544. Depois da morte de Bembo, seu filho Torquato desfez-se da biblioteca que herdara. Foi assim que em 1581 o manuscrito entrou em posse de Fulvio Orsini. Sabia-se que as estantes do ilustre e generoso coleccionador tinham transitado para a Biblioteca Vaticana, mas o seu rastro perdeu-se até Arthur Pakscher e Pierre de Nolhac o terem re-descoberto, quase simultaneamente, em 1866.

As consequências editoriais da localização do Vat. Lat. 3195, em termos de ordenação do Cancioneiro, não foram propriamente imediatas. Uma aclimação aos horizontes de editores e admiradores de Petrarca requereu o seu tempo. Foi necessário aguardar pelo ano de 1896 e pela edição de Giovanni Mestica para que a ordem desse manuscrito fosse adoptada (Fowler in Ley; Mundt-Espín; Krauss,

2002: 569). A própria dupla Giosuè Carducci e Severino Ferrari, na edição publicada em 1899, tencionava manter a sequência seguida por Antonio Marsand em 1819-1820, mas ao tomar conhecimento da edição de Mestica optou por uma dupla numeração das últimas composições, para que o leitor mais facilmente se pudesse orientar.

O levantamento dos códices do Cancioneiro é tarefa ciclópica. Só nas bibliotecas de Florença eram genericamente identificados, em 2003, mais de 500 manuscritos (Feo, 2003: 63). A circulação das rimas foi imensa e o alheamento de um arquétipo relativo à sua ordenação propiciou, ao longo do tempo, uma grande variedade de sequências e combinações, como acabou de ser explanado. Contudo, as pesquisas especializadas que nos últimos anos têm vindo a ser levadas a cabo apontam para novas perspectivas, na medida em que o Vat. Lat. 3195 poderá não conter as respostas absolutas acerca do texto do Cancioneiro e da sua ordem. Não obstante o facto de o poeta nele ter trabalhado nos últimos tempos da sua vida, têm vindo a ser apontados indícios bastante claros da sua vinculação a uma incompletude que transborda daquela transitoriedade fragmentária própria da interioridade petrarquiana.

Está comprovado que em 1368 Petrarca, privado do seu copista dilecto, Giovanni Malpaghini, pôs de novo mãos, ele próprio, ao Vat. Lat. 3195, no qual continuou a laborar. Da análise material de vários aspectos do manuscrito, Stefano Zamponi colhe elementos que apontam para um arrastamento desse trabalho (Zamponi in Petrarca, 2004). Espelham-no a ornamentação do códice, os materiais utilizados e a descontinuidade da escrita, que contrasta com o brio da caligrafia que Petrarca contemporaneamente usa noutros textos. Além disso, o que é particularmente relevante para o assunto tratado no presente trabalho, esse crítico aponta para notas que previam ainda, em certos casos seguramente, noutros possivelmente, mais alterações na ordem de algumas composições. Essas notas não têm vindo a ser consideradas, requerendo-se nos casos duvidosos uma análise laboratorial do manuscrito.

Ademais, há dados que mostram que Petrarca, nos últimos anos da sua vida, mandou tirar a limpo, além de cópias destinadas a oferta, uma cópia desse manuscrito (Belloni in Petrarca, 2004: 87). Neste sentido, deve-se a Carlo Pulsoni e a Marco Cursi uma série de trabalhos dedicados ao levantamento e à comparação de

apógrafos susceptíveis de resgatar da sombra esse estádio e de aclarar qual de facto seria a última ordenação que o poeta teria escolhido para o seu Cancioneiro¹⁶.

O campo de indagação que assim se abre é dotado de uma complexidade extraordinária e para uma investigação deste calibre a crítica italiana conta com competências de ecdótica sedimentadas. Uma variedade de estádios cuja hierarquização está ainda a ser investigada presta-se a ser iluminada por *abbozzi* e *schede*, redacções quase definitivas, autógrafos e antígrafos. O acesso a esse arquétipo, *capostipite* da ordenação do Cancioneiro, requer pois a exposição a uma temporalidade densa e estruturada, ou seja, à própria temporalidade arquetípica da filologia humanista, com as suas estratificações colacionais.

BIBLIOGRAFIA

Avalle, d'arco Silvio (1978). *Principi di critica testuale*. Padova: Antenore.

Barollini, Teolinda; Storey, H. Wayne (2007) (Eds.). *Petrarch and the textual origins of interpretation*. Leiden, Boston: Brill.

Bausi, Francesco (2008). Coluccio traduttore. *Medioevo e Rinascimento*, 22, 33-57.

Belloni, Guido (1992). *Laura tra Petrarca e Bembo. Studi sul commento umanistico-rinascimentale al "Canzoniere"*. Padova: Antenore.

Billanovich, Giuseppe (1984). Tito Livio, Petrarca, Boccaccio. *Archivio Storico Ticinese*, 97, 3-10.

——— (1996). *Petrarca e il primo Umanesimo*. Padova: Antenore.

Contini, Gianfranco (1992). *Breviario di ecdotica*. Torino: Einaudi.

Dionisotti, Carlo (1974). Fortuna del Petrarca nel Quattrocento. *Italia Medioevale e Umanistica*, 17, 61-113.

¹⁶ “Si viene pertanto a confermare non solo l'autenticità della *varia lectio* dei codici esaminati in questa sede, ma anche l'esistenza di una serie di apografi — tratti da un originale in movimento —, riconducibili agli ultimi anni della vita di Petrarca, e portatori di quella che abbiamo definito 'penultima volontà d'autore'. Una penultima volontà che è stata considerata per lunghi decenni come definitiva, dal momento che non sono note copie di V [Vat. Lat. 3195] corrispondenti *in tutto* alle ultime modifiche apportate da Petrarca. Sembra quasi che con la morte del poeta V sia stato sottratto all'orizzonte di intellettuali, studiosi e copisti che tentarono di accedere all'originale petrarchesco” (Pulsoni; Cursi, 2017: 68; vd. bibliografia de anteriores trabalhos).

- Feo, Michele (1979). Fili petrarcheschi. *Rinascimento*, 2. s., 19, 3-89.
- ____ (2003) (Ed.). *Petrarca nel tempo. Tradizione, lettori e immagini delle opere. VII Centenario della Nascita di Francesco Petrarca*. Pontedera: Bandecchi & Vivaldi, Comitato Nazionale.
- ____ (2006). Petrarca e Cicerone. In Emanuele Narducci (Ed.), *Cicerone nella tradizione europea. Dalla tarda antichità al Settecento. Atti del VI Symposium Ciceronianum Arpinas* (17-50). Firenze: Le Monnier.
- Inglese, Giorgio (2016). *Come si legge un'edizione critica. Elementi di filologia italiana*. Roma: Carocci.
- Lachmann, Karl (1850) (Ed.). T. L. Lucretii Cari *De rerum natura libros*. Commentarius quartum editus. Berolini: Typis et Impensis Georgii Reimeri.
- Ley, Klaus; Mundt-Espín, Christine; Krauss, Charlotte (2002). *Die Drucke von Petrarca's "Rime" 1470-2000*. Hildesheim, Zürich, New York: Olms.
- Lucrécio (1975). *De rerum natura*. Ed. William Henry Denham; Martin Ferguson Smith. Cambridge: Harvard University Press.
- ____ (2008). *De la nature*. Ed. José Kany-Turpin; Roger-Pol Droit. Paris: Flammarion.
- Marnoto, Rita (2015). *O petrarquismo português do "Cancioneiro geral" a Camões*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Nolhac, Pierre de (1886). *Le canzoniere autographe de Pétrarque. Communication faite à l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*. Paris: C. Klincksieck.
- Pacca, Vinicio; Paolino, Laura (2000) (Eds.). Petrarca, Francesco. *Trionfi, Rime estravaganti, Codice degli abbozzi*. Intr. Marco Santagata. Milano: Arnaldo Mondadori.
- Pakscher, Arthur (1886). Aus einem Katalog des Fulvius Ursinus. *Zeitschrift für romanische Philologie*, 10, 205-245.
- Petrarca, Francesco (1968). *Le familiari*. Ed. Vittorio Rossi. 4 vols. Firenze: G. C. Sansoni.
- ____ (2002). *Le familiari. Libri 1-8*. Ed. Ugo Dotti. Viareggio: M. Baroni.
- ____ (2004). *Rerum vulgarium fragmenta. Codice Vat. lat. 3195*. Commentario all'edizione in facsimile a cura di Gino Belloni; Furio Brugnolo; H. Wayne Storey; Stefano Zamponi. Roma, Padova: Antenore.
- ____ (2014). *Rerum memorandarum libri*. Ed. M. Petoletti. Firenze: Le Lettere.
- Pulsoni, Carlo (2016). Le fonti dell'edizione aldina di Petrarca (1501). In Esther Corral Díaz; Elvira Fidalgo Francisco; Pilar Lorenzo Gradín (Eds.), *Cantares de amigos. Estudos en homenaxe a Mercedes Brea (733-737)*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, Servizo de Publicacións e Intercambio Científico.

- Pulsoni, Carlo; Cursi, Marco (2017). La penultima volontà d'autore: il caso dei *Rerum vulgarium fragmenta*. *Cultura Neolatina*, 77, 1-2, 47-80.
- Rizzo, Silvia (1984). *Il lessico filologico degli umanisti*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura.
- Salvatore, Tommaso; Vecchi Galli, Paola (2018). *Ex originali libro*. Schede sul Canzoniere Casanatese. In Carlo Caruso; Emilio Russo (Eds.), *La filologia in Italia nel Rinascimento* (133-165). Roma: Edizioni di Storia e Letteratura.
- Santagata, Marco (2011). *I frammenti dell'anima. Storia e racconto nel Canzoniere di Petrarca*. Bologna: Il Mulino.
- Spaggiari, Barbara; Perugi, Maurizio (2004). *Fundamentos da crítica textual*. Rio de Janeiro: Lucerna.
- Stussi, Alfredo (1994). *Introduzione agli studi di filologia italiana*. Bologna: Il Mulino.
- Trovato, Paolo (2017). *Everything you always wanted to know about Lachmann's method. A non-standard handbook of genealogical textual criticism in the age of post-structuralism, cladistics, and copy-text*. Forword Michael Reeves. Padova: Libreria Universitaria.
- Wilkins, Ernest Hatch (2012). *Vita del Petrarca e La formazione del Canzoniere*. Trad. Remo Ceserani. Ed. Luca Carlo Rossi. Milano: Feltrinelli.

[texto escrito no antigo acordo]

LA TRANSMISIÓN TEXTUAL DE
LA TRADUCCIÓN CASTELLANA
MEDIEVAL DEL *DECAMERON*:
CONSIDERACIONES SOBRE EL
ARQUETIPO, EL ANTÍGRAFO
Y EL MODELO SUBYACENTE

*The textual transmission of the medieval
Castilian translation of the Decameron:
considerations on archetype, antigraph,
and the underlying model*

DAVID GONZÁLEZ RAMÍREZ

david.gonzalez@ujaen.es

Universidad de Jaén

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5244-4883>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-6_5

Texto recebido em / Text submitted on: 07/11/2019

Texto aprovado em / Text approved on: 23/04/2020

Biblos. Número 6, 2020 • 3.^a Série

pp. 93-118

RESUMEN.

En este trabajo se traza un panorama general sobre los problemas que presenta la traducción del *Decameron* de Boccaccio en la España del siglo xv, cuyos testimonios conservados (manuscrito e incunable) son copias de un arquetipo perdido. Se realiza un sintético estado de la cuestión para explicar la problemática textual y se intenta avanzar en la filiación de los testimonios y en la fijación de un *stemma* más fiable.

Palabras-clave: Giovanni Boccaccio; *Decameron*; Transmisión textual; Traducción; Edad Media.

ABSTRACT.

This paper presents an overview of the issues arising from the translation of Giovanni Boccaccio's *Decameron* in 15th-century Spain. The two main testimonials preserved, a manuscript and an incunable, are the only known copies of a lost archetype. The state of the art presented in this study explains the textual problems involved. Relevant data and evidence are also provided to advance in the filiation of the testimonials and establish a more reliable *stemma*.

Keywords: Giovanni Boccaccio; *Decameron*; Textual Transmission; Translation; Middle Ages.

* Este trabajo se adscribe al Equipo de Investigación EI_HUM6_2019. Desde estas líneas quiero hacer manifiesto mi agradecimiento a varias personas que lo han leído en sus fases iniciales de redacción: E. Blanco, G. Caravaggi, J. Lara Garrido, S. Pérez-Abadín y P. Pintacuda; sus sugerencias me han permitido reflexionar sobre aspectos parciales del texto y, consecuentemente, mejorarlo. Muy especialmente quiero destacar las minuciosas notas de lectura de A. Baldissera, C. Hamlin, D. Mañero, J. R. Muñoz Sánchez y A. Ruffinatto, cuyo seguimiento de esta investigación ha sido determinante para que este estudio contenga menos errores y el proyecto que he emprendido discurra por un camino más fiable.

El panorama textual de la Edad Media presenta problemas de ardua consideración crítica; testimonios perdidos, manuscritos mutilados o copias deficientes nos sitúan a menudo en terrenos movedizos que al ser abordados ofrecen más incertidumbres que certezas. Los fundamentos de la crítica textual proporcionan una serie de apuntes para afrontar con mayor seguridad las dificultades que descubren los testimonios, pero en no pocas ocasiones estos últimos dejan dudas irresueltas. Si a esta situación le añadimos los problemas intrínsecos derivados del proceso de traducción, la complejidad resulta de mayor significación, porque a las dificultades de la transmisión hay que sumarle aquellas que provengan de la lengua de origen, lo que nos coloca frente a un intrincado contexto que en muchos casos impide delimitar la labor del traductor y la de los copistas. Este es, a grandes rasgos, el horizonte delineado por la traducción medieval castellana del *Decameron* de Boccaccio.

Los dos testimonios medievales que conservamos — y entro ya en el asunto de marras — son copias de una traducción perdida. Uno quedó manuscrito (lo atesora la biblioteca de El Escorial [Esc] y su datación es del siglo xv) y el otro salió en 1496 de un taller de imprenta sevillano [Sev]. Se desconoce quién (¿quién?) asumió la tarea de verter al castellano la obra, ni si se hizo por cuenta propia o por encargo; al confrontar el estilo de los cuentos traducidos, Menéndez Pelayo (2017 [1910]: II, 580) consideró que todos “casi de seguro” habían sido trasladados “por el mismo traductor”, pero es algo que estamos lejos de poder corroborar. Tampoco sabemos la fecha exacta en la que se llevó a cabo la traducción, pues, aunque en sus trabajos Bourland (1905) y Valvassori (2010a) sugirieron la posibilidad de que la copia de Esc fuese de la primera mitad del siglo xv, no pudieron certificarlo¹.

En cuanto a la relación entre Esc y Sev, hasta ahora se ha dado por seguro que el código escurialense es anterior al incunable, pero sin contemplar, por ejemplo, que el manuscrito que sirvió de base para los componedores de Sevilla pudo

¹ Podría pensarse que la traslación se realizó en unas fechas muy próximas al interés creciente por hacer circular el *Decameron* en otras lenguas europeas de gran difusión (es decir, en las primeras décadas del siglo XV), pero esta es solo una suposición que no ha podido ser confirmada.

ser copiado con anterioridad o pueda representar un estado más fiel al original italiano². La crítica ha concentrado sus esfuerzos bien en localizar el texto italiano del que procede la traducción, bien en realizar cotejos parciales de los testimonios castellanos conservados y confrontarlos con el texto canónico del *Decameron*, sin considerar en todo su alcance la extraordinaria vitalidad de la obra de Boccaccio (manifiesta por los numerosos e imprevisibles cambios que sufrió en su tradición manuscrita), por lo que se le han imputado al traductor errores que bien pudieron originarse en la transmisión previa del texto en italiano o que podrían haber sido causados por los copistas castellanos³.

A propósito de la transmisión del *Decameron* en su lengua original, Branca (1991) consignó un total de ciento tres códices conservados en italiano, aunque de los siglos xiv y xv “attualmente recuperati sono circa sessanta” (Fiorilla, en Boccaccio, 2016: 114). Las investigaciones de los principales estudiosos de la obra de Boccaccio han revelado que descienden de dos ramas que se abren a partir de dos versiones surgidas en el entorno florentino; la primera y más antigua — conocida como P —, copiada por Giovanni d’Agnolo Capponi hacia 1360, fue seguramente ordenada por el autor y hoy se conserva en la biblioteca de París; por su parte, la segunda, la famosa versión Hamilton — denominada B —, es autógrafa, fue copiada unos diez años después y la atesora actualmente la biblioteca de Berlín. Los trabajos de Branca apuntan a que fue la versión de París, aquella que no salió de la mano de Boccaccio y tampoco representa la última escritura del texto, la que se difundió con mayor éxito por Europa. Quizá de alguno de los manuscri-

² También se conserva un manuscrito y un impreso de la traducción del *Inferno* (1515) de Dante elaborada por Villegas; la crítica pensaba que el testimonio manuscrito precedía al incunable, hasta que Hamlin (2013) pudo constatar, a partir de un minucioso cotejo, que el manuscrito es una copia posterior que deriva de una versión diferente a la transmitida por el impreso, del que se sirvió el copista para corregir lecturas. Aclaro aquí que en su reciente monografía Hamlin (2019) ha corregido la cronología de los testimonios y el estema a partir de nuevos datos (pero mantiene que el manuscrito es posterior al incunable). El caso del *Decameron*, sin embargo, es distinto, porque el cotejo no revela datos sobre la datación de Esc.

³ Es seguro que el traductor castellano no manejó ninguna de las traslaciones conservadas a otras lenguas que se hicieron en las primeras décadas del siglo XV (la versión francesa se acabó en 1414 y la catalana tiene un colofón de 1429).

tos conservados y registrados, quizá de otro que esté extraviado o definitivamente haya desaparecido, partiese la traducción al castellano.

Con todo, los diferentes intentos de localizar el testimonio italiano de partida — llevados a cabo sobre todo por Hernández (2002a, 2002b, por citar sus primeros estudios en esta línea), que es a quien debemos un mayor número de contribuciones —, es decir, del ‘modelo subyacente’ (en términos de Sánchez-Prieto, 1989), tan solo han resultado útiles para conocer sugerentes detalles sobre cómo se transmitieron determinados códices (algunos relacionados con Esc y Sev), establecer hipótesis sobre la rama más próxima y excluir manuscritos que no pudieron servir de base⁴. Sin embargo, llama la atención que la crítica apenas se haya centrado en trabajar sobre la transmisión textual que presentan los testimonios castellanos, más allá de repetir la información aportada por Bourland (1905) a partir de una colación parcial. Recientemente Hernández y Gómez (2017: 209-210) han insistido en que “se requiere de un cotejo completo” entre Esc y Sev “para analizar un *corpus* más amplio de variantes y una documentación filológica más precisa para llegar a conclusiones más seguras”.

El estudio que ahora entrego representa el primer trabajo que surge a partir del cotejo íntegro entre Esc y Sev. En este artículo, por una parte, pretendo dar cuenta — de forma sintética, pero sin ahorrarse detalles sustanciales — de la problemática textual que comporta el *Decameron* castellano; por otra parte, quiero insistir a través de muestras significativas en que algunas de las aportaciones hechas hasta ahora en relación a la transmisión textual carecen de fundamentos críticos; en ocasiones se ha tratado con demasiada ligereza — partiendo de opiniones heredadas, de análisis parciales y sin un conocimiento cabal de todos los elementos que intervienen en la transmisión de códices medievales — sobre el arquetipo del *Decameron* y la posibilidad de que existiese uno o varios antígrafos. En última instancia, trato de presentar los primeros resultados de una investigación en marcha (y que por tanto pueden ser redefinidos y replanteados en algunos de sus

⁴ Tampoco sabemos si el traductor pudo trabajar con uno o con varios códices (uno que le sirviese de base y otro que pudiese tenerlo a la vista para consultarlo ocasionalmente), tarea, aunque no habitual, no del todo infrecuente.

puntos) que tendrá como finalidad ofrecer la edición crítica de la traducción del *Decameron*⁵.

EL MANUSCRITO DE EL ESCORIAL⁶

Transcrito paleográficamente por De Haan (1911) y editado hace pocos años por Valvassori (2009a), Esc representa un testimonio parcial con numerosas desviaciones — textuales y macrotextuales — sobre el texto de Boccaccio⁷. Se

⁵ De forma complementaria, aparecerán dos trabajos próximamente. En el primero (2020), a partir de un análisis textual y macrotextual entre Esc y SEV, ofrezco nuevas aportaciones para reconsiderar las hipótesis hasta ahora planteadas sobre la traducción perdida; en el segundo (en prensa) me centro, a partir de un estudio en detalle, en los problemas que presenta el incunable sevillano (alteración del orden de los cuentos, cambios en la distribución de los narradores, etc.), con el fin de aclarar algunos aspectos que no han sido bien definidos por la crítica y plantear algunas sugerencias para explicar el proyecto literario que presenta la traducción.

⁶ Aclaro, antes de proceder con el análisis de los testimonios, determinados elementos nocionales; a diferencia de otros críticos que han trabajado sobre el *Decameron* y que traeré a estas páginas, entiendo por ‘arquetipo’ “un códice concreto que es el origen último *a fortiori* de toda la tradición, cuya existencia no necesita prueba alguna y que habitualmente se denomina ‘original’”, por ‘subarquetipo’ “cualquier ramificación secundaria” (Blecu, 1983: 67), y por ‘antígrafo’, “la copia de la que a su vez se ha extraído alguna otra copia” (Pérez Priego, 1997: 22).

⁷ En su edición, Valvassori reserva el cuerpo de las notas para comentar las correcciones que hace sobre el texto, siguiendo en la amplia mayoría de los casos las enmiendas presentadas por los copistas. Sin embargo, y aunque Blanco Jiménez (en un artículo-reseña [2012] que es la versión en español, con ligeras modificaciones y ampliaciones, de otra publicada previamente en italiano [2011]) le haya concedido a esta edición el carácter de “definitiva”, Valvassori tan solo anota una parte exigua de los errores que transmite Esc y mantiene una actitud extraordinariamente conservadora con el texto, pues apenas interviene en un número escasísimo de ocasiones, pese a que el testimonio exige muchas aclaraciones. Este trabajo editorial surge de su proyecto doctoral (2010a), en el que Valvassori presentó una confrontación entre Esc y el *Decameron* de Boccaccio editado por Branca en 1976 (el estudioso italiano se sirvió del manuscrito Hamilton [B], aunque anotó las variantes con P, a las que acudió puntualmente Valvassori); a partir de esta colación, la editora explica variantes de menor y mayor calado que contiene Esc con respecto a la obra original, lo que nos permite valorar las diferencias entre el texto que salió de la mano de Boccaccio (que no se corresponde con el modelo subyacente, pues se ha podido constatar que el traductor se sirvió de una copia que generalmente está más cerca de P, aunque contiene lecciones de B) y uno de los dos testimonios conservados de la traducción castellana. Habría sido deseable que muchos de los errores percibidos y comentados por Valvassori en su tesis hubiesen pasado a notas al pie de la edición que publicó. A propósito

trata de un manuscrito copiado por varias manos (Valvassori, 2009a) que comprende tan solo la introducción y la traducción de cincuenta cuentos, aunque en el incipit se anuncian cincuenta y nueve. Aparentemente la elección no está orientada por ningún criterio y, aunque hay *novelle* escogidas de las diez jornadas, la disposición no respeta la organización secuencial del original. Si bien, en su desorden, se percibe un conjunto de agrupaciones de cuentos que respeta la planificación del texto de Boccaccio: I, 1, 2 y 3; I, 5 y 6; V, 8 y 9; VI, 3 y 4; VI, 9 y 10; VII, 1, 2, 3 y 4, etc.

En relación con su *divisio textus*, el códice presenta un total de sesenta “capítulos”, pues la introducción se divide en diez. Casi todos están precedidos de su correspondiente marco narrativo (no siempre respetando la extensión original), pero en unos pocos se integra tras el epígrafe (formando un núcleo con el cuento) y tres *novelle* aparecen sueltas. Una anomalía en el códice lo representa el “capítulo LVII” (que se corresponde con VII, 1), cuyo epígrafe se repite consecutivamente con los mismos términos, aunque la segunda vez se completa ofreciendo más detalles sobre la narración; cuando lo encontramos por vez primera en realidad no introduce el cuento que anuncia, si no el conocido episodio del Valle de las damas (que en el *Decameron* aparece como conclusión a la jornada VI), cuya narración se inicia extrañamente en el capítulo anterior (ocupa por tanto dos capítulos: la parte final del LVI y el LVII). Este desarreglo en la *mise en page* del manuscrito tiene

de estos errores, a menudo le atribuye Valvassori al traductor o al copista de Esc alteraciones que en ocasiones bien podrían derivar de la tradición manuscrita italiana del texto, bien podrían ser responsabilidad de los copistas castellanos; en este sentido, los rasgos del aragonés o del área navarroaragonesa detectados por Valvassori (2010a: 75-76) en su estudio lingüístico podrían no ser propios del traductor, sino de algunos de los copistas (también Hernán-Gómez Prieto [2014: 177] se refiere con demasiada seguridad a “los cambios introducidos por el traductor”). Para aclarar términos o expresiones de Esc, hubiese sido realmente útil — esta recomendación también se la hizo Blanco Jiménez (2012: 124) — una compulsa con SEv, que en numerosas ocasiones contiene lecturas más próximas al original italiano y, consecuentemente, ayuda a entender los problemas de transmisión que contiene Esc, como más adelante trataré de demostrar. Finalmente, quiero destacar que Valvassori ha publicado notables trabajos que hay que considerar para conocer en detalle Esc y para entender mejor la recepción del *Decameron* en España (2009a, 2009b [con versión en español: 2010b], 2012, 2014).

un valor añadido, pues este episodio se conserva únicamente en este testimonio (Valvassori, 2014).

EL INCUNABLE DE SEVILLA (1496)

Con la llegada de la imprenta, el éxito del que había disfrutado la obra de Boccaccio en la España medieval en su circulación manuscrita se trasladó a los talleres de imprenta. La última década del siglo xv vio salir en letra de molde, por este orden, el *De las mujeres ilustres en romance* (Zaragoza, 1494), la *Caída de príncipes* (Sevilla, 1495), *Las cien novellas* (Sevilla, 1496) y *La Fiameta* (Salamanca, 1497). En menos de un lustro, y de forma consecutiva, el Boccaccio latino y vulgar se difundió impreso⁸. El *Decameron* surgió en estos años en los que los impresores se interesaron por comercializar su obra; fueron Meynardo Ungut y Stanislao Polono los que sacaron de la imprenta el volumen, conservado en un ejemplar único⁹:

Las .c. nouellas de Juā Bocacio, Sevilla, Meynardo Ungut y Stanislao Polono, 8 de noviembre de 1496.

EJEMPLAR: Biblioteca Real de Bruselas: Inc. B 399 (RP)*.

No nos han llegado noticias sobre quién llevó el manuscrito a la imprenta, aunque es muy probable que no fue el propio traductor, pues tanto la colación entre Esc y Sev como los problemas editoriales del incunable parecen demostrar que la traducción original respetaba (con sus libertades, cuyos límites desconoce-

⁸ Antes se habían traducido otras obras suyas, algunas promovidas por uno de sus principales lectores, el marqués de Santillana. Sobre el panorama de las traducciones de obras de Boccaccio al castellano, ténganse en cuenta los valiosos análisis de Farinelli (1929), Blanco Jiménez (1977a, 1978b), Alvar (2001, 2010) y Ruffinatto y Scamuzzi (2008: 115-120); específicamente al *Decameron* están dedicados — además de los que citaré recurrentemente — los trabajos de Arce (1978), Blanco Jiménez (1978a), Recio (1997), Conde (2005, versión prácticamente idéntica a la de 2007), Valero (2010) y Hernández y Valvassori (2014).

⁹ La *Caída de príncipes* salió también en Sevilla bajo el cuidado material de Meynardo Ungut y Lançalao Polono.

mos) el plan de Boccaccio, y además contenía una versión más completa que lo legado por los dos testimonios (González Ramírez, 2020 y en prensa).

Este incunable sevillano nunca ha vuelto a ser reeditado en España desde el siglo xvi¹⁰. Se trata de un testimonio que contiene numerosas particularidades que evidencian una labor de renovación literaria preparada por algún lector o refundidor (González Ramírez, en prensa); sintetizo esquemáticamente las más notables: a) la voz del autor desaparece (no figura ni el proemio, ni el preámbulo a la IV jornada, ni la conclusión); b) se da una desorganización narrativa del planteamiento estructural diseñado por Boccaccio, mientras que las *novelle* se numeran correlati-

¹⁰ En esta época vieron la luz cuatro reediciones: Toledo (1524), Valladolid (1539, 1550) y Medina del Campo (1543). Aunque reservo por razones de espacio para otro trabajo la descripción bibliográfica de estos impresos y algunos ejemplos que demuestran su filiación, un examen detenido evidencia que cada reedición se basó en la inmediatamente anterior, agregando pequeñas desviaciones sobre SEV (se altera, adiciona o recorta en momentos puntuales el texto normalmente debido a problemas generados por el conteo para cerrar la caja o para conferirle una supuesta mayor claridad a la expresión literaria). Dejo aquí anotado que al cuidado de Olivar apareció una edición en cuya portada se indicaba que se había seguido “la versión castellana de 1496 actualizada y revisada” (Boccaccio, 1966; reeditada por Planeta en su colección de Clásicos). En realidad, el texto es una reescritura estilística – con todo tipo de modificaciones – del transmitido por el incunable sevillano; la ordenación de los cuentos sigue el plan del original italiano y las partes ausentes o apócrifas se han traducido de nueva planta e incorporado al lugar en el que Boccaccio las colocó. Por tanto, el testimonio del incunable queda totalmente desnaturalizado. Se han editado, sin embargo, algunas *novelle* del incunable; Blanco Jiménez (1990) presentó la edición del cuento 73, y algunos años después también lo hizo Hernández (2002b), quien desconocía el trabajo anterior por haberse publicado en una revista chilena de difusión limitada en aquel momento. También Hernández (2004b), al estudiar el final inventado que presenta el cuento 67, lo editó íntegro. Aunque no se basa en SEV, incluyo aquí la labor que ha emprendido en varios trabajos recientes Hernán-Gómez Prieto (2014, 2016), quien ha ofrecido “un intento de fijación textual” de los dos primeros cuentos. Para ello ha tomado como base Esc (siguiendo la edición de Valvassori, cuya lectura enmienda en ocasiones) y ha anotado las variantes con la primera reedición del incunable (Toledo, 1524), algunas de las cuales (apoyadas por el texto italiano, que consigna cuando es pertinente) escoge para su *constitutio textus*; la edición del texto castellano aparece en una columna y en paralelo se puede leer el texto del *Decameron* (en el trabajo de 2014 siguiendo la edición de D’Agostino y en el de 2016 la de Branca). Pese a que reconozco el esfuerzo de análisis y cotejo que ha llevado a cabo, y ella misma admite (2014: 188) que con su trabajo ha tratado de “establecer, aunque de forma del todo provisional, un texto crítico”, hay que valorar con extrema precaución los resultados, pues, por un lado, se toma como base Esc, sin demostrar su validez sobre SEV, y, por otro lado, no se está manejando en la colación el incunable, sino una reedición.

vamente hasta el cien (lo cual, genera una redimensión del concepto de *giornata*); c) se da un salto del cuento 35 al 37 (y tras el 100 encontramos uno sin numerar); d) tras la introducción (y hasta el cuento 62), la *mise en page* se presenta con una distribución regular entre “capítulo” (marco narrativo) y “novela” (cuento); e) en muchísimos casos se produce una alteración en el nombre de los narradores que relatan los cuentos; f) consecuentemente, la *cornice* sufre adaptaciones; g) la *novella* IX, 5 no aparece, y en cambio existe otra (la 73) cuyo origen no se ha descubierto; h) el cuento de Griselda parte del *rifacimento* que unos años después hizo Petrarca en latín¹¹; i) por último, y con esto señalo al menos lo más significativo, desde el cuento 56 se produce una quiebra del plan literario que presenta el texto (la lógica narrativa mantenida se rompe y desde la *novella* 62 la distribución sistemática entre marco y narración se descompone, desapareciendo el primero de modo absoluto tras el cuento 78).

¹¹ Esta traslación de Petrarca se difundió de manera independiente por toda Europa, traduciéndose a numerosas lenguas (para valorar su transformación ideológica en las primeras reescrituras difundidas en España, considérese el fino análisis de Ruffinatto [2011]). Conde e Infantes (2000) localizaron un pliego de mediados del xvi en el que se ha conservado esta versión suelta. Cotejado con el texto del incunable de 1496, pudieron constatar, en primer lugar, que se trataba de la misma versión (por lo que es una evidencia de que esta narración ya circuló en el siglo xv traducida) y, en segundo lugar, que era realmente una traducción indirecta que partía del francés, donde apareció en 1484. Este hecho pondría en tela de juicio que la traducción primitiva del *Decameron* se realizase varias décadas antes; sin embargo, la complejidad del panorama textual que nos brinda el siglo xv nos permite plantear dos hipótesis que podrían apoyar una traducción realizada con anterioridad: a) que el traductor manejase una copia manuscrita de la versión al francés de ese cuento anterior a la que se estampó en 1484 y que la prefiriese a la original de Boccaccio (esta operación fue la que cumplió el traductor catalán, que transcribió la traslación de Metge en lugar de traducir la *novella* del *Decameron*); b) que algún lector, en una fecha entre 1484 y 1596, sustituyese la traducción primitiva por otra que andaba suelta. Esta segunda posibilidad se vería reforzada si las sospechas de Conde e Infantes (2000: 76) se confirmasen algún día: “estamos convencidos de la existencia de una edición exenta de la *Historia de Griseldis* aparecida antes de 1496 y muy probablemente, a falta de otros datos, en Sevilla y quizá por los mismos Ungut y Polono”. En este caso, Esc no puede ayudarnos porque en ese testimonio no se llegó a copiar.

FILIACIÓN TEXTUAL ENTRE ESC Y SEV

Con el panorama textual al que nos enfrentamos, “actualmente — como expresó Hernández (2002a: 63) — le incognite sono infinite, e pochissime le certezze; le circostanze in cui fu eseguita la traduzione castigliana sono un enigma”. Los dos testimonios conservados, Esc y Sev, han dejado un reguero de interrogantes que ha devenido en nudos gordianos. Tras una confrontación parcial Bourland descartó la posibilidad de que Esc y Sev fuesen independientes (1905: 56): “The verbal coincidences between *E* and *S* which have been noted, as well in curious proper names, as in passages divergent from *D*, preclude the possibility that *E* and *S* were both translated directly and independently from the Italian”. En efecto, un cotejo si quiera superficial entre ambos testimonios, manuscrito e impreso, revela una coincidencia a nivel lingüístico (con errores de traducción por incomprensión que se repiten, con traslados libres e incluso desviaciones en forma de amplificaciones compartidas, como la de IX, 3) y macrotextual (se da una distribución en epígrafes de la introducción muy semejante y entre la nueva distribución de los cuentos existen dos series coincidentes que no proceden del *Decameron*) que descubre que ambos parten, directa o indirectamente, de una misma traducción, es decir, de un mismo arquetipo¹².

A propósito de su filiación, Bourland (1905: 57) argumentó que Esc no había podido partir de Sev, porque Esc no contiene el final del cuento 67, que en Sev aparece inventado. Esto podría explicarse a partir de un caso de omisión, por lo que es una prueba sin validez desde el punto de vista ecdótico¹³. La segunda evi-

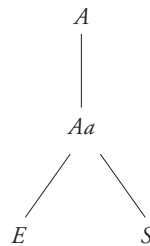
¹² Conde (2005: 105, n. 1), esgrimiendo la “provisionalidad” de los resultados a los que llegó Bourland, consideró que “nos encontramos ante dos traducciones diferentes”; sin embargo, según lo que explicó, entiendo que se refería propiamente a dos *versiones* distintas, por las discrepancias macrotextuales que existen entre ambas.

¹³ No obstante, hay que reconocer que es muy llamativo que en un testimonio no aparezca y en otro esté reelaborado; lo más probable es que ambos se remonten a un códice común que carecía de esa parte. Hernández (2004b) sugirió esta posibilidad, bien porque la copia italiana no contenía el final del cuento, bien porque el traductor no cumplió su tarea íntegramente, bien porque algún copista por cansancio lo dejó incompleto. Si acaso se llegó a traducir, pudo ocurrir también que, en el arquetipo o en algún antígrafo, se perdiese el folio que contenía esa parte. Al margen de estas consideraciones, me parece significativo que en determinado momento algún copista, en su afán de que su códice contuviese el cuento completo, improvisase un desenlace.

dencia que manejó es desde luego de mayor autoridad. Se percató de que Esc contiene traducciones de algunas partes — que son prácticamente literales al original italiano — que en Sev o no aparecían o lo hacían de forma alterada (fragmentos que pertenecen a la *cornice*, que en numerosas ocasiones fueron ajustados por el copista de Sev para aclimatarlos al nuevo plan literario); Blanco Jiménez (1977b) percibió además que Esc transmite el significativo pasaje del Valle de las damas (que editó en apéndice), del que Sev carece.

Estos datos ofrecidos por Bourland y Blanco Jiménez son determinantes para sostener que entre las dos copias no existe una relación de dependencia vertical. Su análisis llevó a Bourland (1905: 56-57) a plantear el siguiente *stemma*:

E and *S* proceed indirectly from *A*, a previous Spanish form of *D*, through *Aa*, the only difference between *A* and *Aa* being that *A* followed the order of the stories in *D*, while *Aa* has changed this order. Both *A* and *Aa* contained, according to our hypothesis, translations of the short introductions to the stories. This derivation of *E* and *S* is represented in the following diagram:



Según Bourland, del modelo subyacente (texto italiano del *Decameron*) surge un arquetipo (*A*), del que deriva un subarquetipo (*Aa*), testimonio en el que se alteró el plan de Boccaccio y que sirvió de fuente común de los dos textos conservados: manuscrito (*E*) e incunable (*S*). Es posible que la traducción original (*A*) bien pudiera contener una versión más o menos fiel al *Decameron* (aunque en rigor desconocemos sus desviaciones, amén de que el modelo subyacente conten-

dría modificaciones sobre el texto de Boccaccio¹⁴); en cuanto a la existencia de un subarquetipo (*Aa*), Bourland se apoyó en la distribución aleatoria que presentan los dos testimonios castellanos, en cuya ordenación se encuentran dos coincidencias que no proceden de la obra original y que parecen ser determinantes: IX,9 y X,1 (cuentos 34 y 35 de Esc y 56 y 57 de SEv) y VII,7, VII,9 y VIII,7 (cuentos 48, 49 y 50 de Esc y 65, 66 y 67 de SEv).

No obstante, desde el punto de vista ecdótico ninguna de las variantes del cotejo por calas entre Esc y SEv que presentó Blanco Jiménez (2012: 139) deja “claro que los autógrafos eran diferentes”; y lo mismo se puede decir de todas las que existen entre ambos testimonios, pues pueden ser explicadas como omisiones o innovaciones de los copistas a partir de un mismo código¹⁵. Lo que sí existió sin ninguna duda es la copia manuscrita con la que se trabajó en la imprenta sevillana, que hoy identificamos con SEv, pero no sabemos hasta qué punto los operarios intervinieron sobre ese testimonio.

CONSIDERACIONES SOBRE LA FIDELIDAD DE Esc Y SEv

Al margen de la filiación entre los testimonios, es fundamental conocer mejor el estado que cada uno representa, por lo que solo el cotejo nos puede certificar su fidelidad y por consiguiente su fiabilidad. Sobre SEv, Menéndez Pelayo (2017 [1910]: 580) percibió que “es un poco menos incorrecto que el del manuscrito escurialense” y recientemente Ruffinatto (2011: 181) ha apuntado que contiene

¹⁴ Últimamente, Hernández y Gómez (2017: 197) han partido “de la hipótesis de que no todas las anomalías de la versión castellana podrían deberse a problemas en su transmisión, o a decisiones personales del traductor o copista”, por lo que proponen replantear las bases del “hipotético proceso de elaboración”, con la sugerencia de que el modelo subyacente pudiera contener tales desviaciones.

¹⁵ Dejo para otro lugar la valoración de un conjunto de *novelle* que se transmiten traducidas *de verbo ad verbum* en Esc y aparecen reescritas en SEv (un adelanto puede verse en González Ramírez, 2020), al que pertenece el cuento II, 10 que para Blanco Jiménez evidenciaba la existencia de autógrafos distintos. En ese mismo trabajo, solo unas páginas después Blanco Jiménez (2012: 144) señaló que “los textos E y S son paralelos y [...] proceden de un autógrafo común”; en este caso, entiendo que aquí querría referirse a un *arquetipo común*.

“lezioni più attendibile (probabile traccia di una copia dell’escorialense, anteriore e meno corrotta)”; Blanco Jiménez (2012: 121-123) escogió algunas muestras de Esc y las confrontó con la lectura del *Decameron* y con Sev; el cotejo le permitió “confirmar” que Sev es “un texto paralelo y que preexiste a E”, pues “a veces S parece más correcto que E por una lectura diferente” (2012: 148)¹⁶. Desde luego, tales apreciaciones abren una línea de investigación muy sugerente que pone en tela de juicio que el estado de Esc, por su condición de manuscrito, sea más fiable que Sev (pues el testimonio que llegó a la imprenta sevillana podría contener un menor número de variantes y errores)¹⁷.

Frente a estas opiniones, Hernández (2004b: 15) afirmó al editar el cuento 67 que “S contiene buena parte de los múltiples errores del manuscrito, que podrían tener un origen previo, y presenta además muchos más, añadidos en el proceso de la copia de S desde una versión anterior que habría sido también la fuente de Esc”. Es preciso realizar un análisis estadístico de cuál es el testimonio que presenta un mayor número de lecciones seguras para llegar a conclusiones certeras, pues Esc representa en numerosas ocasiones un estado menos fiel que Sev con respecto a la fuente italiana. Ciñéndome a la *Introduzione*, ofrezco aquí algunos ejemplos¹⁸:

¹⁶ Esto le llevó a Blanco Jiménez (2012: 148) a conjeturar que “[e]l editor de S pudo haber tenido ante los ojos el texto del manuscrito escorialense y habría podido corregir algunos errores”; sin embargo, es más fácil entender la cuestión en los términos que planteo más abajo.

¹⁷ En este sentido, cuando Valvassori (2010b: 17) manifestó que “[e]l testimonio escorialense recoge [...] la traducción al castellano más antigua que se conserva del *Decameron* y representa el primer paso de la larga tradición indirecta de la obra en español”, habría que considerar que es el *testimonio* más antiguo, pero no se puede asegurar que represente el estadio más temprano.

¹⁸ A partir de ahora me valgo, para el *Decameron*, del texto cuidado por Fiorilla (Boccaccio, 2016), que sigue el texto de Branca de 1999, aunque tiene en consideración lecturas de otros testimonios. Se trata de ejemplos en los que el códice italiano que sirvió de modelo para el traductor apenas presentaría mínimas alteraciones sobre la lectura que aquí consigno, si es que las tenía, por la proximidad textual que se advierte. Trabajar con una edición crítica del *Decameron* es la única fórmula que nos permite escoger, entre las variantes Esc y Sev, unas lecciones sobre otras. Ahora bien, atribuirle al traductor los cambios sería responsabilizarlo de operaciones que quizá no realizó, bien porque los copistas italianos modificaron el texto, bien porque los cambios se perpetraron en la transmisión castellana. Modernizo las grafías sin valor fonético en el caso de Esc y Sev.

DEC: una montagna aspra e erta (2016: 164).

SEV: una grand montaña áspera et enfiesta abaxo (1496: f. 1r).

ESC: una grande montaña e *bosque* muy cerca (f. 1).

DEC: quasi da necessità constretto a scriverle mi conduco (2016: 164).

SEV: cuasi costreñido de necesidad, fago comienzo en esta manera (1496: f. 1r).

ESC: así costreñido, fago comienzo en esta manera (f. 1v).

DEC: i volgari nominaban gavoccioli (2016: 166).

SEV: gente común llamaban gavicioly (1496: f. 1v).

ESC: gente común llaman ganancioli (f. 2r).

DEC: Non solamente il parlare e l'usare cogli infermi dava a' sani infermità o cagione di comune morte (2016: 166).

SEV: el fablar o allegar a los enfermos dañaba a los sanos et les era causa de muerte (1496: f. 1v).

ESC: el fablar o el tocar a los enfermos (f. 2r).

En este orden, a propósito de la introducción a la primera jornada, al estudiar el sistema editorial que presenta esta parte de la obra en los testimonios castellanos — basado en una división en capítulos ajena a la voluntad de Boccaccio —, Hernández y Gómez (2017: 210) han profundizado en una interesante línea previamente abierta por Hernández (2002a: 69; 2013-2014: 441-443), advirtiendo que tal organización editorial está claramente emparentada con la que presentan varios códices italianos (que contienen epígrafes apócrifos que preceden a los lugares en los que Boccaccio insertó letras capitales). Han podido constatar que *Sev* contiene “una redacción más completa” de los epígrafes que *Esc*, lo que confirmaría que el manuscrito que llegó a la imprenta sevillana es más fiable en ciertas partes con respecto al texto italiano¹⁹.

¹⁹ En efecto, el cotejo de todos los epígrafes de *Esc* y *Sev* con las rúbricas del texto de Boccaccio da cuenta de que el incunable normalmente es más completo, quizá porque al ser un producto

Aunque los resultados de la confrontación de la *Introduzione* entre ambos testimonios nos permiten constatar las intuiciones de Menéndez Pelayo et al., pues SEV se muestra mucho más cerca de la fuente italiana (con la clara excepción de las *novelle* a las que antes aludí que se presentan reelaboradas), la colación completa demuestra — como no puede ser de otro modo en la transmisión textual medieval — que en otras ocasiones (y tanto Hernández [2004b] como Blanco Jiménez [2012] lo han subrayado) Esc contiene lecturas más fiables que SEV, bien porque subsana errores de transmisión, bien porque completa ciertas lagunas (como por ejemplo la que contiene la *novella* 69).

A propósito de la fidelidad a la obra de Boccaccio, escojo ahora algunos ejemplos de lugares estragados de Esc que en SEV no presentan problemas, con el fin de acentuar que es necesario un examen completo que nos permita saber qué testimonio presenta menos errores de transmisión:

DEC: quando nella egregia città di Fiorenza (2016: 164).

SEV: cuando en la egregia et muy noble cibdad de Florencia (1496: f. 1).

Esc: cuando en la iglesia e muy notable cibdad de Florencia (f. 1v).

Valvassori (2009a: 33, n. 1) consideró este pasaje de Esc como un “error de traducción debido posible a una mala lectura” de la versión italiana. La confrontación revela que SEV presenta una *lectio* que respeta la literalidad del término respecto al original italiano. Para aceptar que el traductor cometió un “error de traducción” derivado de una “mala lectura” (como explica Valvassori), habría que suponer que leyó “chiesa” (o algo semejante que le permitiese interpretar “iglesia”), pero las grafías (‘egregia’/‘chiesa’) no corroboran esta conjetura; lo más probable, en cambio, es que se trate de un error cometido por un copista, generado

de imprenta se cuidó más este aspecto. No obstante, entre las diferentes características que presentan estas partes paratextuales, destaca que en determinados casos Esc se apega mucho más al original. La confrontación, por último, también ofrece un dato incuestionable: o se siguió un modelo subyacente con estas partes reescritas, o el traductor planteó unos enunciados más en consonancia con la tradición narrativa castellana (Hernández, 2013-2014; González Ramírez, 2020).

por una *lectio faciliior* o trivialización del pasaje en castellano, quien al desconocer el latinismo copió “eglesia” en lugar de “egregia” (tanto la similitud de varias grafías, como su cantidad, refuerzan esta interpretación).

Saco a colación ahora otro ejemplo en el que una desviación importante entre los dos testimonios castellanos:

DEC: una parola molte volte, per accidente non che *ex proposito* detta, l’ha operato (2016: 265).

SEV: que una palabra dicha por acaescimiento, solamente que en su tiempo et a propósito sea dicha, ha en los tales obrado et fecho grand fruto (1496: 13).

ESC: que una palabra dicha por yerro, solamente que en su tiempo propuso sea dicha e en las tales obras e fechos traiga grande fructo (f. 26).

A un “error de copia” atribuyó Valvassori este pasaje estragado que presenta Esc; supuso como correcta la lección “preciso” (en lugar de “propuso”), que dejó apuntada en nota al pie. Como puede verse, se trata de un lugar amplificado sobre el texto italiano que manejo, pero me interesa subrayar cómo SEV ofrece una lectura coherente con el pasaje y que no coincide con la enmienda propuesta. Además, una comparación más amplia del contexto revela que en Esc se generan notables modificaciones que alteran la semántica.

Otro caso que podemos considerar como un claro error de transmisión de Esc con respecto a un testimonio anterior lo encontramos aquí:

SEV: Antes debes creer que este áspero et seco principio (1496: f. 1).

ESC: Antes debes creer que aqueste aspecto e seco principio (f. 1).

En este pasaje encontramos una traducción más bien libre del texto italiano que estoy usando, por lo que es ocioso registrar su lectura; pero lo que me interesa resaltar es que SEV presenta una lección más acorde con el sentido del texto. Este ejemplo nos permite entender que Esc contiene, como apuntó Valvassori (2010a: 84), un claro “error del copista”.

Por otra parte, en relación a varios lugares lagunosos de Esc, Valvassori (2009a: 67, n. 19) advirtió una agramaticalidad en esta construcción:

DEC: poi che fornito fu l'ufficio (2016: 217).

SEV: como los oficios fueron acabados (1496: 10v).

ESC: como los oficios acabados (f. 17v).

En nota, la editora de Esc indicó que “el anacoluto se debe a la omisión del verbo”, aunque esta vez no hizo ninguna propuesta. La consulta de SEV, que contiene la secuencia completa, le hubiese permitido restaurar el pasaje o al menos proponer una enmienda.

Presento ahora el último ejemplo, proveniente de otra laguna de Esc:

DEC: non già per difetto di fede (2016: 247).

SEV: no con intención de blasfemar ni de *traer mal* (1496: 16v).

ESC: non con entención de blasfemar nin de <*****> (f. 24).

Se trata de otro *locus* que no encuentra una literalidad con el texto de Boccaccio, pero en este caso Esc presenta una omisión donde SEV contiene el pasaje completo. En este caso, Valvassori se limitó a ofrecer en nota la lectura de De Haan ('cruéz'), el anterior editor de Esc, cuando a partir de una *enmendatio ope codicum* podía haber restaurado el texto. Tras estos casos analizados, resulta evidente que la consulta de SEV le habría permitido a Valvassori, cuando realizó la edición de Esc, afinar en sus interpretaciones.

La crítica textual ha demostrado que cada testimonio posterior arrastra muchos de los errores del original, añade otros nuevos y plantea un estadio textual más deturpado que el anterior (omisiones, incomprensiones, etc.). Hasta que no se haga un análisis completo no podremos saber si Esc es una copia más afectada por la entropía textual; podría tratarse de una copia tardía que haya partido de un códice deturpado o contaminado (por tanto, las alteraciones que contiene con respecto a SEV no serían imputables a la incuria de los copistas). Sin embargo, de cara a poder fijar un *stemma*, no he podido constatar que exista una copia intermedia. Por su parte, el manuscrito que llegó al taller sevillano podría ser un testimonio temprano (copiado en una fecha más próxima al original que Esc) o tratarse de un códice tardío pero que se remonte de forma más directa a una fase inicial, como sospechó Ruffinatto (2011: 181).

A propósito de SEV, como antes señalé, el cotejo con ESC y los problemas macrotextuales que contiene a partir del cuento 56 revelan que la copia con la que se trabajó en la imprenta de Sevilla no representa en su totalidad la tarea emprendida en su origen por el traductor. En este sentido, es indudable que el testimonio que llegó al taller sevillano, a nivel lingüístico, contenía errores del copista; y, por añadidura, el resultado editorial que surgió, al atravesar un proceso de impresión, sumó errores de comprensión de los componedores y otros deslices tipográficos²⁰; aunque no se puede obviar que, en su labor editorial, los cajistas también arreglarían pequeñas incoherencias gramaticales que iban detectando.

HACIA LA RECONSTRUCCIÓN DEL ARQUETIPO

Hasta ahora la crítica ha reservado menos tiempo a estudiar la relación que une los testimonios castellanos (ESC y SEV), labor que nos permite conocer con mayor objetividad el arquetipo, que a buscar las diferencias con el *Decameron* de Boccaccio, a partir de una confrontación con los dos testimonios principales (B y P). A este propósito, Hernández (2002b, 2004a, 2004b), Hernán-Gómez Prieto (2014) y Hernán-Gómez Prieto (2017) han puesto de relieve que la tradición textual castellana comparte más lecciones con P, aunque contiene otras que están más próximas a B²¹. Hernán-Gómez Prieto (2014: 173) ha concluido que “el texto traducido se parece a veces a un manuscrito italiano y a veces a otro, haciendo imposible identificar un testimonio conservado del cual se pueda asegurar que deriva el castellano”.

Por consiguiente, todas las tentativas por localizar el códice italiano del que pudo partir la traducción castellana — que puede estar extraviado o haberse des-

²⁰ En el caso de la traducción del *Inferno* (1515) de Dante preparada por Villegas, que llegó a la imprenta poco después que el *Decameron*, Hamlin (2019: 50, n. 20, 193, n. 126, 312, n. 41) ha detectado casos que son claramente deslices del cajista.

²¹ En este sentido, quizá convenga considerar la observación de Blanco Jiménez (2012: 145-147), que aseguró que “P es copia de un códice precedente”. El análisis de la *Fiammetta* realizado por Mendia Vozzo (1982: 104) ha determinado también que a veces comparte variantes con una familia del texto original, a veces con otra.

truido y, por tanto, podría no figurar entre los manuscritos conservados — han resultado infructuosas, aunque han servido entre otras cosas, como antes dije, para descartar testimonios; en su trabajo más reciente, en el que retoma y completa datos de otro anterior (Hernández, 2002a), Hernández y Gómez (2017) han confrontado el sistema de edición de seis códices, que ha valido para fortalecer la hipótesis que ya se venía barajando con respecto a la rama de la que partió el texto que sirvió como original; no obstante, “los datos aportados” son solo “orientativos”, pues

[...] solo el análisis textual de cada testimonio de la rama, cotejado con Esc y S, puede despejar incógnitas y llevar a conclusiones más sólidas en el estudio de un proceso que tantas pérdidas de códices, tantas lagunas en el interior de las copias y tantas dudas sigue presentando (Hernández y Gómez, 2017: 210).

En efecto, sin la posibilidad de tener a mano el modelo subyacente y la traducción castellana primitiva, es poco menos que imposible formular un análisis objetivo y riguroso que trace las líneas generales del método de trabajo que desarrolló y culminó el anónimo traductor. En un iluminador trabajo, Morrás explicó que

[e]n el caso de las traducciones medievales, la posibilidad de reconstruir el texto del borrador, de la versión corregida y definitiva o de tal o cual redacción, y de mostrar las sucesivas refundiciones o las modificaciones puntuales de los lectores, elementos todos ellos de gran interés para el estudio de la difusión y recepción de la literatura clásica en la Edad Media, depende en gran medida de la cantidad de piezas que el azar haya preservado hasta hoy y del lugar que éstas ocupen en el rompecabezas que es toda historia textual. (Morrás, 2002: 204)

En el caso del *Decameron* castellano, al carecer del arquetipo no podemos alcanzar a descubrir todos los errores de copia que pudieron interferir en el proceso de transmisión (algunos, como se ha visto, son más fáciles de detectar que

otros), ni aún menos conocer las posibles contaminaciones que puedan contener los testimonios castellanos. En este orden de cosas, no es fácil poder avanzar más en un terreno verdaderamente cargado de complejidades donde es imposible saber si Esc y el manuscrito que llegó al taller de Sevilla fueron copias de primer, de segundo o de algún otro grado posterior. Pero el resultado de la colación impide que podamos confirmar que parten de autógrafos distintos.

Cuando se maneja un número significativo de testimonios de una tradición textual, se puede llegar a establecer una diferenciación entre los errores transmitidos por el texto original, los que han sido incorporados por las incomprensiones del traductor y aquellos que de forma mecánica — o no — han sido añadidos por los copistas en la nueva lengua. En el caso del *Decameron*, con una tradición tan incompleta en su traslación al castellano y un terreno tan inseguro, es difícil realizar esa tarea; sin embargo, aunque no es del todo fácil determinar los descuidos del traductor (que podrían ser trivializaciones de los amanuenses) o las innovaciones de los copistas (que podrían pertenecer al traductor), a partir de los resultados de la colación entre Esc y Sev se pueden individualizar muchas modificaciones y tratar de predecir — en unos casos con más certeza que en otros — a qué mano corresponden ciertas variantes o errores.

Según sugirieron Conde e Infantes (2000: 73, n. 212), reeditar esta antigua traducción partiendo de Sev es una tarea pendiente e imprescindible: “La carencia de una edición como mandan los cánones del *Decameron* medieval castellano, con el manuscrito escurialense al fondo del problema, es una laguna que se tiene que llenar en nuestra literatura medieval”²². En efecto, para la tan ansiada edición crítica de la traducción del *Decameron* debemos tomar como base Sev (que es el testimonio más completo y ofrece un plan editorial coherente hasta el cuento 55) y servirnos indispensablemente de muchas de las lecciones proporcionadas por Esc,

²² El proyecto de edición del *Decameron* fue anunciado por Hernández (2002a: 63; 2002b: 106, n. 3), en una labor de equipo que implicaba a J. C. Conde, J. Rubio y M. Rodríguez Barcia. Posteriormente Conde (2005: 108, n. 7) manifestó que “están en marcha [...] una edición crítica y un estudio de esta traducción a cargo de quien escribe estas líneas”; y casi paralelamente (2006: 8) publicó un libro “en preparación”: “On translation and cultural dissemination: Boccaccio’s «Decameron» in XV-c. Spain”, que incluiría la “edición de las dos traducciones castellanas”.

testimonio que además contiene ciertas partes de las que Sev carece y que por tanto lo completa. Para escoger unas lecturas sobre otras, debemos auxiliarnos, con todas las precauciones necesarias, de la edición crítica del *Decameron* (que toma como texto base *B*), y atender a las variantes de *P* — como puso de relieve Delcorno (2010) —, lo que nos ayudará a solventar, siguiendo un cuidadoso proceso de *examinatio* y *selectio*, muchos lugares oscuros y otros errores que presenta el incunable.

Esta labor editorial nos permitirá — en determinados casos a partir de conjeturas — aproximarnos al arquetipo, que “è ricostruibile (con diversi gradi di precisione) su basi logico-formali grazie soprattutto alla quantità degli errori congiuntivi comuni ai suoi discendenti” (Trovato, 2005: 10). Pero probablemente esta labor también nos dará pistas sobre el modelo subyacente, sobre el que Morrás (2002) sugirió que se debía intentar reconstruir. Con los testimonios castellanos conservados del *Decameron*, esta tarea es especialmente difícil; no obstante, elementos de la *collatio externa* como el título, la división en capítulos de la introducción o las rúbricas pueden plantear indicios sobre la filiación a una familia de testimonios o a otra.

Si toda obra medieval es un texto en movimiento y una edición moderna fija un texto único, habrá que establecer un aparato crítico y ofrecer, en definitiva, un amplio cuerpo de notas para comentar los *loci critici*. Es evidente que el resultado de la edición crítica del *Decameron* castellano — como el de cualquier obra medieval con varios testimonios — no será en ningún caso idéntico al texto que salió de la imprenta sevillana (en tal caso, estaríamos editando un testimonio, pero no el *Decameron* castellano); el editor no debe ser un copista más en la cadena de transmisión textual (Morrás, 2002: 212), sino que debe tratar de solucionar los problemas que el texto contiene a la luz del máximo número de códices y ediciones autorizadas. El propósito prioritario debe ser, en última instancia, reconstruir todo lo que consientan los textos el arquetipo perdido (que nos permitirá aproximarnos, consecuentemente, al modelo subyacente)²³.

²³ En su edición del cuento 67 del incunable, Hernández (2004b) se acercó a esta metodología de trabajo, aunque dejó en nota al pie las lecturas del testimonio del manuscrito que eran más correctas; no obstante, en su encomiable ejercicio de anotación se puede advertir la complejidad que comporta esta labor.

BIBLIOGRAFÍA

- Alvar, Carlos (2001). Boccaccio en Castilla entre recepción y traducción. *Cuadernos de Filología Italiana*, 3, 333-350.
- (2010). *Traducciones y traductores. Materiales para una historia de la traducción en Castilla durante la Edad Media*. Alcalá de Henares: Centro de Estudios Cervantinos.
- Arce, Joaquín (1978). Boccaccio nella letteratura castigliana: panorama generale e rassegna bibliografico-critica. In F. Mazzoni (Ed.), *Il Boccaccio nelle culture e letterature nazionali* (64-105). Firenze: Olschki.
- Blanco Jiménez, José (1977a). Le opere di Giovanni Boccaccio in Spagna nel '400 e '500: una prima valutazione bibliografica. *Miscellanea Storica della Valdelsa*, 83 (1-2), 36-53.
- (1977b). Il manoscritto escorialense del *Decameron*. *Miscellanea Storica della Valdelsa*, 83 (1-2), 54-84.
- (1978a). L'eufemismo in una traduzione spagnola cinquecentesca del *Decameron*. In F. Mazzoni (Ed.), *Boccaccio nelle culture e letterature nazionali* (127-147). Firenze: Olschki.
- (1978b). Presencia de Boccaccio en España (con algunas correcciones). *Mapucho*, 26, 35-64.
- (1990). Una novela apócrifa atribuida a Boccaccio. *Alpha*, 6, 79-102.
- (2011). Sull'edizione castigliana de *Las Cient Nouellas de micer Juan Bocacio florentino poeta elocuente*. *La Parola del Testo*, 4 (1-2), 83-104.
- (2012). Sobre la edición castellana de *Las Cient Nouellas de Micer Juan Bocacio florentino poeta elocuente*. *Hápax*, 5, 115-151.
- Blecua, Alberto (1983). *Manual de crítica textual*. Madrid: Castalia.
- Boccaccio, Giovanni (1496). *Las .c. novelas de Juan Bocacio*. Sevilla: Ungut y Polono.
- *Este libro es de las ciento novelas que compuso Juan Bocacio de Çercaldo*. Biblioteca Real del Monasterio de El Escorial ([J-II-21], manuscrito s. XV).
- (1966). *Decameron*. Según la versión castellana de 1496 actualizada y revisada por M. Olivar. Barcelona: Nauta.
- (2016^o). *Decameron*. A cura di A. Quondam; M. Fiorilla; G. Alfano. Milano: BUR.
- Bourland, Caroline B. (1905). Boccaccio and the *Decameron* in Castilian and Catalan Literature. *Revue Hispanique*, 12, 1-232.
- Branca, Vittore (1991). *Tradizione delle opere di Giovanni Boccaccio II*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura.

- Conde, Juan Carlos (2005). Las traducciones ibéricas medievales del *Decameron*: tradición textual y recepción coetánea. In C. Parrilla; M. Pampín (Eds.), *Actas del IX Congreso Internacional de la AHLM* (105-122). Noia: Toxosoutos.
- ____ (2006). Ensayo bibliográfico sobre la traducción en la Castilla del siglo XV-1980-2005. *Lemir*, 10, 1-34.
- ____ (2007). Las traducciones del *Decameron* al castellano en el siglo XV. In María de las N. Muñiz Muñiz (Ed.), *La traduzione della letteratura italiana in Spagna (1300-1939)* (139-156). Firenze, Barcelona: Franco Cesati Editore, Universidad de Barcelona.
- ____; Infantes, Víctor (2000) (Eds.). *La historia de Griseldis (c. 1544)*. Viareggio, Lucca: Mauro Baroni.
- De Haan, Fonger (1911). El *Decameron* en castellano. Manuscrito de El Escorial. In *Studies in honor of Marshall Elliot. II* (1-235). Baltimore: John Hopkins University Press.
- Delcorno, Carlo (2010). Reseña a M. Valvassori, *Libro de las Ciento Novelas, Studi sul Boccaccio*, 28, 321-325.
- Farinelli, Arturo (1929). Boccaccio in Spagna (fino al secolo di Cervantes e di Lope). *Italia e Spagna* (89-386). Torino: Fratelli Bocca.
- González Ramírez, David (2020). La traducción perdida del *Decameron* en castellano: nuevas aportaciones crítico-textuales. In D. González Ramírez et al. (Coords.), *Entre historia y ficción. Formas de la narrativa áurea* (237-270). Madrid: Polifemo.
- ____ (en prensa). El incunable del *Decameron* en castellano (Sevilla, 1496): todo problemas. *Revista de Filología Española*.
- Hamlin, Cinthia M. (2013). La transmisión textual de la traducción de la *Divina Comedia* (1515): ¿del impreso al manuscrito?. *Revista de Filología Española*, 93 (2), 273-289.
- ____ (2019). *Traducción, humanismo y propaganda monárquica. La versión glosada del 'Infierno' de Pedro Fernández de Villegas (1515)*. València: Universitat de València.
- Hernández Esteban, María (2002a). La traduzione castigliana antica del *Decameron*: prime note. In M. Picone (Ed.), *Autori e lettori di Boccaccio* (63-87). Firenze: Cesati.
- ____ (2002b). El cuento 73 de *Las cien novelas de Juan Bocacio* ajeno al *Decameron*. *Dicenda*, 20, 105-120.
- ____ (2004a). La possibile dipendenza da P della traduzione castigliana antica del *Decameron*. *Studi sul Boccaccio*, 32, 29-58.
- ____ (2004b). Un final inventado para el cuento del escolar y la viuda del *Decameron*. *Revista de Literatura Medieval*, 16, 9-38.

- ____ (2013-2014). Alcuni interventi nell'edizione della cornice del *Decameron* castigliano del secolo XV. *Levia Gravia*, 15-16, 433-447.
- ____; Valvassori, Mita (2014). La traduzione del *Decameron* in area iberica. Alcuni approcci. In P. Boitani; E. di Rocco (Eds.), *Boccaccio and the European literary tradition (157-180)*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura.
- ____; Gómez Martínez, Roberto (2017). Hacia el posible antígrafo de la versión castellana antigua del *Decameron*: la edición de la "Introduzione alla Giornata I". *Quaderns d'Italia*, 22, 195-214.
- Hernán-Gómez Prieto, Beatriz (2014). El cuento de Cerciapelleto. Apuntes sobre la primera traducción castellana del *Decamerón*. *Carte Romanze*, 2 (2), 169-216.
- Hernán-Gómez Prieto, Beatriz (2016). Abrahán judío. Segunda "novella" del *Decamerón* castellano. *Carte Romanze*, 4 (1), 7-31.
- Mendia Vozzo, Lia (1982). L'edizione di una versione: il caso della *Fiammetta* castigliana. In *Ecdotica e testi ispanici* (103-110). Verona: Fiorini.
- Menéndez Pelayo, Marcelino (2017). *Obras completas. Orígenes de la novela. II*. Coord. A. L. Baquero Escudero; R. Gutiérrez Sebastián; B. Rodríguez Gutiérrez. Cantabria: Real Sociedad Menéndez Pelayo, Universidad de Cantabria.
- Morrás, María (2002). El texto en su laberinto: para la edición crítica de las traducciones medievales. *La corónica*, 30 (2), 203-247.
- Pérez Priego, Miguel Ángel (1997). *La edición de textos*. Madrid: Síntesis.
- Recio, Roxana (1997). Del latín al vernáculo: las traducciones peninsulares del *Decameron* de Boccaccio. *Livius*, 9, 109-119.
- Ruffinatto, Aldo (2011). Una Griselda senza Boccaccio (e senza Saluzzo). Itinerario di Dec. X, 10 nella Penisola Iberica. *Bollettino della Società per gli Studi Storici Archeologici ed Artistici della Provincia di Cuneo*, 144, 177-189.
- Ruffinatto, Aldo; Scamuzzi, Iole (2008). *Le tre corone in Spagna. Con appendici cervantine in Italia*. Torino: Celid.
- Sánchez-Prieto Borja, Pedro (1989). Importancia del estudio del modelo subyacente en la edición de traducciones medievales de textos latinos, ilustrada en un romanceamiento castellano del *Eclesiástico* realizado en el siglo XV. *Revista de Filología Románica*, 6, 251-256.
- Trovato, Paolo (2005). Archetipo, *stemma codicum* e albero reale. *Filologia Italiana*, 2, 9-18.
- Valero Moreno, Juan Miguel (2010). *Decameron* hispano. Del manuscrito a la imprenta. *Hápx*, 3, 97-115.

- Valvassori, Mita (Ed.) (2009a). *Libro de las Ciento Novelas que compuso Juan Bocacio de Certaldo. Cuadernos de Filología Italiana*, 16 [número extraordinario], 3-340.
- _____ (2009b). Lo studio della traduzione castigliana antica del *Decameron* (Esc. J-II21). *Studi sul Boccaccio*, 38, 90-104.
- _____ (2010a). *La primera traducción castellana del "Decameron": el manuscrito escurialense J-II-21*. Tesis doctoral, Universidad de Alcalá de Henares.
- _____ (2010b). Observaciones sobre el estudio y la edición de la traducción castellana antigua del *Decameron*. *Cuadernos de Filología Italiana*, 6, 15-27.
- _____ (2012). El valle de las damas en la traducción castellana antigua del *Decameron*. In I. Colón Calderón; et al. (Coords.), *Los viajes de Pampinea: novella y novela española en los Siglos de Oro* (47-60). Madrid: Sial.
- _____ (2014). El modelo narrativo del *Decamerón* en la Edad de Oro: una vieja historia. *Edad de Oro*, 33, 21-34.

VISÃO SOCIAL E HUMANA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: COMPREENDER O PASSADO PARA CONSTRUIR O FUTURO

*Social and human vision of information
science: understanding the past
to build the future*

MARIA BEATRIZ MOSCOSO MARQUES

beatrizmarquesfluc@gmail.com

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

LILIANA ISABEL ESTEVES GOMES

liliana.gomes@fl.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0088-0429>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3786-2942>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-6_6

Texto recebido em / Text submitted on: 30/11/2019

Texto aprovado em / Text approved on: 23/04/2020

Biblos. Número 6, 2020 • 3.^a Série

pp. 119-145

RESUMO.

A Ciência da Informação (CI), inscrita na vasta área das ciências sociais e humanas, evidencia uma clara dimensão transdisciplinar e, em simultâneo, relações interdisciplinares com outras áreas do conhecimento. Neste artigo, pretende-se analisar a evolução das disciplinas Arquivística (AA), Biblioteconomia (BA), Museologia (MA) e Documentação (DA), e dos respetivos serviços, bem como explicitar a sua convergência para a CI. Para dar cumprimento a tal propósito optou-se por uma abordagem qualitativa de natureza exploratória, traduzida na revisão da literatura. Reconhece-se que persiste o arquétipo da tradicional compartimentação documentalista da informação (IF) pelo espaço institucional e/ou tecnológico onde se conserva. Contudo, é crescente a colaboração e convergência entre Bibliotecas (B), Arquivos (A) e Museus (M), em particular no ambiente digital. Conclui-se que, ao deslocar-se o enfoque do objeto de estudo do documento e/ou da IF para o Ser Humano que a produz e consome, estamos a contribuir para a afirmação de uma CI Social e Humana (CISH).

Palavras-chave: Epistemologia da Ciência da Informação; Arquivística; Biblioteconomia; Museologia; Documentação.

ABSTRACT.

Inscribed in the vast area of social and human sciences, Information Science (IS) shows a clear trans-disciplinary dimension and at the same time interdisciplinary links with other areas of knowledge. In this article, we intend to analyse the evolution of the Archival science, Library science, Museology, and Documentation disciplines and respective services, as well as to explain their convergence to the IS. To fulfil this purpose, we chose a qualitative exploratory approach expressed in the literature review. We acknowledge the persistence of the archetype of the traditional documentary compartmentalization of information throughout the institutional and/or technological space where it is kept. However, collaboration and convergence between libraries (L), archives (A), and museums (M) is increasing, particularly in the digital environment. The conclusion is that we can contribute to the assertion of a social and human IS (ISSH) by shifting the focus from the object of study of the document and/or information to the Human Being that produces and consumes it.

Keywords: Epistemology of information science; Archival science; Library science; Museology; Documentation.

INTRODUÇÃO

O termo Arquétipo, adj. do grego *archetyton* e do latim *archetyptu*, utiliza-se para designar *o que serve de primeiro modelo; o tipo primordial, segundo o qual todas as coisas foram criadas; exemplar, padrão* (Machado, 1997: 372). Ora, de acordo com este conceito, não é possível refletir sobre a epistemologia da CI sem recuar ao mundo greco-latino e ao aparecimento e desenvolvimento das instituições modelares que estão na génese das suas disciplinas subsidiárias, os primeiros ABM.

O denominador comum entre os primeiros ABM era o de serem instituições culturais, que tinham como objetivo principal a conservação da memória da humanidade, e daí o seu caráter utilitário de *servir a ciência*. Ora, como facilmente se compreende, o objeto de estudo da AA, BA, MA e da DA, está intrinsecamente associado à história da humanidade e à satisfação das diversas necessidades do ser humano no domínio da IF. Daí decorre que durante os vários séculos que medeiam entre o aparecimento das instituições de recolha, conservação e serviço da IF e o modelo social e humano de CI que pretendemos consolidar, tivessem ocorrido desenvolvimentos substanciais ao nível social e, concomitantemente, ao nível da satisfação das necessidades de IF produzida e consumida por uma sociedade ávida de conhecimento. É neste contexto que surgem, em finais do século XIX e inícios do século XX, os princípios básicos das três *ciências*/disciplinas, de natureza instrumental e operatória, que estão na génese da CISH e que permitem a sua autonomia em relação à História, da qual eram, até então, entendidas como *ciências*/disciplinas auxiliares. Todavia, estes princípios estavam diretamente vocacionados para uma práxis que se pretendia afirmar e que estava associada a um *saber fazer* assente em técnicas pouco consolidadas.

Os anos 50 do século passado anunciaram a designada *Revolução Tecnológica*, originada pelo aparecimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), e conduziram a uma mudança social muito acentuada, com contornos semelhantes aos da Revolução Industrial que a precedeu. Os seus alicerces estavam suportados na ideia do ser, em detrimento do ter, do conhecer e explicar em contraposição com o fazer. Todavia, e contrariamente ao que era suposto, o desenvolvimento de sistemas tecnológicos de informação e de comunicação (STIC) apenas conduziu à agilização no domínio do acesso à IF, mas ainda não permitiu

a satisfação das necessidades dos cidadãos e a sua participação, ativa e consciente, na tomada de decisões sobre o seu futuro e o da humanidade. Por conseguinte, podemos inferir que, em termos de efetivação de direitos e de deveres dos cidadãos e também no que diz respeito à garantia da preservação da memória da humanidade, as TIC *pouco acrescentaram* aos arquétipos que estiveram na génese da criação dos ABM e, posteriormente, dos Centros de Documentação (CD).

Neste pressuposto, podemos afirmar que foi na tentativa de mudar o paradigma historicista, técnico e custodial da AA, da BA, da MA e ainda que de uma forma muito menos significativa, da DA, centradas no documento, enquanto testemunho da atividade humana e no saber fazer em detrimento do conhecer, que se passou a valorizar o conteúdo, independentemente do seu conteúdo, levando ao aparecimento de uma CI de base tecnológica e de natureza inter e transdisciplinar.

Chegados à segunda década do novo século, afigura-se-nos cada vez mais pertinente a interrogação de Michael Buckland (2012) *What kind of science can Information Science be?* Será que temos uma CI para o mundo anglosaxónico e outra(s) para os restantes países, com níveis de desenvolvimento opostos ou assimétricos, designadamente os mais carenciados em termos económicos e consequentemente tecnológicos? Será que a CI de base tecnológica é capaz de satisfazer as necessidades de IF dos cidadãos do novo milénio em contextos sociais e culturais distintos? Será que os arquétipos do século passado, vinculados a um carácter eminentemente técnico/profissional, continuam a ser desenvolvidos e perpetuados em muitos países como reação a uma ausência de fundamentação teórica sólida da CI, que lhe configure um cariz universal? Será que a tendência de vários países ibero-americanos para alterar a designação e/ou o *corpus* epistemológico da CI para CI Documental permite um maior diálogo sobre a sua natureza ou objeto de estudo? Será que o arquétipo oriundo do mundo anglosaxónico permite uma *dinâmica integradora e aberta à transformação* e/ou consolidação da CISH?

Estas são algumas perguntas que impõe uma reflexão profunda, pois não se deve importar, quiçá ingenuamente, ou talvez não... modelos construídos para resolver problemas concretos, de realidades específicas, sem questionar a sua viabilidade e utilidade em contextos distintos, nem tão pouco pretender pensar localmente e agir globalmente.

1. ARQUIVÍSTICA, BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA: ANÁLISE DIACRÔNICA DOS ARQUÉTIPOS GRECO-LATINOS AO LIMAR DO SÉCULO XX

Tal como referimos anteriormente, o surgimento das disciplinas — AA, BA, MA e DA — é muito posterior ao objeto de estudo que esteve na sua génese. A análise da evolução etimológica dos termos ABM permite-nos inferir sobre a existência de muitos elementos de afinidade:

- Arquivo deriva do grego ἀρχεῖον (*arkheion*) — “centro de poder ou governo” — e através do latim *archivum* passa a significar um “conjunto documental, depósito de documentos”;
- Biblioteca, do grego βιβλιοθήκη, composto por βιβλίον (*biblion*) — «livro», e θήκη (*theca*) — «caixa», teve como significado inicial “caixa de livros”; através do latim *bibliotheca* passa a designar a “coleção de livros, edifício ou sala para alojar a coleção de livros”;
- Museu também deriva do grego μουσεῖον (*mouseion*), “templo das musas”, e do latim *museum* e referia-se “às musas, estabelecimento onde estão guardadas coleções de várias artes e ciências de que as musas eram orago”; a palavra museu, com o sentido que tem hoje, data apenas de 1813 (Gomes, 2016: 93). Hernández Hernández considera que o termo *mouseion* surgiu no século III a. C., para caracterizar o centro de irradiação cultural em Alexandria (2006: 22).

Assim, e apesar da função custodial estar sempre presente e associada ao objeto custodiado, o documento, e à organização que o custodia, podemos concluir sobre a existência de um denominador comum subjacente ao surgimento destas três organizações milenares, a satisfação das necessidades de IF sentidas pela humanidade ao longo dos tempos, quer como garantia de direitos, quer como espaço privilegiado da *esfera pública* onde se reuniam pessoas com interesses diversos, sobretudo eruditos. Os A e as B têm o seu marco existencial imbricado no aparecimento da escrita, na Mesopotâmia e no Egito (Marques, 2012: 29-37), onde “the earliest physical evidence of repositories of clay tablets in the Near East

suggests that documents were created, collected, and stored to serve pragmatic purposes” (Hedstrom; King, 2004: 12).

Entre os séculos VII e VIII a. C. surgem as grandes B da Antiguidade, entre as quais a de Alexandria, a qual foi constituída a partir de um decreto de Ptolomeu III, que para além de denotar a sua grande preocupação com a conservação da memória coletiva, constitui o gérmen do que muito mais tarde se viria a designar por Depósito Legal. Tendo como sustentáculo a sua herança helénica, as B atingiram um elevado grau de desenvolvimento no mundo romano, onde se estabeleceram redes públicas de A e de M. Ao longo da Idade Média (IM), as B eruditas, nascidas no mundo greco-romano, florescem associadas às Ordens Religiosas e a partir do século XVII proliferam por toda a Europa e EUA, deslocando paulatinamente o foco das suas funções tradicionais e aproximando-se cada vez mais das necessidades das pessoas. No que respeita aos M, o seu aparecimento reporta-se ao hábito de colecionar das grandes civilizações da Antiguidade Clássica (AC). Contudo, e apesar das características que estiveram na base do aparecimento de cada organização, durante a AC e ao longo da IM assistimos a uma ausência de distinção. Os “museus, arquivos e bibliotecas constituíam praticamente a mesma entidade, pois organizavam e armazenavam todos os tipos de documentos” (Ortega, 2004: 3).

Só a partir do final da IM e inícios da Idade Moderna é que começam a aparecer organizações com autonomia e individualidade própria, ainda que obedecessem ambas à tríade Espaço, Documentos e IF. Assim, podemos afirmar que do ponto de vista histórico e cultural, a evolução e a consolidação da BA, da AA e da MA resultou do aparecimento de algumas publicações que surgem em finais do século XVII e inícios do século XVIII e que marcaram o seu percurso disciplinar: *Advis pour dresser une bibliothèque*, de Gabriel Naudé (1627), *De re diplomática*, de Jean Mabillon (1681), e *Museographia*, de Gaspar Friedrich Neickel (1727), circunscrevendo-as na órbita da História erudito-metódica e positivista e tendo as práticas de custódia e de organização sempre precedido a sua compreensão teórica (Silva; et al., 1999).

A obra *Advis pour dresser une bibliothèque* assume-se como o primeiro Manual dedicado à Criação e Organização das coleções das B. Para Naudé (1600-1653), a ordem bibliográfica era crucial para a partilha do saber conservado, prin-

cipio que continua cada vez mais atual face à explosão informacional resultante da *Revolução Tecnológica*. Também se deve a Naudé o conceito de B como espaços Públicos e Universais, o qual suportou muito do ideário dos revolucionários franceses. Para além desta obra de referência pioneira no domínio da BA, não podemos deixar de referir os contributos de Gessner (1516-1565), Bacon (1561-1626), Brunet (1780-1867), Panizzi (1797-1879), Cutter (1837-1903), Dewey (1851-1931), Ranganathan (1892-1972), entre outros, que contribuíram para a busca de novos métodos e técnicas de organização das coleções bibliográficas.

Neste contexto, e tal como acontece atualmente em relação à ausência de consenso sobre a visão da CI, começam a desenvolver-se duas linhas de orientação, a designada como *científica* ou *técnica* e a *humanista*, as quais estão diretamente associadas às necessidades sentidas pelas B especializadas e as oriundas das B de leitura pública.

A preocupação da primeira era o desenvolvimento de métodos de organização e recuperação da IF. Para cumprir esse desiderato foi criada a primeira associação profissional, a *American Library Association* (ALA), e a primeira escola de ensino superior, fundada em 1887 na Universidade de Columbia.

Assim, durante os finais do século XIX e até ao limiar do século XX, começam a surgir normas, tais como as regras de catalogação (as de Panizzi, de 1841, e as de Jewett, de 1852) e sistemas de classificação bibliográfica mais ou menos hierárquicos e estáticos ou *flexíveis e dinâmicos* (como o de Dewey, de 1878, e o de Ranganathan, de 1933), de *caráter universal*. De acordo com esta visão, a BA “estuda os princípios racionais para realizar, com maior eficácia e menor esforço, os fins da biblioteca” (Buonocore, 1952: 37).

A BA de orientação humanista, ainda que com uma forte vertente tecnicista, era liderada pela Universidade de Chicago (Butler, Shera, Nitecki e Egan), onde se criou, na década de 1930, o primeiro doutoramento na área. Esta formação colocava a tónica na visão social da B (Marques, 2012: 38-43) e na sua integração na comunidade como “instrumento para vencer o analfabetismo, desviar mentes jovens do vício e do crime, acelerar o progresso industrial” (Litton, 1975: XIII).

É nesta altura que surgem os primeiros estudos de utilizadores de B, centrados na “criação de hábitos de leitura e potencial socializador da biblioteca” (Leitão, 2005: 21). Data também desta altura o célebre discurso de Ortega y Gasset sobre

a *Missão do Bibliotecário* na Conferência de abertura do II Congresso Mundial de Bibliotecas e Bibliografia, promovido pela *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) em maio de 1935. Referindo-se ao aumento substancial da publicação de livros, o conferencista considerava que isso tinha efeitos nocivos para o ser humano pois havia “livros demais e era preciso regular a produção de livros, de forma a evitar que se publicassem os ‘desnecessários’ e que não faltassem os ‘necessários’” (Ortega y Gasset, 1935).

O Tratado de Mabillon, publicado em Paris e intitulado *De re diplomatica libri VI*, marca o desenvolvimento dos conceitos, princípios e métodos para a organização dos documentos de A e o estabelecimento das relações dos A com o método diplomático. Este monge beneditino aprofundou o estudo dos diferentes tipos de escrita e das diversas tipologias documentais para conseguir controlar as inúmeras falsificações de documentos que, e contrariamente ao que possa parecer, não são um fenómeno da Sociedade da Informação (SI) pois proliferaram durante toda a IM. A Diplomática surge associada ao direito patrimonial, como um estudo sistemático dos documentos de A, nomeadamente como uma forma de demonstrar a autenticidade dos documentos que garantiam a propriedade das terras pela Igreja.

A época Contemporânea, sobretudo após a Revolução Francesa, marca uma viragem substancial no conceito de A e na natureza da sua IF, a qual está associada ao surgimento dos *Archives Nationales* em França (Lei de 7 Messidor), onde o A central do Estado passa a ser entendido como o A da Nação e à liberalização do seu acesso a todos os cidadãos. Em 1821 é criada a *École Nationale des Chartres* e em 1882 a *École du Louvre*. Assim, o Modelo Francês, de natureza historicista, positivista e associado à necessidade de afirmação profissional, começa a impor-se no domínio da formação de arquivistas, nomeadamente em Itália e em Espanha. Este modelo parece-nos estar na origem desta ligação umbilical entre desenvolvimento disciplinar e necessidades profissionais, ao que também não é estranha a promulgação do *Princípio da Proveniência* ou *Respeito pelos Fundos*, de Natalis de Wailly, em 1841, e a publicação do primeiro manual arquivístico em 1898, intitulado *Handeigling voor het ordenen en beschrijven van Archieven*, conhecido vulgarmente como Manual dos Arquivistas Holandeses. Estes dois fatores podem ser considerados como a chave para a mudança de conteúdo nas obras da Diplomática Moderna. Convém também realçar que esta visão utilitária e instrumental

da AA lhe confere o estatuto de *ciência auxiliar da História* e atribui aos A o papel de *laboratórios da História*.

Ora, tal como já referimos em relação à BA, também é visível uma diversidade de orientações da AA pois, e como seria de esperar, surge uma reação do outro lado do Atlântico, onde não havia cabimento para esta perspectiva historicista.

Em meados do século xx, nos EUA, surgiu outra visão da AA, conhecida como *Gestão de Documentos*, voltada para o tratamento dos A administrativos (Lopes, 2000: 113). O marco teórico referencial dessa corrente norte-americana é a obra de Theodore Schellenberg, *Modern Archives: Principles and Techniques*, de 1956, que coloca o acento tónico no valor primário dos documentos. Todavia, quer o modelo historicista, quer o modelo administrativo tinham objetivos comuns, pois viravam-se essencialmente para aspetos pragmáticos, ligados à eficácia (da pesquisa histórica, num caso e do funcionamento da máquina burocrática, no outro), e, nesse momento, a questão científica “não era prioritária” (Fonseca, 2005: 55). A criação do *International Council on Archives* (ICA), ratificada em 1950, também foi um marco importante para a afirmação da identidade da disciplina, todavia a sua ação pouco alterou a tradição da ligação técnica e profissional.

A obra de Neickel, *Museographia*, é considerada como o primeiro Manual de História da MA e assume-se como um marco referencial para a organização (inventariação), disposição (montagem) e conservação das coleções de museus, sobretudo os dedicados à História Natural. Mas o período pós-revolucionário também vai conduzir ao aparecimento de um movimento similar no domínio dos museus públicos, constituídos pelas grandes coleções das monarquias, sendo o marco desse movimento a criação, em 1793, do Museu do Louvre, que se torna referência obrigatória para a criação dos museus nacionais europeus (Hernández Hernández, 1998: 26).

Também no domínio da MA, e de acordo com Gómez Martínez (2006), verifica-se uma dualidade de perspetivas. Paralelamente ao desenvolvimento da que podemos designar por MA tradicional, onde predominava, na linha de orientação de Neickel, a ligação aos Museus de História Natural e de História da Arte e a aposta no desenvolvimento da componente técnica do sistema, e a *Nova Museologia* (UNESCO, Chile, 1972), onde se começa a lançar o gérmen da componente social do museu, designadamente através da institucionalização do conceito de

Ecomuseus (Fernandéz, 1993: 24), e a questionar a utilidade e atualidade das técnicas museológicas.

No âmbito destes pressupostos, e em termos globais, podemos assinalar o período pós-revolucionário, como o marco referencial para a afirmação e consolidação institucional dos ABM, pese embora o seu arquétipo pré-científico de natureza positivista, patrimonial e diretamente associado à satisfação das necessidades das elites e, em particular, dos historiadores.

2. ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS: VELHOS E NOVOS ARQUÉTIPOS

De acordo com o enunciado anteriormente, podemos afirmar que, e independentemente das visões e das tendências nacionais e internacionais no domínio da criação e afirmação da CI, estas organizações culturais encontram-se unidas por três conceitos comuns, a cultura, o património e a memória. Todavia, têm identidades próprias mas complementares, que as tornam únicas no domínio da recolha/produção, conservação e difusão da IF.

A natureza e a proveniência da IF existente nos ABM tem origens e características distintas. No caso dos documentos de A eles derivam de atos espontâneos, pelo que o seu valor é de natureza probatória ou testemunhal. Nos dois últimos casos, ela é fruto do ato voluntário de constituir coleções. Os M podem ser considerados como *organizações híbridas*, situando-se num ponto intermédio entre as B e os A, pois a maioria das suas coleções são constituídas voluntariamente por objetos únicos e/ou originais que testemunham, de acordo com as suas tipologias e âmbitos temáticos, a atividade das comunidades humanas. No que concerne à funcionalidade (uso externo), as B e os M são sistemas predominantemente abertos, ainda que as primeiras privilegiem o uso e os segundos a contemplação através das exposições, não permitindo, regra geral, mais nenhuma experiência sensorial, para além da visual. Por seu lado, os A são sistemas semifechados de IF social, produzida “no quadro de uma máxima organicidade”, que “pressupõem também funcionalidade (uso interno e, posteriormente, externo)” (Silva; et al., 1999: 38).

Considerando a IF como o objeto de estudo, identifica-se uma diferença substancial entre a dupla BA/AA e a MA:

A informação é [...] instrumental no trabalho museológico, ao contrário do que se passa com a Biblioteconomia e a Arquivística, as quais fundam a sua razão de ser na simples existência de informação social materializada em suportes físicos e implicada numa dinâmica [...] eminentemente social, de comunicação. (Silva; et al., 1999: 37)

Para responder às necessidades da sociedade, e apesar da sua origem una, configurou-se uma separação das áreas disciplinares e locais de trabalho, tendo sido a tradição e a prática a delimitar as categorias profissionais, o que enfatiza e alimenta as diferenças, ignorando-se, conseqüentemente, as suas semelhanças:

Bibliotecas y museos tuvieron en muchos casos un origen común. No sólo es el ejemplo de la Biblioteca de Alejandría: el British Museum estaba formado por una gran colección de antigüedades y una biblioteca de carácter general, y así se mantuvo, desde su fundación en 1753 hasta 1972, cuando se separó la biblioteca mediante la promulgación de la British Library Act. Todavía hoy el Victoria and Albert Museum y la Art National Library son dos instituciones en una sola y ésta actúa como biblioteca de aquella. (López de Prado, 2003: 10)

Contudo, a tipologia do *continente* ou suporte físico foi utilizada, durante muito tempo, como o elemento diferenciador dos vários SIN (quer ao nível da organização interna quer ao nível da classificação institucional). Embora empiricamente seja usual confundir-se Arquivo/instituição com Arquivo/fundo, Biblioteca/instituição com colecção de documentos, Museu/instituição-espaco físico com objectos bi/tridimensionais e (...) Centro de Documentação (...), como um tipo de Biblioteca (Silva, 2002: 575), do ponto de vista científico, a recorrente confusão entre o *conteúdo* e o *continente* é discutível. A IFLA considera que os ABM são “socios naturales en la colaboración y cooperación, en el sentido que acostumbran a servir a la misma comunidad de maneras parecidas... apoyan y aumentan oportunidades de aprendizaje para toda la vida, conservan el patrimonio de la comunidad y protegen y proporcionan acceso a la información” (Yarrow; Clubb; Draper, 2009: 5-6).

Desde o início do século XXI que se identificam múltiplas iniciativas que patenteiam um crescente interesse na exploração de novas formas de colaboração e convergência entre ABM: reuniões e conferências, nacionais e internacionais; publicação de artigos científicos e bibliografia temática; grupos ou projetos de trabalho, entre outras (Gomes, 2016: 124). Ao nível internacional, destaca-se o papel da IFLA, do *International Council of Museums* (ICOM) e do *International Council of Archives* (ICA). Nos EUA, foram desenvolvidos vários projetos comuns entre estas três áreas, que integraram a *American Association of Museums* (AAM), a ALA e a *Society of American Archivists* (SAA). Também na União Europeia (Manžuch, 2009) têm sido desenvolvidos projetos que espelham a ligação entre ABM.

São vários os autores que trabalham no âmbito da colaboração entre ABM (Warren; Matthews, 2018; Duff; et al., 2013; Given; McTavish, 2010; Waibel, 2010; Kirchhoff; Schweibenz; Sieglerschmidt, 2009; Pastore, 2009; Dupont, 2007; Gibson; Morris; Cleeve, 2007), o que representa de *per se* uma vontade de criar laços entre os velhos e os novos arquétipos através da reflexão plasmada na considerável produção científica dos últimos anos.

Assim, o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido centra-se, sobretudo, na preservação e difusão do património cultural da humanidade (Carvalho Junior; Martins; Germani, 2019), sendo essencial a efetivação da gestão integrada da IF de ABM (Gomes, 2016: 270-280), bem como a cooperação institucional que permita o estabelecimento de projetos comuns e parcerias.

A conjuntura da SI, através do recurso à tecnologia digital, veio sem dúvida atenuar muitas das distinções entre os territórios individuais e organizacionais. Paradoxalmente, as “questões tecnológicas envolvendo [...] arquivos, bibliotecas e museus têm sido apontadas como um problema para a integração destes acervos” (Marcondes, 2016: 66).

Chegados ao século XXI, desloca-se o enfoque da conservação para a difusão de IF, pelo que os ABM necessitam, de modo muito premente, da convergência dos seus dados e da interoperabilidade com outros, em particular, entre os acervos/coleções digitais (Gomes, 2016: 278-280). Ora, a integração conceitual e tecnológica dos acervos digitais apresenta-se, ainda, como um desafio. No entanto, soluções de interoperabilidade entre sistemas distintos parecem estar a mudar este cenário, a partir do surgimento das tecnologias da *Web Semântica* e dos dados

abertos interligados. Mas, de acordo com os pressupostos inerentes à mudança conjuntural ocorrida na passagem da Sociedade Industrial para a SI, é, ou deverá ser possível criar pontes de contacto entre o paradigma custodial e pré-científico dominante, onde se privilegiava a conservação física dos suportes da IF, do *contenido*, e o novo paradigma pós-custodial e científico, onde o *conteúdo*, a IF, constitui a nova riqueza das nações, e, porquanto tem de ser considerada como um fator de sustentabilidade e desenvolvimento à escala global e não apenas localizada num número reduzido de cidadãos e de países, atuando mais uma vez como um *combustível* para a diferenciação e para a exclusão social.

3. DAS CIÊNCIAS DOCUMENTAIS À CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

O termo Documentação, s. f. do latim *documentationem, documentum (docere + mentem — «ensinar a mente» ou doctus + mentem — «mente treinada»*, utiliza-se para designar *o Acto ou efeito de documentar; conjunto de documentos; os elementos que comprovam qualquer coisa* (Machado, 1997: 498).

O surgimento da DA, enquanto disciplina, tem a sua génese no célebre Manual de Paul Otlet (1934), *El Tratado de Documentación: el libro sobre el libro: teoría y práctica*, o qual, apesar de continuar a reforçar um arquétipo de natureza pré-científica, permitiu acrescentar valor aos ABM, com os quais os CD, que surgem na primeira metade do século xx, têm muitos elementos em comum:

O CD representa uma mescla das entidades [...] [Arquivo, Biblioteca, Museu], sem se identificar com nenhuma delas. Reúne, por compra, doação ou permuta, documentos únicos ou múltiplos de origens diversas (sob a forma de originais ou cópias) e/ou referências sobre uma área específica da atividade humana. Esses documentos e referências podem ser tipificados como de arquivo, biblioteca e/ou museu. (Tessitore, 2003: 14)

A obra de Otlet considerava que a função primordial do CD era a de processar IF. No contexto desta publicação, é relançada a discussão iniciada nos EUA a partir dos anos 20 e 30 e até aos anos 60, sob a influência da Escola de Chicago, sobre a orientação e as prioridades da ALA, a qual tinha desenvolvido uma

abordagem teórica baseada nas Ciências Sociais, e que priorizava a Instituição B como um espaço social vocacionado para a memória cultural e para o serviço à comunidade. A inexistência de consensos no seio da ALA, aliada às prioridades de um grupo de especialistas norte-americanos preocupados com as Bibliotecas Especializadas e com o acesso ao conteúdo dos documentos, conduziu a uma cisão que esteve na origem do aparecimento da *Special Libraries Association* (SLA), em 1908. Convém realçar que as ideias da Escola de Chicago foram recuperadas mais tarde por Francis Miksa, em 1992, o qual considerava que só fazia sentido organizar o conhecimento se o objetivo fosse disponibilizá-lo à sociedade em geral.

Segundo López Yepes (1995), o termo *Documentación* tem um duplo sentido: no primeiro equivale a Ciências da Documentação e, num segundo, corresponde à disciplina que estuda uma parte do processo documental. Trata-se de um reconhecido contributo para a afirmação progressiva da DA em Espanha como campo disciplinar, e na linha de tradição das disciplinas que a antecederam, caracterizada por uma perspectiva patrimonialista que dominou a formação e a profissão.

De acordo com Silva, os termos DA e IF, “servem, genericamente, para designar uma área de estudo científico que, consoante a perspectiva epistemológica adoptada, tanto agrega várias disciplinas como uma só” (2013: 18). No âmbito desta perspectiva pode considerar-se que a designação *Information Science* tem as suas origens no conceito de DA e no legado teórico-prático dos belgas Henri La Fontaine (1854-1943) e Paul Otlet (1868-1944), que fundaram, em 1895, o *Instituto Internacional de Bibliografia*, o qual lançou as bases para a criação de uma Bibliografia Universal que permitisse a classificação do conhecimento produzido e a sua divulgação. Para cumprirem tal desiderato, escolheram o Sistema de Dewey como suporte para a sua classificação de base decimal. As suas ideias vieram a ser recuperadas, ainda que com uma nova roupagem, a partir dos anos 60 do século passado. Tal como afirma Buckland, a partir dos anos 60 “there was a strong desire for the provision of information services to become scientific, to move from librarianship, bibliography, and documentation to an information science” (2012: 1), preocupada com a recuperação da IF, o acesso e o uso das novas TIC. Assim, é neste contexto que surgem as bases para o nascimento da CI, cuja evolução foi feita, de acordo com Ribeiro,

“na linha directa” da Documentação... Foi um caminho, em grande medida, desbravado por praticantes de ofícios relacionados com a Informação, estimulado pelas respectivas associações profissionais e que, aos poucos, foi conquistando um espaço nos contextos educacionais e académicos. [...] Na verdade, por meados dos anos sessenta, a expressão estava definitivamente imposta nos EUA, onde foi florescendo até hoje mais do que em outros países, e não só abundavam já as propostas de definição, como surgiam, também, escritos em torno da fundamentação teórica desta nova área disciplinar. (2004)

Em jeito de súmula, podemos inferir que há diversos autores como Briet, Fernández Molina, López Yepes, Shera e Cleveland, Silva e Ribeiro, e muitos outros, que fazem remontar a origem da CI ao desenvolvimento natural da disciplina da DA. Sendo assim, para além da sua origem norte-americana, atribui-se-lhe um carácter *super especializado*, centrado na Organização e Recuperação da IF.

Todavia, também não existe consenso neste domínio, sobretudo no que diz respeito a autores brasileiros. Assim, é natural que as diferentes perspetivas sobre a origem da CI possam influenciar a formação e o desenvolvimento da CI no Brasil e em outros países ibero-americanos.

Para Bellotto, os “Arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus têm co-responsabilidade no processo de recuperação da informação, em benefício da divulgação científica, tecnológica, cultural e social, bem como do testemunho jurídico e histórico” (1991). Também Ortega (2004: 1) encontra relações históricas entre BA, DA e CI desde o aparecimento da escrita “[...] das primeiras evidências de organização de documentos segundo seus conteúdos, apontando esses processos e as bibliotecas primitivas da antiguidade que os realizavam como a origem do que depois foi denominado Biblioteconomia” e este processo evolutivo, assente na técnica de organização, conservação e divulgação de documentos, correspondeu, tal como hoje, a necessidades sociais. Ora, e independentemente desta discussão de natureza epistemológica sobre as raízes da CI, conclui-se que pode haver IF sem haver documento mas o inverso não é possível evidenciar. Assim, de disciplinas auxiliares da História, a AA, enquanto *Ciência dos Arquivos*, e a BA, enquanto *Ciência das Bibliotecas*, emancipam-se e adquirem o estatuto de *Ciências*

Documentais, valorizando, a par da MA, enquanto *Ciência dos Museus*, os testemunhos da atividade humana, fixados em suportes perduráveis, que continham informação, tendo na sua raiz e na sua designação a associação direta às respetivas disciplinas profissionais e alegadas *ciências* (Silva, 2015: 104).

Apesar da dualidade de perspetivas *cumulativa ou fragmentária* destas várias disciplinas, assente na complexidade normativa da organização e representação da IF de cada SIN, consideramos que, do ponto de vista epistemológico, a perspetiva deve ser evolutiva, assumindo-se que a CI inter e transdisciplinar resultou da “dinâmica de integração do legado técnico e prático das disciplinas Arquivística, Bibliotecologia (Biblioteconomia/Documentação) e Museologia, legado esse essencial para o estudo sistemático, problematizador e científico do objecto informação” (Silva, 2015: 103), mas elas,

Não podem subsistir por muito mais tempo artificialmente autonomizadas e disfarçadas de «científicas», tendo, por isso, que ser (re)enquadradas epistemologicamente de um modo sério e consistente, que não passa já pela anacrónica, redutora e frágil “teoria” da documentação, mas antes pelo aprofundamento crítico do debate sobre a natureza e evolução da Ciência da Informação, assumida no singular e não num plural fragmentado e avulso (ciências) que, à letra, exclui deste campo científico uma matriz unitária e transdisciplinar. [...] Contudo, facilmente se torna inteligível que, sem uma base epistemológica e teórica consistente, a afirmação de identidade é um logro que conduzirá, forçosamente, os profissionais para um caminho sem retorno. O tecnicismo apurado dificilmente sobreviverá sem o suporte de um conhecimento adequado do fenómeno informacional que socialmente nos envolve. (Silva; Ribeiro, 2003: 2)

4. A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: DO ARQUÉTIPO TECNOLÓGICO NORTE-AMERICANO AO ARQUÉTIPO SOCIAL E HUMANO IBERO-AMERICANO

A ideia de uma matriz tecnológica da CI encontra o seu terreno fértil no contexto norte-americano, onde surgiu, em finais dos anos cinquenta do século

passado, a designação *Information Science*¹. Apesar de alguma discussão sobre a sua gênese, parece-nos que ela foi muito influenciada pela publicação das obras de Bush (1945), Wiener (1948), Shannon; Weaver (1949).

De acordo com alguns dos estudos desenvolvidos por Shera; Cleveland (1977), Brookes (1980), Debons (1986), Lilley; Trice (1989), Saracevic (1996), Rayward (1997) e Silva; Ribeiro (2002), sobre as origens da CI, ela tem como marcos referenciais: a *International Conference on Scientific Information*, realizada em Washington, em 1958; duas conferências realizadas no Instituto de Tecnologia da Geórgia, em Out. 1961-Abr. 1962; a criação, em 1966, da Arist, a *Annual Review of Information Science and Technology*; e a mudança do nome do *American Documentation Institute* (ADI) para *American Society for Information Science* (ASIS), em 1968.

No século XXI, são vários os autores como Dias (2000), Ortega (2004), Oliveira (2005), Souza; Almeida (2009), que defendem uma CI aplicada, virada para o modelo tecnológico norte-americano, de onde deve estar alheia qualquer variável de *natureza social* e onde deve vigorar a ideia de existência de um *núcleo duro* que seria formado pelas questões técnicas e que seria o centro do campo, sendo as questões políticas, sociais e culturais da IF temas da *periferia* e menos importantes (Pinheiro, 2000).

Todavia, a par desta orientação, começam a surgir desde 1970 algumas vozes críticas, e daí que a CI, por influência da UNESCO, comece a abrir a sua abordagem a outras visões e tendências.

Mas, desde então, têm ocorrido poucas mudanças de paradigma e o desenvolvimento do substrato teórico da CI tem sido apanágio, quase exclusivo, de uma das grandes associações mundiais, a *American Society for Information Science*, e de várias universidades do mundo anglosaxónico, nomeadamente através dos

¹ Pela mesma altura surge a *informatika* soviética. Na antiga URSS, é criado, em 1952, o VINITI – Vserossiisky Institut Nauchnoi i Tekhnicheskoi Informatsii (All-Union Institute for Scientific and Technical Information), agregado à Academia de Ciências da Rússia, com a missão de fornecer informação científica. A figura de Alexander Ivanovich Mikhailov foi fundamental para construir a Informatika como disciplina que estuda as propriedades da informação científica.

conteúdos formativos plasmados no movimento internacional das *Information Schools* ou *iSchools*.

Esta CI de raiz tecnológica preocupa-se com o “impacto de la computación en el proceso de producción, recolección, organización, interpretación, almacenamiento, recuperación, diseminación, transformación y uso de la información y en especial de la información científica fijada en documentos impresos” (Capurro, 2007: 17), e/ou digitais.

Ora, de acordo com a revisão da literatura realizada, consideramos que esta matriz tecnológica da CI, adequada ao contexto e às preocupações da sociedade que esteve na sua génese e que desde sempre, e também por motivos históricos, se preocupou com questões relacionadas com a investigação nas áreas científicas e técnicas e com a superespecialização do trabalho, tem de acompanhar os sinais dos tempos e abrir-se a um diálogo profícuo com outras visões e tendências que, através da compreensão do passado e da forte tradição herdada do mundo greco-latino, permitam fortalecer o desenvolvimento presente da CI.

A *Information Science* norte-americana parece-nos muito mais próxima da Informática e da Computação, da Técnica e da Tecnologia, do que da Produção, Organização e Difusão de IF pelo Ser Humano e de todas as relações sociais e culturais que lhe estão adstritas, desde a sua *génese milenar*. Essa CI parece-nos estar cada vez mais a aproximar-se e a valorizar a técnica, através da criação e desenvolvimento de SIT de Organização, Representação e Acesso à IF e cada vez menos atenta às necessidades reais de uma sociedade em constante mudança, cada vez mais inundada de IF e carente de conhecimento.

De acordo com o exposto, consideramos que o desenvolvimento e a afirmação da CI de dimensão universal implica uma determinação clara e inequívoca do seu objeto de estudo, ainda que partilhado com outras áreas científicas e, consequentemente, da sua linguagem e do seu método, que permitirão o seu enquadramento no campo científico, pois, e tal como afirma Silva (2005: 28) “se não soubermos o que é a informação a Ciência da Informação não passará nunca de um mero equívoco académico e de um artifício corporativo”.

Todavia, a riqueza, a diversidade e a complexidade desta matéria prima do conhecimento, entendida como um ativo intangível das organizações, conduz a uma ausência de consenso entre os autores dos diversos países e continentes.

Diversas são também as definições existentes na literatura em relação a este objeto multifacetado, “a qual é, para alguns, sinónimo de dados, e, porquanto, de natureza tangível, e, para outros, identificado com conhecimento e, concomitantemente, de natureza intangível” (Marques, 2017b: 62-64).

Assim, e apesar da opção pelo uso diferenciado dos termos/conceitos *Informação* e *Conhecimento* (Marques, 2017a; Gomes, 2016), considera-se que a definição de IF que melhor corresponde ao objeto da CI, de carácter inter e transdisciplinar e de matriz social e humana, é o “Conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas com/pela interação social, passíveis de serem registadas num qualquer suporte material e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidireccionada” (Silva; Ribeiro, 2002: 37).

No âmbito desta definição, considera-se também que o objeto de estudo da CI é a IF enquanto fenómeno social e humano,

A CI é uma ciência social que investiga os problemas, temas e casos relacionados com o fenómeno info-comunicacional perceptível e cognoscível através da confirmação, ou não, das propriedades inerentes à génese do fluxo, organização e comportamento informacional (origem, colecta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação). (Silva, 2008: 19)

Ora, o imperativo categórico que se impõe à CI no século XXI, é o de deslocar o foco dos meios de acesso, organização e representação da IF, para os efeitos que essa IF possa ter no ser humano, o qual é designado por Toffler e Toffler (2006) como Prossumidor.

A abordagem sistémica e a visão holística da informação (Gomes; Fernández Marcial, 2019; Fernández Marcial; Gomes; Marques, 2015) permite olhar para o Cientista da IF como um mediador entre a IF e as pessoas que a produzem e/ou consomem, ou como um mediador entre o acesso à informação e a produção de conhecimento.

Considera-se que ao deslocar-se o enfoque do objeto de estudo, do documento e/ou da IF, entendida como o *sangue da CI* (Le Coadic, 1996), para o Ser

Humano que a produz e consome, estamos a contribuir para a afirmação de uma CISH e, em simultâneo, a estabelecer pontes de diálogo epistemológico com o mundo ibero-americano, herdeiro das teorias e das práticas das designadas Ciências Documentais.

No âmbito da análise diacrónica efetuada sobre os arquétipos da CI, resulta a necessidade de privilegiar o *conteúdo*, em detrimento do *contenido* e, ao mesmo tempo, de colocar o acento tónico no ser humano que, voluntária ou involuntariamente, *regista* as suas atividades e produz conhecimento para dar significado à sua existência individual e coletiva (Capurro, 1992). Tal como acentua Pierre Bordieu, não nos podemos esquecer que é preciso pensar, contudo, que um campo científico é constituído por pessoas, dotadas de interesses, posicionamentos e recursos desiguais para ocupar os espaços legitimados de autoridade (1983).

Esta *nova* orientação da CI, remonta ao início da década de 90 do século passado, e tem a sua génese na *International Conference on Conceptions of Library and Information Science*, que teve lugar em Tampere, Finlândia, em 1991. Daí em diante, começa a ganhar força um *paradigma social* de estudo da informação, assente na componente humana dos SIN de ABM e CD e destacando a ideia de intersubjetividade. A vasta produção científica nesta linha de orientação da CI, Capurro (1992, 2003), Hjørland; Albrechtsen (1995), Cornelius (1996), Silva; Ribeiro (1999), Rendón Rojas (2005; 2008), Cronin (2008), Frohmann (2008), entre outros, permite alterar o carácter estático do documento e acentuar o dinamismo da IF mas, e sobretudo, pretende atribuir o papel principal aos sujeitos que interagem com a IF, para a “inserção dos fenómenos e processos informacionais nos contextos sócio-históricos concretos e no carácter reciprocamente referenciado da construção da informação e de suas representações e processamentos técnicos” (Araújo, 2013: 22).

Em jeito de súmula, pode inferir-se que esta visão do objeto de estudo da CI permite, por um lado, afirmar a sua natureza transdisciplinar e, ao mesmo tempo, desfazer equívocos em relação a disciplinas como a AA, BA, MA e a DA e, mais recentemente em relação à *Library and Information Science*. Por outro lado, esta visão permite desconstruir arquétipos subjacentes à *Information Science* e à possibilidade da sua associação direta e/ou indireta às Ciências da Computação ou Informática.

NOTAS FINAIS

A CISH inter e transdisciplinar integra um legado técnico e prático dos arquétipos das tradicionais disciplinas ligadas à guarda, conservação, organização e representação, uso e difusão dos documentos, o qual serviu como modelo para o estudo científico do objeto IF (fenómeno/processo social e humano, e não apenas o seu suporte), implicado no processo de gestão de qualquer entidade.

Todavia, isso não significa que a CI do século XXI seja muito diferente da sua génese e tenha *absorvido* as diversas áreas disciplinares, AA, BA, DA e DA. A perspectiva diacrónica permite compreender os respetivos SIN, identificar as suas especificidades e os seus pontos de convergência, os quais estão na origem da intensa e profícua colaboração entre ABM, que se tem vindo a sedimentar progressivamente nos últimos anos.

No entanto, reconhece-se que persiste o arquétipo da tradicional compartimentação documentalista da IF pelo espaço institucional e tecnológico onde ela se conserva: SIN de ABM e STI, entre outros.

Ora, chegados ao final da segunda década do século XXI, considera-se cada vez mais pertinente a interrogação de Michael Buckland (2012), *What Kind of Science Can Information Science Be?* A ciência das *hard skills*, do paradigma tecnológico da IF Científica e Técnica vigente sobretudo no mundo anglo-saxónico, nomeadamente nos EUA, Canadá e Inglaterra, ou a *ciência* das *soft skills*, do paradigma social e humano do mundo ibero-americano, nomeadamente da América do Sul e da América Latina: Brasil, Uruguai, Paraguai, México, Perú, Cuba, Venezuela, Colômbia, ou de alguns países da Europa como Espanha, França, Itália...? E qual é a orientação científica em Portugal?

Tal como já referimos, considera-se que a dimensão social e humana da CI é “de sobremaneira, e do ponto de vista da criação, desconstrução e reconstrução do Conhecimento [...] muito mais valiosa do que a tecnológica, embora uma parte significativa dela esteja orientada para o uso da tecnologia” (Marques, 2017b: 72).

Assim, e pese embora os esforços empreendidos no sentido da clarificação do objeto, do método e da linguagem da CI, parece-nos haver pouco consenso, nomeadamente devido à dificuldade expressa pela SI em clarificar os conceitos de *conteúdo* e *conteúdo*. Ou seja, considera-se que a dinâmica transdisciplinar plena (onde se inserem a AA, BA, DA e, quiçá, a MA, enquanto disciplinas) da CISH

implica um profundo e complexo diálogo epistemológico sobre os conceitos de Documento, IF e Conhecimento.

Subjacente a este diálogo está a necessidade primária de estabelecer consensos sobre o objeto de estudo da CI e, sobretudo, de clarificar a necessidade da sua visão universal, contemplando as realidades assimétricas dos diferentes países e SIN no domínio do cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável preconizados pela UNESCO.

A nossa visão desta área científica implica compreender o passado para construir o futuro e dessa forma alargar o espetro da análise ao homem, objeto de estudo das Ciências Sociais e Humanas, enquanto produtor e consumidor de IF, analógica e/ou digital, que desde as sociedades pré-clássicas, regista, ou não, as suas ações/atividades, para servir de testemunho e/ou IF para os indivíduos particulares e para a sociedade em geral.

Assim, reafirmamos a ideia de que não pode existir um documento se não existir IF, mas também não pode existir IF se não existir um ser humano capaz e interessado em produzi-la e consumi-la.

BIBLIOGRAFIA

- Araújo, Carlos Alberto Avila (2013). Manifestações (e ausências) de pensamento crítico na ciência da informação. *Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, 27 (2), 9-29.
- Bellotto, Heloísa (1991). *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- Bordieu, Pierre (1983). O campo científico. In *Sociologia*. São Paulo: Ática.
- Borko, Harold (1968). Information science — what is it?. *American Documentation*, 19 (1), 3-5.
- Briet, Suzane (1951). *Qu'est ce que la documentation?*. Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Techniques.
- Brookes, Bertram (1980). The foundations of information science. *Journal of Information Science*, 2, 125-133.
- Buckland, Michael (2012). What kind of science can Information Science be?. *Journal of Information Science and Technology*, 63 (1), 1-7.
- Buonocore, Domingo (1952). *Elementos de bibliotecología*. Santa Fé: Librería y Editorial Castellví.
- Bush, Vannevar (1945) As we may think. *Atlantic Monthly*, 176, 101-108.

- Capurro, Rafael (1992). What is information science for? A philosophical reflection. In P. Vakkari; B. Cronin (Eds.), *Conceptions of library and information science. Historical, empirical and theoretical perspectives* (82-98). London: Taylor Graham.
- (2003). Epistemologia e ciência da informação. In *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, 5, Belo Horizonte. Anais ENANCIB, 1-21. Consultado a 28-07-2019, http://www.capurro.de/enancib_p.htm
- Cornelius, Ian (1996). *Meaning and method in information studies*. New Jersey: Ablex.
- Cronin, Blaise (2008). The sociological information science. *Journal of Information Science*, 34 (4), 465-475.
- Debons, Anthony (1986). Information science. In *ALA world encyclopedia of library and information services*. 2 ed. Chicago, 365-368.
- Duff, Wendy; et al. (2013). From coexistence to convergence: studying partnerships and collaboration among libraries, archives and museums. *Information Research*, 18 (3). Consultado a 24-07-2019, <http://www.informationr.net/ir/18-3/paper585.html>
- Dupont, Christian (2007). Libraries, archives, and museums in the twenty-first century: Intersecting missions, converging futures?. *RBM: A Journal of Rare Books, Manuscripts, and Cultural Heritage*, 8 (1), 13-19. Consultado a 24-07-2019, <http://rbm.acrl.org/content/8/1/13.full.pdf>
- Fernández Marcial, Viviane; Gomes, Liliana Esteves; Marques, Maria Beatriz Moscoso (2015). Perspetiva teórica e metodológica em sistemas de informação complexos. *Páginas a&b Arquivos e Bibliotecas*, 4, 3-21. Consultado a 08-10-2019, <http://ojs.lettras.up.pt/index.php/paginasab/article/view/995>
- Fernández Molina, Juan Carlos (1993). De la documentación a la information science: antecedentes, nacimiento y consolidación de la “Ciencia de la Información” en el mundo anglosajón. *Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios*, 9 (33), 41-61.
- Gibson, Hannah; Morris, Anne; Cleeve, Marigold (2007). Links between libraries and museums: investigating museum-library collaboration in England and the USA. *Libri*, 57 (2), 53-64.
- Given, Lisa; Mctavish, Lianne (2010). What’s old is new again: the reconvergence of libraries, archives, and museums in the digital age. *The Library Quarterly*, 80 (1), 7-32.
- Gomes, Liliana Esteves (2016). *Gestão da informação, holística e sistémica, no campo da ciência da informação: estudo de aplicação para a construção do conhecimento na Universidade de Coimbra*. Tese de doutoramento, Universidade da Corunha. Consultado a 12-06-2019, <http://ruc.udc.es/dspace/handle/2183/18287>

- _____; Fernández Marcial, Viviane (2019). Sistema de Informação: abordagem conceitual e metodológica. *Bibliotecas. Anales de Investigación*, 15 (3), 395-404. Consultado a 11-09-2019, <http://revistas.bnjm.cu/index.php/anales/article/view/4544>
- Gómez Martínez, Javier (2006). *Dos museologías: las tradiciones anglosajona y mediterránea. Diferencias y contactos*. Gijón: TREA.
- Grande dicionário da língua portuguesa* (1997). Coord. José Pedro Machado, 1, Lisboa: Círculo de Leitores.
- Hedstrom, Margaret; King, John (2004). *On the LAM: Library, archive, and museum collections in the creation and maintenance of knowledge communities*. Consultado a 18-09-2019, <http://www.oecd.org/edu/innovation-education/32126054.pdf>
- Hernández Hernández, Francisca (1998). *Manual de museología*. Madrid: Síntesis.
- _____. (2006). *Planeamientos teóricos de la museología*. Gijón: Trea.
- Hjorland, Birger; Albrechtsen, Hanne (1995). Toward a new horizon in information science: domain analysis. *Journal of the American Society for Information Science*, 46 (6), 400-425.
- Kirchhoff, Thomas; Schweibenz, Werner; Sieglerschmidt, Jorn (2009). Archives, libraries, museums and the spell of ubiquitous knowledge. *Archival Science*, 8 (4), 251-266.
- Le Coadic, Yves François (1996). *A ciência da informação*. Brasília: Briquet de Lemos.
- _____. (1997). Science de l'information. In S. Cacaly; et al. *Dictionnaire encyclopedique de l'information et de la documentation*. Paris: Nathan, 517.
- Lilley, Dorothy; Trice, Ronald (1989). *A history of information science: 1945-1985*. San Diego: Academic Press.
- López de Prado, Rosario (2003). Bibliotecas de museos en España: características específicas y análisis DAFO. *Revista General de Información y Documentación*, 13 (1), 5-35. Consultado a 12-06-2019, <http://revistas.ucm.es/index.php/RGID/article/view/RGID0303120005A>
- López Yepes, José (1995). *La documentación como disciplina: teoría e historia*. 2. ed. Pamplona: Universidad de Navarra.
- Marcondes, Carlos Henrique (2016). Interoperabilidade entre acervos digitais de arquivos, bibliotecas e museus: potencialidades das tecnologias de dados abertos interligados. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 21 (2), 61-83. Consultado a 12-09-2019, <https://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/2735>
- Marques, Maria Beatriz Moscoso (2012). *A satisfação do cliente de serviços de informação: as bibliotecas públicas da Região Centro*. Tese de Doutoramento, FLUC. Consultado a 10-09-2019, <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/20462?mode=full>

- _____. (2017a). Informação, comunicação e conhecimento: os desafios da sociedade do século XXI. In Carlos Camponez; et al. (Eds.), *IX Congresso SOPCOM: Comunicação e Transformações Sociais* (1, 48-62). Coimbra: SOPCOM.
- _____. (2017b). Gestão da informação em sistemas de informação complexos. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*, 12 (2). Consultado a 08-06-2019, <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pbcib/article/view/35505/18544>
- Miksa, Francis (1992). Library and information science: two paradigms. In Pertti Vakkari; Blaise Conin (Eds.), *Conceptions of library and information science: historical, empirical and theoretical perspectives* (229-251). London: Taylor Graham.
- Naudé, Gabriel (1627). *Advis pour dresser une bibliotheque*. Présenté à Monseigneur le Président de Mesmes. Paris: Chez François Targa. Consultado a 12-09-2019, http://elg0002.free.fr/pdf/naude_advis_pour_une_bibliotheque.pdf
- Neickel, Gaspar Friedrich (1727). *Museographia, oder Anleitung zum rechten Begriff und nützlicher Anlegung der Museorum oder Karitäten-Kammern*. Leipzig: Michael Hubert.
- Ortega, Cristina Dotta (2004). Relações históricas entre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. *DataGramaZero. Revista de Ciência da Informação*, 5 (5). Consultado a 25-06-2019, <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/7649>.
- Ortega y Gasset, José (2006). *Missão do bibliotecário*. Trad., posfácio António Agenor Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos.
- Otlet, Paul (1934). *Traité de documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*. Bruxelles: Munda-neum-Palais Mondial.
- Pastore, Erica (2009). *The future of museums and libraries: a discussion guide*. Washington, DC: Institute of Museum and Library Services. Consultado a 25-06-2019, <http://www.ims.gov/assets/1/AssetManager/DiscussionGuide.pdf>
- Pinheiro, Lena Vania Ribeiro (2000). Infra-estrutura para pesquisa em ciência da informação. *Data-gramaZero: Revista de Ciência da Informação*, 1 (6), 1-25.
- Ranganathan, Shiyali Ramamrita (1931). *The five laws of library science*. Madras: The Madras Library Association.
- Rayward, Boyd (1991). *The case of Paul Otlet, pioneer of information science, internationalist, visionary: reflections on biography*. Consultado a 27-06-2019, http://people.ischool.illinois.edu/~wrayward/otlet/PAUL_OTLET_REFLECTIONS_ON_BIOG.HTM

- _____. (1997). The origins of information science and the International Institute of Bibliography / International Federation for Information and Documentation (FID). *Journal of the American Society for Information Science*, 48 (4), 289-300.
- Rendón Rojas, Miguel Ángel (2005). *Bases teóricas y filosóficas de la Bibliotecología*. 2. ed. México DF: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas.
- _____. (2008). La ciencia de la información en el contexto de las ciencias sociales y humanas. *Data-GramaZero. Revista de Ciência da Informação*, 9 (4). Consultado a 27-07-2019, http://www.dgz.org.br/ago08/Art_06.htm
- Ribeiro, Fernanda (2004). Informação: um campo uno, profissões diversas?. In *Nas encruzilhadas da informação e da cultura: (re)inventar a profissão. Congresso Nacional Bibliotecarios, Arquivistas e Documentalistas. 8. Atas*. Consultado a 18-07-2019, <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/674/672>.
- Saracevic, Théodore (1996). Ciência da informação: origem, evolução e relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 1 (1), 41-62.
- Schellenberg, Théodore (1956). *Modern archives: principles and techniques*. Chicago: University of Chicago Press.
- Shannon, Claude; Weaver, Warren (1962). *The mathematical theory of communication*. Urbana: University of Illinois [1. ed. 1949].
- Shera, Jesse; Cleveland, Donald (1977). History and foundations of Information Science. *Annual Review of Information Science and Technology*, 12, 249-275.
- Silva, Armando Malheiro da (2002). Arquivística, biblioteconomia e museologia: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da ciência da informação. In *1.º Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus* (573-607). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.
- _____. (2005). Documento e informação: as questões ontológica e epistemológica. *Arquivo & Administração*, 4 (2), 327-355.
- _____. (2008). Inclusão digital e literacia informacional em ciência da informação. *PRISMA.COM*, 7, 16-43.
- _____. (2015). Arquivo, biblioteca, museu, sistema de informação: em busca da clarificação possível. *Cadernos BAD*, 1, 103-124. Consultado a 18-07-2019, <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1482>
- _____.; Ribeiro, Fernanda (2002). *Das «ciências» documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Afrontamento.

- _____; Ribeiro, Fernanda (2003). Um modelo sintético de licenciatura para uma ciência da informação consolidada: o caso português. In *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, Belo Horizonte. Anais ENANCIB, 1-18. Consultado a 28-07-2019, <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/venancib/paper/viewFile/2085/1220>.
- _____; et al. (1999). *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Afrontamento.
- Smit, Johanna Wilhelmina (2003). Arquivologia/Biblioteconomia: interfaces das ciências da informação. *Informação & Informação*, 8 (1), 1-13. Consultado a 24-07-2019, <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1713>
- Tessitore, Viviane (2003). *Como implantar centros de documentação*. São Paulo: Arquivo de Estado, Imprensa Oficial do Estado.
- Toffler, Alvin; Toffler, Heidi (2006). *La revolución de la riqueza*. Barcelona: Debate.
- UNESCO (1972). ICOM: Mesa-Redonda de Santiago do Chile. *Revista Museu*. Consultado a 24-07-2019, <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/legislacao/museologia/3-1972-icom-mesa-redonda-de-santiago-do-chile.html>
- Waibel, Gunter (2010). *Collaboration contexts: framing local, group and global solutions*. Ohio: OCLC Research.
- Warren, Emily; Matthews, Graham (2018). Public libraries, museums and physical convergence: Context, issues, opportunities: a literature review Part 1, *Journal of Librarianship and Information Science*, 51 (4), 1120-1133.
- Wiener, Robert (1948). *Cybernetics: or control and communication in the animal and the machine*. Paris: Hermann & Cie.
- Yarrow, Alexandra; Clubb, Barbara; Draper, Jennifer-Lynn (2009). *Bibliotecas públicas, archivos y museos: tendencias de colaboración y cooperación*. La Haya: Oficina central de la IFLA.

(Página deixada propositadamente em branco)

LOS RECURSOS DEL ENTORNO SOCIO-CULTURAL Y LA UTILIZACIÓN DEL PRESENTE EN LAS AULAS DE HISTORIA DE ESPAÑA

*The resources of the sociocultural
environment and the use of the present
in Spanish History classes*

NICOLÁS MARTÍNEZ-VALCÁRCEL

nicolas@um.es

Universidad de Murcia

RAMÓN GARCÍA-MARÍN

ramongm@um.es

Universidad de Murcia

MARTHA ORTEGA-ROLDÁN

luz0099@hotmail.com

Facultad de Educación, Universidad Autónoma del Carmen, México

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8992-2201>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3268-5182>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6351-1850>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-6_7

Texto recebido em / Text submitted on: 10/12/2019

Texto aprovado em / Text approved on: 23/04/2020

Biblos. Número 6, 2020 • 3.^a Série

pp. 147-168

RESUMEN.

La finalidad principal de esta línea de investigación es conocer la práctica realizada en las aulas de Historia; por otra parte, el objetivo de este artículo es “el estudio del uso de los recursos del entorno socio-cultural y la utilización del presente en las aulas de Historia de España”. La metodología no experimental, descriptiva, y la selección de la muestra por cúmulos y cuotas han permitido llegar a 41 participantes de 25 de los 136 centros de Educación Secundaria de la Comunidad Autónoma de la Región de Murcia (CARM), España, en el curso 2014-2015, utilizando un cuestionario de opinión abierto. Los resultados muestran el uso casi total de citas al presente por parte de los profesores en sus aulas, la integración del patrimonio en la enseñanza en los primeros periodos de la Historia de España, el visionado de series televisivas para la comprensión de las formas de vida, sobre todo en la Historia actual, unido a las narraciones de las personas que vivieron los acontecimientos políticos actuales. Igualmente, ponen de manifiesto la existencia de otros aprendizajes no evaluados y la importancia de estos recursos en la formación general ciudadana.

Palabras clave: Enseñanza; Historia; Medios; Alumnos; Evaluación.

ABSTRACT.

The main purpose of this line of research is to know the practices adopted in History classes. On the other hand, the objective of this article is “the study of the use of the resources of the sociocultural environment and the use of the present in Spanish History classes”. The non-experimental and descriptive methodology coupled with the selection of the sample by clusters and quotas allowed us to reach 41 participants from 25 of the 136 Secondary Education centres of the Autonomous Community of the Region of Murcia (CARM), Spain, in the 2014-2015 academic year, using an open-opinion survey. Results show the almost total use of references to the present by teachers in their classes, the integration of heritage in education in the first periods of Spanish History, and the viewing of television series to understand ways of life, especially in current history, together with stories of the people who lived the current political events. The results also show the existence of other unassessed ways of learning and the importance of these resources in general citizenship training.

Keywords: Teaching; History; Media; Students; Evaluation.

1. INTRODUCCIÓN

Con el fin de acomodar este estudio en el presente número monográfico, pero sin entrar a fondo en exponer la procedencia y significado del concepto *arquetipo*, puede decirse que deriva del griego, en concreto, de la palabra “arjetipos”, que es fruto de la suma de dos partes claramente diferenciadas: i) el sustantivo “arjé”, que puede traducirse como “origen”; y ii) el nombre “tipos”, que es equivalente a “modelos”. En sentido amplio, los arquetipos constituyen patrones de los cuales derivan otros elementos o ideas. Puede tratarse de algo físico o simbólico, pero siempre capaces de generar algo más a partir de sí mismos. Los arquetipos, para nuestro caso de estudio, son pensamientos compartidos colectivamente y que pueden resultar universales, mostrándose como habituales en las aulas de Historia de España durante largo tiempo.

Los arquetipos en la educación histórica, que se dibujan en los textos visibles e invisibles, constituyen una tradición social duradera. De este modo, la Historia de España, en tanto que disciplina escolar, se relaciona con la larga duración que mantienen las construcciones socioculturales, y que poseen una enorme capacidad de supervivencia a pesar de estar sometidas a la inexcusable dialéctica entre cambio y continuidad en el tiempo largo.

En general, podría decirse que, en los últimos treinta años, los textos del equivalente a lo que hoy es la ESO o Bachillerato (Educación Secundaria) se han mantenido en un equilibrio precario entre los nuevos elementos pedagógicos y la tradición académica. Retrocede la narración en beneficio de la documentación y fuentes, ganan espacio las ilustraciones o las actividades para el análisis de información de diferente clase. Pero, al mismo tiempo, pervive un fuerte estilo disciplinar y unos sobreentendidos pedagógicos y culturales muy tradicionales. Hoy día nos encontramos ante un panorama de la Historia enseñada contradictorio y complejo, en el que siempre parece predominar una fuerte tendencia hacia una enseñanza de la Historia que utiliza como recurso principal la exposición verbal del profesor, donde sigue imperando el libro de texto (y/o apuntes) como máximo artefacto didáctico y donde la memorización de acontecimientos, conceptos y procesos causales se consagra como principal facultad requerida en el transcurso del aprendizaje. En este sentido, las siguientes citas son bastante significativas:

los medios que pueden y deben ser utilizados en las escuelas no se reducen únicamente a los elaborados con propósitos instructivos desde instancias comerciales. Existe un abanico enorme de medios, ajenos a la educación, como son los mass-media (prensa, radio, televisión), los digitales, como internet, o los locales de un territorio dado. (Área, 2004: 249)

La familiaridad de los estudiantes con la Historia deriva de varias fuentes, que incluyen, pero no se limitan, al currículum escolar. [...] [L]os niños y adolescentes dicen haber aprendido sobre el pasado de padres, hermanos y otros familiares; a partir de medios de comunicación impresos o electrónicos, como la televisión, películas, libros de divulgación e Internet; de visitas a museos y sitios históricos; y de su exposición a artefactos históricos dentro y fuera del hogar. (Barton, 2010: 103)

La frontera entre el encuentro y el mundo exterior no es impermeable; las influencias externas penetran en él. Pero la acción que se desarrolla dentro del encuentro tiene, en alguna medida, vida propia. (Erickson, 1993: 327)

Las citas recogen la finalidad de este artículo. El trabajo de Área habla de los medios didácticos, señalando la diversidad que tienen y su potencialidad para ser utilizados en la enseñanza. Barton concreta esos mismos medios en la enseñanza y destaca el papel importante que juegan en el aprendizaje del alumnado las referencias al entorno social y cultural y la relación con el presente. Por último, Erickson se refiere a las tareas académicas y la estructura de participación social en las aulas, destaca que ese mundo exterior e interior no tiene fronteras impermeables y su relación está presente en los procesos de enseñanza-aprendizaje. Así, en la enseñanza de la Historia, ese espacio cotidiano tiene una localización geográfica y temporal llena de información de todo tipo (monumentos, familia, TV, Internet, libros, películas, etc.), que está siendo utilizada por profesores y alumnos con mayor o menor intensidad.

El artículo se organiza en torno a cinco apartados. Tras esta breve introducción se recoge el marco conceptual, que ayuda a la comprensión e interpretación de los contenidos analizados, el apartado tercero presenta la metodología utili-

zada, el cuarto y quinto muestran los resultados generales y específicos alcanzados, y en el sexto las conclusiones obtenidas.

2. LA ENSEÑANZA DE LA HISTORIA

Este trabajo recoge información en torno a la utilización en las clases de Historia de España¹ de los medios socio-culturales y del presente en el que está ocurriendo dicha enseñanza, por lo que es preciso acotar su significado. Cuando hablamos del presente, no nos referimos a una Historia basada en los problemas actuales, sino la utilización, o no, de ese hecho en el aula. Por otra parte, cuando se les solicitó que ejemplificaran ese uso del presente, aparecieron los hechos o eventos con los que convivía habitualmente el alumno tanto a nivel geográfico, como cultural y social, en el sentido que Área (2004: 246) señala cuando habla de “utilizar los medios materiales y culturales del entorno socio-cultural y adecuación del medio al contenido estudiado”. Es evidente que un resto arqueológico, una serie de TV que está siendo emitida en ese momento, una película, etc., en el caso de Historia, son medios adecuados al contenido y que, además, forman parte de su entorno sociocultural y de la comunicación en los procesos de enseñanza-aprendizaje.

Los estudios que realizamos anteriormente avanzaban indicadores que ponían de manifiesto que, a pesar de la gran influencia de esas PAU, profesores y alumnos utilizan otros contenidos y medios que contribuían a su aprendizaje, pero que no aparecían en los trabajos realizados por los discentes y tampoco en los exámenes que llevaban a cabo. Área (2004), cuando se refiere a los criterios para la selección de medios, cita, entre otros, la pertinencia de utilizar los recursos del entorno socio-cultural y la adecuación de estos al contenido de estudio. La adecuación al contexto geográfico-cultural es diverso, multicultural y lleno de singularidades que repercuten en el tipo de medios utilizados. Así, la existencia de un patrimonio cultural o natural, la singularidad de la localidad, sus fiestas y conme-

¹ En 2.º de Bachillerato, un curso muy influenciado por la Prueba de Acceso a la Universidad (PAU).

moraciones constituyen un referente que es vivido y utilizado en el aula. Por otra parte, se encuentran los mass-media (prensa, radio, TV, etc.), que diariamente están en la vida del alumnado, con una información del presente, del pasado o de la reconstrucción del pasado con fines informativos, formativos o lúdicos.

Encontrar investigaciones que no se refiriesen a “medios utilizados en la enseñanza”, sino a los recursos “socio-culturales y el presente”, que despliegan una perspectiva más amplia, no ha sido una tarea fácil. Para nuestro trabajo encontramos estudios de algunos de estos recursos: las tecnologías móviles (Miguel-Revilla; et al., 2018), las series televisivas (Saíz y Parra, 2017), etc. Pero investigaciones que recojan conjuntamente lo que hemos definido como recursos-socioculturales y el presente hay dificultad de identificación, recurriendo a trabajos más amplios que referencian los recursos en general: Henríquez y Pagès (2004) sobre la investigación de Didáctica de la Historia.

La educación patrimonial se está convirtiendo en un mecanismo fundamental que contribuye a fortalecer el desarrollo de la identidad cultural (Álvarez; et al., 2017), además de fomentar un turismo cultural responsable (García-Marín; et al., 2016). Promover la educación patrimonial implica fomentar una conciencia y respeto hacia el pasado, el presente y el futuro (Capel, 2014). Es necesario transformar el patrimonio en instrumento real del aprendizaje; los diversos recursos patrimoniales son fundamentales en la formación integral del alumnado, ya que al promover la interacción de éste con su entorno, despiertan su interés por participar activamente en el desarrollo del conocimiento, brindándole la oportunidad de crear una conciencia libre, crítica y objetiva, convirtiéndolo en una persona capaz de incidir en su sociedad para transformarla de forma comprometida y sensata (Martínez-Valcárcel, 2016). Ofrecer la opción de utilizar eventos turísticos culturales relacionados con el patrimonio histórico e identitario (tangible o intangible), se presenta como un apreciable recurso didáctico auxiliar en la preparación de los educandos, ya que los contenidos y los destinos turísticos contemplados permitirían enfrentar al alumno con el objeto concreto del conocimiento y su utilización en la realidad. En este sentido, y de acuerdo con Capel (2014), no sólo el patrimonio material, sino también el cultural inmaterial, es esencial para la continuidad y para el conocimiento de realidades pasadas, debiéndose preservar y legar a las generaciones futuras por sus valores históricos y estéticos. Cabe señalar, como

detalle de interés, que el análisis de los datos recogidos con uno de los proyectos muestra que es el patrimonio cultural (tangible e inmueble, sobre todo), mucho más que el natural, el que está presente en la memoria del alumnado.

Algunas de las series de TV tratan de un pasado que recogen y crean con la finalidad de mostrarlo, y éste puede ser cercano (Cuéntame cómo pasó), lejano (Isabel), documental (personajes, hechos sociales o bélicos, naturaleza, monumentos), etc. La referencia hacia el pasado normalmente está siendo transmitida en el momento que alumnos y profesores están estudiando, y las referencias a ellos ocurren en las clases. No se pretende aquí una revisión exhaustiva de las investigaciones, solamente marcar unos hitos y centrarse en lo que fundamenta y permite interpretar este artículo. Como revisión en profundidad, cabe destacar el trabajo de Wilson (2001), estructurado en torno a tres contenidos básicos y líneas a seguir: i) ¿Cómo es la enseñanza tradicional de la Historia?, ii) ¿Qué están aprendiendo los investigadores sobre la enseñanza de la Historia?, iii) ¿Qué define una buena enseñanza?; además de la necesidad de profundizar en las conexiones entre la enseñanza y el aprendizaje. Una de las críticas que se hace a la enseñanza de la Historia es que son muy habituales “las explicaciones orales”, algo que Carretero y Montanero (2008: 137) señalan que en sí mismas no son una tarea negativa, pues “Hace tiempo que la mayoría de los profesores de Historia han abandonado aquellas explicaciones que se limitan a describir listados de hechos, personajes y fechas históricas”.

El trabajo de Körber (2015) sobre “La conciencia histórica y la competencia histórica y más allá” amplía el trabajo de Rüsen (2013) y busca un consenso mínimo sobre lo que se entiende por enseñanza de la Historia, una empresa complicada, difícil y discutible. Esta pluralidad no ha de ser objeto de inhibición y debe buscar el máximo consenso posible. Señala que la memoria histórica es el objeto en sí de la Historia y que la actividad mental de la misma es la conciencia histórica, que se alcanza mediante la interpretación de la experiencia del pasado, permitiendo la comprensión de las actuales condiciones de vida y potencia perspectivas de futuro de la práctica vital personal y colectiva. La memoria histórica y su actividad mental, la conciencia histórica tienen un componente esencial en el recuerdo histórico a través del relato narrativo de la Historia. Relatar no solamente en el sentido de contar y describir para entender, sino en el del saber antropológico

y universal, que cumple la misión de orientar la vida actual. Este relato narrativo sólo es posible mediante los procesos de comunicación dinámica y bidireccional entre los productores de historias y los receptores de las mismas.

El pensamiento histórico solamente está completo si se abordan todos los enfoques, si se combinan afirmaciones sobre los hechos del pasado con conexiones entre ellos (sincrónicos o diacrónicos) y se deriva cualquier relevancia para el presente, construyendo sintéticamente una nueva Historia o analizando una narración dada. De esta forma, Körber (2015: 23) defiende la idea de múltiples historias que pueden orientar a unas personas, pero no a otras, manteniendo el principio que la finalidad de la Historia no es la de “implantar una interpretación dada en las cabezas de los alumnos, sino permitirles participar en la cultura histórica de su sociedad”.

3. METODOLOGÍA

De acuerdo con Salkind (2017), la investigación es no experimental, descriptiva, proporciona una imagen amplia del fenómeno que interesa explicar y permite entender el contexto en el que tuvieron lugar tales sucesos. La selección de los participantes es por “cúmulos, cluster sampling” y por “cuotas”. La distribución territorial, el tamaño de la población y la representación de los Institutos de Enseñanza Secundaria en estas localidades constituyen los “cúmulos”. Seleccionados los Institutos de las localidades que conformarán la muestra, se eligen los participantes que cumplen las condiciones exigidas y desean colaborar, buscando que al menos participe un alumno por centro (cuota). El momento de obtener la información es al inicio de los estudios universitarios. La muestra (curso 2015-2016), realizada en la CARM, la componen 41 participantes de 25 centros (de los 136 existentes en la CARM) y 16 localidades (Fig. 1). El instrumento para obtener la información fue el cuestionario, estructurado en torno a los datos de identificación, la valoración del uso de los recursos socio-culturales y del presente en el aula, ejemplificaciones de ese uso y su ubicación en el programa de la asignatura. El cuestionario se organiza en una parte cerrada (escala Likert) y preguntas abiertas, que clarifican las valoraciones realizadas. Se sometió a análisis de expertos (4) y se experimentó con tres participantes antes de su aplicación.

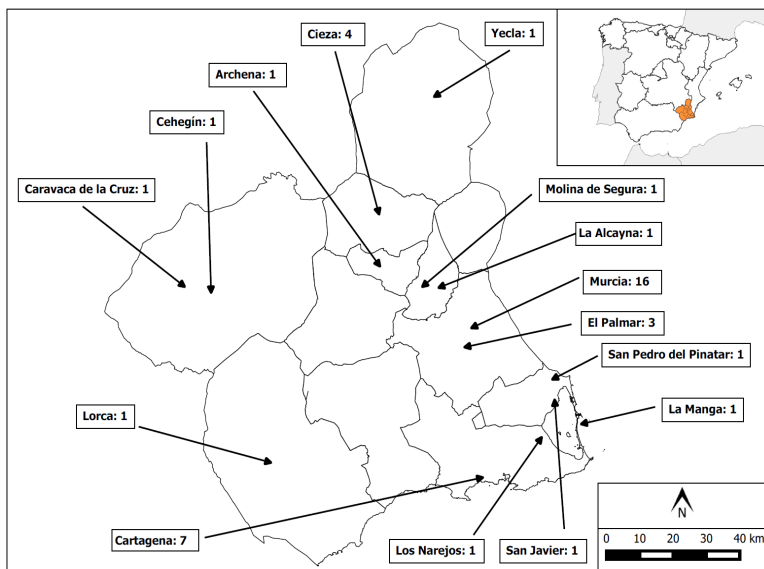


Fig. 1 – Distribución de la muestra. Fuente: autora/es.

La información de los cuestionarios se examinó en torno al análisis de contenido, que se codificó y se trató estadísticamente mediante Microsoft Excel. La numeración de los participantes (8048) significa: base 8, participante 048.

Cuestionario curso 2014-2015

Nº	Provincia:	Universidad	AÑO: 2014-2015
Sexo:	Edad:	Grado que estudias:	Curso:
Nombre del instituto:		Localidad:	Provincia:

8000.R.5. Uso de los medios socio/culturales y del presente en Historia de España

8000.R.5.1. ¿Vinculaba mi profesor o profesora de Historia de España la asignatura con hechos del presente o con el medio socio-cultural en el que vivimos? (si-no)

Uso de los medios socio/culturales y el presente	Nunca (0)	Poco (1)	Algo (2)	Bastante (3)	Mucho (4)
8000.R.5.2. Valora el uso					

8000.R.5.3. Describe todo lo que recuerdes de esas vinculaciones o relaciones que iba realizando tu profesor o profesora (hechos, personas, películas, TV, periódicos, etc.) y relacionalo con los temas del programa de la asignatura.

4. ANÁLISIS GENERAL DE RESULTADOS

4.1. Las referencias al medio socio-cultural y al presente realizadas: ponderación general de su uso

Las valoraciones que los alumnos llevan a cabo muestran que solamente 1 señala que la presencia en las aulas es baja, mientras que 8 la consideran media, 29 alta y 3 muy alta. Razonablemente se aprecia que el profesorado vincula el pasado con el medio socio-cultural y el presente.

La pregunta de investigación era clara, pero los alumnos entendieron un presente vivido, no solamente definido por los hechos actuales, sino también porque en ese presente se proyectaban series del pasado, películas o patrimonio con el que conviven cada día, y que esas realidades eran a las que se referían sus profesores en la enseñanza de Historia. Así, hay un grupo de participantes que argumentan los “problemas” que puede haber con el recuerdo de lo ocurrido en el aula (olvido de algunos hechos ocurridos), o la relación con el poco tiempo disponible para impartir la asignatura, lo que hace que no puedan realizarse todas las vinculaciones que se desean, e incluso se argumenta la estrategia que se va a seguir para recuperar la mayor parte de información posible. Otro grupo vincula sus respuestas con la metodología, pues al relacionar el presente y el pasado hace más atractiva y amena la clase. Un tercer grupo lo considera como una de las finalidades de la Historia, ese conocimiento del pasado, su interpretación y su orientación del presente, mostrando el hoy como consecuencia del pasado, ejemplificándolo y aportando documentación de ello. Por último, hay también algunas aportaciones que indican la ausencia de esa relación o, en su caso, señalan que ha sido muy escasa, e incluso que se remiten a curiosidades y anécdotas para captar la atención.

4.2. La referencia al presente: vinculación con el programa y con temas transversales

Todas las ejemplificaciones se relacionaban con el programa oficial de la asignatura, ya que ello permitía una mayor relevancia de los recuerdos (Fig. 2). Cabe señalar que todo el temario ha sido objeto de estas vinculaciones. El proceso de romanización y los Reyes Católicos acaparan el mayor número de relaciones, pero

si nos referimos a los grandes periodos de la Historia, moderna y, sobre todo, contemporánea, la diferencia es mayor a favor de esta última.

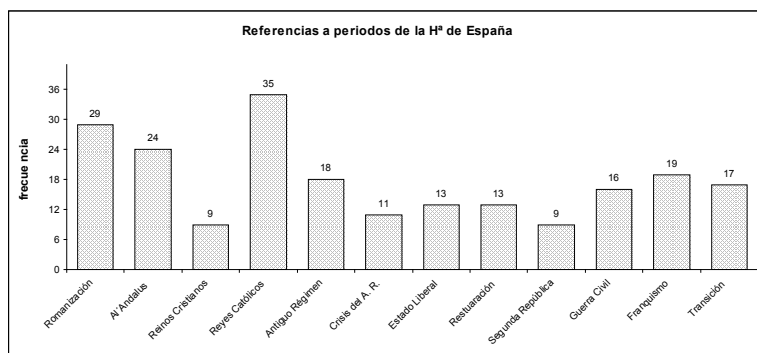


Fig. 2 – Referencias a periodos de la Historia de España. Fuentes: autora/es.

La figura 3 recoge otro espacio de referencias en los estudios sobre el aprendizaje de Historia. Podría razonablemente mantenerse que aflora otro universo de eventos que pueden pasar desapercibidos. Así emerge el tema denominado sociedad, que hace alusión a la forma de vida, a lo que en cada momento de la Historia ha experimentado y sentido la población, desde el vestido, hasta las relaciones entre ellos. Otro de los referentes ha sido el patrimonio, donde lo local, regional o nacional está presente en la enseñanza; su localidad es parte de la Historia que están estudiando. El tema de la economía (los momentos de esplendor y de las crisis), las reformas y las desamortizaciones, han estado en las aulas vinculando un ayer con un presente. Los partidos políticos son mencionados de una forma transversal y comparativa en las aulas. La religión católica, sus relaciones con otras religiones y sus problemas con el Estado, han aparecido en diferentes momentos y así lo hacen ver en sus recuerdos los alumnos. El nacionalismo no es algo solamente del presente y ha sido relacionado y llevado a la comparación por sus profesores. Son intensos los esfuerzos que se hacen para ir introduciendo a la mujer y aquí

aparece mencionado. Por último, América aparece también en las referencias de los docentes.

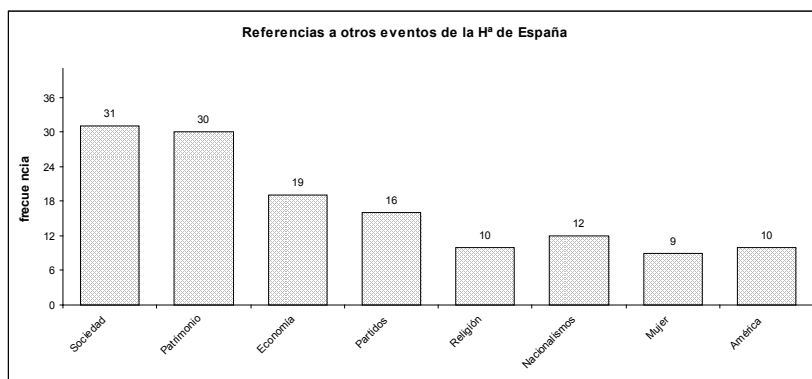


Fig. 3 – Referencias a eventos de la Historia de España. Fuente: autora/es.

La tabla 1 recoge esquemáticamente los recursos que los docentes han utilizado en sus clases de Historia de España. Cabe destacar las series, algunas de ellas con una presencia en las aulas casi total en los procesos de enseñanza, aunque no con el sentido de sus creadores. Las películas, casi no repetidas, son otro de los medios que ocasionalmente el docente ha utilizado. El patrimonio surge en toda su potencialidad como testigo de nuestra Historia, lo local emerge abriéndose paso en ese discurso abstracto que es la Historia, mostrando su coexistencia con el alumno. Las novelas, no muy utilizadas pero existentes, han servido de referente también para las explicaciones y las relaciones en las clases de Historia. Por último, señalar un apartado singular donde los periódicos, y en un caso el cuaderno de trabajo de un familiar, han circulado por las aulas transmitiendo lo que con él vivió en determinados momentos de la Historia.

SERIES/DOCUMENTALES	PELICULAS	NOVELAS
Isabel	Juana la loca	El Hereje
Hispania	Mª Cristina	Los Pilares de la Tierras
Cuéntame cómo pasó	Yo, Claudio	Los Episodios nacionales
Águila Roja	Cristóbal Colón	1969
Amar en tiempos revueltos	Alatriste	
Diario Isabel	Lincoln	ESCRITORES
Simpson	La Lengua Mariposas	García Lorca
Ministerio del tiempo	Bienvenido Mister Marshall	Miguel Hernández
Memoria de España	El laberinto del Fauno	Miguel de Cervantes
Seis hermanas	Las 13 rosas	Jerónimo Tristante
Velvet	Alí Babá y los 40 ladrones	
Las acacias		OTROS
Corazón del océano	PATRIMONIO	Periódicos
Concursos Saber y Ganar	Local	Cuadernos de trabajo
Los Borgia	Regional	Viajes
El tiempo entre costuras	Nacional	Exposiciones
Juan Carlos	Lengua	Web
La señora	Leyendas	You tube
Documentales	Pintura	Lotería Nacional

Tabla 1. Recursos en las clases de Historia de España. Fuente: autora/es.

5. ANÁLISIS ESPECÍFICO DE RESULTADOS

5.1. La romanización y Al'Andalus: la importancia del patrimonio cercano

La ubicación del instituto es importante; en ciudades como Cartagena, Cieza, Archena o Yecla (por citar algunas), el alumnado tiene contacto directo con una Historia que, en parte, ocurrió en ese mismo espacio físico. Las demarcaciones local, regional y nacional están presentes en los recuerdos del alumnado.

El patrimonio constituye la apropiación e identificación del alumnado con la Historia a la que pertenecen. Las referencias a ese legado presente (lo ven todos los días) lleva consigo la identificación de los elementos materiales próximos o lejanos, por ejemplo, la influencia en el trazado urbano y el valor estratégico que se mantiene durante periodos posteriores, o vivir la Historia con sus propios ojos “8036. Era necesario que en esta época de nuestra Historia habláramos sobre

nuestras ruinas romanas y nos fue mucho más fácil porque estábamos viendo la Historia con nuestros ojos”.

Las referencias a las series de televisión tienen menos importancia, sin embargo, le dan un matiz diferente, como veremos en otros periodos, pues se centran tanto en algunos datos del contenido aportado, como en la comprensión de la forma de vivir y la vida social de los habitantes de esta época². Son recursos que potencian la explicación, acercan visualmente al alumno a ese periodo y sirven, en algunos casos, para la motivación del discente. El resto de las referencias, incluidas las películas como *Gladiator* o *Yo, Claudio*, no pasan de ser citadas con breves comentarios críticos sobre si podían, o no, estar mejor ambientadas.

5.2. Los Reyes Católicos y el Antiguo Régimen: la presencia de las series televisivas

La importancia del medio televisivo es substancial en la vida de todos los ciudadanos, lo es también cuando sus programas se constituyen en una fuente de información que va más allá del propio medio y forma parte de la educación. Las series que se han detectado en la vinculación del presente con el pasado tienen, fundamentalmente, la finalidad de comprender y ver la vida social y habitual de nuestros antepasados. Dos series van a constituir un referente muy importante para este periodo: *Isabel* y *Águila Roja*, unidas a la película del capitán Alatriste.

Los Reyes Católicos tienen como referente una serie y dos películas. La serie *Isabel* (con 30 recuerdos de 42 alumnos) es el referente principal de este periodo. El alumnado expresa que no es un sustituto del contenido que se daba, sino que ayudaba a la comprensión de la época en cuanto al entorno, vestimenta y la situación histórica en la que ocurría. También existen valoraciones sobre la serie, pues advierten que es ficticia, o le falta fidelidad a los hechos históricos, pero asumen que ejemplificaba bien el momento y que llega al público en general³. La película

² 8056. La serie *Hispania*, nuestra profesora de historia le encantaba utilizar esta serie de documentales donde podíamos observar la historia y no solo tener que estudiárnosla o leerla.

³ 8060. Mi profesor criticaba este tipo de series... Sin embargo, también decía que gracias a ese tipo de series la población general tenía más conocimiento de la Historia.

Isabel of Castille: the Royal Diaries y *Memorias de España* son citadas como fuentes de referencia por profesores y proyectadas en clase en la dimensión que hacía referencia específica a los contenidos que impartían. Por último, hay también referencias al patrimonio histórico, sobre todo a la Comunidad Autónoma de la Región de Murcia.

El periodo de los Austrias tiene menos referencias, más concretamente la serie *Águila Roja* (advirtiendo de su poco rigor histórico, pero señalando el reinado de Felipe IV, o para hablar de la Santa Inquisición); la película del *Capitán Alatriste*, que le pareció interesante a sus profesores y que recrea el ambiente de la época (señalando figuras como Velázquez, Quevedo, el Conde Duque de Olivares o Felipe IV); y, por último, la película *La princesa de Éboli*, que permitió ejemplarizar los cambios que se producían en la monarquía española.

5.3. Los siglos XIX y XX: la importancia del contenido vinculado con el presente

Los recuerdos de los siglos XX y la promoción de la educación patrimonial implican fomentar una conciencia y respeto hacia el pasado, el presente y el futuro tienen una singularidad diferente a los periodos anteriores. Las citas al presente constituyen los temas relacionados con el contenido de Historia: economía, sociedad, partidos políticos, religión, nacionalismos, mujer y América. Hay una presencia significativa relacionada con la Guerra Civil y el periodo franquista gracias a series de televisión tales como *Cuéntame*, *El tiempo entre costuras* y otras, haciendo referencias a la sociedad y a la vida cotidiana.

La economía, con el 43%, supone una cierta novedad, pues se aleja de los temas clásicos (pronunciamientos, batallas, etc.). La comparación que realiza con el presente, aprovechando la situación en la que se encuentra España, le permite ver las similitudes y diferencias, la explicación de las razones de cómo se llega una y otra vez a esos niveles de crisis que afectan de forma muy diferente a las distintas clases sociales, incluyendo debates entre alumnos. La concreción de algunos de estos ciclos económicos se sitúa en la crisis iniciada en 2008, o en los problemas de la entrada del euro, explicando su proceso y la colaboración en la expansión del periodo 1994-2007. Algunos participantes señalan hechos singulares de estos periodos de crisis, como puede ser la propaganda o las reformas, por ejemplo, la de Carlos III con la creación de la lotería. El tema de las “Desamortizaciones”, que

tanta importancia tuvo en España, lo vinculan con el entorno próximo o con la comparación entre las clases sociales, y muestran el éxito relativo que tuvieron y su presencia no muy visible en el espacio por el que transitan a diario, por ejemplo, la plaza de Santa Isabel en Murcia ciudad.

Los partidos políticos es otra de las urdimbres en torno a la cual el profesorado relaciona el pasado con el presente, intentando dar significado a la situación actual. Las relaciones están vinculadas con los partidos actuales y del pasado (monarquías, dictaduras, repúblicas y Guerra Civil), destacando el momento de la Restauración, pero también la influencia del final del Antiguo Régimen. La Restauración proporciona un espacio de relación importante con el presente, tanto por el bipartidismo, como por la aparición de nuevas fuerzas políticas. Señalan también a los movimientos obreros en la configuración de los partidos y la irrupción de nuevos partidos en el mapa político como consecuencia de la existencia de problemas que no son abordados. Es también significativa la mención expresa al Partido Carlista y su existencia todavía en el presente. Por último, señalar la realización de debates entre alumnos relacionados con este tema.

Las relaciones del estado con la iglesia han sido conflictivas o en consonancia a lo largo de la historia, sobre todo en determinados momentos como en las desamortizaciones. Una religión que va cambiando a lo largo de la historia y siendo menos practicante.

El papel de la mujer en la Historia constituye hoy un movimiento muy importante en estos estudios. Los recuerdos del alumnado referidos a la mención de la mujer en las clases de historia parten de una alusión, en general, a la falta de voto en las elecciones, concretándose en la Segunda República, en la Constitución de 1931 con la que se alcanza el sufragio universal, mencionando también otras situaciones como la de Clara Campoamor, la actuación de Mariana Pineda y su destino por colaborar con el bordado de una bandera, o la exclusión de la línea sucesoria al trono debido a la Ley Sálica. Por último, hay menciones al papel concreto que hacía la mujer y la evolución que ha ido siguiendo con el paso del tiempo y las conquistas sociales que se realizan, sin olvidar nuevamente la situación en otras áreas y países del mundo.

La influencia de América en la Historia de España es una realidad que se estudia, pero que es poco mencionada en los recuerdos del alumnado. El hecho

más repetido es el descubrimiento, con la figura de Cristóbal Colón, y la recomendación de ver la película que explica el proceso. Hay también algunos recuerdos que vinculan este continente con la importancia que tuvo el oro y otros metales para España, aprovechando el encuentro del barco “Nuestra Señora de las Mercedes”. Una aportación importante de lo que supusieron las migraciones a este continente es mencionada al recomendar la serie *En el corazón del océano*, por el alcance que tuvo el movimiento de población hacia las provincias de ultramar.

5.4. La segunda mitad del siglo xx y siglo xxi: la importancia de las series y las vivencias

El pasado siglo, y principios del actual, tienen en las aulas un tratamiento diferente a los demás, en primer lugar, por la importancia que el contenido de Historia tiene, pero también por la proximidad que permite testimonios vividos casi en primera persona. La cantidad de aportaciones se han categorizado siguiendo nuestro planteamiento ya expuesto en: a) series, películas, periódicos y libros; b) Patrimonio y cultura ; c) constitución⁴; d) educación⁵; e) la figura de Adolfo Suárez (su valor y aportación en la transición y para la España actual); f) terrorismo y golpe de estado — mostrando lo difícil de la transición con ejemplos como el atentado de los abogados de Atocha (1977) y el golpe de Tejero (1981), o la acción contra la libertad de expresión en el atentado de la revista Charlie Ebdó (2015); g) transformaciones en la España actual⁶ — señalando los avances realizados en la Segunda República e incluso la posibilidad de una Tercera República, los actuales del tiempo en que vivimos y la integración en la Comunidad Económica Europea, y, algo más concreto como la aprobación de los matrimonios gay; h) familia y vivencias personales — los testimonios de los que vivieron este periodo contado

⁴ 8039. Ella (la profesora) también insistía mucho en la comparación de las distintas Constituciones que han estado vigentes en nuestro país.

⁵ 8021. Una compañera trajo a clase una pequeña libreta y una serie de folios sueltos que constituían los deberes que solían hacer los niños durante la República.

⁶ 8038. El tema de la Segunda República lo relacionó con el presente hablando sobre las posibilidades de que se estableciera en España una Tercera República.

directamente; y, por último, i) memoria histórica — aunque no muy abundantes estas citas, recogen la necesidad de recuperar el ayer para comprenderlo y honrarlo.

Si en otros periodos aparece alguna serie, en esta etapa se llena de ellas que van desde los años 1920 hasta prácticamente el momento actual, periodo que se quiere revivir y acercar al alumnado. Así las series: *La Señora*, *El tiempo entre costuras*, *Amar en tiempos revueltos*, *Cuéntame cómo pasó*, *El Rey* y anuncios y programas de televisión de los años 60. Por otra parte, también se citan la serie documental *Memorias de España*⁷ (narra la historia de España a lo largo de 27 capítulos de los que solamente se han citado algunos) y la miniserie documental del 23-F: el día más difícil del rey (trata sobre el golpe de estado fallido en 1981). El *cine* también es mencionado por el profesorado en clase, más concretamente: *Bienvenido Mr. Marshall* (una crítica en tono de humor de la España franquista), *Las trece rosas* (sobre la represión franquista) y otras en las que el alumnado no indica su nombre o solamente expresan que la había visto cuando la citaron, como *El laberinto del Fauno* (trata de la resistencia al franquismo, entre otros temas). Como libro, también es nombrado *Tristane '1969'* (ambientado en Murcia, trata de la sociedad de la época franquista). Por último, hay que citar los periódicos, que, recuperando la Huelga General de 1917 en Yecla (Murcia), ejemplifican el alcance que tuvo⁸, o los hechos cotidianos relacionados con el presente y la corrupción política existente.

El patrimonio y el papel que la cultura en general tuvo en el momento próximo son también mencionados en este periodo, bien por el recuerdo de monumentos o artistas, o citando el papel comprometido de la cultura y los problemas tanto de pérdida de sus aportaciones, como de exilio de sus creadores⁹.

Las experiencias directas vividas por los familiares de los alumnos, o en algún caso por testimonios directos de otras personas, constituye un mundo de conocimiento excepcional. La separación de familias durante la guerra supuso el dolor

⁷ 8041. Referencia al documental “Memoria de España”. De este documental sí nos puso algún capítulo, y nos sirvió para entender mejor el temario.

⁸ 8057. Mi profesor trajo un documento de la prensa sobre la huelga en Yecla de 1917.

⁹ 8046. La cultura como fuerza promotora de ideologías y pensamientos también se llevó hasta el presente, por ejemplo, los poemas de Lorca.

y el sufrimiento independientemente del bando donde estuvieron¹⁰, también las represiones y fusilamientos, el enorme desconuelo de tener que estar en la cárcel o escondidos en la guerra o en la etapa siguiente, o la escasez de alimentos, al hablar de las cartillas de razonamiento. Por último, se presentan situaciones actuales en las que, bien adoptando papeles distintos o investigando en documentos, se busca que comprendan lo que ocurrió y se formen juicios propios sobre el tema.

6. CONCLUSIONES

A pesar de los numerosos arquetipos existentes en cuanto a la docencia practicada en las aulas de Historia de España, los cambios en el modo de educación tecnocrático de masas no han dejado de existir (Cuesta, 1998). Los discursos renovadores de la Historia soñada, haciendo uso de viejas y nuevas ilusiones epistemológicas y psicológicas, han puesto, una y otra vez, en entredicho la enseñanza tradicional de la Historia en general (Cuesta, 2003).

Los datos y las interpretaciones realizadas recogen mayoritariamente la incorporación del presente y del entorno sociocultural del alumno en sus procesos de enseñanza. Además, esa vinculación del medio y el presente en el aula facilita la mejor comprensión del contenido, la incorporación de las vivencias que rodean al alumno (comunidad) y la formación de su identidad.

Las declaraciones realizadas permiten identificar un uso diferenciado de acuerdo con el periodo histórico estudiado, incorporando para su comprensión las imágenes y vivencias que serían difícil de percibir directamente del manual y que están presentes en su vida cotidiana (series de TV, patrimonio, películas, etc.). Por otra parte, el patrimonio y algunas series son utilizados en la Historia Antigua y Moderna, los temas transversales en la Contemporánea, y las series y vivencias en la historia actual, sobre todo para los últimos 100 años.

Educación y Patrimonio constituyen un binomio emergente en el sector de las políticas culturales. Por ello, administraciones públicas competentes han de

¹⁰ 8003. El estallido de la Guerra Civil Española, nos habló de cómo familias se tenían que separar para luchar en un bando o en otro y de lo terrible que era aquello.

llevar a cabo nutridos programas de actividades destinadas a la formación de los ciudadanos en la importancia de la investigación, protección y conservación de los bienes naturales y culturales. Estas actividades, aun insuficientes, junto a la inclusión en los currículos de los diferentes niveles educativos de contenidos y *salidas de campo* relacionados con el patrimonio, vienen a mostrar el interés existente en el desarrollo de estrategias encaminadas a la promoción de una notable y necesaria educación patrimonial. A este respecto, entendemos que es fundamental llevar a cabo actividades relacionadas si queremos garantizar desde el sistema de educación oportunidades y experiencias didácticas patrimoniales que contribuyan a comprometer a la población joven con el estudio y valorización del patrimonio cultural.

Las declaraciones de los alumnos y el análisis realizado permiten señalar, siguiendo los trabajos de Körber (2015), un enfoque centrado en el presente socio-cultural y un desarrollo diacrónico de la historia con estas actividades; mientras que el programa de la asignatura desarrollaría un enfoque del pasado o de la propia ciencia histórica. Posiblemente, el aprendizaje del alumno pueda contener elementos de orientación hacia el futuro, pues incluye en su narrativa las relaciones con el medio y la incorporación de otras fuentes de conocimiento; pero, explícitamente, solamente se puede mantener que esas urdimbres han estado presentes en los procesos de enseñanza. Por otra parte, como indica Körber (2015: 36) cuando habla de las competencias a desarrollar en el alumnado, estos recursos invitan a la comparación de la información que procesa (familia, novelas, series televisivas, etc.), a la identificación de las distintas causalidades y a transformar su visión de los hechos y comprender la de los otros, dentro de lo que se denomina pensamiento crítico.

En este sentido, si entendemos, como también señala Körber (2015), que la finalidad de la historia es formar en la conciencia y la competencia histórica, las urdimbres que permiten esa integración de enfoques son precisamente esa relación del presente a través de su patrimonio, los intereses vivos de la sociedad (economía, iglesia, mujer, partidos políticos...), recursos de los medios audiovisuales (series, películas, vivencias, libros, etc.), y la propia Historia como ciencia que, en gran medida, está representada por la asignatura. Pero esta separación no debería existir: la experiencia de la historia en el presente debería estar bien articulada con la Historia como ciencia, o más bien, la Historia como ciencia debería facilitar la

lectura del presente; tal y como lo indica Gonzalo Cachero (2020) en su reciente publicación *Aprender Historia también es tarea de niños*.

Asimismo, resulta imprescindible generar una movilización colectiva de los recursos humanos disponibles, capaces de repensar la profesión de enseñar, y de proponer programas de futuro. La construcción de plataformas y grupos de pensamiento crítico en el campo de la didáctica de la Historia son una condición imprescindible. Se requiere, por tanto, de una reformulación del valor educativo de la Historia y del significado del saber dentro del sistema escolar. De ahí que la Historia deseable que propugnamos signifique una enseñanza orientada hacia el estudio de problemas sociales relevantes para los hombres y mujeres de nuestro mundo. La necesidad de formar, en lo que hemos definido como recursos culturales y la utilización del presente en la enseñanza de la Historia, debe de constituirse como contenido general en la formación inicial y continua del profesorado.

BIBLIOGRAFIA

- Álvarez Domínguez, Pablo; Martínez Valcárcel, Nicolás; García Marín, Ramón (2017). El patrimonio cultural en los recuerdos del alumnado al finalizar el Bachillerato en España: educación e identidad patrimonial. *Tempo e Argumento*, 9 (22), 198-235.
- Área, Manuel (2004). Medios didácticos. In Salvador Mata; José L. Rodríguez; Antonio Bolívar (Eds), *Diccionario Enciclopédico de Didáctica* (234-258). Málaga: Aljibe.
- Barton, Keith (2010). Investigación sobre las ideas de los estudiantes acerca de la historia. Enseñanza de las Ciencias Sociales. *Enseñanza de las Ciencias Sociales*, 9, 97-114.
- Cachero, Gonzalo (2020). Aprender historia también es tarea de niños. *El País*. Consultado el 11-02-2020, https://elpais.com/cultura/2020/02/11/actualidad/1581414277_352056.html
- Capel, Horacio (2014). *El patrimonio: la construcción del pasado y del futuro*. Barcelona: Ediciones del Serbal.
- Carretero, Mario; Montanero, Manuel (2008). Enseñanza-aprendizaje de la Historia: aspectos cognitivos y culturales. *Cultura y Educación*, 20 (2), 133-142.
- Cuesta, Raimundo (1998). *Clío en las aulas. La enseñanza de la Historia de España entre reformas, ilusiones y rutinas*. Madrid: Akal.

- Cuesta, Raimundo (2003). Campo profesional, formación del profesorado y apuntes de didáctica crítica para tiempos de desolación. *Didáctica de las Ciencias Experimentales y Sociales*, 17, 3-23.
- Erickson, Frederick (1993). El discurso en el aula como improvisación: las relaciones entre la estructura de la tarea académica y la estructura de la participación social en clase. In Honorio Velasco; Javier García; Ángel Díaz (Coords.), *Lecturas de antropología para educadores: el ámbito de la antropología de la educación y de la etnografía escolar* (325-353). Madrid: Trotta.
- García Marín, Ramón; Martínez Valcárcel, Nicolás; Espejo Marín, Cayetano; Paredes Guerrero, Anselmo (2016). Patrimonio, educación y turismo responsable: la importancia del conocimiento del patrimonio tras los estudios de Bachillerato. In Rafael Sebastián; Emilia-María Tonda (Coords.), *La investigación e innovación en la enseñanza de la Geografía* (71-86). Alicante: Universidad de Alicante.
- Henríquez, Rodrigo; Pagès, Joan (2004). La investigación en didáctica de la historia. *Educación*, 21 (7), 63-84.
- Körber, Andreas (2015). Historical consciousness, historical competencies — and beyond? Some conceptual development within German history didactics. Consultado el 09-10-2019, URN: urn:nbn:de:0111-pedocs-108118
- Martínez-Valcárcel, Nicolás (2016). El patrimonio enseñado al concluir Bachillerato: base para el desarrollo de un turismo responsable. In Ramón García-Marín (Ed.), *Lorca: ciudad histórica del Mediterráneo* (289-314). Murcia: Fundación Séneca-Agencia de Ciencia y Tecnología de la Región de Murcia.
- Martínez Valcárcel, Nicolás; García Marín, Ramón; Espejo Marín, Cayetano; Moreno, María Tania (2016). El aprendizaje del patrimonio: incidencia de los distintos niveles educativos, familia, asociaciones y medios de comunicación. In Rafael Sebastián; Emilia-María Tonda. (Coords.), *La investigación e innovación en la enseñanza de la Geografía* (119-134). Alicante: Universidad de Alicante.
- Rüsen, Jörn (2013). *Historik: Theorie der Geschichtswissenschaft*. Köln: Böhlau.
- Sáiz, Jorge; Parra, David (2017). Formación del profesorado de historia y ficción televisiva: el aprovechamiento didáctico de las series históricas en educación secundaria. *Revista Electrónica Interuniversitaria de Formación del Profesorado*, 20 (2), 95-110.
- Salkind, Neil (2017). *Exploring Research*. New Jersey: Pearson Education.
- Wilson, Suzanne (2001). Research on History Teaching. In Virginia Richardson (Ed.), *Handbook of research on teaching* (527-544). Washington DC: American Educational Research Association.

ARQUÉTIPOS E
PAISAGENS. SIMULACROS
E ANATOPIAS GEOGRÁFICAS
NOS TERRITÓRIOS
CONTEMPORÂNEOS DE
CONSUMO, LAZER E TURISMO

*Archetypes and landscapes. Simulations
and geographical anatopies in
contemporary territories of consumption,
leisure, and tourism*

JOÃO LUÍS FERNANDES

jfernandes@fl.uc.pt

*Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
CEIS20*

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9419-631X>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-6_8

Texto recebido em / Text submitted on: 23/12/2019

Texto aprovado em / Text approved on: 23/04/2020

Biblos. Número 6, 2020 • 3.^a Série

pp. 169-191

RESUMO.

A globalização é um processo sistémico e multidimensional que promove dinâmicas de difusão espacial. Essa difusão faz a deslocalização global de modelos e arquétipos associados às dinâmicas do consumo, lazer e turismo. Desta forma, cria espaços que representam realidades alógenas e *anatopias* geográficas que parecem traduzir um mundo falso e aparente que encolheu e no qual tudo parece mais próximo.

Palavras-Chave: Globalização; Difusão; Paisagem; Arquétipo; Anatopia.

ABSTRACT.

Globalization is a systemic and multidimensional process and a platform for spatial diffusion. This diffusion relocates models and archetypes related to the dynamics of consumption, leisure, and tourism around the world. In this sense, it creates spaces representing allogenic realities and geographical *anatopies*, exposing an illusory and seemingly shrinking world where everything seems closer.

Keywords: Globalization; Diffusion; Landscape; Archetype; Anatopy.

DIFUSÃO ESPACIAL DE ARQUÉTIPOS GEOGRÁFICOS – NOTA INTRODUTÓRIA

Landscapes have become messages. They had to be studied as texts. They translated into a visual form abstracts ideas, philosophical meditations or religious convictions. (Claval, 2005: 16)

De acordo com Pieri (2002), o arquétipo (palavra etimologicamente derivada de *arché*- antigo e de *typos*- marca ou impressão) será um exemplo e um modelo que inspirarão uma série de representações desse padrão primordial. O presente artigo procura associar este conceito à Geografia e tem como objeto as paisagens contemporâneas do consumo, lazer e turismo produzidas pelas dinâmicas de globalização que, a partir de referências inéditas (arquétipos) tem deslocalizado elementos espaciais que se vão encenando e repetindo em contextos geográficos distantes dos originais.

Em particular, pretende-se demonstrar que parte da expansão mundial da atividade turística se tem sustentado nestas anatópias geográficas, reproduzindo paisagens e elementos espaciais que se vão difundindo à escala global. Ainda que a globalização seja uma dinâmica multivariada de processos, nesta análise dá-se privilégio ao turismo e ao lazer, não deixando de trazer ao debate o papel de outros atores, hegemônicos e não hegemônicos, na produção de paisagens em mudança que se têm afastado de uma sempre vaga e imprecisa ideia de autenticidade.

A este propósito, colocam-se várias questões: que paisagens estão a ser modeladas pelas atuais dinâmicas de globalização? Em que sentido se colocam em causa conceitos como os da originalidade e da autenticidade? Que atores protagonizam estas deslocalizações de arquétipos espaciais? Com que objetivos?

Neste trabalho, seguem-se de perto os critérios metodológicos adotados por Shields (1991), que circulou pelo mundo para entender as trajetórias de centralidade e marginalidade geográficas. Acompanha-se também Dollfus (1998), que evocou um conjunto amplo de exemplos empíricos para discutir a mundialização que se territorializou em diferentes lugares do globo. Também aqui se fará uma viagem por múltiplos lugares, distintos em termos de escala e de enquadramento espacial. Assume-se essa digressão porque se seguiram os critérios de autores de

referência (Shields, 1991; Dollfus, 1998), mas sobretudo porque é essa a essência da globalização: um processo híbrido e difuso que confronta lugares e se move entre escalas espaciais heterogêneas que se integram e complementam.

Para Harvey (2011), uma das atuais dinâmicas de fundo é a expansão do capital, com a correspondente difusão espacial de modelos (e arquétipos) sociais, culturais e geográficos. O encurtamento das distâncias tempo e custo e a compressão do espaço-tempo (Harvey, 2002), ainda que seletivos e não universais, resultaram no aumento da mobilidade espacial de bens materiais, populações, informação, ideias e comportamentos.

Embora desiguais em termos de velocidade, fluidez e potencial de atravessamento das fronteiras políticas, estes fluxos devem ser entendidos no contexto do alargamento social e da ampliação geográfica dos mercados e da sociedade de consumo (Lipovetsky, 2011). Estas mobilidades integram-se no que Lipovetsky (2010: 13) define como uma cultura-mundo:

[...] o nosso tempo assiste ao aparecimento de uma [...] cultura-mundo, que, agora, se vai desenhando com os traços dum *universal concreto e social*, não estando em causa o ideal de um “cidadão do mundo”, mas sim “um mundo sem fronteiras dos capitais e das multinacionais, do ciberespaço e do consumismo”, remetendo para “a realidade planetária hipermoderna, onde, pela primeira vez, a economia do mundo se organiza segundo um modelo único de normas, de valores e de objectivos — o *ethos* e o sistema tecnocapitalista — e onde a cultura se impõe como mundo económico de pleno direito”.

Não concordando com a ideia da supressão das fronteiras e com uma atualidade de espaços planos sem efeito de atrito ao movimento (Friedman, 2005), não sustentando a conceção de um mundo sem lugar para a dissidência e para caminhos alternativos, existem evidências empíricas que confirmam o poder desta dinâmica na transformação da paisagem e condicionamento das territorialidades, aqui entendidas como o comportamento geográfico individual e coletivo, desenvolvido na dialética espaço-tempo (Saquet, 2011).

A difusão global de atividades como o turismo deve ser entendida nesta mesma linha de reflexão. A partir de focos de difusão como o Mediterrâneo, o processo de apropriação turística do espaço geográfico alargou-se e atravessou fronteiras. No tempo presente, os territórios turísticos entraram em lugares antes confinados, como prisões e campos de concentração, e alargaram-se para espaços geográficos como a Amazônia, a Antártida ou a Patagônia, os Himalaias ou paisagens desérticas como o Saara.

O mesmo acontece com a difusão espacial de eventos globais, como os jogos olímpicos, veículos de uma globalização que integra espaços geográficos no sistema mundial de trocas, muitas das vezes contrariando a natureza do objeto. Assim ocorre com a deslocalização de provas de futebol para contextos climáticos exógenos e desadequados àquela prática desportiva.

Ainda que sujeitos a flutuações e limitações, como os potenciais riscos de instabilidade geopolítica, estes fluxos têm globalizado arquétipos paisagísticos e comportamentais (como o consumo), que colocam desafios de natureza diversa, a começar pela sustentabilidade do processo turístico. Como refere Dwyer (2015: 1), esta expansão tem sido impulsionada por uma constelação de fatores (ou *drivers*) — sociais, políticos, económicos e demográficos, que aprofundam interdependências entre lugares e escalas geográficas.

Nesta perspetiva, a escala micro deve ser lida na interação dinâmica e sempre instável entre o local, o regional, o nacional e o global, numa integração que se vai sintetizando nas múltiplas territorialidades dos atores. É esta porosidade que sustenta a difusão espacial de modelos e arquétipos que, nas palavras de Ferrão (2003: 9), materializa uma “globalização uniformizadora” que, em sentido inverso (mas com lógicas de reforço mútuo), estimula resistências ou “localismos globofóbicos”, conceito premonitório do geógrafo que antecipava as derivas identitárias e nacionalistas que marcam a geopolítica contemporânea (Innerarity, 2019).

Neste processo estão envolvidos atores hegemónicos e não hegemónicos, cada um projetando alguma forma de poder, quer pela afirmação de identidades quer pela sedução de mercados. Retomando os *drivers* referidos por Dwyer (2015), fatores como a dispersão mundial das diásporas, a territorialidade flexível das multinacionais e a promoção global de marcas por via de veículos como o *franchising*, acabam por modelar paisagens nas quais se repetem e encenam geos-

símbolos exógenos, que vão polvilhando geografias locais a viver acelerados processos disruptivos de destradicionalização, quantas vezes com cortes abruptos com o passado, como se verá pelo percurso empírico que se segue.

UMA VIAGEM POR UM MUNDO DE ENCENAÇÕES DE ARQUÉ-TIPOS ESPACIAIS

A transformação recente e o rápido processo de urbanização da população chinesa é, nesta perspetiva, um laboratório de análise. A abertura económica da China, o expansionismo imobiliário, o alargamento e renovação de velhos espaços urbanos e a fundação de novas cidades têm levado à produção de paisagens disruptivas que seguem um modelo de aproximação simbólica a referências como a Europa, os Estados Unidos da América ou o Canadá (Fernandes, 2014). Tal como se refere em Bosker (2013), em muitos casos não se tratam de cópias pontuais mas da construção de áreas urbanas extensas (ou mesmo de cidades), que reproduzem ícones do exterior.

Assim se replicou a cidade Património Mundial de Hallstatt (da Áustria) na urbe chinesa de Hiuzhou, da mesma forma que o ambiente urbano de inspiração tradicional inglesa (com a arquitetura das casas Tudor, a igreja gótica, *pubs* e uma estátua de Churchill) ilustrou parte da nova cidade de Songjiang. É neste contexto que, ainda em território chinês, são comuns as réplicas do Arco do Triunfo e dos Campos Elíseos parisienses, da London Tower Bridge, da Praça de São Marcos (de Veneza) ou de indefinidas arquiteturas de inspiração alemã, invocando, nestes espaços públicos encenados, celebridades germânicas como Schiller ou Goethe (Fernandes, 2014).

Esta paisagem urbana chinesa está ainda polvilhada por geossímbolos exógenos como a Torre Eiffel, um dos ícones mais reproduzidos à escala global. Numa contagem de 2013, a partir do motor de busca *Google* foi possível identificar mais de meia centena de réplicas desta torre parisiense. Estas estão localizadas em contextos geográficos distintos (do Texas ao sertão cearense), apresentam diferentes dimensões e são construídas com materiais muito diversificados. Para além da China, a Torre Eiffel é um modelo visível em países como Portugal, o Brasil, os

Estados Unidos da América, a Índia, o Cazaquistão, a África do Sul ou a República Checa (Fernandes, 2016).

Estas encenações passam ainda pela recriação dos espaços públicos em ambientes privados que procuram estimular o consumo. Não são raras as réplicas plastificadas da rua, da praça, da queda de água ou da vegetação nos territórios fechados dos casinos (vejam-se, a este respeito, as cópias que enquadram a paisagem privada do jogo macaense) ou dos centros comerciais, como se comprova com a recriação da histórica Ribeira (das margens urbanas do Douro) num espaço comercial da cidade do Porto.

O jogo e o casino também se expressam nos espaços públicos, em cidades como Macau e Las Vegas, lugares de paisagens tecnológicas e hipersensoriais que encenam geografias alógenas e incorporam elementos estetizados que se repetem noutros lugares do mundo.

Nesta viagem por lugares reais e (i)rreais, mas vividos, nesta globalização que traz complexidade ao conceito de distância (e não a sua simples compressão), é comum a encenação do que está longe e do que parece inalcançável. Nesta perspectiva, o *driver* turismo e lazer tem impulsionado a dispersão global de uma vaga noção de ‘paisagem tropical’, de águas quentes, límpidas e transparentes, das ilhas de praias higienizadas de areia branca e cordões vegetais de palmeiras que enquadram experiências de fruição do calor e do exótico. Em contextos tropicais ou não, a tecnologia e o confinamento dos turistas e dos consumidores em espaços fechados de exceção dão-nos a ideia de um ubiquismo aparente. Desta forma, longe dos trópicos, é possível vivenciar ambientes distantes como a Tailândia ou a República Dominicana onde, por sua vez, no contexto dos *resorts*, se reproduzem símbolos estereotipados que vão ao encontro do imaginário turístico que, para além do ambiente erradamente assumido como natural, procura uma experiência sensorial superlativa (Amirou, 2000).

Na Alemanha, próximo de Berlim, o *Tropical Island Resort* (<https://www.tropical-islands.de/en/>) é um parque *indoor* com 66 mil m². Considerada a maior floresta tropical reproduzida num espaço fechado (esta a marca que se lê num *slogan* publicitário), neste ambiente de lazer e fruição encenam-se temperaturas aprazíveis, grutas, areias, águas, cascatas e toponímias tropicais. Nesta antiga instalação militar soviética, reforça-se o mito da insularidade cálida e exótica e oferece-se o

contacto com a arquitetura das ilhas do Borneo e de Bali. Num território de eventos, distrações e consumo, recria-se uma natureza higienizada adaptada a práticas radicais em ambiente controlado, como o surf, neste caso num setor *outdoor* simbolicamente denominado Amazonia. Como se refere na página oficial, “Tropical Islands has made it possible: now you can surf here in the Tropics. In the resort’s outdoor area Amazonia you can surf the waves like on a holiday in Hawaii — but right here in Brandenburg, just outside Berlin!”

Nos espaços *indoor* deste empreendimento, é possível a dormida em tendas, o balonismo ou a descida de um *Crazy River*, um falso rio declivoso ao qual se tem acesso respeitando os sinais intermitentes de um semáforo — afinal, nesta selva tropical, a cidade é também um arquétipo que se encena.

Em paralelo, e em contraste, num processo de influência mútua com a valorização turística das identidades locais e da vagamente denominada ‘autenticidade’, esta recriação de espaços geográficos de matriz tropical está presente nos territórios turísticos de Portugal. Distante do mar, uma praia artificial em Mangualde encena a estética havaiana e as vivências do litoral (<https://www.livebeach.pt/>), da mesma forma que em Castanheira de Pêra se simulam as ondas marítimas que agitam as águas de uma piscina pública (www.praaiadasrocas.com).

Neste mundo de *fake landscapes* também se encenam o inverno, as altitudes e os declives dos ambientes de montanha que promovem desportos como o esqui e o snowboard, em lugares como o Egipto, o Qatar ou o Dubai. No sítio *Indoor Ski Areas Worldwide*, estavam referenciados, em 2019, 102 centros *indoor* de desportos de inverno.

Tratam-se de espaços empresariais abertos ao público durante todo o ano, a maior parte deles com pistas de esqui de baixa dificuldade. Porque aqui serão raros os praticantes profissionais, nestas encenações da montanha as pistas estão sobretudo preparadas para curiosos e iniciados. Assim acontece, apenas um exemplo, no *Ski Egypt*, no Cairo, com 600 metros de pista, 500 dos quais considerados fáceis.

Quase sempre com denominações anglossaxónicas — como o *Snow City* (em Riade, na Arábia Saudita), o *Parque Snowland* (em Gramado, no Rio Grande do Sul, Brasil) ou o *Saitama Snow Park* (no Japão) —, nestes casos experencia-se uma neve artificial, em territórios de baixa altitude e de latitudes próximas

do Equador, como acontece com o *Trans Snow World Juanda* (em Bekasi, na Indonésia).

Nestes ambientes de exceção, antrópicos e fechados, a referência são os Alpes e uma vaga ideia estereotipada da aldeia montanhosa suíça ou austríaca. No *Snowland* de Gramado, a toponímia vai ao encontro desse padrão geográfico. Com uma pista de 100 metros e um declive artificial entre os 760 e os 780 metros de altitude, um dos espaços de lazer é, simbolicamente, denominado 'Vilarejo alpino'. Este localiza-se nas proximidades de uma encenação da natureza de montanha, com uma gruta e uma exibição animada de ursos e pinguins artificiais que se movem por meios mecânicos.

Nestes ambientes murados, porque não se devem misturar cenários paisagísticos contrastados e é necessário manter as temperaturas baixas, faz-se a supressão do entorno. O exterior está escondido e corta-se, ou mascara-se, o horizonte visual, aqui limitado por uma fronteira que é, afinal, o limite entre o inverno recriado e a realidade que está para lá das paredes que fecham o edifício.

No *China- Alps Ice and Snow World* (em Shenzhen), as pistas estão ladeadas por representações murais que encenam uma visão estereotipada dos Alpes, com rochas graníticas, neve, vegetação alpina e outros esquiadores em posição de descida da pista à qual se acede, tal como nos destinos convencionais de desportos de inverno, através de um elevador.

Desta lista de *resorts* artificializados de neve e montanha, fazem parte alguns países europeus, como Espanha (onde encontramos o *Madrid Snow Zone*), a Lituânia, a Holanda, a Dinamarca, a Alemanha ou a Noruega, na proximidade de estâncias convencionais de esqui. Esta análise mereceria um estudo empírico apurado. No entanto, a prática anual destas atividades, a abertura a praticantes menos experientes e o cruzamento destas encenações com outros serviços e equipamentos de consumo e lazer, como os centros comerciais, justificarão esta simulação nas proximidades do objeto real.

No Golfo Pérsico e no deserto da Arábia, associado a um centro comercial (o *Mall of the Emirates*), no *Ski Dubai*, com uma pista de 1500 metros, experiencia-se a neve, vive-se um ambiente de 4 graus *celsius* negativos, observam-se pinguins reais e tomam-se bebidas de inverno, num ambiente de lareira em restaurantes e

cafés com nomes europeizados, como *St. Moritz* (numa evocação toponímica de uma estância de esqui na Suíça).

No *Ski Dubai* e no centro comercial que aloja este *resort indoor* faz-se a celebração do Natal e fantasia-se um ambiente natalício a partir de um modelo difundido à escala global. A este propósito, no respetivo sítio deixa-se esta referência:

The biggest and the best Christmas event in Dubai in the snow! Meet Santa and Mrs Claus, marvel at the magical 40ft tree, participate in festive workshops, walk through the Christmas market and more! It's the most wonderful time of the year at Ski Dubai! Santa, Mrs. Claus and the elves are back in their grotto and cannot wait to see you! Meet Santa, marvel at the magical installations, participate in free workshops and take home unforgettable memories.

Sublinhe-se o registo de apelo à participação e ao consumo mas destaque-se a territorialização de uma cultura-mundo que, mesmo num contexto islâmico, aqui tem expressão.

A questão religiosa é uma das dimensões deste mundo pós/hipermoderno contraditório. Como refere Araujo (2010: 2), contrapondo o Dubai com Las Vegas, outra das cidades que expressam esta nova (hiper) realidade:

[...] enquanto Las Vegas é um dos poucos lugares dos Estados Unidos onde as normas de conduta são mais brandas, onde a prostituição, o álcool e as drogas circulam nos cassinos, em Dubai, paradoxalmente, o lúdico e o sensual convivem com as proibições do islamismo, como se o Ocidente e o Oriente, o primeiro com suas tentações e o segundo com suas restrições, tentassem interagir no meio de contradições quase que diametralmente opostas.

Como se confere em Fernandes (2011), trabalho que seguiremos e, em parte, reproduziremos nos próximos parágrafos, algumas paisagens de celebração, como acontece no caso do Natal, seguem padrões estereotipados. Apesar de nalguns lugares se invocar uma vaga ideia de tradição, autenticidade e ori-

ginalidade, na verdade tem-se assistido a uma difusão global de um arquétipo paisagístico que vai produzindo *christmascapes* que repetem fórmulas, reproduzem conceitos e exorcizam o espetáculo e o consumo, mesmo em territórios não cristãos.

Em muitas cidades, a comemoração pós/hipermoderna do Natal inscreve um novo *citytext* nas paisagens urbanas. Com finalidades religiosas e/ou comerciais, esta celebração cria *hotspots* simbólicos, isto é, centros de gravidade e focos de interesse que estimulam os sentidos, concentram as atenções e hierarquizam o espaço urbano, traçando um limite entre os territórios festivos que se destacam e os restantes, que se dissimulam na penumbra. Num certo sentido, também nestas celebrações se evocam os contrastes referidos por Santos e Silveira (2001) entre os espaços geográficos luminosos e os opacos, duas dinâmicas que, não se dissociando entre si, expõem um mundo assimétrico de heterocronias e vivências múltiplas.

Com uma temporalidade cíclica, dependente do calendário cristão e dos ritmos de interesse económico que, no geral, têm antecipado esta ambiência citadina para datas muito anteriores ao mês de dezembro, nestas *christmascapes* criam-se cenários de exceção, fixam-se decorações, plastifica-se a cidade e inscrevem-se, no espaço urbano, novas personagens e narrativas que se representam em espetáculos de policromia. Neste período, (re) criam-se “enclaves cénicos” (Cachinho, 2006: 48), iluminam-se pontos de maior centralidade gravitacional, corredores de acesso e lugares de passagem, espaços de consumo, arruamentos ou praças públicas, com geossímbolos que tanto promovem a paragem como a mobilidade (Mongin, 2009).

Como em Las Vegas, esta cidade efémera e estereotipada é sobretudo noturna, a Geografia de uma noite que “já não pode ser associada à ausência de vida” (Alves, 2009: 5), uma *nightscape* de néones e luzes que, em ciclos de segundos, como nos painéis digitais de publicidade, criam jogos estéticos e sensoriais oscilantes e repetitivos. A iluminação, que marcou a cidade industrial, realça o espaço público e o privado, as fachadas das habitações e os jardins, as montras de estabelecimentos comerciais e as silhuetas de moradias, igrejas, árvores, sebes e muros — alguns deles elementos simbólicos discretos ao longo do ano, são agora ecrãs cenográficos nesta paisagem-espetáculo.

Na paisagem do micro território, na grande escala dos espaços domésticos, esta *christmascape* valoriza o recanto protegido. No entanto, por intermediação da janela e da porta, que expõem adornos que celebram a época, esta intimidade estende-se para a rua e o território familiar abre-se ao exterior, dando a ideia de recomposição de uma comunidade há muito em desintegração (Bauman, 2000).

A casa, símbolo de um sentimento de segurança ontológica e refúgio perante as incertezas que não se controlam é, nesta época, um espaço mais aberto e de contacto, num contexto urbano onde os domínios privado e público se tocam e misturam, sem se confundirem. Neste modelo de celebração, os espaços públicos tornam-se íntimos e familiares.

Nesta rua simula-se o conforto doméstico, representa-se a sala atapetada e encenam-se os ambientes iluminados. A ‘árvore de Natal’, geossímbolo efémero que marca a época, está omnipresente: no espaço privado das famílias, nos territórios do consumo dos centros comerciais, nas praças ou nas avenidas que Kevin Lynch (1990) considera um dos elementos matriciais para a construção dos mapas mentais em contexto urbano.

A rua, a casa ou o espaço comercial são aqui lugares de representação e territorialização de narrativas simbólicas. Com vários tamanhos, da miniatura à escala real, estáticos ou animados, o presépio é outro dos *hotspots* simbólicos desta paisagem-festiva. Neste sentido, a urbe é um espaço-simulacro, uma hiperrealidade que encena diversas épocas e tempos e conduz a cidade para a reconstituição da História, da que se (re)conhece e da que se imagina (Baudrillard, 1991). Assim se povoa o território urbano com figuras bíblicas, mas também com sucedâneos do imaginário infantil, do Pai Natal às renas e destas aos duendes. A paisagem é então percebida como a memória de um mito fundador e a fruição da cidade como uma viagem por lugares do imaginário coletivo e pelo “mundo encantado dos signos” (Cachinho, 2006: 44).

Nesta cidade-encenação viaja-se no tempo e no espaço. Representa-se a Palestina Bíblica com a sua ruralidade mediterrânea de grutas calcárias, pastores e pescadores. Encena-se a Inglaterra vitoriana e a cidade industrial de Charles Dickens que se reproduz em postais natalícios ou nas pequenas aldeias em miniatura que decoram os recantos dos lares natalícios desta pós/hipermodernidade. Paisagens cristãs de neve e carroças puxadas a cavalos, de igrejas e campanários, de lojas

que abrem as suas montras envidraçadas. Aqui, nesta cidade-espetáculo, representam-se as Terras do Norte, a paisagem nórdica e a imaginária Lapónia. Nesta viagem simbólica encena-se a neve e o gelo e aponta-se para o Polo Norte numa parábola de viagem que urbaniza e reproduz uma ruralidade artificial e plastificada em cabanas de madeira, florestas, rios e lagos falsos — uma natureza artificial que, mais uma vez, se representa nos espaços públicos e nos privados. Neste ambiente estereotipado de conforto, não se vê a pobreza infantil das paisagens de Dickens nem se sentem os rigores do agreste Inverno nórdico. Nesta cidade-mágica higienizada, encena-se uma sociabilidade hiperrealista e mostra-se o que está longe, no tempo e no espaço. Como refere Baudrillard (1991: 9), “Simular é fingir ter o que não se tem”.

Esta atmosfera é estimulada pelas representações intertextuais que constroem e difundem modelos. A cidade-Natal é protagonista no cinema, na televisão, na literatura infantil e na publicidade que, em diferentes contextos, se territorializam e produzem paisagem urbana. A cultura visual, sobretudo esta, é uma modeladora de novos cenários espaciais, que incorrem no risco do excesso e da hipervisualização. A *christmascape* de inspiração norteamericana reproduz-se e sustenta-se em mitos que, da literatura ao cinema, dão conteúdo a expressões de espetáculo visual e emotivo. Como referem Short e Kim (1999: 89): “The increasing importance of culture in the city can be identified in three ways: the rapid rise of aesthetic, cultural and symbolic landscapes in the city, the growing contribution of cultural industries to the urban economy, and the importance of spectacle”.

Simbolismo e economia estão aqui associados. À celebração religiosa tem-se acrescentado um consumismo em muito centralizado no mercado infantil. Nalguns países, este consumo é estimulado pelo rendimento extraordinário garantido nesta época do ano (o subsídio de Natal).

Estas paisagens de celebração tornam-se espaços de sedução para o consumo. Por isso se organizam eventos, se lançam novidades e se produz uma paisagem de exaltação dos sentidos. Com esta cultura de charme e atratividade (Lipovetsky; Serroy, 2014), promove-se a saída de casa e a permanência em espaços públicos ou lugares de compra e venda. Os próprios escaparates e montras dos estabelecimentos comerciais colocam o consumidor num ambiente familiar, um consumidor que é agora um ator, um agente, um protagonista deste espetáculo urbano:

No espectáculo da cidade contemporânea, as pessoas, residentes ou turistas, desempenham ao mesmo tempo as funções de espectadores e actores, de protagonistas e de acontecimento. As pessoas não só criam e constroem os acontecimentos urbanos como se tornam espectadoras desses mesmos acontecimentos. [...] Se a cidade moderna girava em torno da fábrica e a indústria comandava a sua organização social, cultura e arquitectura, a cidade pós-moderna é acima de tudo um centro de consumo, jogo e entretenimento, organizada em torno dos espaços comerciais e da simulação, dos lugares da hiper-realidade e dos territórios de contemplação. (Cachinho, 2006: 39, 48)

Esta celebração incita o consumismo nos residentes e nos turistas que se pretendem atrair. Assim se promove Rovaniemi, capital da Lapónia finlandesa, no Círculo Polar Ártico que, em Dezembro, combina os desportos de Inverno com a imagem do Pai Natal, ganhando uma centralidade turística difícil de repetir no resto do ano (Pretes, 1995).

Nestas estratégias de marketing territorial, incluem-se a região nórdica e as cidades que têm nestas *christmas* um fator acrescido de atratividade turística: os ambientes natalícios da Alsácia, a árvore de Natal do *Rockefeller Center* (em Nova Iorque), as iluminações exteriores na *Oxford Street* (em Londres) ou nos *Champs Élisées* (Paris), são exemplos superlativos de um processo que atravessa escalas geográficas. Nesta geografia de eventos, os parques temáticos transfiguram-se. Os lugares preparam programas culturais alusivos à época. Neste período do ano, organizam-se programas turísticos específicos, promovendo a cidade e o rural, as aldeias-presépio, a neve e a montanha. Cada espaço geográfico procura ser original, como a cidade de nascimento de Dalí (Figuera, na Catalunha) que, em 2010, decorou o espaço público com iluminações natalícias que representam figuras desenhadas pelo pintor. Em Portugal, no concelho de Seia, Cabeça é um atrativo natalício com uma marca de sustentabilidade: na paisagem de celebração desta aldeia-Natal rejeita-se o plástico e usam-se os materiais da floresta (*Cabeça Aldeia Natal*). Ainda assim, neste mundo hiperacelerado, o que impera é a repetição e a territorialização do arquétipo.

O ESPAÇO E OS ARQUÉTIPOS — BREVE ANÁLISE CONCETUAL

Lê-se em Manguel (2018: 44-45) que a “geografia da imaginação é generosa e há sempre espaço para mais um sítio” e que, desde sempre, essa imaginação humana “reconstruiu cidades remotas com os fragmentos que os viajantes trouxeram para casa”.

Este trabalho discute as dinâmicas de difusão espacial e os efeitos paisagísticos e territoriais de uma certa globalização uniformizadora, que parece contribuir para um mundo mais homogêneo no qual se repetem padrões e se reproduzem estereótipos. Este processo não será uma novidade histórica. Já no passado algumas cidades serviram de modelo. Tome-se como exemplo a reprodução do coliseu romano e de espaços como o fórum ou as termas, que projetaram Roma em contextos geográficos distantes. Na *Belle Époque*, a Paris dos *boulevards* serviu de modelo urbanístico, em cidades europeias e noutras geografias fora da Europa, como Belém do Pará, no nordeste brasileiro.

Não entraremos no debate sobre a caracterização dos tempos presentes, se serão hipermodernos ou pósmodernos (Lyotard, 1984; Harvey, 2002; Lipovetsky, 2011), discussão que pouco adicionaria à mensagem de fundo deste trabalho. Acrescenta-se apenas que as inovações tecnológicas, o aumento dos fluxos, a difusão do consumo, do lazer e do turismo, terão aprofundado tendências de fundo, mas trouxeram novas realidades que, sendo sistêmicas, se traduzem em paisagens e territorialidades muito particulares.

Os exemplos percorridos são diversificados e merecem uma análise específica. Contudo, é possível identificar traços comuns. Nas novas cidades da China, nos espaços de lazer e turismo que encenam os atrativos turísticos dos ambientes geohumanos alpinos e tropicais, assim como no padrão de comemorações de um evento como o Natal ocidentalizado, todas estas tendências são objeto de uma dinâmica de difusão espacial — “The spread of a phenomenon (including ideas, objects and living beings) over space and through time” (Gregory, 2009: 160).

Da construção de pistas de esqui no deserto da Arábia, à territorialização de cópias de monumentos ou ambientes urbanos europeus em muitas cidades da China contemporânea, estão em causa o gosto, consumos padronizados, fluxos de pessoas e mercadorias e a mobilidade do capital, da informação e das ideias.

Este processo envolve uma constelação de atores e agentes de difusão individuais e coletivos, com destaque para as empresas privadas, algumas destas multinacionais que disseminam modelos e territorializam diferentes formas de capital. Os parques temáticos, os centros comerciais e os *resorts* turísticos estão, no geral, associados a estas mobilidades complexas, muitas das vezes a montante de intrincadas redes de atores difíceis de identificar com precisão. Pontualmente, para além destes agentes opacos (Salgueiro, 2019), destaque-se o papel de outras redes, como as diásporas, protagonistas na difusão espacial de modelos e padrões: assim acontece com a comunidade alemã no Brasil, em parte responsável pela territorialização de um ambiente germânico em cidades como Blumenau, palco de uma *Oktoberfest*, evento que a partir de Munique se disseminou pelo mundo. O mesmo se pode referir sobre a comunidade de emigrantes portugueses na América do Norte: a celebração natalícia que se exterioriza em muitas habitações no litoral centro de Portugal, como no concelho de Estarreja, replica o modelo dominante nos EUA, que os emigrantes entretanto regressados reproduzem no seu território de partida.

Uma vez que, nestas geografias de simulacros, cópias e encenações, se pode ter a sensação de experienciar a Europa na China, o inverno alpino num ambiente desértico e uma Lapónia estereotipada numa qualquer cidade portuguesa, fica a perceção de uma ubiquidade aparente, de uma falsa familiaridade e de uma compressão espaço-tempo que, sem restrições nem rugosidades que limitem o movimento, permite estar em todo o lado.

Estas recriações espaço-temporais, de lugares padronizados, ambientes meteorológicos *indoor*, ícones e geossímbolos, configuram o que Velez de Castro e Campar de Almeida (2016: 168) caracterizaram como anatopias, isto é, geografias derivadas da introdução de “elementos alóctones” num determinado contexto, criando “universos paralelos” onde ocorre a “sobreposição de ambientes-espacos” e de “tempos”. Daqui podem resultar desenquadramentos entre o *objeto* representado e o *locus* geográfico onde essa representação se territorializa, facto que tanto se ajusta à Torre Eiffel do sertão cearense como à paisagem tropical produzida nas proximidades de Berlim. Estas anatopias podem expressar desajustamentos entre as realidades representadas (que nos remetem para determinadas latitudes, altitudes ou certos contextos climáticos, geohumanos e culturais) e a localização desses espaços de consumo e entretenimento.

As anatopias são possíveis porque a realidade se plastifica e porque essas encenações acontecem entre muros, por vezes em espaços exíguos e demarcados. Tratam-se, muitas vezes, de cenários tecnológicos que criam espaços e espacialidades exógenas, separadas do exterior. Se é verdade que as construções holandesas podem ser encenadas em Macau, é possível, pelo contraste térmico, criar enclaves de neve e frio em Riade, produzindo amplitudes térmicas que, entre o *indoor* e o *outdoor*, podem ultrapassar os 50 graus *celsius*. A tecnologia permite a recriação de ambientes climáticos, a mecanização de uma biodiversidade falsa ou a encenação dos declives de uma montanha alpina em geografias como a Península da Arábia e o Golfo Pérsico.

Estes contrastes expressam o caráter disruptivo e o efeito destradicionalizador (veja-se o caso de alguns espaços urbanos na China) que acompanha esta reprodução de arquétipos e modelos mais ou menos estereotipados.

Para Alberto Manguel (2018: 44), “Imaginar, em termos humanos, é existir”. Estas paisagens falsas e encenadas são também vividas, numa hiperrealidade na qual se confunde o original com a cópia e se mistura o real com a fantasia e o imaginário (Baudrillard, 1991). É neste sentido que Araujo (2010: 4) apresenta o Dubai como o “paraíso hiperreal e paradoxal da Indústria do Entretenimento”, um território disruptivo no qual, “tudo é novo, tudo é criado, quase nada lembra a história [...]”.

Estas são paisagens híbridas de difícil classificação, desajustadas dos conceitos rígidos que definem com precisão o que é urbano e não urbano, produtivo e não produtivo, de trabalho ou lazer, industrial ou terciário. Estas novas dinâmicas configuram o que Álvaro Domingues (2010; 2012; 2015) define como *paisagens transgênicas*, que sobrepõem elementos contrastados, numa aparente anarquia e (des)ordem. Ainda que o geógrafo reporte este conceito a uma realidade distante daquela que aqui se analisa, na verdade esta ideia parece ajustar-se ao caráter híbrido, *anatópico* e disruptivo de espaços geográficos com escassa filiação quer ao seu contexto socioambiental, quer ao respetivo passado histórico.

A dinâmica de difusão espacial de arquétipos reflete uma globalização sistémica, multivariada e contraditória. No caso particular das experiências turísticas, por um lado derivou da compressão do espaço-tempo e da diluição das fronteiras.

Por outro, levou à expansão de uma rede espacial de confinamentos, muros e ilhas de lazer e turismo.

Estes enclaves produzem lugares muito particulares e espaços que contrastam com o seu entorno. De certo modo, são territórios de exceção, fazendo aqui uma adaptação livre do conceito de Agamben (2007) que assim caracterizou os contextos espaço-temporais que contrastam com a sua vizinhança geográfica. Essas diferenças podem passar pelos ritmos e pela velocidade, por dessincronias, e/ou heterocronias que os distinguem (Toprak; Ünlü, 2015). Em relação ao exterior, nestes espaços fechados as vivências ou são mais aceleradas (quando se desce uma pista artificial de esqui) ou mais lentas e relaxadas (quando se desfrutam as falsas paisagens tropicais *indoor*).

Esta heterocronia é uma das dimensões das heterotopias, conceito de Foucault (2004) que aqui se adapta com alguma flexibilidade, porque em muitas destas anatópias se criam lugares alternativos, territórios onde, por momentos, os consumidores se afastam da realidade envolvente e viajam para geografias distantes.

As transformações das paisagens e das territorialidades são conduzidas por outra *driven force*: as indústrias criativas e culturais, como o cinema, que criam imaginários mais ou menos globalizados que são alvo de interesse e desejo. Herança dos tempos da *Belle Époque*, Paris é um arquétipo. O mesmo acontece com um ambiente tropical como a Amazónia, neste caso ao encontro da fantasia do exótico e do distante (no espaço e no tempo).

Contudo, nenhuma destas questões é neutra. Como se referiu no caso das *Christmascapes*, a difusão global de arquétipos espaciais do consumo, do turismo e do lazer reflete um sistema global de relações assimétricas de poder. A este propósito, Nye (2005) refere-se ao *soft power*, o poder de seduzir criar e difundir imaginários, de agradar e atrair por via da subtilidade do entretenimento (Lipovetsky, 2019).

Neste mesmo sentido, porque nestes aspetos a Geografia Cultural e a Geografia Política se atravessam e interpenetram, a difusão espacial destes arquétipos reflete o poder geopolítico da *pop culture* que sustenta este mundo de cópias e encenações (Lyon, 2015; Rowley; Weeds, 2016).

Em muitos domínios, como nas *christmascapes*, que refletem a sociedade-espetáculo associada ao consumo, a preponderância de um arquétipo de inspiração

ocidental tem dado argumentos à concepção crítica de um mundo que se vai uniformizando em nome dos mercados e, sobretudo, em função de uma estratégia de afirmação geopolítica de uma potência central (os EUA), que teria nesta *pop culture* um dos seus mais eficazes instrumentos de *soft power*.

Noutros casos, através da afirmação de sujeitos não hegemónicos (como as comunidades imigrantes), essa difusão de arquétipos constitui um veículo de projecção e reforço de identidade. Tal como se refere em Cosgrove e Jackson (1987), neste caso, estas paisagens representam culturas de resistência de minorias perante os poderes e as ideologias dominantes.

NOTAS FINAIS

A territorialização de arquétipos espaciais em contextos geográficos estranhos e distintos do original é uma das facetas da globalização. As anatópias geográficas, uma das faces mais visíveis das paisagens pós/hipermodernas do tempo presente, são reveladoras da complexidade e da geometria variável do mundo contemporâneo. É certo que o consumo, o turismo e o lazer têm promovido paisagens de simulação. Contudo, a difusão espacial de encenações paisagísticas ocorre em múltiplas circunstâncias e com a intervenção de vários atores. Das diásporas às multinacionais, com graus muitos diferenciados de poder, de diversos modos, em contextos também distintos e estimulados por múltiplos objetivos, são muitos os *players* que participam nestas dinâmicas de uma globalização que desconstrói e torna difusas as ideias de originalidade e autenticidade, muitas vezes evocadas nas relações de poder.

É com esta referência política que regressamos a Ferrão (2003) e às reações extremas de um localismo que, em muitos contextos, se vai fechando a uma globalização disruptiva e tendencialmente homogeneizadora. Estes localismos globofóbicos tanto se podem revelar por uma compreensível afirmação e defesa dos valores e dos patrimónios locais, como poderão manifestar-se, num outro contexto, por modelos políticos de enclausuramento e deriva de identidades estáticas e unidimensionais que excluem o que é estranho.

Contudo, esta é apenas uma das faces da globalização — a dos extremismos. A homogeneização que está presente em muitas paisagens e em múltiplas terri-

torialidades à escala global constitui um facto, tal como as reações, em sentido contrário, que levantam muros ao que é estranho e alógeno. No entanto, estes dualismos nem refletem, nem esgotam a complexidade de um processo que é multidimensional. Para Dollfus (2004), a globalização não é um conceito abstracto que se eleve acima dos nossos espaços de vida quotidiana. Cada lugar, à microescala, é a síntese dinâmica da integração vertical de escalas geográficas, inclusive a global. Nesse sentido, não abrindo aqui a discussão a respeito da existência ou não de territórios-sombra com poder para a autoexclusão, a globalização está em todo o lado. No entanto, e seguimos este geógrafo francês, em cada lugar, essa é uma globalização original com uma expressão própria. Nesta perspectiva, como noutras, a localização importa e o mundo não é plano nem uniforme.

Porém, a experiência de um lugar não se esgota na fruição de uma cópia plastificada. Anote-se ainda a contradição destes tempos presentes: o mundo no qual se promove a viagem é aquele que parece satisfazer desejos perto de casa, reproduzindo e representando imaginários nas proximidades dos territórios do quotidiano. Este será um cosmopolitismo aparente e de curta distância. Por isso, como nos mostra Benoit Felici (2019), aparentemente, as famílias chinesas não terão que viajar para França e para Paris para ver e sentir os Campos Elíseos e a Torre Eiffel que, nalgumas cidades da China, se visitam acompanhadas por um guia turístico.

Para concluirmos, regressamos à ideia de que este é um fragmento, apenas uma parte do que acontece. Os fluxos turísticos continuam a aumentar e o interesse em estar nos *sítios originais* é um estímulo para a viagem, pelo menos para quem tem o capital de mobilidade para a realizar. Outra questão será a artificialização plastificada desses mesmos *lugares autênticos* que, em muitos casos, se tornam eles próprios uma cópia encenada do imaginário de quem os procura. Também estes territórios de *originalidade* se vão modificando, tornando-se híbridos, inclasificáveis e *transgénicos* (Domingues, 2010; 2012; 2015). Também aqui, seguindo Baudrillard (1991), é ténue a fronteira entre realidade e fantasia.

BIBLIOGRAFIA

- Agamben, Giorgio (2007). *Homo Sacer. O poder soberano e a vida I*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Alves, Teresa (2009). *Geografia da noite. Conhecer, compreender e repensar os territórios*. (Relatório do Programa, Provas de Agregação, Universidade de Lisboa).
- Amirou, Rachid (2000). *Imaginaire du tourisme culturel*. Paris: PUF.
- Araujo, Denize (2010). Dubai: o paraíso hiperreal e paradoxal da Indústria do Entretenimento. In *XIX Encontro da Compôs* (235-255). Rio de Janeiro: PUCRIO.
- Baudrillard, Jean (1991). *Simulacros e simulação*. Trad. Maria João Pereira. Lisboa: Relógio D'Água.
- Bauman, Zygmunt (2000). *Community. Seeking safety in an insecure world*. Cambridge: Polity Press.
- Bosker, Bianca (2013). *Original copies: Architectural mimicry in contemporary China*. Hawaii: University of Hawai Press.
- Cabeça. Aldeia. Natal 2019*, <http://cabecaldeianatal.pt/> (consultado a 30-11-2019).
- Cachinho, Herculano (2006). Consumactor: da condição do indivíduo na cidade pós-moderna. *Finisterra*, 41, 81, 33-56.
- Claval, Paul (2005). Reading the rural landscapes. *Landscape and Urban Planning*, 70, 9-19.
- Cosgrove, Denis; Jackson, Peter (1987). New directions in cultural geography. *Area*, 19, 95-101.
- Dollfus, Olivier (1998). *A mundialização*. Trad. Ana Clara Ventura. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Domingues, Álvaro (2010). *A Rua da estrada*. Porto: Dafne.
- ____ (2012). *Vida no campo*. Porto: Dafne.
- ____ (2015). Cidade esponja. *XXI. Ter Opinião*, 4, 18-31.
- Dwyer, Larry (2015). Globalization of tourism: Drivers and outcomes. *Tourism Recreation Research*, 1-14.
- Fernandes, João Luís J. (2011). A paisagem urbana simbólica enquanto território efêmero de celebração e marketing territorial – o caso particular das Christmascapes. In *VIII Congresso da Geografia Portuguesa. Repensar a Geografia para Novos Desafios* (3-8). Lisboa: APG.
- ____ (2014). As paisagens culturais europeias como referências icônicas — paisagens de encenação da Europa fora do continente europeu. In H. Pina; P. Remoaldo; C. Ramos; H. Marques (Eds.), *The overarching issues of the european space: the territorial diversity of opportunities in a scenario of crisis* (51-71). Bucarest: Milena Press.

- _____. (2016). Paris como geossímbolo e *traumascape*: Discussão a propósito dos atentados terroristas ocorridos em novembro de 2015. *Boletim Goiano de Geografia*, 36 (1), 86-101.
- Ferrão, João (2003). Território, última fronteira da cidadania?. *Cadernos de Geografia* [nº especial], 9-12.
- Foucault, Michel (1984). Des espaces autres. *Architecture, Mouvement, Continuité*, 5, 46-49.
- Friedman, Thomas L. (2005). *The world is flat*. New York: Farrar, Straus and Giroux.
- Gregory, Derek (2009). Diffusion. In D. Gregory; R. Johnson; G. Pratt; M. Watts; S. Whatmore (Eds.), *The dictionary of human geography* (160-162). Chichester: Wiley-Blackwell.
- Harvey, David (2002). *The condition of postmodernity*. Cambridge: Blackwell.
- _____. (2011). *The enigma of capital and the crisis of capitalism*. New York: Oxford University Press.
- Indoor Ski Areas Worldwide*, <https://www.skiresort.info/indoor-ski-areas/> (consultado a 16-12-2019).
- Innerarity, Daniel (2019). *Política para perplexos*. Trad. Francisco Agarez. Lisboa: Porto Editora.
- Lipovetsky, Gilles (2010). *A cultura-mundo*. Trad. Victor Silva. Lisboa: Edições 70.
- _____. (2011). *Os tempos hipermodernos*. Trad. Luís Filipe Sarmento. Lisboa: Edições 70.
- _____. (2019). *Agradar e tocar. Ensaio sobre a sociedade da sedução*. Trad. Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70.
- _____; Serroy, Jean (2014). *O capitalismo estético na era da globalização*. Trad. Luís Filipe Sarmento. Lisboa: Edições 70.
- Live Beach*, <https://www.livebeach.pt/> (consultado a 30-09-2019).
- Lynch, Kevin (1990). *The image of the city*. Cambridge: The M.I.T. Press.
- Lyon, Siobhan (2015). In Search of Lost Cities: Imagined geographies and the allure of the fake. *Urban Imaginaries*, 5, 1-20.
- Liotard, Jean-François (1984). *The postmodern condition: A report on knowledge*. Trad. Geoff Bennington; Brian Massumi. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Manguel, Alberto (2018). Posfácio. O Bairro das Letras. Trad. João Moita. In G. M. Tavares, *O senhor Walser e a floresta* (43-47). Lisboa: Relógio d'Água.
- Mirzoeff, Nicholas (1999). *An introduction to visual culture*. London: Routledge.
- Mongin, Olivier (2009). *A condição urbana. A cidade na era da globalização*. Trad. Letícia Martins de Andrade. São Paulo: Editora Estação Liberdade.
- Nye, Joseph (2005). *Soft Power. The means to success in world politics*. New York: Ingram Publisher.
- Pieri, Paolo Francesco (2002). *Dicionário junguiano*. São Paulo: Paulus & Vozes.
- Praia das Rocas*, www.praiadasrocas.com (consultado a 30-09-2019).

- Pretes, Michael (1995). Postmodern tourism: The Santa Claus Industry. *Annals of Tourism Research*, 22 (1), 1-15.
- Rowley, Christina; Weeds, Jutta (2016). *From soft power and popular culture to popular culture and world politics*. University of Bristol: School of Sociology, Politics and International Studies.
- Salgueiro, Teresa Barata (2019). Mobilidades e transformação urbana. Processos e políticas. *Manifesto*, 4, 132-141.
- Santos, Milton; Silveira, Maria Laura (2001). *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record.
- Saquet, Marcos Aurélio (2011). *Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. São Paulo: Outras Expressões.
- Shields, Rob (1991). *Places on the margin. Alternative Geographies of modernity*. London: Routledge.
- Short, John; Kim, Yeong Hyun (1999). *Globalization and the city*. Edinburgh: Pearson/Prentice Hall.
- Ski Dubai*, <https://www.malloftheemirates.com/events/ski-dubais-christmas-wonderland> (consultado a 15-11-2019).
- Tropical Island Resort*, <https://www.tropical-islands.de/en/> (consultado a 30-09-2019).
- Toprak, Ilgi; Ünlü, Alper (2015). A diachronic approach on heterochronic urban space. *ITU A|Z* • 12 (3), 159-173.
- Velez de Castro, Fátima; Campar Almeida, António (2016). Anatópias cinematográficas em contexto geográfico. Contributo para a (des)construção de paisagens. In F. Velez de Castro; J. Fernandes (Coord.), *Territórios do cinema. Representações e paisagens da pós-modernidade* (163-180). Málaga: Eumed-Universidade de Málaga.

(Página deixada propositadamente em branco)

Cruzamentos

ANA MARQUES GASTÃO

(Página deixada propositadamente em branco)

PERFEIÇÃO

ANA MARQUES GASTÃO

amgastao@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0345-4951>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-6_9

Texto recebido em / Text submitted on: 07/11/2019

Texto aprovado em / Text approved on: 14/02/2020

Biblos. Número 6, 2020 • 3.^a Série

pp. 195-197

PERFEIÇÃO

Não é perfeito aquilo que não
foi imaginado, nem há perfeição



sem substância ideal. Por exemplo,
o mistério mais profundo não se
divide em duas coisas ou seres,

apenas se reparte. A essência da
essência dá-se a ver no sonho
que no desaparecimento resiste

como o dia depois de outro dia
precisa de uma viagem sem noite.



Assim, a cama não é um móvel
em largura, altura e profundidade,
mas algo que, tal como o amor, voa
quando a noite desce desce e cai.



Ana Marques Gastão

(Página deixada propositadamente em branco)

Entrevista

COM GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS

(Página deixada propositadamente em branco)

ARQUÉTIPO: A UTOPIA COMO HORIZONTE

ENTREVISTA COM GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS

gom@cnc.pt

Fundação Calouste Gulbenkian

ANA TERESA PEIXINHO

ana.cristo@fl.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4533-7921>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-6_10

Texto recebido em / Text submitted on: 12/10/2019

Texto aprovado em / Text approved on: 13/02/2020

Biblos. Número 6, 2020 • 3.^a Série

pp. 201-212

O exercício de apresentar o vasto *curriculum* de Guilherme d'Oliveira Martins será sempre redutor e parcelar, dada a impressionante dimensão de funções, cargos, experiências e prêmios. A página da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) (<https://gulbenkian.pt/> — consultado a 09-09-2019) expõe a súpula dos cargos públicos que tem ocupado ao longo das últimas quatro décadas, bem como das distinções com que tem sido agraciado. É admirável a diversidade e relevância dos papéis que tem desempenhado em organismos nacionais e internacionais. Destaque-se apenas aqueles que dialogam de modo mais direto com a cultura, as artes, a educação: Presidente do Steering Committee do Conselho da Europa, que elaborou a Convenção de Faro sobre o valor do Património Cultural na sociedade contemporânea (2005); Presidente do Centro Nacional de Cultura (2002-2016); Presidente do Grande Conselho / Conselho das Artes do Centro Nacional de Cultura; Sócio Correspondente da Academia das Ciências de Lisboa; Membro efetivo da Academia de Marinha; Académico de Mérito da Academia Portuguesa da História. Cumulativamente, é professor catedrático convidado da Universidade Lusíada de Lisboa e do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

Desde novembro de 2015, Oliveira Martins é administrador executivo da FCG e foi precisamente no gabinete que ocupa na Fundação que nos recebeu. Um espaço cheio de luz e forrado a livros. Muitos livros. Nas estantes da parede, na mesa de trabalho. O espaço de um humanista, para quem a leitura e o livro têm um lugar especial. Homem de uma erudição assinalável, exímio comunicador, movimenta-se com à-vontade por mil referências e mil leituras, fala de temas variados e dá a conhecer mundos muito diversificados. Cativam-nos a clareza do discurso, a elasticidade do pensamento, a atualidade dos assuntos. Foi assim que decorreu esta conversa, partindo do mote “arquétipos”, no ano em que se comemora a efeméride dos 150 anos do nascimento de Calouste Gulbenkian, o “arquiteto de empreendimentos” (<https://gulbenkian.pt/quemecalouste/quem-e-calouste/> — consulta a 09-09-2019), patrono da Fundação.

“Deve haver, no mais pequeno poema de um poeta, qualquer coisa por onde se note que existiu Homero”. Estas são palavras de Ricardo Reis que reconhecem que todo e qualquer ato criativo implica um diálogo com o que o precedeu: fonte, modelo, influência.

Arquétipo: nome masculino, etimologicamente derivado de dois radicais gregos, que, segundo o dicionário, significa “modelo pelo qual se faz obra material ou intelectual” (<https://dicionario.priberam.org/arqu%C3%A9tipo> — consulta a 09-09-2019). Conceito essencial na filosofia platônica, resgatado no início do século passado para a psicologia por Carl Jung, também relevante na antropologia e na crítica literária. Independentemente do uso, do enquadramento epistemológico ou do alcance, arquétipo é o “padrão supremo das cópias”, a partir do qual nascem ideias, obras, objetos, figuras. Imagem primordial, âncora ancestral, o arquétipo contém o ADN de identidades, de culturas, de valores; dialoga com todas as artes, com a ciência, com o conhecimento; é marca de água de grandes narrativas fundacionais e de histórias populares, lendas, mitos e *fait divers*; está presente em todos os gêneros, em todos os *media* e em todas as linguagens.

De Pico della Mirandola a T. S. Eliot; de Thomas Morus a Saint Just; de Duarte Pacheco Pereira a Eduardo Lourenço; do Velho do Restelo a Tintim; de Mário Cláudio a Afonso Cruz. Escritores e pensadores; personagens e figuras; passado e presente; gêneros e linguagens. Tudo a partir do conceito de arquétipo: a entrevista a Guilherme d’Oliveira Martins conduz-nos numa viagem pelas bases da cultura ocidental, sempre com a utopia como horizonte.

Biblos: Num tempo em que se vive uma das maiores acelerações tecnológicas que a humanidade conheceu, com visíveis impactos em todos os ângulos das nossas vidas, nomeadamente o apagamento da memória e a imposição de uma cultura do descartável e do substituível, parecerá uma anacronia uma conversa sobre arquétipo(s). Porém, se o arquétipo pode ser “um paradigma de organização das coisas” e, conseqüentemente, uma via ancestral de acesso ao conhecimento, pergunto-lhe se hoje ainda faz sentido falar de arquétipo(s).

Guilherme d’Oliveira Martins: Faz sempre sentido, uma vez que não há vida, não há mundo sem ideias. Naturalmente que, ao falar de arquétipos, nós falamos da referência a ideias. O grande arquétipo da sociedade ocidental é a *Utopia* de Thomas Morus, muito mais do que a obra de Platão, ainda que obviamente esta seja uma referência. O arquétipo fundamental, porém, é a *Utopia* de Thomas Morus que não pode ser vista como um modelo fechado, mas sim como um horizonte de referência.

Falar de arquétipos, de ideias, é falar de horizontes de referência. Por isso, não podemos esquecer o ensinamento do nosso maior ensaísta contemporâneo, Eduardo Lourenço, quando introduz um elemento fundamental que é o sentido crítico: a importância das ideias e o sentido crítico. Também não podemos esquecer a utopia, não podemos esquecer os arquétipos, mas devemos garantir que esses horizontes são horizontes de perfectibilidade.

A sociedade é imperfeita, a democracia é imperfeita. Ora, ao falar de um arquétipo, e por isso introduzo o arquétipo da sociedade moderna que continua a ser a utopia, eu insisto num ponto essencial: é que, sendo a sociedade imperfeita e sendo a democracia por definição o regime da imperfeição, é, no entanto, o regime da exigência crítica, é o regime que nos obriga permanentemente a lidar com a diversidade, com a incerteza. Por isso, Thomas Morus nos diz que a descrição que faz, a partir do que o navegador português Rafael Hitlodeu exprimiu, é uma hipótese de organização da sociedade.

Pelo contrário, quando nos reportamos, na história ocidental, à experiência terrível do *Terror* na Revolução Francesa (que não se resume ao Terror, note-se), nós temos a ideia da perfeição, de uma sociedade perfeita. Saint-Just dizia que só os justos têm direito a liderar as sociedades, a governá-las: o resultado disso foi, como se sabe, a guilhotina. Saint-Just e todos os promotores desta ideia acabaram na guilhotina. Ora, Chesterton dizia que a grande força da democracia é “a possibilidade de contar cabeças e não a de cortar cabeças”.

Biblos: Sim, claro!

Guilherme d'Oliveira Martins: Isto é muito importante. Se nós consideramos o arquétipo como algo fechado, arriscamo-nos a cair na tentação de “cortar cabeças e não de contar cabeças”. E julgo que esta é uma questão fundamental. Quando Winston Churchill diz que “a democracia é o pior dos regimes à exceção de todos os outros” é uma contradição nos termos. Porém, é uma boa contradição nos termos porque significa que não há democracia perfeita. Mas, sem ela, nós não atingimos a melhoria, a perfectibilidade. Não a perfeição. O nosso objetivo é a perfectibilidade: sermos melhores.

Estou aqui na FCG, cujo fundador, o senhor Gulbenkian, tinha como lema *only the best, only the very best*. Ou seja, é um horizonte, uma obrigação que temos, uma responsabilidade: fazer melhor, sermos melhores, mas não ter a tentação de dizer “atingimos tudo, atingimos a perfeição”. Não é isso a utopia.

Biblos: Nessa busca pela perfectibilidade, nessa construção do conhecimento a partir de modelos primordiais, de arquétipos, qual o papel das artes e das Humanidades? Qual o seu papel na construção de sociedades tendencialmente mais justas, mais verdadeiras, mais belas? Como redutos essenciais que ensinam a ler e a construir o mundo, a ter sentido crítico? A arte, a filosofia, a literatura, a história, o cinema, o teatro, a música, etc. são manifestações e linguagens que, além de dizerem o seu tempo, ecoam tempos, linguagens e modelos passados. São, digamos, repositórios de arquétipos fundamentais, mas simultaneamente formas de os superar, rever e reconstruir... Concorda com esta ideia?

Guilherme d'Oliveira Martins: Não é possível construirmos uma sociedade melhor sem valorizar a cultura, a educação e a ciência. T. S. Eliot tem um poema bem conhecido, em que nos diz quanto conhecimento perdemos na informação, quanta sabedoria perdemos no conhecimento¹. Ou seja, nós precisamos das Humanidades, sobretudo num momento extraordinário de transformação, nos vários domínios. Quando lemos Pico della Mirandola, que é uma referência bem conhecida desse espírito humanista, nós percebemos que as Humanidades envolvem o diálogo, o sentido crítico e não são apenas a literatura ou as artes.

As investigações mais recentes no domínio das neurociências ensinam-nos que, no desenvolvimento humano, e estamos a falar da criança ainda dentro da barriga da mãe, a partir dos três meses de gestação, já está apta para ouvir música. O sentido da audição é o primeiro dos sentidos. Isto é extraordinariamente importante. Nas experiências que são feitas, aquele pequeno feijãozinho dentro da barriga da mãe salta quando há um barulho estranho cá fora. E deixa-se adormecer ao ouvir a

¹ Referência a dois versos do texto *The Rock* (1934) de T. S. Eliot (Where is the wisdom we have lost in knowledge? / Where is the knowledge we have lost in information?).

música que a mãe ouve. Simultaneamente, conhece desde muito cedo a voz da própria mãe.

Isto é muito importante porque, quando a Igreja reformada luterana na Noruega decidiu que todas as mulheres deviam ser alfabetizadas antes de se casarem, levou a que, em duas gerações, a Noruega tenha sido o primeiro país do mundo a erradicar o analfabetismo. Porquê? Porque se verificou que a mãe alfabetizada transmite naturalmente aos seus filhos e às suas filhas o conhecimento do mundo.

Este é um conhecimento extraordinariamente importante. Nas andanças que tive pela UNESCO², nos anos 80, quando lançámos o projeto “Educação para Todos”, considerámos que, em primeiro lugar, deveríamos cuidar da mulher. E quantas zonas do globo ainda não garantem a alfabetização das mulheres! No entanto, o filho ou filha de um homem alfabetizado pode ser analfabeto. O filho ou a filha de uma mulher alfabetizada não será analfabeto/a.

Biblos: Esse é um aspeto muito interessante...

Guilherme d'Oliveira Martins: Tem a ver exatamente com esta ideia da transmissão. E também com a relação que temos de estabelecer entre as Humanidades — que, sublinho, não são só literatura, são ciência, matemática. Lembremos o *Trivium* e o *Quadrivium*: vemos que já aí a literatura está ligada à música, à matemática. Sophia de Mello Breyner, um belo dia, disse que uma escola precisa de poesia, de música e de ginástica. O jornalista que a entrevistava ficou surpreso com a ausência de algumas matérias e perguntou pela matemática... Foi esta interpelação que a agastou mais! Sophia respondeu, então, com perguntas: como é possível distinguir um alexandrino de uma redondilha sem saber matemática? Como ler uma pauta de música sem conhecer os números?

Por isso o *Trivium* e o *Quadrivium* ligam as artes. Ligam as letras. Ligam o conhecimento. As novas Humanidades significam isto mesmo. Tomar consciência

² Guilherme d'Oliveira Martins foi Vice-Presidente da Comissão Nacional da UNESCO (1988-1994).

do que T. S. Eliot dizia: é preciso transformar a informação em conhecimento e este em sabedoria. Ora, a sabedoria faz-se com experiência, faz-se com o exemplo. Tantas vezes lemos mal aquilo que é a referência de Camões ao Velho do Restelo!

Biblos: De facto, essa personagem e o episódio que protagoniza são muitas vezes utilizados como metáfora pejorativa, portadora de conservadorismo...

Guilherme d'Oliveira Martins: Pois, mas não é. E é o próprio Camões que no-lo diz. Que diz que aquele “velho de aspeito venerando” tem um “saber só de experiências feito”. Ora, o poeta elogia a personagem deste modo, reconhecendo que não podemos deixar de a ouvir. É preciso ver que Camões está nos anos 70 do século XVI e Duarte Pacheco Pereira, no *Esmeraldo de situ orbis*, escreveu justamente a importância do saber de experiências feito. Pois bem, mas o grande esquecimento relativamente ao Velho do Restelo é exatamente o do seu discurso.

Este é para mais um discurso atualíssimo. “Ó glória de mandar! Ó vã cobiça!” Estamos no domínio da imperfeição: a sociedade é imperfeita, os homens são imperfeitos, a carne é fraca. É, porém, indispensável nós prevenirmos. Aquele é, portanto, um discurso de prevenção, não é de todo um discurso negativo. Claro que há uma leitura simplista, mas os melhores exegetas de Camões sabem que o Velho do Restelo é uma referência fundamental. É a compreensão exata de que o verdadeiro arquétipo é o da melhor vida, o da exigência e o do rigor.

Biblos: Mesmo entendendo o arquétipo fundador como a utopia de uma sociedade melhor, ele é sempre modelo fundacional. E, como tal, parece conter, além de dinâmicas de evolução e conhecimento, forças de conservadorismo, atrito, podendo contribuir para a perpetuação de ideias, valores, estereótipos. Dito de outro modo, o arquétipo não tem apenas uma face solar...

Guilherme d'Oliveira Martins: Tem uma face solar e uma face lunar, estamos sempre perante Apolo e Dionísio. A sociedade é isso mesmo: a coexistência de elementos que se completam. Eu não diria contraditórios, prefiro entendê-los como complementares. Edgar Morin tem insistido na necessidade de compreendermos o mundo através da complexidade e não nos deixarmos arrastar pelo erro

como fatalidade, mas sim como exigência. Este ponto é particularmente importante. Uma sociedade que não tem consciência dos erros é uma sociedade acrítica. E, falando nos arquétipos, temos de ir ao encontro da compreensão do mundo, do conhecimento do mundo através de um caminho. Um caminho que pode pressupor a queda e o progresso. Para tal, a consciência do erro é fundamental...

Biblos: Erro como forma de aprendizagem e de superação?

Guilherme d'Oliveira Martins: Sim. A recente crise financeira de 2008 foi uma crise de ilusão, em que as economias mundiais julgaram que, pondo a moeda a circular mais rapidamente, criavam mais riqueza. E não estamos a criar riqueza.

Biblos: Pois não. E como se cria riqueza?

Guilherme d'Oliveira Martins: Através da inovação. E como se tem inovação? Através da valorização das ideias. Esta questão é crucial. Por isso é que esse conceito dinâmico de Humanidades é essencial. Há dias em Paris, a propósito do ano que celebrámos em 2018, o Ano Europeu do Património Cultural, recordei esse aspeto: a noção de património cultural é uma noção dinâmica. Não de passado, mas do presente projetado no futuro. Essa é a referência: a memória... um país sem memória é um país decadente, que perde referências. Mas temos de nos precaver relativamente à tentação de olhar as identidades culturais ou nacionais como autossuficientes.

Biblos: O tema das identidades é bastante complexo e tem sido apropriado por diversos campos das Ciências Sociais e das Humanidades.

Guilherme d'Oliveira Martins: Eu costumo dizer que o estudo das identidades tem de ser sempre muito cauteloso. Assim como os químicos, nos laboratórios, lidam com matéria perigosa, pois, para a conhecerem melhor, têm de lidar com ela. O professor José Mattoso, melhor do que ninguém, vem dizer-nos que a noção de identidade é importante desde que seja uma noção aberta, capaz de receber outros contributos.

A cultura portuguesa nesse aspeto é paradigmática. É uma cultura que sempre se enriqueceu, ao longo do tempo, ao receber diferentes contributos, a partir de um *melting pot* original e, depois, através desta aventura pelo mundo, que nós temos de ver com toda a cautela. Olhando o positivo e o negativo. Olhando o claro e o escuro. Isto é indispensável. Mas, sobretudo, perceber algo de absolutamente extraordinário: esta aventura de ir ao encontro do outro e do diferente. E a percepção exata de que o outro é a outra metade de nós. Este é o grande arquétipo que temos de admitir: de que o outro, o diferente, é a outra metade de nós. Uma sociedade que se fecha sobre si mesma, uma identidade que se fecha sobre si torna-se egoísta, medrosa e, afinal, cria uma situação redutora e perniciososa.

Biblos: Nos nossos dias, em que a viagem é algo que se banalizou no nosso quotidiano, em que as distâncias físicas se reduziram consideravelmente, num presente em que estamos todos cada vez mais conectados, começam a surgir, paradoxalmente, em diversos cantos do globo, inclusive na Europa, movimentos de intolerância, de ódio ao diferente...

Guilherme d'Oliveira Martins: Sim, é verdade. Mas esse movimento, essa aventura, essa viagem são aspetos globalmente positivos. A noção de uma identidade fechada sobre si é uma noção pobre e é redutora. Mas a verdade é que há uma tendência, que envolve uma contradição. É verdade que viajamos, vamos ao encontro de novos lugares, mas, muitas vezes, mudamos de país, mas não mudamos de hotel....

Biblos: Hotéis iguais, as mesmas pessoas, os mesmos hábitos. Não saímos da nossa zona de conforto. Do conhecido.

Guilherme d'Oliveira Martins: Precisamente, saímos para a mesma realidade. Na prática, essa é uma tendência uniformizadora e, a meu ver, empobrecedora. Pelo contrário, é indispensável compreendermos que, ao ir ao encontro do outro, temos de conhecer muito bem o outro. Fala-se muito, e bem, no diálogo entre religiões. Hans Küng costuma dizer que só haverá paz entre as nações, se houver paz entre as religiões. Não há diálogo inter-religioso, se não se estudar a religião do outro. Quem diz religião, diz a cultura. Este é apenas um exemplo interessante e

que parte desta afirmação com a qual eu concordo inteiramente: não há paz entre as nações, se não houver paz entre as religiões.

Isto tem a ver com uma tendência uniformizadora, andamos muitos milhares de quilômetros, muitas vezes para ir para um hotel igualzinho ao de casa. E muitas vezes temos o comodismo de não ir ao encontro da compreensão do outro. Temos tantas vezes medo do outro, medo do diferente. E essa é uma contradição compreensível. Não devemos recusá-la, antes partir dela para retirar consequências positivas e perceber o que é diferente, conhecer o que é diferente. Por isso, invoquei o diálogo entre religiões. Não posso dialogar com um muçulmano se não souber a essência do Islão. Não posso debater com um hindu se eu não compreender a raiz do Hinduísmo. Porém, muitas vezes existe facilitismo, porque, com referências demasiado simplistas e superficiais, julgamos que podemos debater tudo.

Biblos: Precisamente esse facilitismo e superficialidade parecem fazer parte de uma cultura instalada no espaço público atualmente: hoje as pessoas têm acesso a demasiada informação, nem sempre fidedigna; por outro lado, como disse há pouco, citando T. S. Eliot, informação não é sinónimo de conhecimento; lê-se muitas vezes “alto e à pressa”, não já no rumor das ruas, como dizia Eça, mas na Babel da rede.

Guilherme d'Oliveira Martins: Por isso temos o perigo da manipulação. Veja-se que a tecnologia permitiria que pudéssemos ser consultados, momento a momento, sobre as mais importantes decisões da sociedade. No entanto, estas precisam de tempo e de reflexão. Há algum tempo, um amigo anglo-saxónico contava que, no seu conselho de administração, nunca se tomava uma decisão após o debate: dormem sempre sobre o assunto. E eu recordei que essa é uma máxima popular portuguesa. O nosso povo diz “vamos dormir sobre o assunto”. Esta imagem é dar tempo ao tempo, para haver amadurecimento, para se pensarem as coisas, porque tantas vezes temos a tentação de sermos imediatistas — o que é normal, pois a tecnologia é para aí que aponta. Porém, não é bom conselho.

Biblos: Creio que hoje é cada vez mais difícil conviver com o silêncio e com momentos de pausa e de reflexão...

Guilherme d'Oliveira Martins: Eu prefiro ver a questão pela positiva: precisamos de tempo e de reflexão.

Biblos: Uma das formas de compreender o enraizamento cultural do(s) arquétipo(s) é olhar para os objetos da cultura de massas. Heróis de séries televisivas, mitos urbanos ou narrativas folclóricas, telenovelas ou *reality shows* reiteram, afinal, modelos primordiais de origem ancestral. Gostaria de terminar esta conversa, que nos levou por autores, textos e temas tão diversos, com uma forma de arte que sei que aprecia: a banda desenhada. Se o Doutor Guilherme d'Oliveira Martins tivesse de escolher um herói de banda desenhada, qual escolheria? E porquê?

Guilherme d'Oliveira Martins: É difícil escolher um. Felizmente há muitos. Mas obviamente que não escondo que posso escolher duas figuras extraordinariamente diferentes. Uma é o Tintim, referência antiga, remota... quem é, que idade tem? Mas, simultaneamente, nós vemos que é alguém que tem mil aventuras. Aliás, no cinema, quando vimos os filmes do *Indiana Jones*, percebemos que havia alguns episódios, algumas citações que dialogavam com o herói de Hergé.

Por outro lado, em termos de uma reflexão mais maturada, temos o Corto Maltese. E é curioso referi-lo, porque um grande romancista português, o Mário Cláudio, num dos seus últimos livros, fez-nos descobrir imaginosamente uma ascendência portuguesa para o Corto Maltese. Claro que ele não a terá... pelo menos aquela que Mário Cláudio lhe atribui, mas, de qualquer modo, tem esse elemento que nos é familiar... o mar, a ligação ao mar.

A banda desenhada é, no fundo, uma arte muito ligada ao cinema e à literatura. Vive dessas linguagens. Portugal teve um papel muito importante na história desta arte na Europa. Temos grandes figuras que não podem ser esquecidas. Porém, temos justamente a ligação da literatura, da pintura e desenho, do cinema. Há, portanto, aqui, um conjunto de elementos muito interessantes que levam hoje nomes maiores a cultivarem a história de quadradinhos, para usar a expressão portuguesa. Um autor como Afonso Cruz, que liga à escrita, permanentemente, a sua própria experiência de desenhador, ou Patrícia Portela, para referir dois autores da mais recente geração. Poderia dar outros exemplos, mas estes são de facto cultores do romance gráfico, que já não é (só) banda desenhada... Estes são dois

exemplos de que muito gosto e onde há essa ligação, esse diálogo entre a escrita e a ilustração. Verdadeiramente, se virmos, ao longo do tempo, há muito essa ligação... encontramos-la já na Idade Média, nas artes em vários domínios... Trata-se, a meu ver, de uma arte que engloba vários ingredientes que nos enchem de contentamento.

ENTREVISTA CONDUZIDA E EDITADA POR ANA TERESA PEIXINHO

Recensões

(Página deixada propositadamente em branco)

SANTAGATA, MARCO (2019).

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-6_11

Boccaccio. Fragilità di un genio.

Milano: Mondadori, 447 p.

In a literary criticism sphere as dense as the Giovanni Boccaccio's studies, the embodied volume by Marco Santagata distinguishes itself for being transversal, for presenting a reviewed prospect of the field, and for the material expansion it triggers. The advanced place that, in the history of literature belongs into the work of the *tre corone*, Dante, Petrarca, and Boccaccio, is correlated to the power of its contexture, conferring by itself an extraordinary complexity to the analysed theme. To that, it is added, just like in any classic, the width of a critical speech, generated among the centuries, which has been developed through an exponential growth. Even in any of the three cases — Dante, Petrarca, and Boccaccio —, the critical speech's origins go back to the times when writers were actually taking part into that dialogue themselves.

This remand to the work of the *tre corone* is essential to the comprehension of *Boccaccio. Fragilità di un genio*, as well as the context in which it has been written. In the heart of several themes to which Santagata has been dedicating his work, there has been defined a line that, in a continuous and articulated manner, has crossed the work of Dante, Petrarca, and Boccaccio. In the case of the first two writers, it contemplates both critical analysis and text edition. From 1988 on, the professor from the Pisa University has been publishing a series of volumes dedicated to Francesco Petrarca, inaugurated in that very year with *Petrarca e i Colonna* (1988), and sealed by *I frammenti dell'anima. Storia e racconto nel Canzoniere di Petrarca* (1992), which had a new edition in 2011. In parallel, Santagata has prepared the comment of the *Canzoniere* (1996) and coordinated the edition of *Trionfi. Rime estravaganti. Codice degli abbozzi* (1996) to the Meridiani from Arnaldo Mondadori. Regarding Dante Alighieri, between *Dante. Il romanzo della sua vita* (2012) and *Il racconto della Commedia* (2017), there were several other essays, as well as the coordination of the commented edition from the poet to the

Meridiani (2014). A Dante themed novel is to be added, *Come donna innamorata* (2015), Strega finalist award.

This said, *Boccaccio. Fragilità di un genio*, actually preceded by *Boccaccio indiscreto. Il mito di Fiammetta*, from the same year, comes as the ulterior piece of work, framing the *tre corone*. It should be outlined, for an audience who is less familiarised with Italian literature, that the interrelation in the work of *tre corone* is an acquired critic premise.

The central body of the volume is divided into three parts which, according to a chronological order, follow Giovanni Boccaccio's intellectual path: youth (1313-1340), maturity (1341-1360) and elderness (1361-1375). Each of them is internally organised into chapters and subchapters. The monographical profile of this essay reviews and articulates family relationships, intellectual and merchant education, places and journeys, social positioning, relationing manners, intellectual networks, contact and correspondence linkages, coeval testimonials, possessions, acquisitions and tributations. Placed in the core of this contexture, the writer's literary production shall be enlightened by a range of perceptions, which, besides enlarging and enriching its interpretation, corroborate its actual deepening.

One of the traits which immediately stands out to the reader is how, in its almost 300 pages, the treatment and exploration of intricate critic contents, sometimes saturated by the positions' debate, flow through a language showing plenty of clarity and simplicity. Not even the communicational plan — how it will be mentioned — is affected by the interposition of a detailed network of remands and quotations, opinions and counter-opinions about the matter. Furthermore, neither the critic's plan loses deepness or meaningfulness. In fact, the book is structured at several levels. After the referred central body from this volume, there is a section with numbered notes indicating the passages of Boccaccio, as well as other literary authors which keep being cited, by remission or transcription, and include the translation of each step in latin. However, it is after the bibliography that the master structure of *Boccaccio. Fragilità di un genio* is set up. This is the "Annotazioni" section, in which, through nearly a hundred pages the main ties of the Boccaccian criticism are discussed in a specific and supported way. In it lays the erudition body, whose illations are presented in the main body of the book.

In fact, the previous essay from Marco Santagata, *Boccaccio indiscreto. Il mito di Fiammetta*, structured around the figure of Fiammetta and which boasts a more academic profile, presents itself as the laboratory from where *Boccaccio. Fragilità di un genio* has come out. Thus, each reader is offered the possibility to build its preferential path across the volume, crossing contents from several sections or managing absolute choices.

By proceeding to an in-depth review of the Boccaccio's critique, Marco Santagata takes as reference points both great scholars that, between the late 19th and the early 20th century, have been dedicated to the writer (Arnaldo Della Torre, Attilio Hortis, Domenico Guerri, Francesco Torraca, Vincenzo Crescini), and the new generation that emerges after the post-war times (Giorgio Padoan, Giuseppe Billanovich or Vittore Branca, names that are worth so many others), as well as the numerous line-up of investigators who, throughout the more recent decades, have been exploring the work of Boccaccio and applying the methods of ecdotic. From this, it often results the identification, amongst the 19th century critique, of the origins of the view points and the information that, misplaced in its times, came to gain a new life through indirect causality. Following that circuit, results of more recent research are subject to a validation that confronts and regards solutions, either through developing logical paths leading to irrefutable conclusions, or recognising that the complexity of the matter or the kind of its sources justifies some previous careful consideration.

At the very first pages, there is an approach to the *vexata quaestio* of Boccaccio's birthplace. Despite having several indications pointing to the location of Certaldo, supported by a precision that even lists the existing fossils in the area, Marco Santagata does not exclude the hypothesis that the birthplace was Florence, considering an epistle written by Boccaccio at an advanced age and the work *De montibus*. Nevertheless, Santagata does not take into account the Paris hypothesis, showing how eventual self or autobiographical mentions from Boccaccio to Paris are either framed into a context of parody or dependent on a fictional coherence. There is a different position assumed by the author of *Boccaccio. Fragilità di un genio*, regarding the first works' chronology. The line-up chain *Caccia di Diana*, *Filocolo* and *Filostrato* is confirmed by a chronological analysis which brings to

the collation a broad and even tortuous sequel, among projections which, coming from the 19th century, still have echoes nowadays.

Besides that, one of the fields in which the shrewdness of this essay outcomes is the literary relation of Boccaccio with Dante as well as with Petrarca. In the case of Petrarca, it was also experiential. Santagata shows how, at *Decameron*, Boccaccio follows the trays of *Commedia*, not only in the poetics plan — in a book that starts poorly and ends up well, according to the epistle, of dantian attribution, to Cangrande della Scala — but also in terms of discursive field and historical integration. Following the same track, Boccaccio is elected as one of the writers of the 14th century who understood best the dialogue that Dante instituted between vulgate and Latin. Besides, the meeting with Petrarca is interpreted not only as the nodule which directed the humanism of Boccaccio in a ethic sense, but also as the spring — *la molla*, Santagata writes — which has launched the *Decameron*. Both the *Decameron* and the *Canzoniere* represent macrotxts composed by several microtexts, the first in prose, the second in verse. Nevertheless, Santagata notes the precedence is held by Boccaccio. Therein is the line uniting between two other crowns — Dante and Petrarca — drawn by Boccaccio, and therein lays the fragility of a genius.

Geniality and fragility open the reception trajectories for this writer, right from the beginning with *Griselda*. In the sequence of other critiques, Marco Santagata admits that the translation to latin, elaborated by Petrarca, of the last novel of *Decameron*, could have never been known by Boccaccio. The fact is that the reception of *Griselda*, both in vulgate as in Latin, was portentous, and Portugal is not an exception. Exceptional is the critique empty space observed in field of Boccaccio reception studies in Portugal, which is so deep and where it is possible to distinguish, just like residual points of light, the interventions of Piero Ceccucci.

RITA MARNOTO

rmarnoto@fl.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Centre International d'Études Portugaises de Genève

<https://orcid.org/0000-0003-0319-4026>

FERNÁNDEZ CHAVES, MANUEL FRANCISCO; PÉREZ GARCÍA, RAFAEL M. (2019) (COORDS.)

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-6_12

Movilidad, interacciones y espacios de oportunidad entre Castilla y Portugal en la Edad Moderna.

Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla, 298 p.

Los coordinadores de la obra que comentamos, Manuel Fernández Chaves y Rafael Pérez García, se han hecho un hueco en la historiografía reciente sobre la movilidad. El contexto en el que desarrollan su labor es la Universidad de Sevilla, lo que los sitúa en una ciudad que en la Edad Moderna se convirtió en el epicentro de un gigantesco trasiego y de una gama variadísima de transeúntes y migrantes. Entre estos, sin duda, tuvieron una notable importancia los procedentes de Portugal. De ahí que los editores hayan llevado a cabo un coloquio para analizar de forma complementaria y comparativa los intercambios hispano-portugueses en el período moderno. En los últimos años, este tipo de colaboraciones entre investigadores españoles y portugueses — y de especialistas en ambos países — ha dado enormes pasos, si bien se ha atendido más a las relaciones políticas y a los grupos mercantiles o financieros que al tema abordado en esta obra. La complejidad de estudiar la movilidad y las migraciones, muchas veces carentes de rastros, incluso entre territorios vecinos como Portugal y España, explicaría las importantes lagunas presentes en su investigación. Así pues, el esfuerzo colectivo que se recoge en esta publicación contribuye a mejorar nuestros conocimientos al respecto.

Hace años se desarrollaron muchos trabajos en el ámbito de la demografía histórica, aunque más como complemento explicativo que como componente de los comportamientos de la población. Suele alegrarse la carencia de fuentes documentales, lo que se agudiza en lo referente a los trasvases transfronterizos por su tendencia a hacerse de modo sigiloso o discreto, en especial cuando las causas

rozan lo ilegal, y el problema de que algunas de las fuentes pre-estadísticas ofrecen imágenes diferentes y no siempre se pueden complementar unas con otras. Además de esas razones se aduce la dificultad de dar unidad, continuidad y sentido a las existentes. En el caso de la emigración a América, ambas monarquías intentaron llevar un registro de quienes se iban y de quienes regresaban, pero no así en los movimientos internos — temporales e individuales por lo general —, de modo que la mayoría de los datos proceden de fuentes fragmentarias y discontinuas, de las que apenas se pueden extraer series. Esto entorpece, a su vez, la medición y la comparación, la identificación de los factores generales y tipificables de la movilidad y las consecuencias del trasvase humano entre los dos países y en el interior de sus ámbitos de influencia. En esta obra, ambas dificultades se solventan de forma eficaz, tal como señalan los coordinadores en la introducción (p. 17-20), donde argumentan su iniciativa.

La frecuencia e intensidad de ese trasvase se va conociendo poco a poco, con un ímprobo ejercicio de búsqueda de datos. La bibliografía que acompaña a los capítulos de este libro permite a los lectores tomar conciencia de lo que está hecho y de lo que queda por hacer, pues en cada uno de ellos se hace una reflexión sobre el estado de la cuestión y las fuentes documentales consultadas por los distintos autores. Los registros parroquiales son fundamentales para conocer la movilidad y las migraciones, ya sean voluntarias, forzadas o semi-libres, así como también lo son los expedientes matrimoniales, los padrones municipales y los censos, que se apoyan entre sí para corroborar, por ejemplo, los números alcanzados por los portugueses afincados en Sevilla antes de 1640. Otra fuente clásica de la movilidad son los registros de las instituciones asistenciales, en especial los de la red de Misericordias de Portugal y los de los hospitales — en este caso, los sevillanos —, la documentación judicial penal que se emplea para detectar la movilidad relacionada con lo delictivo, como por ejemplo, la de los gallegos emigrados al Portugal septentrional, y las escrituras notariales, una mina de datos poco sistematizables, pero de enorme riqueza en el aspecto social de la migración como los testamentos, etc. Además del uso de esos tipos de documentación, respaldados por una tradición, aparecen en el libro fuentes singulares, como la pesquisa de 1615-1618, hecha con un objetivo de fiscalización que sustituye a la información privada, hoy ilocalizable. Igual de relevante es el empleo de textos cronísticos, que han servido, por ejemplo, para comprobar

y analizar la presencia y participación de andaluces en la conquista de Marruecos (Fernando Pessanha, *A Andaluzia na expansão Portuguesa em Marrocos: espaço de mobilidade e oportunidade nos alvares da Idade Moderna*, 209-229).

En una obra sobre movilidad y migraciones no podían faltar los números. En varios capítulos resultan llamativos, en especial los relativos a la abundante presencia portuguesa en Andalucía, urbana y ramificada, pero con Sevilla como núcleo clave. Como cabría esperar, las cifras más elevadas se alcanzaron durante el período de la Unión de los reinos (Ignacio González Espinosa, *Andalucía como foco receptor de la población portuguesa (1580-1640). Distribución espacial y perfiles socioeconómicos*, 21-40; Lucía Andújar Rodríguez, *Migraciones y redes: el caso de Sevilla a fines del siglo XVII*, 41-73). Los portugueses presentes en la Sevilla de fines del siglo XVI y principios del XVII eran gentes del común que aprovecharon sobre todo la neutralización de la frontera en el período de la Unión. Aunque fueron muchos, solo una minoría acabaría naturalizándose allí, casándose con andaluzas o con mujeres residentes en Andalucía. Se trataba de una migración masculina en su mayor parte — las mujeres llegaron solo en casos de migración familiar —, constituida en buena medida por adolescentes que habían hecho el viaje con sus padres. Los radicados en Sevilla eran artesanos, se dedicaban a tareas portuarias o de navegación o no tenían empleos cualificados. Además, los llegados a Sevilla antes de 1640 estaban menos alfabetizados que los inmigrantes de otras procedencias, pero más que los de sus zonas de origen, tal como se nos informa en un capítulo dedicado a los activos grupos de comerciantes portugueses y a su inserción en amplias redes de relación (José Manuel Díaz Blanco, *El mundo de los comerciantes portugueses: ámbitos domésticos, cultura escrita y negocios globales en el siglo XVII*, 231-252). Esa presencia portuguesa se reduciría y modificaría después de la Restauración. Así pues, en el setecientos ya no eran numerosos en los núcleos portuarios del arco colonial, en la zona gaditana o en el Puerto de Santa María (Juan José Iglesias Rodríguez, *Espacios conectados. Portugueses en la bahía de Cádiz en el siglo XVIII*, 75-98), lo que no obsta para que siguieran llegando temporeros a las comarcas cerealistas y vitícolas del occidente andaluz.

Paradójicamente, Portugal, tierra de emigración, se convirtió en el siglo XVIII en un destino clave para los gallegos, que iban a los viñedos de la cuenca baja del río Duero o a las ciudades portuarias (Lisboa, Porto); muchos, incluso, cruza-

ban Portugal para alcanzar Andalucía. Esa migración económica solía ocultar a los prófugos de las levas y reclutamientos y a no pocos delincuentes que escapaban del peso de la ley. La mayoría eran campesinos y artesanos, estos en menor medida que emigraban antes o después de casarse, con la idea de retornar, pero que finalmente se quedaban si las cosas ocurrían de forma diferente a lo previsto en sus lugares de partida. En el siglo XVIII, la frontera adquirió un carácter más político y su paso estuvo más vigilado mediante la imposición de los pasaportes internos en Portugal en 1761, si bien estos no redujeron la dificultad real de controlar los movimientos entre ambos lados. En algunos casos, los migrantes eran tan precarios que tenían que ser acogidos y alimentados en las instituciones asistenciales, ya fuesen mujeres que iban a trabajar como criadas o jornaleras (Maria Marta Lobo de Araújo, *Galegas no noroeste de Portugal: trabalho e assistência na Idade Moderna*, 99-117), ya hombres que, por varios meses o años, pasaban por el Norte lusitano, se ocupaban en esa zona rayana en actividades del campo o de la mar, o se ocultaban de algo o de alguien (Alexandra Esteves, *A presença galega no Alto Minho nos finais do Antigo Regime: entre a marginalidade e a assistência*, 119-139).

La mayor parte de los emigrantes de los que se habla en esta obra no lograron conseguir más que algunos recursos de supervivencia, pagar deudas o comprar alguna tierra en sus lugares de origen. Sin cualificación alguna, solo podían aspirar a oficios eventuales, duros y de poca ganancia. Pero hubo notables excepciones, precisamente aquellas que movían a emulación. Ese fue el caso de una fundación en beneficio de la Misericordia de Coimbra establecida por un portugués enriquecido en el servicio de la monarquía hispánica después de la separación de los reinos, voluntad manifestada en un testamento redactado en Manila indicativa del complejo puzzle de la globalización (Maria Antónia Lopes, Manuel Soares de Oliveira, *assessor e auditor do governador das Filipinas e benfeitor da Misericórdia de Coimbra (1598-1675)*, 275-295). Lo fueron también los agentes del trato de tabaco, negocio basado en un producto exótico y en un tráfico transfronterizo, cuya movilidad silenciosa caracterizaría la relación entre Portugal y España (João de Figueirôa-Rêgo, *Mobilidade dos agentes do tabaco entre Portugal, Madrid e outras regiões de Castela (século XVII)*, 253-273).

Ahora bien, la “historia conectada”, que tiene en esos casos a representantes enriquecidos, en mayor o menor medida, tiene su otra cara en los capítulos

dedicados a los esclavos cuya compra-venta constituye la faceta más dramática del mercado globalizado. La magnitud del negocio esclavista queda expuesta en las cifras presentes y estudiadas en esos trabajos; dos sobre el ámbito andaluz: el de Paula Valverde Barneto (La esclavitud en la Sevilla del siglo xvi: crecimiento natural e importación de esclavos, 167-182) y el de Rafael M. Pérez García y Manuel Francisco Fernández Chaves (Movilidad de los esclavos en el espacio atlántico ibérico del siglo xvi, 141-166); y uno referido al espacio colonial portugués, el de Eduardo França Paiva, con una cronología posterior y en un contexto bien diferente, que favorece la comparación (Un panorama de la esclavitud en las áreas de minería del Brasil en el siglo xviii. Las Minas Gerais, 183-207).

En fin, la debilidad de la frontera entre Portugal y España, mal vigilada, incluso por la Inquisición, no fue obstáculo para que hubiese un intercambio humano intenso cuando quienes lo necesitaban, hombres en su inmensa mayoría, se ponían en movimiento. La mayoría de los trasvases fueron protagonizados por personas del común que tenían un objetivo económico de supervivencia en la mayoría de los casos. Otros lo hacían para huir de las levas militares, lo que daba a esa migración una tonalidad política y no pocos eran delincuentes trans-fronterizos o se ocupaban en facetas comerciales dudosas. Las autoridades y los grupos poderosos de ambos reinos percibían que por medio de esos tipos de migración se iba mano de obra y se perdía capacidad fiscal en beneficio del otro, en un largo contexto de hostilidad, solo interrumpido en 1580-1640. El libro aborda esa migración que, siendo libre en apariencia, era en realidad el producto de la necesidad. La inclusión de la movilidad de esclavos es conveniente y se ajusta muy bien en la estructura general de la obra, de la que también cabe subrayar la variedad y complementariedad de los espacios: desde el Norte de Portugal al Sur de España, de Marruecos a Filipinas, algo poco habitual, tal como indica en su prólogo Ofelia Rey Castelao (9-16).

ANXO ANXO RODRÍGUEZ LEMOS

a.rodriquez.lemos@usc.es

Universidade de Santiago de Compostela

<https://orcid.org/0000-0002-8690-7062>

(Página deixada propositadamente em branco)

GUIDI, SIMONE (2018).

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-6_13

L'angelo e la macchina. Sulla genesi della res cogitans cartesiana.

Prefazione Mário Santiago de Carvalho.

Milano: Franco Angeli, 484 p.

Il recente libro di Simone Guidi, *L'angelo e la macchina. Sulla genesi della res cogitans cartesiana*, è il frutto di un percorso accademico europeo che da Roma giunge e matura all'“Istituto de Estudos Filosóficos” dell'Università di Coimbra. Questo volume riapre — sistematizzandola per la prima volta — una questione introdotta negli studi cartesiani a partire dai primi decenni del xx secolo. La *quaestio* centrale può essere così sintetizzata: che relazione c'è tra l'angelologia medievale e la teoria dell'anima di René Descartes?

Nell'interpretazione di Guidi, Descartes va considerato allo stesso tempo come un “novatore e un prodotto del proprio tempo” (p. 21). In quanto “prodotto del proprio tempo”, il suo pensiero s'inserisce pienamente nel clima culturale del xvii secolo, un clima caratterizzato da accesi dibattiti filosofici e teologici. In quanto “novatore”, invece, egli riesce a riorganizzare e utilizzare vecchi “materiali” creando “un mosaico compositivamente nuovo” (p. 22). Ed è in particolare il dibattito scolastico sugli angeli a fornire “direttamente e indirettamente a Descartes un modello già perfettamente elaborato per ripensare l'intellezione umana e persino [...] una sua relazione con la macchina del corpo” (p. 28). Più precisamente, il nesso tra la teoria del soggetto sostenuta da Descartes e l'angelologia medievale si è realizzata, come vedremo, attraverso la mediazione fondamentale dei dibattiti sulla separabilità dell'anima tra Basso Medioevo e Rinascimento.

Dopo aver ripercorso l'esigua fortuna storiografica di tale questione ed aver discusso e accettato alcuni dei risultati ottenuti dalla più recente storiografia sul tema (pp. 34-37), Guidi conclude la propria Premessa manifestando al lettore il

telos programmatico del suo lavoro: “intento di questo volume è mostrare che la questione della parentela angeli-anime è tutt’altro che una rivelazione cartesiana, ed è ben più di una mera tesi teologica” (p. 39). La questione, dunque, trova qui la sua unità di misura: l’affinità angeli-anima non è una “rivelazione” cartesiana, ma un’analogia largamente diffusa nel clima filosofico e teologico della prima modernità francese.

Il primo grande autore trattato in questo volume è Tommaso d’Aquino. Lo “strapotere dottrinale dell’Aquinatense sulla posterità è un mito diffuso” e solo parzialmente sfatato (p. 111). Guidi è consapevole, al contrario, che tra Tommaso e Descartes esiste un mondo fatto di autori e scuole che modificano consistentemente i risultati dell’Aquinatense. Tommaso resta comunque una tappa decisiva di quella tradizione scolastico-cristiana che, a partire dai Padri della Chiesa, rianima la questione della natura del composto umano (anima-corpo) e la sua relazione con le sostanze spirituali (gli angeli).

Prima di Tommaso, uno dei punti cruciali di questa tradizione è rappresentato dal Concilio Lateranense IV (1515). Con questo Concilio secoli di speculazione vengono trasformati in dottrina ufficiale della Chiesa Cattolica, determinando così “le linee guida” ufficiali sulla “relazione tra le cosiddette sostanze spirituali” (p. 42): la natura dell’uomo è una “natura mediana”, incastonata tra gli angeli e la materia, affine più ai primi che alla seconda (p. 43). Ed è proprio partendo da queste “linee guida” che Tommaso rielabora la sua antropologia, un’antropologia che giungerà alla posterità come un “monumentale paradosso, il cui equilibrio riposa su distinzioni sottilissime e soprattutto sulla capacità di un vastissimo sistema di pensiero di assorbire e ripartire su vari snodi la sue possibili incoerenze interne” (p. 110). Dunque, nell’antropologia ‘conciliante’ di Tommaso le relazioni ontologiche intrattenute sino a quel momento da anima, corpo e angeli sembrano complicarsi.

Il secondo capitolo è dedicato al “dopo Tommaso”. A partire dalla tradizione francescana contemporanea all’Aquinatense, passando per la Scolastica tardo rinascimentale e i Gesuiti di Coimbra, quello a cui assistiamo è un gigantesco e complesso tentativo di rispondere ai paradossi lasciati in eredità dall’antropologia tomista. Ed è proprio la tradizione francescana la prima ad insinuarsi speculativamente tra le pieghe della filosofia tomista. Per Giovanni Duns Scoto, ad esempio,

la psicologia tomista finisce per legare “inevitabilmente la natura più intima dell’anima a un rapporto intrinseco coi corpi che può addirittura essere interpretato come una dipendenza essenziale” arrivando ad oscurare persino “il fondamento stesso della distinzione specifica tra anima e angeli” (p. 116). Con Scoto, viceversa, la differenza tra angeli e anima perde — per lo meno a livello ideale — la sua portata ontologica; conoscenza umana e conoscenza angelica vengono riportate ad un unico genere di inteliezione. Con la tradizione francescana corpi, anime e angeli sembrano ritrovare la loro ideale prossimità.

Il paradosso tomista che più di altri impegnerà la filosofia Scolastica tardo rinascimentale è quello dell’*unibilitas* tra anima e corpo. La tarda Scolastica tenterà di farsene carico prendendo in considerazione le varianti scotiste. Due rappresentanti illustri di questo clima culturale sono Tommaso De Vio (il ‘Caietano’) e Francesco Silvestri. La “naturalità della separazione” tra anima e corpo proposta dal Caietano diverrà in Silvestri “naturalità ‘relativa’ o *latu sensu*” (p. 148).

A livello istituzionale, dopo il Concilio Lateranense IV, la bolla di papa Leone X del 1513 segna le nuove “linee dottrinali dei dibattiti successivi” (p. 149). Un proliferare di tesi averroiste e alessandrine sulla natura dell’anima vengono condannate creando, al contempo, un fronte comune cattolico sul tema: “l’anima è affermata essere immateriale e immortale; ma, in chiave antiavverroista, essa lo è perché *corporis forma*, giacché essa trascende ontologicamente la materia che contemporaneamente organizza e vivifica” (p. 150). In questo frangente, i Gesuiti di Coimbra sembrano rappresentare il “fronte più unitario” tra gli immortalisti post-tridentini (p. 153). Di questo gruppo così variegato fanno parte Pedro da Fonseca e Manuel de Góis. Attraverso la rilettura sistematica di Aristotele giungono entrambi a risolvere — attraverso consistenti ‘compromessi scotisti’ e ‘platonizzanti’ — l’antropologia tomista. Mentre Góis riabilitava un’idea di materia prima “passibile di essere conservata da Dio senza una forma sostanziale” (p. 155), Fonseca “innestava il concetto di forma di Tommaso nell’ontologia di Scoto” (p. 157). Con Suárez — altro importantissimo nome di questi ambienti conimbricensi — assistiamo ad una “intenzione più esplicitamente teologica [...] da cui promana l’esigenza di un nuovo metodo metafisico e di un confronto, spesso tendente a una soluzione di compromesso, tra tutti i grandi *sectatores* di Aristotele”

(p. 153). Il corpo torna così a Coimbra *actus primus substantialis, corporis organici, potentia vitam habentis*.

Nel terzo capitolo del suo testo, Guidi prosegue con l'analisi degli autori e le scuole che a partire dalla tarda Scolastica fino a Descartes hanno contribuito ad alimentare il dibattito intorno alla separabilità dell'anima. In particolare, il *focus* di questo capitolo riguarda un evento epocale che ha condizionato enormemente i successivi dibattiti filosofici e teologici: il 'ritorno di Platone' nella filosofia occidentale. Dunque, dopo un'analisi dell'opera di Marsilio Ficino — il principale fautore del 'ritorno a Platone' in epoca rinascimentale — giungiamo, nell'ultimo paragrafo del terzo capitolo, ad un'accurata esposizione delle teorie riguardanti il rapporto anima-angeli nella Francia contemporanea a Descartes.

Infine, gli ultimi due capitoli sono interamente dedicati all'analisi del soggetto cartesiano, frutto inedito di una tradizione metafisica che attraversa secoli centrali per la storia dell'Europa: "Lontani dal ritrarre Descartes come destinatario a valle di tesi elaborate a monte [...] Descartes è e resta il solo a intendere il *cogito* come un atto nel quale la mente può non solo conoscersi e confermare un ordine rivelato, ma attivamente ricostruire una coincidenza tra natura e sapere. In questo, quello cartesiano, è davvero un soggetto che apre la modernità" (p. 450).

In conclusione, possiamo affermare che ci troviamo di fronte ad un testo che riesce a raccontarci, in modo rigoroso, un'avvincente storia di relazioni (relazioni tra le anime e i corpi, tra l'anima e gli angeli, etc.). Una storia che inizia nel Medioevo scolastico e prosegue con gli autori rinascimentali sino ad arrivare alla Francia contemporanea a Descartes. Il lavoro di Simone Guidi ci fa ben comprendere non solo che la storia della trasmissione del pensiero è una storia complessa e sfaccettata, ma che essa necessita di uno sforzo costante da parte dello storico, affinché altri possano comprenderla e da lì ripartire verso nuove storie.

EMANUELE LANDI

emanuele-landi@virgilio.it

Università degli studi di Macerata

<https://orcid.org/0000-0002-0328-9415>

ALARCÃO, ADÍLIA (2018).

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-6_14

De Paço a Museu. Um edifício singular

Coimbra: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos de Arqueologia,
Artes e Ciências do Património, 132 p.

Pela proximidade física e pelas suas características, desde muito cedo que o Museu Nacional de Machado de Castro esteve ligado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, designadamente ao seu Instituto de História da Arte, uma vez que, como o próprio nome sugere (Machado de Castro, escultor), a Arte, mormente a Arte da Renascença, constituía parte substancial do seu espólio. Por isso, docentes da Faculdade exerceram cargos de direcção; primeiro, os dessa área da Arte, depois, quando o interesse pelo criptopórtico romano passou a ser maior, os de Arqueologia.

Uma referência à personalidade de Vergílio Correia é, naturalmente, indispensável, porque ele se partilhou entre a Faculdade de Letras, as escavações de *Conimbriga* e o Museu, cabendo-lhe a iniciativa de publicar, em 1941, um catálogo-guia das secções de Arte e Arqueologia do Museu.

Nessa ligação entre a Universidade e o Museu se insere a direcção do Doutor Jorge Alarcão. Foi, por exemplo, durante o seu período que se publicaram, de sua lavra, mas sem menção de autoria, mui significativos e oportunos opúsculos monográficos, que funcionaram como guias para esclarecida visita: *Escultura da Renascença* (1970), *Ourivesaria* (1971), *Criptopórtico* (1971), seguidos, em 1980, do livrinho de Nelson Correia Borges, *A Capela do Tesoureiro da Antiga Igreja de São Domingos*.

Do ponto de vista arqueológico, foi o criptopórtico, pela sua sumptuosidade e, inclusive, pelo bom estado de conservação, que cedo despertou as atenções da comunidade científica. Por esse motivo, logo João Manuel Bairrão Oleiro houve por bem apresentar os dados mais salientes do edifício ([1955-1956]. O criptopórtico de *Aeminium*. *Humanitas*, 4-5, 151-160) e, de colaboração com Jorge Alarcão, fez, ao nível internacional, a primeira apresentação oficial dessa

importante estrutura arqueológica deveras singular, na École Française de Rome, por ocasião do colóquio internacional do Centre National de la Recherche Scientifique intitulado *Les Cryptoportiques dans l'architecture romaine*, aí realizado de 19 a 23 Abril de 1972, com a comunicação “Le cryptoportique d’*Aeminium*”. Recordarei, a propósito, que, ao visitar, em Outubro de 1992, o criptopórtico de Arles, o arqueólogo responsável se voltou para mim e me disse que as características ímpares desse criptopórtico gaulês em tudo se assemelhavam ao de *Aeminium*, o que dava a entender que ambos poderiam ter saído da mesma escola de arquitectura.

Assim, as obras de remodelação mais recentes do Museu, já pelos finais do século xx, deram primordial atenção ao criptopórtico, na medida em que estava descoberto um piso, mas existia outro inferior.

Antes de me referir ao que, nesse âmbito, se escreveu depois, creio ser de interesse salientar — e essa reflexão vem ao encontro do que Adília Alarcão escreveu no livro a que proponho referir-me — que se verifica neste caso, como noutros, uma apropriação do espaço. Dizendo doutra forma: se isto foi relevante durante séculos, importa que o seja agora também! Este poderia ter sido o pensar dos bispos que decidiram escolher o sítio para nele instalarem o seu paço. Ressalte-se, aliás, um pormenor que vem corroborar observações feitas noutros contextos mas coincidentes: é que da análise espacial aqui levada a cabo se concluiu que, com muita verosimilhança, o paço se implantou onde, no tempo dos Romanos, se erguera a basílica! O habitual processo de substituição de culturas... Já lá iremos. Por agora, importará recordar a função do criptopórtico: ser a base de apoio para a construção superior, nomeadamente neste local onde se tornava necessário vencer a ladeira e criar horizontalidade. Criou-a no tempo dos Romanos, porque aí se implantou o fórum, ou seja, a grande praça coração da urbe; criá-la-á também depois, quando sobre o criptopórtico se elevar o paço episcopal.

Obra tão grandiosa precisava de melhor estudo arqueológico. Isso pensou o Doutor Jorge de Alarcão e, por tal motivo, aproveitando a oportunidade das obras de remodelação do museu, sugeriu a um dos seus colaboradores, o Dr. Pedro Carvalho, que, tendo acompanhado essas obras, sobre os conhecimentos ora adquiridos apresentasse a dissertação de mestrado, o que se concretizou: *O fórum de*

Aeminium ([1998]. Instituto Português de Museus), minuciosa análise dos primeiros trabalhos arqueológicos empreendidos e das conclusões assim obtidas.

É na sequência desses sugestivos resultados que Jorge Alarcão se deixa entusiasmar e leva a cabo mais dois estudos, em que a perspicácia científica se alia ao bom gosto na apresentação, uma vez que ambos os volumes se evidenciam pela forma e pelo conteúdo: *Coimbra. A montagem do cenário urbano* ([2008]. Imprensa da Universidade) e *O fórum de Aeminium. A busca do desenho original*, datado de 2009, edição do Museu e da Edifer, em que colaboram elementos que integraram as equipas de escavação. A propósito de, em Mérida, se ir realizar uma reunião científica expressamente dedicada aos fóruns urbanos, Pedro Carvalho e membros do seu grupo de trabalho aí apresentam a comunicação “Caminhando em redor do Fórum de Aeminium” (In Nogales Basarrate, Trinidad [2010]. *Cidade e Foro na Lusitânia Romana*, s. *Studia Lusitana*, 4, 69-88), em que se faz a integração do criptopórtico no traçado urbanístico (arruamentos e cloacas) da cidade romana, com especial referência ao fontanário encaixado na sua fachada mais monumental.

Da equipa de Pedro Carvalho fez parte Ricardo Costeira da Silva, que, além de se ter dedicado ao estudo dos materiais exumados, nomeadamente cerâmicos de várias épocas, acabou por apresentar, em 2016, a tese de doutoramento subordinada ao título *O Museu Nacional de Machado de Castro. Um ensaio de arqueologia urbana em Coimbra: do fórum augustano ao paço episcopal de Afonso Castelo Branco*.

Tempo é, pois, de darmos conta do que se lê nas 132 páginas (em português e em inglês) deste livro da Dra. Adília Alarcão, autora que, diga-se desde já, consubstancia na sua formação — e isso transparece necessariamente do seu estudo — a ciência arqueológica e as preocupações museológicas (lembre-se que dirigiu, durante anos, o Museu Monográfico de Conímbriga).

O volume faz jus ao seu formato de álbum em papel couché, porque, se o texto é escoreito e se lê com o maior agrado, as mui apropriadas ilustrações (fotografias e desenhos antigos e actuais, tratados por José Luís Madeira e Carlos Santos) emprestam uma graciosidade que não pode deixar de se agradecer à empresa Rui Veríssimo Design. Veja-se, a título de exemplo, logo a primeira imagem (p. 5), a fotografia quase estilizada de uma escadaria, convite aliciante a subir...

Os capítulos seguem a ordem cronológica, desde a informação sobre o que se conhece acerca das origens e características espaciais do paço episcopal (há uma descrição de 1416 e as evidências arqueológicas apontam para ser construção de finais do século xi) e suas transformações ao longo dos séculos — o paço onde D. Jorge de Almeida se instalou na passagem do século xv para o xvi, o programa maneirista da 2.^a metade do século xvi (que foi objecto de investigação por parte de Lourdes Craveiro), a grande reforma empreendida pelo bispo D. João de Melo (1684-1704), a intervenção pontual levada a cabo por D. Miguel da Anunciação em meados do século xviii — para chegarmos ao programa de D. Francisco de Lemos (p. 61-69) e à última reforma do paço (p. 70-73). Tudo miudamente documentado com base nas gravuras das respectivas épocas e nos dados fornecidos pela estratigrafia e pelos materiais arqueológicos datáveis.

Passa-se depois à instalação do Museu em 1912, na sequência, naturalmente, da apropriação pelo Estado recém-republicano dos bens do Clero (o paço foi ocupado a 10 de Fevereiro de 1912) e as instalações episcopais mostraram-se adequadas, pela sua tipologia, a serem instituição museológica (o museu foi oficialmente criado por força de decreto-lei datado de 26 de Maio de 1911) — e ainda bem!

Foi António Augusto Gonçalves quem por primeiro assumiu as rédeas do processo (1912-1929). Haverá um programa museológico mais organizado na década de 30, da responsabilidade de Vergílio Correia; e, nos anos 50-60, com a atrás referida maior ligação à Faculdade de Letras, iniciou-se um processo de modernização, em concomitância também com as novas ideias a despontar para a Museologia, disciplina então a ensaiar os primeiros passos: foi o tempo de Luís Reis Santos (1951-1967). Esse processo acabaria, porém, por ser de certo modo interrompido, também devido às vicissitudes políticas dessa época, e só com as referidas intervenções arqueológicas de 2006 a 2011 — que implicaram, naturalmente, outro dinamismo expositivo — o Museu ganha novo fôlego, mormente por via do projecto de requalificação, da autoria do arquitecto Gonçalo Byrne.

Em *De Paço a Museu* se abarca, por conseguinte, uma panorâmica inteligente, bem fundamentada, de todos os aspectos da vida do edifício e das suas sucessivas transformações, quer do ponto de vista arquitectónico quer museoló-

gico, a reboque das concepções em curso nas várias épocas, ainda que nem sempre bem conseguidas ou compreendidas.

E, para finalizar, um pormenor que não é de somenos: a ‘nota prévia’, em que a autora explicita o objectivo a alcançar (traçar a longa história deste paço/museu), está datada de... 16 de Junho de 2016! A ficha técnica indica: “Dezembro, 2018”. Ou seja, mais de dois anos se labutou para encontrar editor, designadamente institucional, como seria de esperar. A “instituição” não decidiu; veio a terreiro, felizmente, o Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património! Não podemos deixar de mui vivamente nos congratularmos com a iniciativa!

[texto escrito no antigo acordo]

JOSÉ D’ENCARNAÇÃO

jde@fl.uc.pt

Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

<https://orcid.org/0000-0002-9090-557X>

(Página deixada propositadamente em branco)

PÖHLMANN, SASCHA (2019) (ED.).

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-6_15

Playing the field. Video games and American studies

Berlin: De Gruyter Oldenbourg, 290 p.

About two decades after the publication of Espen Aarseth's groundbreaking *Cybertext. Perspectives on ergodic literature* (1997) (which introduced ergodic literature in literary discourse) and the first publication of *Game studies* (the international journal of computer game research that helped the legitimization of a constantly growing body of digital studies work) video game scholars, researchers and students still have reasons to complain about the lack of institutional support and funding, as Sascha Pöhlmann, the editor of *Playing the field. Video games and American studies* reports. In response to such pressing needs and requests, this anthology of eighteen original essays grounds itself on scientific discussions of European experts on the role of video games in American studies in the twenty-first century. In their essays, these scholars investigate a wide range of topics (such as geography as cultural space relating to race, terrorism, horror, digital sports and gameplay, among others) at the intersection between cultural studies, video game studies and history.

The important contribution of *Playing the field. Video games and American studies* is its aim to reignite concerns about the future of research and methodological approaches in the field of American studies. It expresses a mainly European vision for North American digital culture and unanimously voices out the contributors' desire for the re-investigation of video games as cultural artifacts within the field of American studies. For video games do need the historicization and contextualization that scholarly discourse secures. While not hoping for an avant-gardish take on ludic multimodal experiences, the contributors certainly hope to expand the existing boundaries of video game studies. It is the urgent need "to find the communal in what now still seems individual" (p. 3) that this

edited collection expresses. And in order to succeed, Pöhlmann hopes to promote the dialogue between American and video game studies, insisting that the one continues to inform the other one. In the same train of thought, video game studies should rightly constitute an integral part of American studies in order to challenge its theories, methodologies and curricula in a systematic way.

For this reason, many of the essays are placed within a transnational background, suggesting a contextualized critical approach towards video games and the pervasiveness of the video game market. References to new media and video game scholars, such as Aarseth, Janet Murray, Marie-Laure Ryan, Lev Manovich and Jesper Juul revive the discussion about the narratological versus the ergodic nature of video games as both the code and the design of the fictional worlds attribute meaning to the gaming experience. Most essayists are careful not to fall into the trap of perpetuating the struggle between ludology and narratology. Yet, some essays emphasize the ludic elements of the games while others still cannot fully escape the need to underscore the narrative underpinnings of twenty-first gaming experiences. In locating the multimodal in fresh projects, like Mark Z. Danielewski's series *The familiar* (2015), his earlier *House of leaves* (2000), or the cinematic *Inception* (2010), the writers refresh the discussion about the creative exchanges between narratology and ludology within a broader transmedia culture. Specifically, Stefan Schubert's "Narrative and Play in American studies: ludic textuality in the video game *Alan Wake* and the TV series *Westworld*" makes a valuable contribution to the debate as he redirects the question by drawing on Manovich's conception of both narrative and play as "symbolic forms" in order to avoid prioritizing the one over the other. In choosing to explore two different media-yet "ludic" — textualities as he calls them (p. 114), he manages to explain how both video games and TV series display ludic elements and fuse narrative with play, attributing certain meanings to the experiences. Both *Alan Wake* and *Westworld* are ludic narratives that appear self-aware and self-conscious of their own textualities; and as such they employ a number of remediated narrative techniques within the wider context of convergence culture.

Particularly significant is the fact that the essays do not only revolve around video game studies, but they also draw on cultural studies and urban theories. Space is central in the investigations, be it the place of production or the place of

particular cultural and historical significance in the game world. At other times, references to space relate to both the game's narrative and its ludic potential. Regarding the game's mechanics, some essays shed light on the added value of space as architectural design that can influence the agency of the players as well as their freedom of movement and of decision making. The first essay "Video games and the American cultural context" attempts a brief but risky leap from 1880 into the present by providing the historical, technological and commercial context of the American video game industry. The writer tries to place the American video game industry within an international market pointing out influences from Japan and Germany, yet the essays that follow evade a comparative approach to other markets and epitomize their projects' emphasis on Americanness. Although Mark J.P. Wolf is right to accept the difficulty in tracing a national character within a transnational game industry, many essays that follow manage to highlight the American ideological, cultural and historical underpinnings in the video game narratives and in the game design that they undertake to examine.

The essays offer case studies of video games that take place at different periods of times (dystopian futures or troubled pasts) and places rich in symbolic associations. They employ different narrative modes, such as the trope of doom and apocalypse, of the road narratives and of westward movement. In "The end is nigh! Bring forth the shepard" the apocalyptic formula poses as the accepted trope that has been revived since Michael Wiggleworth's "The day of doom" (1662), utilizing the concept of America as an "unfinished country" (p. 35). The essay takes the video games trilogy *Mass effect* as an example of the role of apocalyptic narratives in the twenty-first century. In their essay, Michael Fuchs, Michael Philips and Stefan Rabitsch offer insights into the ways the game's narrative and gameplay are influenced by the American national creed. America stands out as the chosen, the divine nation, its narrative deeply rooted in the American imagination of exceptionalism.

Westward expansion and the frontier myth are prevalent in both the *Mass effect* trilogy and in the video game *The last of us*. According to David Callahan, geography assigns further meanings in the cultural and historical reading of the game. Playing the game acts as reading, actually allowing the deciphering of the historical cultural subtexts. Additionally, spatial movement towards the west

turns playing into writing, creatively reinscribing meaning in the gamer's meaningful choices. In the same vein, in her brief analysis of *Skyrim*, Patricia Maier uses as a springboard Juuls' idea that the game's rules are as important as the game's fictional world, adding that that subjective play equally contributes to the creation of the game meaning. In such contexts then, the road trip lends itself as a trope for celebrating Americanness. Mobility in the game poses as freedom to make choices related to movement in order to acquire a number of perspectives.

Agency, Murray's idea of interactivity and desire for participation in her seminal work *Hamlet on the holodeck* (1997), is translated in the anthology as having the freedom to make choices, recreate ideas about identity, race and gender and, ultimately, help the gamer attain individuation — yet, it is an element that could probably have been emphasized more or even monopolized the anthology. Because looking into agency means recognizing the priority of the player and of the gameplay in the ludic experience. The essay “Seasonal seriality, tele-realism, and the bio-politics of digital sports games” critically assesses the effects of challenging or reproducing racial and gender stereotypes through symbolic attributions of value via both narrative elements and mechanic emphasis on the materiality of the body. Sebastian Domsch does an excellent job in delineating how archetypal narrative structures are selected according to the affordances and limitations of the medium of the video game and affect agency, suggesting also that in “terrorist narrative” individual agency is emphasized. What is more, historical debt and personal agency are central issues in *BioShock infinite* as an example of commemorative culture celebrating white supremacy, as Manuel Franz and Henning Jansen analyze. They draw attention on how the ludic elements of the game reinforce the narrative or diverge from it. Most importantly, they address the main question posed in this anthology and illustrate how gameplay and personal agency can reconnect the game history with U.S. historical memory.

In starting from the Lefebvrian idea about the social production of space and in rewriting Michel de Certeau's idea of “scripting” lived urban spaces, Dietmar Meinel indicates the importance of the player's interaction with and within space. In *Mirror's edge* he beautifully showcases how “culturally coded gamespace” helps inscribe the gamer in the game world as well as reinscribe ideas about culture (p. 70). In particular, he concedes that movement and laws of Parkour are trans-

forming the environment and redefining the urban experience, subverting ideas about accepted and non accepted “sites of urban spectacle” (p. 81). Thus the video game architectural structure promotes a new idea of womanhood as contrasted to the white male narrative in other video game genres like shooter games, adventure games, MMRPGs and digital sports games.

Immersion as an intrinsic element of the gaming experience is explored by Andrei Nae and Alexandra Ileana Bacalu. They address the immersive potential of AAA videogames by drawing on the distinction David J. Bolter and Richard Grusin have made between immediacy (the tendency to create media that closely reflect and represent reality) and hypermediacy (the foregrounding of the medium with a fragmentary effect on the game’s narrative). They exemplify how fragmentation, digression and metatextuality enhance immersive experiences and explain that narration tries to make up for the game’s fragmentary mechanics. Therefore, they return to the narrative potential of ludic games by trying to demonstrate the way in which the materiality of horror video games resembles that of eighteenth century novels, which seek to attain realism through epistolary and other factual elements, like maps, diaries and enhance the immersion of the recipients.

Along the same line, “Time travelling to American revolution” explores the possibility of immersive media like theme parks and video games with a view to reconnecting with American past. Sabrina Mittermeier explores how “theming” that is ‘narrative placemaking’ — in the form of disneyfied storytelling” (relying on Alan Bryman’s “Disneyization”) in theme parks as well as the use of certain elements like iconography, source material and authentic language in video games give an air of authenticity to the experience and claim a share of American history and culture for the participants of the experience. Although she fails to stress the negative connotations of disneyization enough, she calls for the immersive reclaiming of the past. In a similar plea to the editor’s, she insists that American studies be “done right” by means of stepping in and assisting in understanding immersive media through a study of the cultural context of production.

Ludic literature poses as a curious convergence of the gaming and reading experience. The didactic role of both these experiences, with special interest in neoliberal subjectivities and “capitalist narratives” (p. 178) — which teach the players that more is better through accumulation — is analyzed by Doug Stark

and Domsch. Stark draws our attention to the *Ready player one* novel and its ludic potential due to the different media, like online forums and wikis which enhance the reading experience. Extremely valuable is the idea of “gaming capital” (p. 154) — coined by Maria Consavo — assumed to convert in-game money into real-world monetary value. The novel cultivates a certain game ethic in a society where the gamers’ subculture makes them appear as saviors. The essay brings in many theories about neoliberalism in the twenty-first digital century and informs Pierre Bourdieu’s theory of the “cultural capital” (p. 160-161).

Last but certainly not least, game designers are regarded as similar to “narrative architects” who build on the game’s narrative design, its architectural structure that has its inner meaning. The final essays in the anthology do justice to the aesthetic pleasures derived from the configuration of such elements when playing videogames. They stress the importance of visibility and the incorporation of music and sounds in the creation of the gameworlds. They see “visual design [...] as the extension of simple storytelling. Even the placement of simple objects can tell microstories” (p. 235). Music also assists in “accumulating multiple layers of meaning” (p. 250) and affects interactivity and the diegetic character of the game.

For all the reasons spelled out above and in the anthology, video games have a place in American studies and deserve to be integrated as cultural products and as objects of aesthetic and ludic pleasure per se since the suggested interactions can have a beneficial effect on the theoretical and methodological research of American studies. They can certainly arm us with the acuteness to appreciate new media forms and textualities that enter the cultural production scene. Yet, what has not been emphasized enough is the need to study the time and space in tandem with the conditions of the production of the given video games as cultural products. All contributions willingly — though quite unwittingly — evade the issue of the tensions deriving from a ruling entertainment industry. Under such pressures and demands can video games offer new and unbiased perspectives and understandings of America’s historical and cultural inheritance or do they perpetuate a culture of amnesia by purposefully allowing deviations from historical precision and facts? Who is to judge the value and integrity of these commercial products of an insatiable entertainment industry? These questions can stay with us and allow us to contemplate about societal, economic and technological parameters; they can

haunt video game researchers, students and fans until we all get the pleasure of gobbling down a new collection of ludic experiences in another volume.

DESPOINA NIKOLAOS FELEKI

dfeleki@enl.auth.gr

Aristotle University of Thessaloniki Greece

<https://orcid.org/0000-0003-1063-2098>

(Página deixada propositadamente em branco)

Dissidências

A dissidência compreende um largo espectro de atitudes, opiniões e comportamentos, vinculado a um desacordo de ordem conceptual, emocional ou de desempenho, relativamente a uma norma estabelecida. Os confrontos e os conflitos que dela decorrem propulsionam uma dinâmica que é tão instigante, pela acuidade das questões colocadas, como complexa, pela pluralidade dialética dos fatores envolvidos.

Já os antigos pensadores gregos sublinhavam o papel desempenhado pelas dissidências como sustentáculo da causa pública, reconhecendo na liberdade de debate a força da cidadania. A própria investigação, levada a cabo no domínio das ciências físicas e da natureza, se processa por entre um sistema de oposições não só de matriz conceptual e especulativa, mas também de ordem empírica, vinculado à diversidade de resultados experimentais inerentes à complexidade e à não linearidade do objeto de estudo. No campo da arte, uma ficcionalidade construída a partir de constelações dotadas de uma lógica alternativa plasma o atrito ou o choque entre a normatividade clássica e a sua contestação, entre cultura e contracultura, entre ortonímia e heteronímia. Também para a pedagogia, a publicidade ou, de um modo mais geral, para a comunicação, as dissidências se mostram tão apelativas que se erigem em elemento pragmático determinante. Por sua vez, é crescente, hoje em dia, a atração despertada por rotas turísticas diferenciais, que recusam caminhos já batidos, contrapondo-lhes quer a exploração do mundo selvagem e de culturas recônditas, quer a fruição de espaços exclusivos nelas mesmas recortados.

As formas através das quais a dissidência se manifesta vão do simples desapego até clivagens de tal modo profundas que levam à cisão. A crítica interna tem um eficaz valor estratégico quando dispõe de um espaço aberto ao diálogo e à coexistência judicativa de opostos que viabiliza a transformação. Diversamente, a ausência de condições para a criação de consensos catapulta a resistência, podendo forçar a exclusão, bem como a deserção. Nesse âmbito, o radicalismo perfila-se

como consequência extrema da dissidência que renega o epifenómeno, por o considerar reducionista, centrando-se no combate ao sistema que o sustém. Desta feita, o conflito é afrontado nas suas raízes, com o objetivo de combater e erradicar o epifenómeno a partir dos seus fundamentos.

Em âmbito disciplinar, a dissidência infiltra o estrato epistemológico de todo o conhecimento, na diversidade das suas localizações. As descobertas científicas ou a história das religiões e dos movimentos religiosos, dos grupos ideológicos e das fações político-partidárias, das ideias literárias e dos movimentos sociais de libertação têm-se vindo a desenvolver, ao longo dos séculos, através de sucessivos confrontos e cisões. Na verdade, a dissidência é condição daquela alteração de perspectiva, de referência ou de paradigma, requerida pela inovação. A indagação do desconhecido germina no âmago da avaliação crítica do consenso, através do seu questionamento numa dimensão projetual.

A exposição da dissidência à esfera da pluralidade corre em paralelo com a sua vinculação à temporalidade, confluindo, nessa medida, com a ambivalência do carnavalesco e com as problemáticas que suscita. O desacordo crítico, por um lado, fragiliza o poder mas, por outro lado, o seu cariz efêmero presta-se a reforçar a ordem pré-existente. Aliás, a instigação da dissidência e das suas bandeiras desde sempre foi terreno fértil para a reafirmação do constituído. A apropriação aparente ou abusiva de polos dissidentes é uma das encenações mais eficazes da manipulação hegemónica.

Na era digital, a rede proporciona o debate alargado através de grupos de discussão que podem opinar sobre tudo e contrariar tudo, inclusive os discursos dominantes, numa troca de informação ao nível global. Contudo, o confronto ou a aproximação de opostos através do diálogo e a organização de formas de resistência transnacionais convivem com um imediatismo controlador da discórdia, no qual se infiltram a demagogia, o populismo e até programas de cooptação criminosa. A própria rede se inscreve numa clivagem silenciosa e submersa, a exclusão de quem a ela não tem acesso.

É aí que a interrogação acerca do como, do porquê e do onde mostra claramente o modo como as dissidências se podem elevar a sinal insigne das possibilidades do humano.

O próximo número da revista *Biblos*, o n.º 7 da 3.ª série, será dedicado ao tema *Dissidências*, a ser abordado à luz de diversas perspectivas disciplinares, no âmbito de várias temporalidades históricas.

Até 30 de setembro de 2020, a Direção de *Biblos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra* receberá artigos sobre esse tema, através da plataforma Open Journal Systems (<http://impactum-journals.uc.pt/biblos/login>). Todos os artigos devem seguir as normas redatoriais da revista (Normas para autores http://www.uc.pt/fluc/investigacao/biblos/normas_autores/index) e serão submetidos à arbitragem científica de uma comissão formada por especialistas. A atividade editorial da revista segue o Código de ética. Guia de boas práticas para editores de revistas da Universidade de Coimbra (Políticas editoriais http://www.uc.pt/fluc/investigacao/biblos/politicas_editoriais/index).

<http://www.uc.pt/fluc/investigacao/biblos>

Dissidences

Dissidence comprises a wide range of attitudes, opinions and behaviors, linked to a conceptual, emotional or performance disagreement with an established norm. The clashes and conflicts that arise from it propel a dynamic that is both exciting, due to the accuracy of the questions raised, and complex, due to the dialectical plurality of the factors involved.

Ancient Greek philosophers saw dissidences as the maintenance of public cause, recognizing that freedom of debate was the power of citizenship. Even research in the fields of physical and natural sciences proceeds through a system of oppositions, not only of a conceptual and speculative matrix, but also of an empirical order, linked to the diversity of experimental results inherent to complexity and non-linearity of the object of study. In the field of art, a fictionality built from constellations endowed with an alternative logic imitates the friction or clash between classical normativity and its contestation, between culture and counter-culture, between orthonymy and heteronymy. Regarding pedagogy, advertising or, more generally, communication, dissidences are so appealing that they become a pragmatic determinant. In turn, differential tourist routes, off the beaten paths, are increasingly attractive nowadays, in opposition to both the exploration of the wild world and hidden cultures, as well as the enjoyment of their exclusive spaces.

Forms of dissidence range from simple detachment to deep disagreements that lead to schisms. Internal criticism gains an effective strategic value when it finds an open space for dialogue and the judicial coexistence of opposites that enables transformation. Conversely, the lack of conditions for consensus originates resistance and may force exclusion as well as desertion. In this context, radicalism is an extreme consequence of dissidence that denies the epiphenomenon, considering it reductionist, focusing on fighting the system that sustains it. Therefore, conflict is tackled at its roots with the aim of combating and eradicating the epiphenomenon from its foundations.

At the disciplinary level, dissidence infiltrates the epistemological stratum of all knowledge in the diversity of its locations. Scientific discoveries or the history of religions and religious movements, ideological groups and partisan political factions, literary ideas and social liberation movements, have been developing over the centuries through successive confrontations and splits. In fact, dissidence is a condition of a change of perspective, reference, or paradigm required by innovation. The quest for the unknown develops at the heart of the critical assessment of consensus through questioning in a systematic dimension.

The exposure of dissidence to the sphere of plurality goes hand in hand with its link with temporality, thus conflating with the carnivalesque ambivalence and the problems it raises. On the one hand, critical disagreement weakens the power, but on the other hand its ephemeral nature helps to reinforce the pre-existing order. Indeed, the instigation of dissidence has always been fertile ground for reaffirming what was established. The apparent or abusive appropriation of dissident poles is one of the most effective scenarios of hegemonic manipulation.

In the digital age, networks provide broad debates through discussion groups that can opine on and contradict everything, including dominant discourses, in a global exchange of information. However, the confrontation or approximation of opposites through dialogue and the organization of transnational forms of resistance coexist with a controlling immediacy of discord, which infiltrates demagoguery, populism and even criminal co-optation programs. Internet also plays a part on a silent and submerged schism, the exclusion of those who do not have access to it.

So, the questions how, why, and where clearly show that dissidence can rise to the insignificant sign of human possibilities.

The next edition of the journal *Biblos*, number 7 of the 3rd series, will be dedicated to the topic, *Dissidences*, which will be considered in the light of a number of disciplinary perspectives, under several historical perceptions.

Article proposals should be sent by the platform Open Journal Systems (<http://impactum-journals.uc.pt/biblos/login>). The deadline for submission is September 30, 2020. All proposals must conform to the Journal's guidelines (Guidelines for Authors <http://www.uc.pt/fluc/investigacao/biblos/english/>

guidelines_authors/index) and will be peer reviewed by an experts committee. Editorial activities will comply with the Code of Ethics. Best Practice Guidelines for Journal Editors of the University of Coimbra (Editorial policies http://www.uc.pt/fluc/investigacao/biblos/english/editorial_policies/index).

<http://www.uc.pt/fluc/investigacao/biblos/english>

(Página deixada propositadamente em branco)



1 2



9 0

